



**2024**

# **Relatório de Gestão**





**DIRETOR GERAL**

Mauro Henrique Moreira Sousa

**DIRETORES**

Guilherme Santana Lopes Gomes

Caio Mário Trivellato

Roger Romão Cabral

Tasso Mendonça Junior

**SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA**

Julio Cesar Mello Rodrigues



**ANM**

Agência  
Nacional de  
Mineração



## Mensagem do Diretor Geral

O ano de 2024 trouxe avanços que merecem ser celebrados, mas também desafios que impactaram a implementação de melhorias. Os servidores receberam a primeira parcela da equiparação salarial, e a Agência obteve autorização para a realização de concurso público com 220 vagas. No entanto, os cortes orçamentários comprometeram a atuação fiscalizatória e o desenvolvimento tecnológico da instituição, aspectos fundamentais para a modernização das ações e serviços da ANM.

Ainda assim, buscamos soluções, investindo na construção de parcerias estratégicas com a ABDI, o Serpro, a Itaipu e o Consórcio Intermunicipal Multimodal (CIM). Essas colaborações têm como foco a modernização da infraestrutura tecnológica, o aprimoramento da governança de dados, a simplificação normativa e a automação de processos, incluindo a incorporação de inteligência artificial.

Reforçamos também nosso compromisso com a sustentabilidade socioambiental da mineração brasileira, firmando acordos de cooperação Técnica com o Ibama e o ICMBio. No âmbito regulatório, as dificuldades orçamentárias e de falta de pessoal também tiveram seu impacto. Apenas 28% dos temas foram finalizados e trabalhamos na publicação da Agenda Regulatória 2025-2026 por meio da Resolução ANM nº 191, de 18 de dezembro de 2024. Seguimos trabalhando para a melhoria destes números e na busca da sensibilização de governo e sociedade quanto à necessidade de a ANM possuir quadro de pessoal e orçamento condizente com sua importância e sua função de Estado.



---

Também realizamos uma Audiência Pública para discutir a revisão da Resolução nº 122/2022, que estabelece os procedimentos para a apuração de infrações, sanções e valores das multas aplicáveis no setor mineral. A arrecadação da CFEM ultrapassou a marca de R\$ 7 bilhões, consolidando a ANM como a segunda maior agência reguladora em arrecadação. Além disso, promovemos a 8ª Rodada de Disponibilidade de Áreas, na qual 79% das 5.000 áreas ofertadas foram arrematadas, com uma arrecadação total esperada de R\$ 558.257.925,56.

Publicamos documentos estratégicos essenciais, como o Plano Estratégico 2024-2027, o Plano de Dados Abertos 2024-2026, o Plano de Integridade 2024-2026, a Política de Governança Organizacional, a Política de Gerenciamento de Crises e a Política de Comunicação. Também instituímos o Comitê Geral de Governança, que apoia a alta gestão na priorização de projetos e iniciativas, e aprovamos o portfólio de projetos estratégicos.

Apesar dos desafios e dificuldades enfrentados ao longo de 2024, a ANM manteve-se em constante evolução, impulsionada por um corpo funcional resiliente e altamente comprometido com o desenvolvimento de um setor mineral mais ágil, transparente e digital.

*Atenciosamente,*  
*Mauro Henrique Moreira Sousa*



# Sumário

<b>MACROPROCESSO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL</b>	<b>6</b>
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
CICLO DE VIDA DA MINERAÇÃO	7
DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS	8
CADEIA DE VALOR	9
MODELO DE GOVERNANÇA	10
RESULTADOS DE GOVERNANÇA ANM	13
Diretoria Colegiada	13
Plano de Integridade	15
Gestão de riscos	16
Política de Gerenciamento de Crises	17
Plano de Dados Abertos	18
Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação	19
Prevenção ao Conflito de Interesses	20
Governança de Dados	20
Lei geral de proteção de dados pessoais	21
ÍNDICE INTEGRADO DE GOVERNANÇA E GESTÃO PÚBLICA	22
PLANO PLURIANUAL (PPA)	23
GESTÃO ESTRATÉGICA	25
Plano Estratégico 2024 – 2027	25
Resultado do Plano Estratégico 2024-2027	26
Mapa Estratégico	37
Plano de Gestão Anual (PGA)	38
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL 2024	38
DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA	39
RESULTADOS DOS PLANOS EXECUTIVOS 2024	40
PORTFÓLIO DE PROJETOS	40
PROJETO DIGITALIZAÇÃO	42

MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA CADASTRO MINEIRO .....	44
PARCERIAS ANM- COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO .....	45
ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	46
Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU .....	47
CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS .....	47
Projeto de aproximação com as Regionais .....	48
Rede de Corregedorias das Agências Reguladoras – CORAGE.....	48
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LAI .....	50
TRANSPARÊNCIA ATIVA.....	51
CARTA DE SERVIÇO AO USUÁRIO .....	52
MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES .	52
COMISSÃO DE ÉTICA .....	52
COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS .....	53
ACOMPANHAMENTO DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS.....	54
PRINCIPAIS DESAFIOS E EXPECTATIVAS DA GESTÃO ORGANIZACIONAL .....	55
<b>MACROPROCESSO DE REGULAÇÃO .....</b>	<b>57</b>
GOVERNANÇA REGULATÓRIA .....	58
Resultados da Agenda Regulatória .....	58
Processos de Participação e Controle Social – PPCS .....	60
Análise de impacto regulatório e avaliação de resultado regulatório .....	61
Estoque regulatório.....	62
Economia mineral.....	63
Resultados da economia mineral.....	64
Resultados de projetos e ações.....	66
Acordos de cooperação técnica (ACT’S) .....	68
Sistemas anuário mineral brasileiro (AMB) e declaração de investimentos em pesquisa mineral (DIPEM) .....	69
GEOINFORMAÇÃO MINERAL.....	70
Projeto de reestruturação, tratamento e divulgação das informações geoespaciais da ANM .....	71
Projetos de geoinformação .....	72
ACT, adesão, participação e capacitação .....	73
Oficina - parceria da ANM e Serpro para modernização da gestão mineral.....	73
DESAFIOS E EXPECTATIVAS FUTUROS DO MACROPROCESSO REGULAÇÃO .....	75
<b>MACROPROCESSO DE OUTORGA .....</b>	<b>80</b>

OUTORGA DE PESQUISA MINERAL.....	80
Requerimentos e alvarás de autorização de pesquisa .....	80
Sistema de outorga de títulos .....	83
Desistência .....	84
Reconhecimento geológico.....	85
Controle de áreas .....	85
Extinção de poligonais minerárias em terras indígenas.....	87
Resultados de projetos e ações.....	88
OUTORGA DE TÍTULOS DE LAVRA .....	88
Resultados de requerimento de lavra e títulos.....	88
Indicador estratégico .....	91
Recursos .....	92
Gestão de títulos minerários .....	93
Disponibilidade de área.....	97
Resultados de projetos e ações.....	101
Desafios e expectativas futuras da outorga.....	102
<b>MACROPROCESSO DE FISCALIZAÇÃO .....</b>	<b>104</b>
FISCALIZAÇÃO DA PESQUISA MINERAL E TÍTULOS DE LAVRA.....	104
Resultados de Fiscalização da Pesquisa Mineral e Títulos de Lavra.....	106
Fiscalização em números .....	106
Lavra não autorizada e bens minerais apreendidos .....	108
Gestão de riscos nas atividades fiscalizatórias.....	110
Capacitações.....	110
PROJETOS E INICIATIVAS ESTRATÉGICAS .....	110
RAL atual e Analisador do RAL .....	110
Novo RAL (RAL 2.0).....	112
FIRMINA .....	113
Minera.LEGAL.....	114
Bens Minerais Apreendidos .....	115
Gerenciamento de Situações Emergenciais .....	115
Fechamento de Mina .....	116
PALEONTOLOGIA.....	118
DIAMANTES - CPK.....	121
FISCALIZAÇÃO DE ÁGUAS MINERAIS.....	123
DESAFIOS E EXPECTATIVAS FUTUROS.....	124





FISCALIZAÇÃO SEGURANÇA DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO.....	127
Regulamentação: Resolução ANM nº 95/2022.....	127
Transparência.....	128
Demandas Externas.....	129
Capacitações.....	130
Convênios e Acordos.....	130
Cadastro de Barragens de Mineração.....	132
Classificação quanto ao nível de emergência.....	134
Vistorias realizadas.....	134
Descaracterização de barragens de mineração.....	136
Desafios e expectativas futuros.....	137
FISCALIZAÇÃO DE RECEITAS.....	139
Fiscalização da taxa anual por hectare (TAH) e multas.....	140
Fiscalização da compensação financeira pela exploração de recursos minerais (CFEM).....	140
Transparência na distribuição da CFEM.....	141
Gestão do contencioso.....	142
Articulação institucional.....	143
Desafios e expectativas.....	144
<b>MACROPROCESSO DE ADMINISTRAÇÃO.....</b>	<b>146</b>
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA ANM.....	146
Alocação Orçamentária Finalidade dos Recursos.....	147
Execução Orçamentária.....	148
Principais desafios e incertezas da gestão orçamentária e financeira.....	155
GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.....	156
Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações.....	158
Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização.....	159
Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios.....	160
GESTÃO LOGÍSTICA.....	161
Almoxarifado e patrimônio.....	161
Diárias e passagens.....	162
GESTÃO DE FROTA.....	164
PLANEJAMENTOS DA CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÕES DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	166



GESTÃO DA INFRAESTRUTURA PREDIAL .....	167
Dos imóveis .....	168
GESTÃO DO MEIO AMBIENTE .....	172
Desafios e expectativas futuros .....	173
GESTÃO DE CUSTOS .....	174
<b>MACROPROCESSO GESTÃO DE PESSOAS .....</b>	<b>177</b>
CONFORMIDADE LEGAL .....	177
AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO .....	179
ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS .....	182
DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL.....	183
ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO POR DESEMPENHO .....	184
Programa de Gestão Orientada para Resultados.....	185
Desenvolvimento de Pessoas .....	186
Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho .....	186
PRINCIPAIS METAS E DESAFIOS.....	188
<b>MACROPROCESSO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....</b>	<b>190</b>
CONFORMIDADE LEGAL .....	190
MODELO DE GOVERNANÇA DE TI .....	192
MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI .....	194
CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI.....	194
PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR CADEIA DE VALOR .....	195
Infraestrutura de TI .....	195
Entrada em produção do Sistema Nacional de Arrecadação, Receita e Cobrança (SINARC) .....	196
Segurança da informação.....	197
PRINCIPAIS METAS E DESAFIOS.....	198
Desafios e expectativas para o exercício 2025: .....	199
<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>201</b>
NORMAS LEGAIS E TÉCNICAS ADOTADAS.....	201
Desempenho Orçamentário e Financeiro .....	202
Receitas Orçamentárias .....	203
Despesas Orçamentárias.....	206
Desempenho Financeiro .....	209

# MACROPROCESSO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL

A Agência Nacional de Mineração - ANM é uma autarquia em regime especial vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, com sede e foro no Distrito Federal - DF. Possui independência administrativa, estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira. A Agência completou em dezembro de 2024, seis anos de instalação, e encontra-se, ainda, em estágio de estruturação. As atribuições da ANM são coordenadas pela sede em Brasília e desempenhadas em todo o território nacional, por meio das 24 Gerências Regionais e 5 Unidades Avançadas.

A ANM regula, outorga e fiscaliza:

Pesquisa Mineral



Lavra de Substâncias



Garimpos



Certificado  
Kimberley

Extração Mineral  
para construção civil

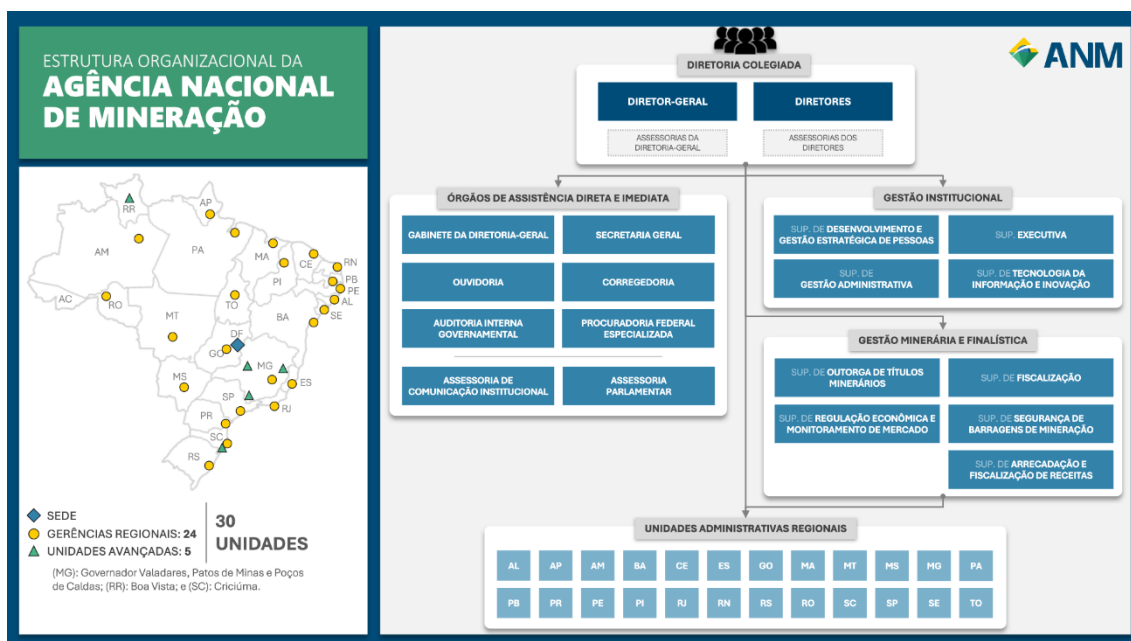


Fósseis

Água Mineral



## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



## CICLO DE VIDA DA MINERAÇÃO

O ciclo de vida da mineração, ilustrado na imagem abaixo, abrange diversas etapas, desde a pesquisa mineral até a reabilitação ambiental, que acontece após o fechamento da mina. O processo tem início com a pesquisa mineral, seguida pelos estudos de viabilidade, que avaliam a viabilidade técnica, econômica e socioambiental do projeto. Na sequência, ocorre o desenvolvimento da mina e a preparação para a extração (lavra). O minério extraído passa então pelo processamento e, posteriormente, pela comercialização.

Durante todo o ciclo, o setor é sujeito a outorgas, monitoramento e fiscalizações seja pela ANM, seja por outros órgãos reguladores. O fechamento da mina e a reabilitação progressiva da área explorada devem ser planejados desde a fase de estudos de viabilidade e desenvolvimento da mina até sua desativação definitiva, garantindo a minimização dos impactos ambientais e a reabilitação da área afetada.

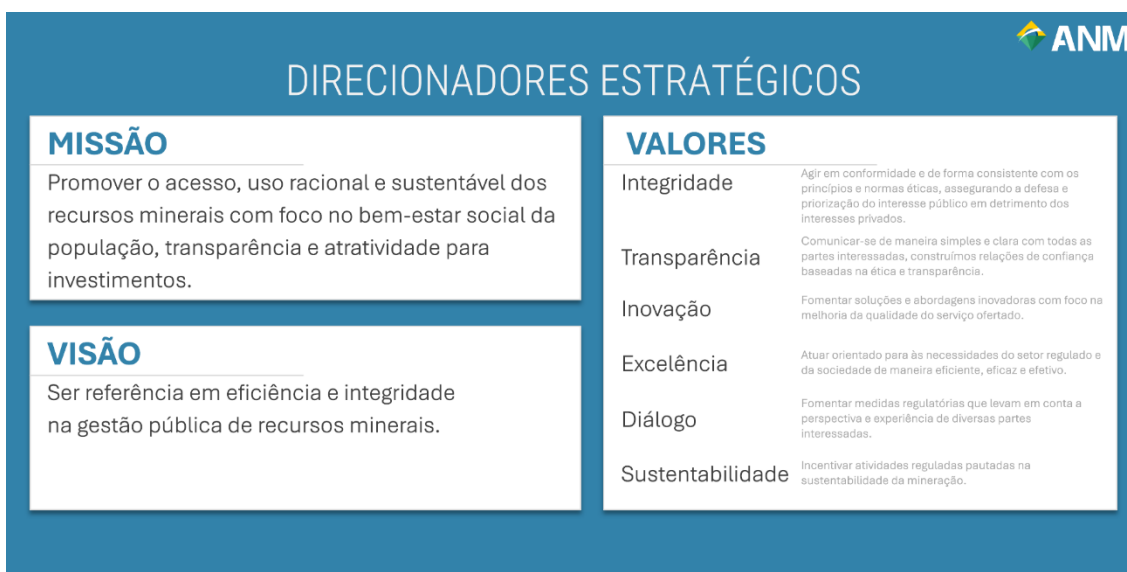


## DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

A identidade organizacional é composta pelos direcionadores estratégicos, que refletem as principais competências da ANM e são representados por sua Missão, Visão e Valores.

A Missão define a razão de ser e a existência da ANM, traduzindo seus propósitos e motivações institucionais. A Visão estabelece onde a agência deseja estar no futuro, funcionando como um catalisador motivacional para a organização.

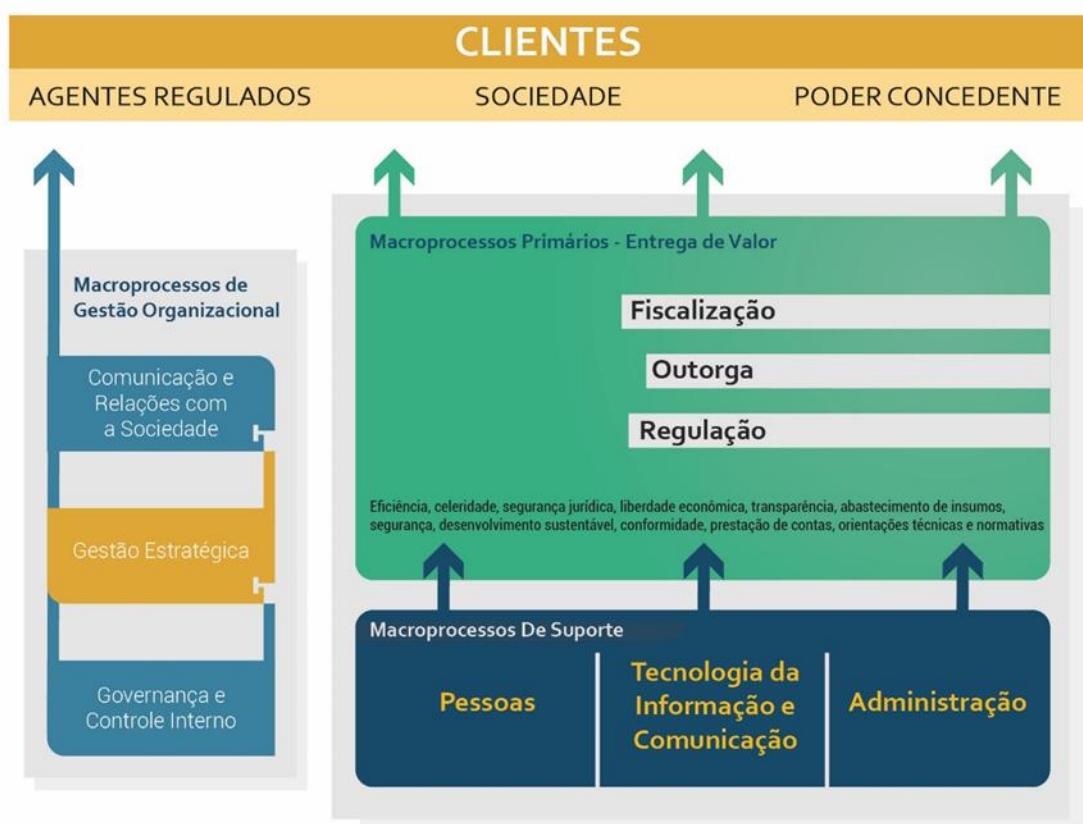
No contexto da ANM, a proposição de valor se manifesta no conjunto de atributos associados aos serviços oferecidos à sociedade, garantindo sua relevância e impacto. Todas as decisões institucionais devem estar fundamentadas nos seus Valores, que são:



## CADEIA DE VALOR

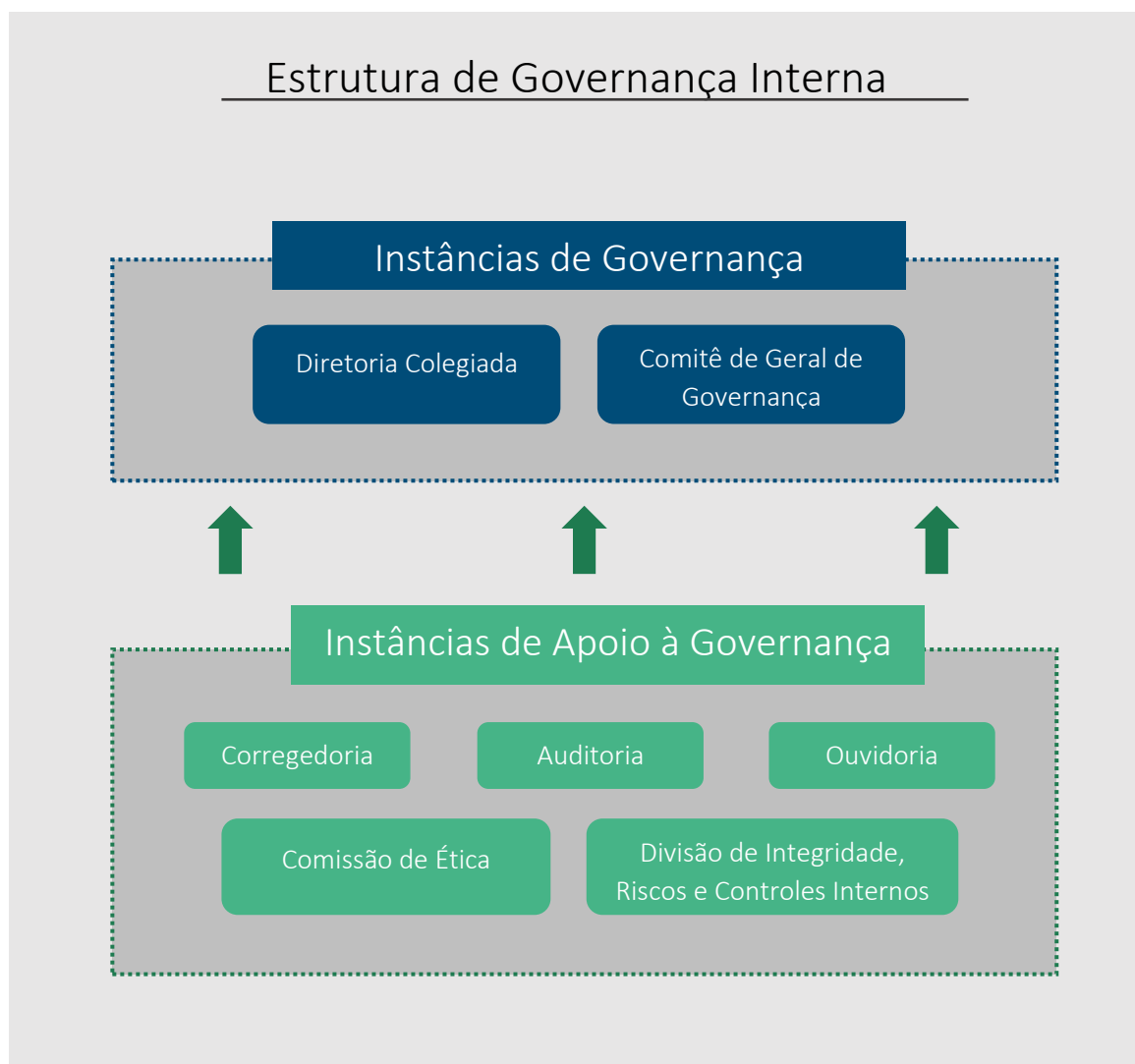
A cadeia de valor da ANM representa os macroprocessos que direcionam suas atividades e evidenciam como a Agência gera valor para a sociedade em suas diversas áreas de atuação. Essa estrutura demonstra a interconexão e interdependência dos processos organizacionais, assegurando a colaboração necessária para atender às demandas dos diferentes públicos-alvo da ANM.

Ao integrar esses processos, a cadeia de valor fortalece a capacidade da Agência de cumprir sua missão de forma eficiente, garantindo respostas ágeis e eficazes às necessidades do Estado, dos regulados e da sociedade. Além disso, permite a otimização de recursos e a maximização do impacto de suas ações no setor mineral, contribuindo para um ambiente regulatório mais estruturado e transparente.





## MODELO DE GOVERNANÇA



### DIRETORIA COLEGIADA

A Diretoria Colegiada, instância decisória máxima da ANM, é formada por diretores indicados pela Presidência da República. No processo de decisão, a Diretoria tem o apoio da Procuradoria Federal, da Auditoria Interna e da Ouvidoria. As reuniões da Diretoria são abertas à participação da sociedade (transmitidas e publicadas na internet), exceto quando se discute temas internos de interesse exclusivo da instituição.

## COMITÊ GERAL DE GOVERNANÇA

---

O Comitê de Geral de Governança (CGG) foi reestruturado por meio da Resolução nº 5, de 25 de agosto de 2023, com o objetivo de fortalecer a governança e a gestão na administração pública, promovendo práticas que garantam maior eficiência, transparência e modernização dos processos administrativos. Entre suas responsabilidades estão a formulação de diretrizes para a melhoria da gestão pública, a supervisão das iniciativas de transformação digital, desburocratização e melhoria nos serviços públicos. O CGG também tem um papel central na adoção de boas práticas de governança, assegurando a correta alocação de recursos e a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da sociedade de forma mais eficiente.

Além disso, o CGG absorveu vários comitês que antes operavam de forma separada, como o Comitê de Governança Digital e o Comitê de Tecnologia da Informação, reunificando suas funções e garantindo uma abordagem mais integrada para a formulação e execução de políticas. O CGG também inclui os Fóruns Permanentes e Temporários em sua estrutura. Os Fóruns Permanentes são voltados para a continuidade e o aprofundamento de temas estratégicos, enquanto os Fóruns Temporários são criados para tratar de assuntos específicos e com prazo determinado, permitindo maior flexibilidade para lidar com questões emergenciais ou de curto prazo, sempre em conformidade com as diretrizes do CGG.

Atualmente existem 3 Fóruns Permanentes relacionados ao CGG:

- Fórum Permanentes de Gestão Estratégica (FPGE)
- Fórum Permanente de Dados e Informações (FPDI)
- Fórum Permanente de Integridade e Prevenção a Corrupção e Assédio (FPCA)

## OUVIDORIA

---

A Ouvidoria da ANM recebe e responde solicitações, reclamações, denúncias, comunicações, sugestões e elogios dos mais diversos públicos. Esse canal é um importante instrumento de controle social e contato do cidadão com a agência, além de uma ferramenta de

gestão que promove a constante melhoria dos processos de trabalho, dos serviços prestados e da comunicação entre a ANM e a sociedade.

As demandas de Ouvidoria são recepcionadas via Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR), via e-mail, de forma presencial, via correspondência e por telefone.

## CORREGEDORIA

---

As atividades correccionais no âmbito da Agência são realizadas pela Corregedoria e incluem a fiscalização da legalidade das atividades funcionais, a gestão dos processos disciplinares, a orientação ao corpo gerencial sobre a aplicação do Regime Disciplinar, bem como a prestação de subsídio sobre matéria correccional à Diretoria e aos órgãos de controle interno e externos.

## AUDITORIA INTERNA

---

É uma instância interna de apoio à governança, desenvolvendo sua atividade de forma independente e objetiva por meio de serviços de avaliação e de consultoria. Objetiva adicionar valor e melhorar as operações da organização. Está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU, nos termos do art. 15, do Decreto nº 3.591, de 6/9/2000.

## COMISSÃO DE ÉTICA

---

Representa a Agência na Rede de Ética do Poder Executivo Federal, coordenada pela Comissão de Ética Pública - CEP. É responsável pela aplicação do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. A Comissão de Ética é composta por três titulares e suplentes e secretaria executiva, e tem como principal objetivo atuar, prevenir e mitigar eventual descumprimento do padrão ético recomendado aos agentes públicos.



## GESTÃO DE INTEGRIDADE, RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Divisão de Integridade, Riscos e Controles Internos, atua como base para uma boa governança. A gestão de riscos corporativos, aliada aos mecanismos de governança e integridade, busca assegurar aos agentes públicos o efetivo cumprimento aos objetivos das agências públicas, atingindo níveis superiores de desempenho e garantindo um comportamento em conformidade com os princípios éticos e legais estabelecidos. Esses mecanismos buscam não somente melhorar, mas dar efetividade às decisões, implementando-as de forma a atender os interesses dos cidadãos, na resolução dos problemas públicos.

## RESULTADOS DE GOVERNANÇA ANM

### *Diretoria Colegiada*

Composição da Diretoria Colegiada no ano de 2024:

#### Diretor Geral

**Mauro Henrique Moreira Sousa**  
Exercício: a partir de 05/12/2022

#### Diretores

**Guilherme Santana  
Lopes**

Titular: exercício de  
05/02/2021 a  
04/12/2024

**Tasso Mendonça  
Júnior**

Titular: Recondução a  
partir de 25/04/2022

**Roger Romão Cabral**

Titular: exercício a  
partir de 26/04/2022

**Caio Mario Trivellato  
Seabra Filho**

Titular: exercício a  
partir de 28/12/23

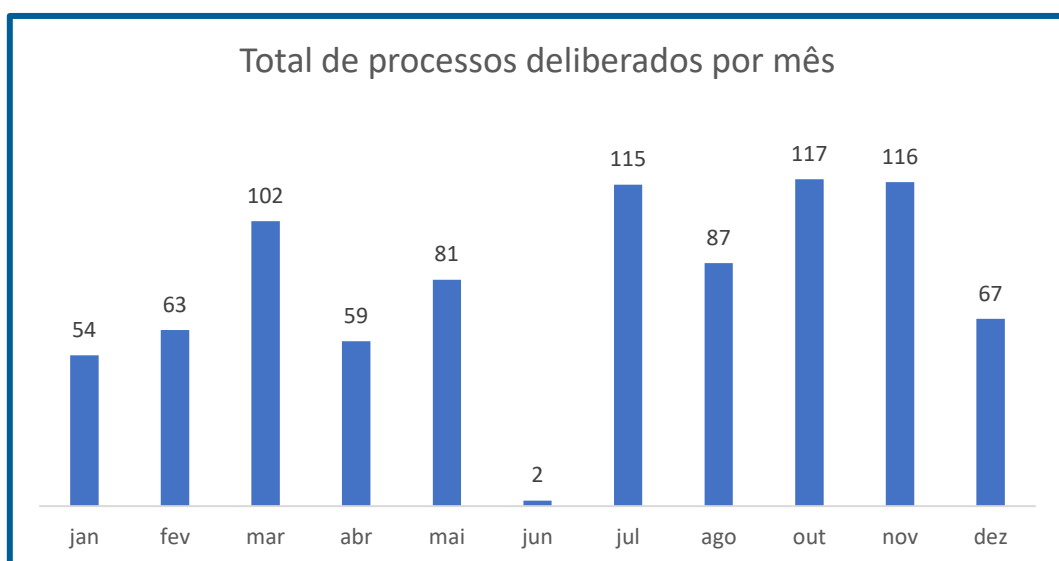
No ano de 2024 foram realizadas 18 (dezoito) reuniões deliberativas públicas da Diretoria Colegiada, sendo 12 (doze) reuniões ordinárias (ROPs) e 06 (seis) extraordinárias (REPs). Ao todo, foram distribuídos para a Diretoria Colegiada no ano de 2024, 673 (seiscentos e setenta e três) processos e deliberados 897 (oitocentos e noventa e sete).

Dos 897 (oitocentos e noventa e sete) processos deliberados, 147 (cento e quarenta e sete) foram julgados pelo Diretor-Geral, Mauro Henrique Moreira Sousa, 235 (duzentos e trinta e cinco) pelo Diretor Guilherme Santana Lopes Gomes, 161 (cento e sessenta e um) pelo Diretor Tasso Mendonça Júnior, 121 (cento e vinte e um) pelo Diretor Roger Romão Cabral e 233 (duzentos e trinta e três) pelo Diretor Caio Mário Trivellato Seabra Filho.

As pautas dessas reuniões ordinárias e extraordinárias públicas foram publicadas no Portal da ANM na internet com, no mínimo, 3 (três) dias úteis de antecedência, conforme previsão regimental. Foram deliberados um total de 897 processos de cunho minerário, abarcando novas regulamentações para o Setor Mineral, emissão de guias de utilização e decisão acerca de recursos em última instância administrativa.

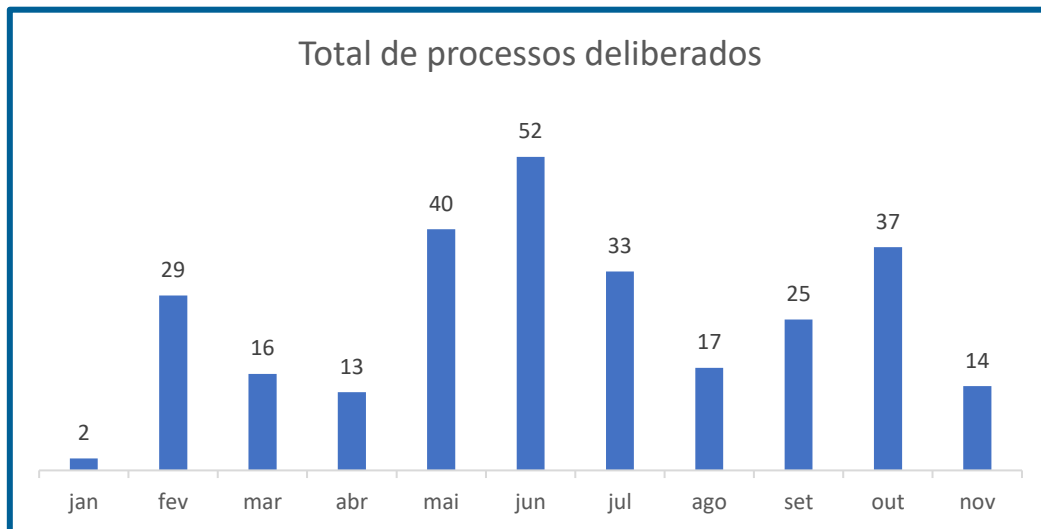
Nas reuniões administrativas foram deliberadas um total de 301 (trezentos e um) processos de cunho administrativo interno, como a aprovação de atas de reuniões, nomeação de pessoal, aprovação de acordos de cooperação, planos, projetos, contratos e demais instrumentos de gestão administrativa, orçamentária e/ou financeira.

Reuniões Ordinárias e Extraordinárias Públicas (ROPs e REPs) da Diretoria Colegiada da ANM em 2024:



\* Não houve ROP da Diretoria Colegiada em junho e setembro.

## Reuniões Administrativas (RA) da Diretoria Colegiada da ANM em 2024:

*Plano de Integridade*

O plano de integridade é um conjunto estruturado de diretrizes e medidas implementadas para promover práticas éticas, transparência e responsabilidade nos procedimentos internos da ANM. Ele aborda questões relacionadas à prevenção, detecção e combate à corrupção, bem como ao cumprimento de normas e regulamentos relevantes.

A implementação de um plano de integridade é crucial para garantir a credibilidade de uma organização. Ao promover uma cultura de integridade, a organização fortalece sua reputação, ganha a confiança dos stakeholders e reduz os riscos de exposição a práticas corruptas. Além disso, o plano de integridade contribui para melhorar a eficiência operacional, minimizando ocorrências de fraudes e má gestão. Ele também auxilia na conformidade com leis e regulamentações, protegendo a organização de possíveis sanções legais e danos à sua imagem.

No ciclo 2024–2025, o monitoramento do Plano de Integridade da ANM ocorreu em junho e dezembro de 2024. Das 30 ações previstas para esse período, 26 foram concluídas, uma foi cancelada, sendo: “Promover a aprovação junto à Diretoria Colegiada da política de relacionamento com o público de interesse”, em virtude da readequação do planejamento para publicação de uma manual e não de uma política, tornando o conteúdo mais acessível a todos, e três foram repactuadas para dezembro de 2025, sendo: Atualizar o Manual da Atividade de Fiscalização com o objetivo de disseminar os aspectos normativos necessários à atividade de fiscalização; Promover capacitações e eventos institucionais e interinstitucionais, com vistas a combinar a excelência dos serviços prestados, com a introdução de noções de ética na gestão pública, contemplando a Conduta do Servidor Público nas atividades de fiscalização e; Elaborar trilha do conhecimento sobre a atividade de fiscalização mineral.

Além disso, foram executadas três ações não originalmente planejadas, que foram: Projeto Pacto mais Brasil para empresas privadas, iniciativa da Controladoria Geral da União, que foi amplamente divulgado pela ANM para as empresas reguladas; Sensibilização dos colaboradores e servidores sobre o conteúdo da cartilha de setembro amarelo, promovendo a conscientização sobre saúde mental e; elaboração e ampla divulgação de cartilha interna de boas práticas da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, reforçando a conformidade com a legislação.

Todas as ações realizadas estão alinhadas aos eixos do Plano de Integridade, abrangendo promoção da ética, prevenção de conflitos de interesse e nepotismo, gerenciamento de riscos e controles internos, fomento à transparência e planejamento estratégico.

### *Gestão de riscos*

A gestão de riscos é uma ferramenta essencial para mapear os processos organizacionais, identificando fragilidades que possam comprometer o alcance dos objetivos institucionais. Com base nessa análise, são implementados mecanismos preventivos para minimizar vulnerabilidades, garantindo o cumprimento da missão institucional e a concretização da visão de futuro.

Na ANM, a Superintendência Executiva é responsável por definir a metodologia e as diretrizes para o gerenciamento de riscos, estabelecendo os procedimentos de monitoramento, priorização e comunicação interna. As áreas gestoras são responsáveis por definir, monitorar, controlar e reportar as ações de resposta aos riscos identificados.

Para apoiar as unidades no processo, foram elaborados dois guias que orientam as etapas do gerenciamento de riscos. O primeiro guia, já aprovado, trata da identificação de riscos, abordando o entendimento do contexto, a identificação e a análise dos riscos. O segundo guia, também aprovado, contempla a avaliação dos riscos e dos controles internos, a priorização e a definição de tratamentos adequados.

Além desses guias, foi disponibilizada uma planilha como principal instrumento de registro do processo e um Painel de *business intelligence* para controle das etapas dos gerenciamentos dos riscos. Também foi publicada a Resolução ANM nº 188, de 31 de outubro de 2024, que alterou a política de gestão de riscos originalmente aprovada pela Resolução nº 63/2021.

Em 2024, a ANM promoveu capacitações e finalizou o gerenciamento de riscos em um processo crítico de três áreas distintas: Superintendência de Outorga de Títulos Minerários, Superintendência de Fiscalização e Superintendência de Regulação e Governança Regulatória.

### *Política de Gerenciamento de Crises*

A implementação de um gerenciamento de crise é essencial para garantir a segurança, a transparência e a confiança da sociedade nas ações da Agência Nacional de Mineração (ANM). Diante de possíveis emergências e desafios, um plano bem estruturado pode minimizar impactos negativos e assegurar uma resposta rápida e eficaz.

Nesse contexto, a ANM publicou a Resolução nº 187/2024, que institui uma política de gerenciamento de crise e estabelece diretrizes para a elaboração de um plano de gerenciamento de crise e plano de comunicação de crise, além de outros itens. Essa resolução representa um passo significativo na formalização de procedimentos que visam não apenas a prevenção, mas também a resposta a situações adversas que possam afetar a operação da agência e a segurança das atividades mineradoras. Com essas diretrizes, a ANM está buscando garantir que todos os



envolvidos estejam preparados para agir de maneira coordenada e eficiente em momentos críticos.

Atualmente, as ações previstas na resolução estão em andamento e os servidores responsáveis estão passando por um processo de capacitação, que visa equipá-los com as habilidades e conhecimentos necessários para lidar com crises de forma eficaz. Essa preparação é fundamental para que a ANM possa responder de maneira proativa e responsável, assegurando a proteção dos interesses públicos e a integridade das operações mineradoras no Brasil. Essas iniciativas, reafirmam o compromisso da ANM com a segurança e a transparência, fundamentais para a confiança da sociedade em suas atividades.

### *Plano de Dados Abertos*

A ANM publicou em 2024 seu novo Plano de Dados Abertos, com vigência de junho/2024 a maio/2026. Sua construção seguiu os critérios definidos pela Controladoria Geral da União (CGU) e normativos vigentes sobre o tema. Após a aplicação de critérios de priorização de bases de dados para abertura, foram selecionadas seis bases de dados para abertura durante a vigência do PDA:

- Oferta Pública e Leilão de Áreas (SOPLE);
- Declaração de Investimentos em Pesquisa Mineral (DIPeM);
- Participação e Controle Social (Participa ANM);
- Avaliação de Desempenho (SAD);
- Protocolo Digital (PD); e
- Requerimento Eletrônico de Pesquisa Mineral (REPEM).

Em setembro de 2024, foi disponibilizado no Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br) o conjunto de dados abertos de Oferta Pública e Leilão de Áreas (SOPLE), contendo dados sobre o estoque de áreas de mineração para disponibilidade e o resultado das rodadas já realizadas.

Em outubro de 2024, foi iniciada a abertura da base de dados da Declaração de Investimentos em Pesquisa Mineral (DIPeM), disponibilizando ao público dados de investimentos em pesquisa mineral na fase processual de Autorização de Pesquisa: valor total

investido em pesquisa mineral, município, UF, substância e ano-base. A conclusão da abertura se deu em janeiro/2025.

Mais informações sobre o tema podem ser encontradas em <https://www.gov.br/anm/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos>

### *Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação*



Em consonância com o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação (PFPEAD), aprovado pelo Decreto nº 12.122, de 30 de julho de 2024, foi realizado o 1º Encontro de Dirigentes e Gestores da ANM para discutir o combate ao assédio no serviço público. O evento, realizado na modalidade presencial e com um público de 47 gestores, contou com palestrantes da Procuradoria Geral da República e da área de Gestão de Pessoas da ANM.

O Programa da ANM promoveu quatro ações educativas no formato de *lives*, conduzidas pela Corregedoria, Ouvidoria, Comissão de Ética e pela área de Saúde e Qualidade de Vida, abordando a temática do assédio. As palestras, que reuniram um total de 382 participantes, focaram nos instrumentos e procedimentos para denúncia e tratamento de casos de assédio na ANM, além de destacar a importância do debate para a melhoria das condições de trabalho e da saúde na Agência.

Além disso, foram realizados dois plantões de dúvidas, com a participação de 31 servidores, criando um canal coletivo de acolhimento e compartilhamento de informações sobre a prevenção ao assédio e à discriminação.

No campo da prevenção e educação, a ANM elaborou e lançou cartilhas sobre assédio moral e sexual, além de desenvolver uma página específica na intranet para disponibilização de conteúdo. Também foram divulgados eventos públicos promovidos por outros órgãos e cartilhas do Governo Federal, como o Guia Lilás e o Guia Amarelo.

A Resolução ANM nº 171/2024 instituiu o Fórum Permanente de Integridade, Prevenção à Corrupção e ao Assédio Moral e Sexual, um espaço destinado ao debate e à formulação de ações preventivas e de combate à corrupção e demais violações de integridade, reunindo representantes das diversas áreas relacionadas ao tema.

### *Prevenção ao Conflito de Interesses*

A ANM tem adotado medidas estratégicas para a prevenção de conflitos de interesse, reforçando seu compromisso com a integridade e a transparência institucional. Além da elaboração do Guia de Prevenção ao Conflito de Interesses em 2023, a Agência desenvolveu, em 2024, o Manual de Relacionamento com o Público de Interesse. Esse documento tem como objetivo orientar tanto o público interno quanto o externo sobre as práticas adequadas no relacionamento entre entes privados e o setor público, estabelecendo diretrizes claras que auxiliam na identificação de possíveis irregularidades e na comunicação eficaz com a Administração Pública. O manual segmenta e fornece diretrizes específicas para diferentes públicos, incluindo fiscalizados, imprensa, parlamentares e fornecedores, entre outros.

Além das iniciativas normativas, foi criada uma página na intranet dedicada ao tema, com a disponibilização de cursos públicos gratuitos para que servidores e colaboradores possam aprofundar seus conhecimentos sobre o assunto.

A ANM também implementou ações de conscientização, enviando periodicamente materiais informativos por e-mail, visando fortalecer o canal de denúncias e incentivar o uso do Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses (SeCI) como ferramenta preventiva. Além disso, a Agência divulga eventos, documentos e painéis de *Business Intelligence* promovidos por diferentes órgãos públicos, ampliando o acesso à informação e fomentando a cultura de integridade no setor.

### *Governança de Dados*

O Projeto Política de Governança de Dados (PGDI) visa a gestão eficaz dos dados, reconhecendo seu valor estratégico. Ele estabelece diretrizes claras, definindo objetivos,

princípios e responsabilidades para a gestão de dados. O foco é criar um ambiente organizacional transparente, seguro e confiável, promovendo a integridade e qualidade dos dados para apoiar a tomada de decisões. Na fase atual: foi analisado o parecer da PFE sobre a minuta da resolução e aguardando sua apresentação para o Comitê de Geral de Governança. De forma complementar foi criado o Glossário dos termos de atos normativos relacionado a ANM no Datalegis que está em fase de homologação.

### *Lei geral de proteção de dados pessoais*

A Agência Nacional de Mineração (ANM) tem avançado significativamente na implementação de ações voltadas à conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), reforçando seu compromisso com a transparência, segurança da informação e proteção dos direitos dos titulares de dados. Como parte dessas iniciativas, a ANM elaborou um Guia de Boas Práticas sobre a LGPD, com o objetivo de fornecer orientações básicas aos servidores, garantindo maior clareza sobre a aplicação da legislação e a adoção de medidas adequadas para o tratamento de dados pessoais.

Além disso, foi instituído o Fórum Permanente de Dados e Informações (FPDI), um espaço estratégico no qual a temática de proteção de dados pessoais é debatida de forma contínua. Esse fórum possibilita o aprimoramento das diretrizes internas e a troca de experiências entre diferentes áreas da Agência, promovendo uma abordagem integrada e eficiente na governança de dados.

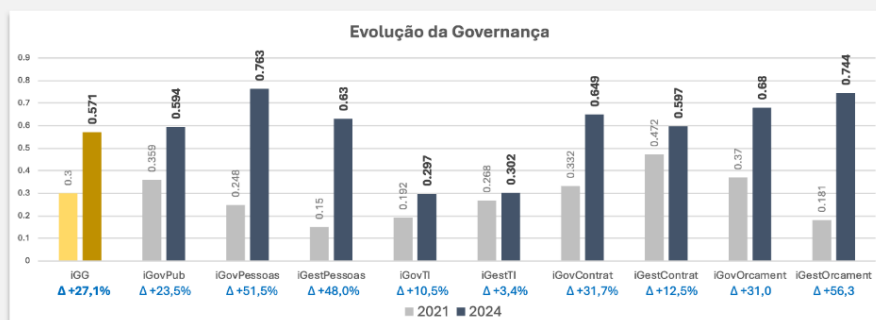
A ANM também está em tratativas para a formalização de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), visando a realização de palestras de sensibilização e capacitação para o público interno. Essa parceria contribuirá para o fortalecimento da cultura de proteção de dados na Agência, capacitando servidores e colaboradores sobre boas práticas e normas relacionadas à privacidade e segurança da informação. Essas iniciativas demonstram o compromisso da ANM com a adequação à LGPD, promovendo um ambiente institucional mais seguro, transparente e alinhado às melhores práticas de governança e integridade.

## ÍNDICE INTEGRADO DE GOVERNANÇA E GESTÃO PÚBLICA

O Índice Integrado de Governança e Gestão Pública (IGG) foi uma iniciativa do Tribunal de Contas da União (TCU) com o objetivo de avaliar os aspectos de governança e gestão no setor público brasileiro. Em 2024, o TCU substituiu o IGG pelo Índice de Governança, Sustentabilidade e Gestão nas Organizações Públicas (iESGo). No entanto, o IGG foi mantido como um dos componentes do iESGo.

O iESGo expandiu a avaliação ao incorporar, além dos aspectos de governança e gestão, dimensões de sustentabilidade ambiental e social, alinhando-se aos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU.

Em 2024, a ANM alcançou um resultado significativo no Índice de Governança e Gestão Pública (IGG), registrando um aumento de 27% nos resultados em comparação com a avaliação de 2021. Entre os destaques dessa melhoria, os indicadores IGOV Pessoas e IGOV Orçamento se sobressaíram, apresentando aumentos superiores a 50%. Esse progresso reflete os esforços contínuos da Agência nas suas práticas de governança e gestão, resultando em ganhos essenciais para a eficiência e transparência da instituição.



### Observação:

O iESGo é um novo instrumento de pesquisa gerado a partir da reformulação do questionário do IGG, que passou a integrar a avaliação dos processos de governança e gestão com os de sustentabilidade ambiental e social.

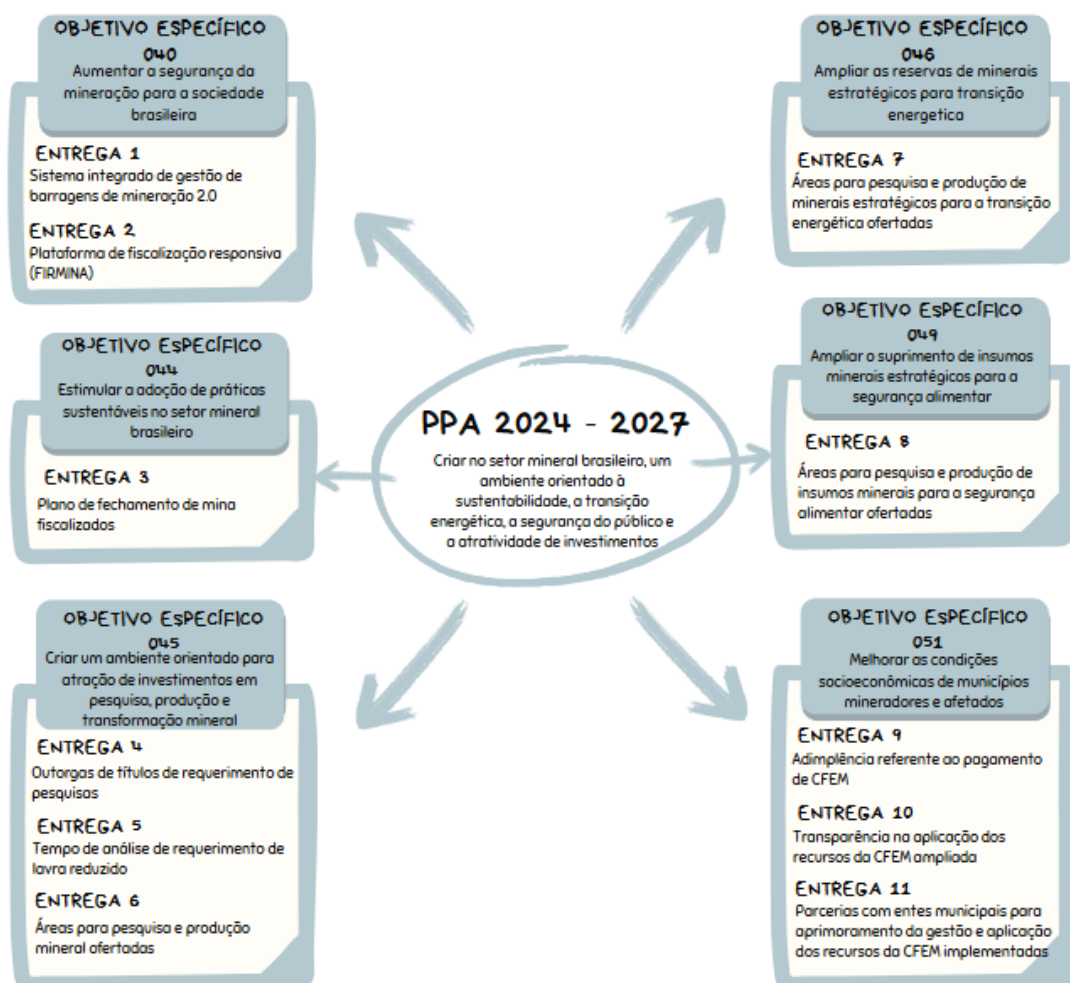
Novos indicadores 2024		Sigla	2021	2024
iESGo índice ESG		iESGo	n/a	51,20%
iES índice integrado de sustentabilidade ambiental e social		iES	n/a	11,90%
iGovSustentAmb índice de governança		iGovSustentAmb	n/a	7,30%
iGovSustentSocial índice de governança		iGovSustentSocial	n/a	15,60%

## PLANO PLURIANUAL (PPA)

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento orçamentário do governo, estabelecendo diretrizes, objetivos e metas para um período de quatro anos. Ele organiza e orienta a atuação pública, garantindo a implementação das políticas governamentais em alinhamento com os fundamentos e objetivos da República.

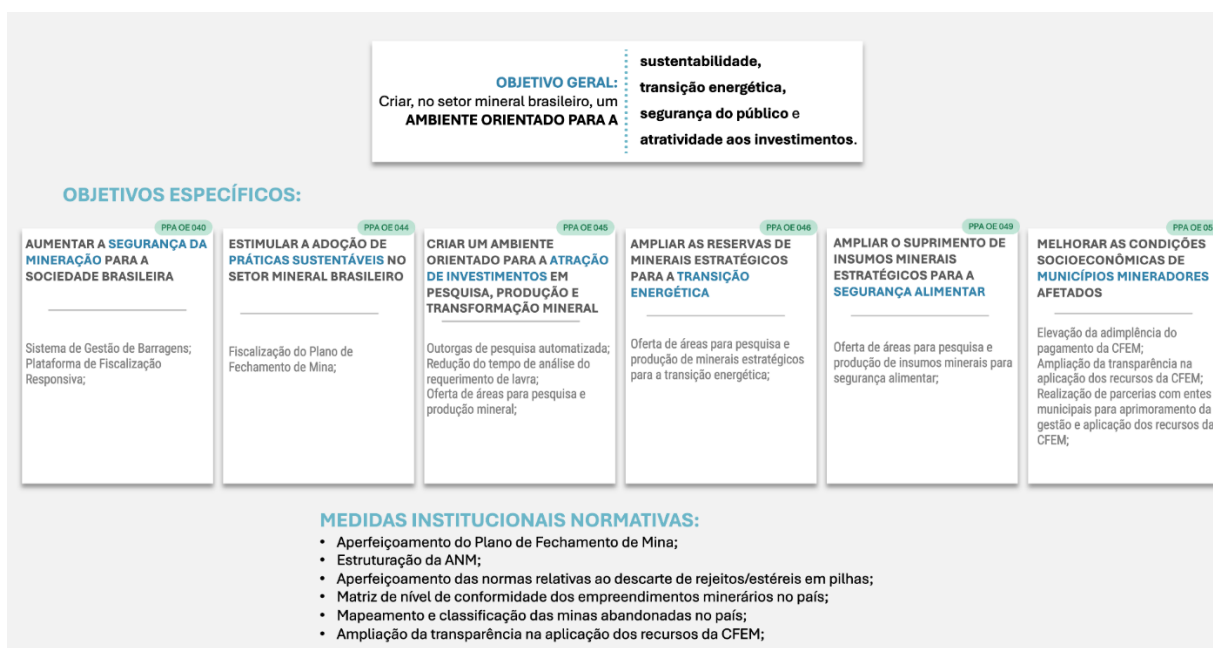
O PPA 2024-2027 representa um marco na reconstrução da capacidade de planejamento do Estado brasileiro. Elaborado de forma integrada entre todos os ministérios e com ampla participação social, ele visa transformar as diretrizes do Plano de Governo em ações concretas que atendam às expectativas da sociedade e melhorem a vida da população.

Aprovado pela Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, o PPA define a estratégia global do governo federal. No setor mineral, os desafios sob responsabilidade do Ministério de Minas e Energia estão concentrados no Programa 3102 – Mineração Segura e Sustentável. Esse programa busca fortalecer a sustentabilidade, impulsionar a transição energética, garantir a segurança pública e tornar o setor mais atrativo para investimentos.





- Estruturação da ANM: Desenvolvimento e fortalecimento institucional da Agência Nacional de Mineração.
- Aperfeiçoamento da Resolução ANM nº 68/2021: Revisão das normas sobre o Plano de Fechamento de Mina e outras regulamentações relacionadas.
- Resolução sobre o descarte de rejeitos/estéreis em pilhas: Aperfeiçoamento das normas para o manejo desses resíduos.
- Definição de uma matriz de conformidade dos empreendimentos minerários: Estabelecimento de critérios de conformidade para empreendimentos no setor.
- Resolução para mapeamento e classificação de minas abandonadas: Estudo e regulamentação sobre minas não operacionais.
- Revisão de normativos da CFEM: Ações para ampliar a transparência e melhorar a aplicação dos recursos provenientes da CFEM.



O resultado mais recente relacionado ao Programa 3102 - Mineração Segura e Sustentável, está detalhado no Painel de monitoramento do Ministério do Planejamento e Orçamento, disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/plano-plurianual/paginas/monitoramento>

## GESTÃO ESTRATÉGICA

Os instrumentos de gestão da ANM orientam suas ações de curto, médio e longo prazo para o cumprimento da missão institucional. Com a Lei 13.848/2019, que regula as agências, tornou-se obrigatória a elaboração do Plano Estratégico e do Plano de Gestão (PGA), garantindo alinhamento entre a estratégia da ANM e a execução de suas iniciativas, aprimorando a qualidade regulatória.

### *Plano Estratégico 2024 – 2027*



O Plano Estratégico da Agência Nacional de Mineração para o ciclo de 2024-2027 estabelece os princípios fundamentais que irão nortear sua atuação, de forma a garantir o cumprimento de sua missão, o alinhamento com as necessidades da sociedade e com os principais planos governamentais.

O plano estabelece objetivos estratégicos, metas e ações que nortearão as atividades da ANM nos próximos anos, buscando equilibrar as demandas do Estado, dos regulados e da sociedade.

Trata-se do segundo planejamento estratégico da Agência, construído de forma colaborativa e tomando como base tanto as lições aprendidas no ciclo anterior, quanto as diretrizes do PPA 2024-2027. Sua elaboração, iniciada em 2023, contou com a Tomada de Subsídio 02/2023, que reuniu 410 contribuições, além de oficinas com representantes de todas as áreas da ANM.

Espera-se que este Plano Estratégico fortaleça a gestão estratégica da ANM, combinando uma visão de futuro com a capacidade de enfrentar desafios atuais.

## Resultado do Plano Estratégico 2024-2027

O portfólio de indicadores estratégicos da ANM para o ciclo 2024-2027 foi estruturado com 32 indicadores, os quais contemplam todos os 9 objetivos estratégicos da instituição. Esses indicadores são essenciais para o acompanhamento contínuo e a verificação da evolução na implementação do Plano Estratégico, permitindo que a ANM monitore o progresso e avalie o cumprimento efetivo de suas metas ao longo do período estabelecido. A seleção desses indicadores foi realizada de maneira a refletir as áreas-chave de atuação da ANM e garantir que todos os objetivos estratégicos fossem devidamente abordados e mensurados.

Em 2024, foi realizado o primeiro ciclo de monitoramento do Plano Estratégico, com o objetivo de verificar o estágio de implementação e identificar possíveis ajustes necessários para garantir o alcance das metas estabelecidas. O resultado desse monitoramento oferece uma visão detalhada sobre o desempenho da ANM, com esses dados foi desenvolvido um painel de *business intelligence*, como mostra a figura abaixo:



Como resultado da implementação da estratégia da Agência Nacional de Mineração (ANM), alcançou-se um desempenho de 65,8%, superando a meta estabelecida de 60%. Para maiores informações: <https://www.gov.br/anm/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/gestao-estrategica/planejamento-estrategico>

## MELHORIAS NOS INDICADORES ESTRATÉGICOS

---

Visando facilitar a comparação e a visualização dos indicadores, foi proposto que todos os indicadores sejam medidos em porcentagem, em vez de números absolutos. Essa alteração visa padronizar a apresentação dos dados, tornando-os mais compreensíveis para os envolvidos no processo de monitoramento. Dessa forma, os seis indicadores abaixo serão ajustados na apresentação das metas, mantendo-se a proporção original.

## SÍNTESE ANALÍTICA DO RESULTADO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS

---

### IE1.1 Taxa de redução do nível de emergência das barragens de mineração

Apesar da redução no número de barragens nos níveis de emergência 1 e 3, o aumento de duas barragens no nível de emergência 2 resultou em uma redução de apenas 1,67%, ficando abaixo da meta de 10% prevista para 2024. Esse resultado deve-se à barragem do Castanheira, da Buritirama Mineração S.A., que passou do nível de emergência 1 para o nível 2 em dezembro, devido ao fator de segurança na condição drenada estar abaixo do exigido pela norma. Além disso, a barragem do Vené, da Mineração Aurizona S.A., entrou no nível de emergência 2 em abril de 2024. Essa barragem está a montante de uma cava do mesmo empreendedor, cujos taludes de entorno apresentam um fator de segurança na condição drenada de 1,22, abaixo do mínimo normativo, o que implica risco à estabilidade geotécnica do barramento.

### IE1.2 Taxa de aumento das fiscalizações de pesquisa e lavra

A meta para 2024 previa a definição da linha de base, uma vez que não havia histórico disponível para o indicador em questão. No entanto, dificuldades no desenvolvimento do projeto FIRMINA impediram a obtenção dos dados necessários para esse estabelecimento. Como consequência, as metas de 2025, 2026 e 2027, que dependiam desse valor, foram impactadas. Diante desse cenário, a proposta de alteração foi validada pelo Comitê Geral de Governança (CGG) e encontra-se em fase de aprovação pela Diretoria Colegiada.

### IE2.1 Taxa de satisfação com serviços da ANM

A meta para 2024 previa a definição da linha de base, uma vez que não havia histórico disponível para o indicador em questão. No entanto, com a criação do Índice de Maturidade Digital de Serviços Públicos, elaborado e monitorado pela Secretaria de Governo Digital, vinculada ao Ministério da Gestão e Inovação, propõe-se que a ANM adote esse indicador em substituição à Taxa de Satisfação com os Serviços da ANM. Essa proposta de alteração foi validada pelo Comitê Geral de Governança (CGG) e está em fase de aprovação pela Diretoria Colegiada.

### IE2.2 Taxa de automação de títulos minerários

A integração dos sistemas SOPLE e REPEM ocorreu em 2024, antecipando a meta prevista para 2025. Com essa integração, os requerimentos de pesquisa da 8ª Rodada de Disponibilidade foram processados pelo sistema REPEM. Como resultado, a Taxa de Automação de Títulos Minerários alcançou 34,86%, superando a meta estabelecida para 2024.

### IE2.3 Taxa de áreas nominadas em disponibilidade

A nomeação de áreas é o procedimento pelo qual os usuários indicam à ANM, via SOPLE, as áreas ou processos de seu interesse para inclusão em futuros editais de disponibilidade. Em 2024, o total dessas áreas em edital foi de 5.000, enquanto o total de áreas nominadas alcançou 4.581, resultando em 91,62%. Esse desempenho superou a meta estabelecida de 1.000 áreas nominadas para cada 5.000 áreas em edital (20%).

### IE3.1 Taxa de aplicação de ferramentas de boas práticas regulatórias

Foi proposta a retirada deste indicador do Plano Estratégico 2024-2027 até que o cenário seja mais favorável à implementação de inovações no monitoramento. A decisão considera a necessidade de um debate mais amplo sobre a política regulatória e sua consolidação como prioridade para alocação de recursos e investimentos na ANM. Essa alteração foi validada pelo Comitê Geral de Governança (CGG) e está em fase de aprovação pela Diretoria Colegiada.

### IE3.2 Taxa de cumprimento da Agenda Regulatória (TCa)

A meta prevista para este indicador no ano de 2024 foi definida para 30%. A apuração do indicador, que considerou as etapas do processo regulatório descritas abaixo, chegou ao resultado de 28,5% de cumprimento, atingindo 95% da meta proposta.

- Estudos Preliminares (EP)
- Análise de Impacto Regulatório ou Nota Técnica (AIR / NT)
- Elaboração de Minuta de Resolução (MR)
- Processo de Participação e Controle Social (PPCS)
- Análise de Contribuições (AC)
- Análise Institucional (AI)

Mais detalhes podem ser consultados no Painel da Agenda Regulatória, disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZGUzYzhkYWMTOWJkZS00ZWVjLWlxNzQtMmExN2Y5Y2YzNWFlidCI6ImEzMDgzZTlxLTc0OWItNDUzNC05YWZhLTU0Y2MzMTg4OTdiOCJ9>.

### IE3.3 Taxa de estudos da Economia Mineral

Em 2024, este indicador atingiu um resultado de 200%, superando amplamente a meta de 80% estabelecida para o ano-base. Esse desempenho foi resultado de 10 publicações realizadas, sendo: 1 Anuário, 5 Informes e 4 Sumários. Embora a meta para o ano fosse de 5 publicações, o alto índice de cumprimento foi impulsionado pela publicação de estudos realizados em anos anteriores, cujos resultados foram atualizados e publicados apenas em 2024. Nos próximos anos, espera-se que os resultados se aproximem mais das metas estabelecidas, considerando o ritmo de atualização das publicações.

### IE4.1 Taxa de áreas disponibilizadas em editais com potencial de extração de minerais com uso para segurança alimentar

Em 2024, a disponibilização de áreas com potencial para extração de minerais estratégicos voltados à segurança alimentar, conforme definido na Resolução 2 do MME de 18 de junho de 2021, atingiu 43,2%, ficando abaixo da meta de 50%. Foram ofertadas 144 áreas em editais, enquanto o total de áreas aptas no estoque do SOPL era de 333. A seleção das áreas seguiu os critérios estabelecidos na 8ª Rodada de Disponibilidade, que exigiam vínculo às substâncias estratégicas e sua presença no Cadastro Mineiro. No entanto, a meta não foi



atingida porque algumas áreas aptas no estoque do SOPLE não foram ofertadas por não estarem nominadas, requisito essencial nos critérios para a seleção das áreas.

#### IE4.2 Taxa de áreas disponibilizadas com potencial de extração de minerais estratégicos com uso para transição energética

Os Minerais Estratégicos para Transição Energética, conforme definidos nos itens II e III da Resolução 02 do MME de 18 de junho de 2021, incluem substâncias como Cobalto, Cobre, Lítio, Alumínio, Níquel, Vanádio, Manganês, Terras Raras, Grafita, Nióbio e Silício. Para a 8ª Rodada de Disponibilidade, os critérios exigiam que as áreas selecionadas estivessem vinculadas a essas substâncias, conforme estipulado na Política Nacional de Minerais Estratégicos. Em 2024, o número de áreas disponibilizadas foi de 800, enquanto o total de áreas aptas em estoque com potencial geológico para extração desses minerais foi de 1.755, resultando em um percentual de 45,6%, não atingindo a meta de 50%. O resultado deve-se as áreas aptas no estoque do SOPLE, que tinham potencial para extração de minerais estratégicos com uso para transição energética, mas que não foram ofertadas em 2024, pois não estavam nominadas, requisito essencial nos critérios para a seleção das áreas.

#### IE4.3 Taxa de prioridade de outorga de áreas para transição energética

A meta para 2024 era a definição da linha de base, uma vez que não havia histórico disponível. O indicador mede a priorização na análise de requerimentos de títulos minerários para minerais estratégicos de transição energética, considerando os pedidos de pesquisa e lavra pendentes e as outorgas concedidas em 2024 para os minerais listados no PPA 2024-2027. No período analisado, foram registrados 6.848 requerimentos, resultando em 4.744 alvarás de pesquisa e 23 portarias de lavra, atingindo um índice total de 63% de outorga. Dentre os minerais, o Níquel teve o maior percentual de outorga (81,02%), seguido por Terras Raras (82,37%) e Lítio (72,15%), enquanto Quartzo obteve o menor índice (34,43%). O resultado consolidado de 2024 servirá como base para as metas futuras, que preveem um crescimento gradual, com projeções de 66% em 2025, 69% em 2026 e 73% em 2027.

#### IE4.4 Taxa de prioridade de outorga de áreas para segurança alimentar

A meta para 2024 previa a definição da linha de base, uma vez que não havia histórico disponível. O indicador avalia a priorização da análise de requerimentos de títulos minerários para minerais estratégicos de Segurança Alimentar, considerando os pedidos de pesquisa e lavra pendentes e as outorgas concedidas em 2024 para os minerais listados no PPA 2024-2027. No período analisado, foram registrados 1.302 requerimentos, resultando em 728 alvarás de pesquisa e 2 portarias de lavra, alcançando um índice total de outorga de 48,6%. Entre os minerais, o Nitrato de Potássio apresentou a maior taxa de outorga (93,75%), seguido por Potássio (75,90%) e Magnésio (45,45%), enquanto Enxofre obteve o menor percentual (25,00%). O resultado de 2024 servirá como referência para as metas futuras, com projeções de crescimento para 51% em 2025, 54% em 2026 e 56% em 2027.

#### IE5.1 Índice de maturidade em governança de Tecnologia da Informação (iGovTI)

A proposta para aferir esse índice é usar o resultado obtido no Autodiagnóstico do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP, promovido pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – SGD/MGI para avaliar a governança de TI da Agência.

O resultado obtido no iGOVSISP 2024, com um Índice Geral de 0,4185, atende à meta estabelecida para o iGovTI em 2024, que era de 0,15 em uma escala de 0 a 1, o resultado representa um avanço em relação ao índice de 0,3878 obtido no exercício de 2023, demonstrando evolução na governança de TI da instituição.

#### IE5.2 Taxa de execução da digitalização de processos ativos

A meta para 2024 previa a definição da linha de base do indicador, uma vez que não havia histórico disponível. A Taxa de Execução da Digitalização de Processos Ativos foi estabelecida em 71,34% para 2024, com metas progressivas de 80% em 2025, 90% em 2026 e 95% em 2027. O indicador é calculado pela relação entre o número de processos ativos digitalizados e o total de processos ativos protocolados até 30/09/2019. O ritmo da digitalização tende a desacelerar à medida que alcança processos mais antigos, que possuem maior volume documental e estado de conservação mais crítico. Além disso, a ANM ainda não dispõe de um levantamento preciso dos processos minerários ativos sob sua posse e passíveis de digitalização,

uma vez que alguns podem estar em trâmite externo ou extraviados. Em 2025, está prevista a conclusão da revisão do acervo processual, abrangendo documentos sob custódia das empresas de digitalização e aqueles ainda pendentes de retirada nas unidades regionais, o que permitirá uma avaliação mais precisa do progresso rumo à meta de 100% de digitalização.

#### IE6.1 Taxa de repasses à Entes Produtores (IDCFEMP)

A Taxa de Repasses aos Entes Produtores (IDCFEMP) tem como objetivo medir a tempestividade no repasse da cota-parte da CFEM aos beneficiários, com a meta de 12 repasses ao longo do ano. Em 2024, a meta foi integralmente cumprida, com seis repasses realizados no primeiro semestre e seis no segundo, totalizando os 12 previstos. A comprovação do cumprimento se dá por meio dos processos registrados no SEI para cada mês, garantindo a transparência e a regularidade das transferências.

#### IE6.2 Taxa de cobrança da CFEM (IPCCFEM)

A Taxa de Cobrança da CFEM (IPCCFEM) mede o número de processos de cobrança abertos e notificados no período, com meta anual de 40 processos. Em 2024, foram abertos 34 processos, sendo 20 no primeiro semestre e 14 no segundo, ficando abaixo da meta estabelecida. A principal justificativa para o não atingimento foi a redução da equipe de fiscalização devido à aposentadoria de um servidor, restando apenas quatro profissionais para atuar em todo o território nacional, além do atraso na notificação da fiscalização da VALE eixo norte, que aguarda manifestação da Procuradoria Federal.

#### IE6.3 Taxa de contencioso da CFEM (IAPCFEM)

A Taxa de Contencioso da CFEM (IAPCFEM) mede o número de pareceres emitidos em análises de defesa, recurso e pedidos de consideração em processos de cobrança da CFEM. A meta para 2024 era de 80 processos, e o resultado superou a expectativa, totalizando 91 análises, sendo 52 no primeiro semestre e 39 no segundo.

#### IE6.4 Taxa de contencioso das outras receitas (IAPOR)

Taxa de Contencioso das Outras Receitas (IAPOR) mede o número de pareceres emitidos sobre receitas da ANM. A meta para 2024 era de 240 processos, e o resultado alcançado atingiu 282 análises no ano, com 167 no primeiro semestre e 115 no segundo.

#### IE6.5 Taxa de destinação de orçamento discricionário para projetos estratégicos

Este indicador tem como objetivo medir a aplicação do orçamento discricionário em projetos definidos como prioritários pela ANM. Em 2024, foi realizada a medição da linha de base, alcançando uma taxa de 5,23%. A fórmula para o cálculo é a razão entre o valor empenhado nos projetos prioritários e a dotação inicial do orçamento discricionário, excluindo auxílio-moradia. Os projetos prioritários incluem iniciativas como SIG-Áreas 2.0, FIRMINA, SINARC, entre outros. Embora o portfólio de projetos institucionais tenha sido aprovado no final do 2º semestre de 2024, o resultado obtido foi dentro da meta inicial de 5%. Para os próximos anos, as metas foram definidas em 6% para 2025, 7% para 2026 e 8% para 2027. A variação da dotação orçamentária ao longo do ano pode influenciar as metas, sendo necessário considerar ajustes conforme o planejamento e a execução dos projetos.

#### IE6.6 Taxa de abertura de PAS para infrações identificadas

A meta para 2024 previa a definição da linha de base, uma vez que não havia histórico disponível. No entanto, dificuldades no desenvolvimento o módulo de autuação CONAD, integrado à FIRMINA, impediram a obtenção dos dados necessários para esse estabelecimento. Como consequência, as metas de 2025, 2026 e 2027, que dependiam desse valor, foram impactadas. Diante desse cenário, a proposta de alteração da fórmula do indicador e das metas anuais foram validadas pelo Comitê Geral de Governança (CGG) e encontra-se em fase de aprovação pela Diretoria Colegiada.

#### IE7.1 Taxa de servidores capacitados

Em 2024, a ANM alcançou uma taxa de 33% de servidores que participaram de ações de capacitação, com 221 servidores capacitados do total de 669 servidores ativos. A fórmula utilizada para calcular esse indicador é a razão entre os servidores capacitados e o total de

servidores da ANM. A meta para 2024 foi definir a linha de base e estabelecer metas para os anos subsequentes, com a proposta de 50% para 2025, 65% para 2026 e 80% para 2027. Vale destacar que, com a chegada de novos servidores devido ao concurso público em andamento, o denominador deste indicador sofrerá uma alteração significativa, o que poderá exigir a reavaliação das metas propostas.

#### IE7.2 Taxa avaliação qualitativa do Programa de Gestão e Desempenho

O indicador tem como objetivo avaliar o nível de execução dos planos de entrega e sua avaliação qualitativa. Para 2024, a meta era construir a fórmula e medir a linha de base, mas devido à publicação da Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGP-SRT/MGI nº 21/2024, que estendeu o prazo de adequação ao PGD para 31 de outubro de 2024, foi decidido que os Planos de Entrega da ANM teriam vigência de 1 ano, até 31 de dezembro de 2025. Essa mudança resultou na impossibilidade de elaborar a fórmula e linha de base em 2024. A partir de 2025, será possível definir as metas para 2026 e 2027 de acordo com a linha de base medida. Essa proposta de alteração das metas foi validada pelo Comitê Geral de Governança (CGG) e está em fase de aprovação pela Diretoria Colegiada.

#### IE8.1 Taxa de aumento de Transparência Ativa

Em 23 de dezembro de 2024, a ANM atingiu 100% de cumprimento dos itens de Transparência Ativa monitorados pela CGU. Esse resultado pode ser verificado no Painel da Lei de Acesso à Informação, evidenciando o compromisso da ANM com a transparência e a disponibilização de informações públicas conforme exigido pela legislação vigente.

#### IE8.2 Taxa de satisfação do usuário nas respostas da ANM via LAI

A ANM atingiu, no período de 01 de janeiro a 23 de dezembro de 2024, para os pedidos de LAI 4,69/5 para atendimento pleno e 4,77/5 para fácil compreensão. Esses dados podem ser verificados no Painel da Lei de Acesso à Informação, demonstrando a eficiência e clareza da ANM no atendimento aos pedidos de acesso à informação.

### IE8.3 Taxa de satisfação sobre o portal institucional da ANM

A meta estabelecida para 2024 era uma taxa de satisfação de 55%. Para isso, seria necessário realizar pesquisas estruturadas com os usuários do portal, a fim de mapear sua experiência e identificar pontos de melhoria. No entanto, a execução dessas pesquisas não foi possível devido a problemas de arquitetura da informação e experiência do usuário já identificados no portal. Assim, foi decidido que as pesquisas de satisfação só seriam viáveis após a reformulação do site. Para 2025, espera-se que, com o aumento de servidores e recursos, seja possível avançar na reformulação do site e realizar as pesquisas planejadas.

### IE8.4 Taxa de satisfação dos canais de comunicação interna

Este indicador tinha uma meta de 60% de satisfação para 2024. Assim como no IE8.3, a pesquisa de satisfação seria realizada através de um levantamento estruturado. No entanto, a execução das pesquisas não ocorreu devido às mesmas limitações encontradas no portal institucional, como os problemas estruturais e a necessidade de reformulação dos canais de comunicação interna. A reformulação desses canais de comunicação interna foi postergada para 2025.

### IE8.5 Taxa de satisfação do usuário em processos de controle e participação social (PPCS)

Foi solicitado a retirada deste indicador do Plano Estratégico 2024-2027 até a política regulatória ser amplamente debatida. Essa proposta de alteração foi validada pelo Comitê Geral de Governança (CGG) e está em fase de aprovação pela Diretoria Colegiada.

### IE9.1 Taxa de implementação da estratégia

Este indicador avalia o grau de implementação anual da estratégia da ANM. Para o ano de 2024, a meta estabelecida era de 60%, contudo, o resultado alcançado superou a expectativa, atingindo 65,8%. Destaca-se que, para muitos indicadores, a meta de 2024 consistia apenas na elaboração da linha de base e na definição das metas para os anos subsequentes (2025, 2026 e 2027). Assim, espera-se que, em 2025, os resultados reflitam cada vez mais a evolução da estratégia institucional.



### IE9.2 Índice de avaliação de governança institucional (iESGo)

Este indicador foi incorporado ao planejamento estratégico da ANM com o objetivo de avaliar o nível de adesão da organização às práticas de governança e sustentabilidade, incluindo temas como liderança, estratégia, controle, gestão de pessoas, TI, segurança da informação, contratações, e sustentabilidade ambiental e social. Criado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e reformulado a partir do questionário do iGG, o iESGo foi adaptado para avaliar também aspectos de sustentabilidade. Em 2024, a meta foi aferir a linha de base com um índice de 51,2%. As metas para os anos seguintes são: aumento de 5% em 2025, alcançando 53,5%, 10% em 2026, resultando em 56,3%, e 15% em 2027, atingindo 58,8%. A aferição do indicador será realizada pela Superintendência Executiva (SPE) nos anos de 2024 e 2027, seguindo a metodologia do TCU, e pelo próprio TCU em 2026.

### IE9.3 Taxa de eficácia do tratamento de riscos priorizados

O indicador estratégico IE9.3 tem como objetivo avaliar a eficácia no tratamento de riscos priorizados, calculado pela relação entre os riscos previstos e avaliados e os riscos que se concretizaram. A meta para 2024 era medir a linha de base para definir parâmetros de avaliação. Contudo, devido à dificuldade em coletar dados sobre o processo de gerenciamento de riscos nas unidades, não foi possível realizar essa medição. Em resposta, as metas para os anos subsequentes foram revistas, com a proposta de medir a linha de base em 2025 e, a partir daí, definir as metas para 2026 e 2027. Essa proposta de alteração foi validada pelo Comitê Geral de Governança (CGG) e está em fase de aprovação pela Diretoria Colegiada.

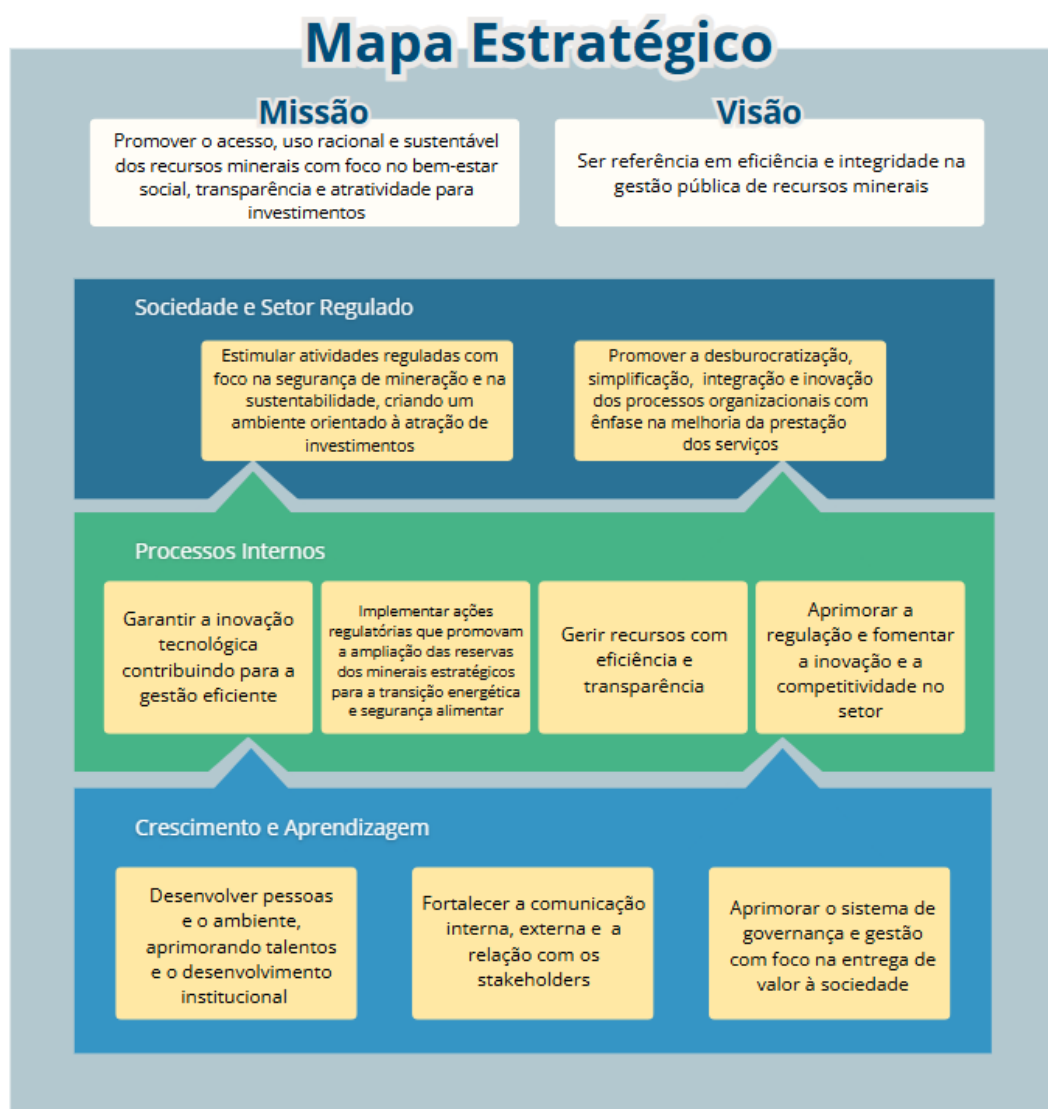
### IE9.4 Taxa de eficácia do combate ao conflito de interesses

Em relação a este indicador foi previsto para 2024 o levantamento dos dados relativos às consultas realizadas por meio do sistema de prevenção aos conflitos de interesse da Controladoria-Geral da União (SeCI), que totalizaram 16. A proposta do indicador é que um maior número de consultas preventivas reflete um melhor desempenho, devido à ampliação da conscientização sobre o tema e ao caráter preventivo dessas ações. A partir dos resultados obtidos, as metas a serem estabelecidas visam um aumento progressivo de 17, 18 e 19 ao longo dos próximos anos.

## Mapa Estratégico

O Mapa Estratégico da ANM é um documento orientador, de caráter sintético e visual, que comunica de forma clara e objetiva à sociedade, aos agentes regulados e ao público interno os objetivos que guiarão a atuação da Agência durante um período determinado, com o intuito de assegurar o cumprimento eficiente e eficaz de sua missão institucional. Este mapa é estruturado por meio de um conjunto de nove objetivos estratégicos, organizados em três dimensões, que representam as áreas prioritárias para o desenvolvimento e fortalecimento da atuação da ANM.

Cada um dos objetivos estratégicos está vinculado a um conjunto específico de indicadores e metas de desempenho, os quais servem de base para o desdobramento da estratégia em projetos e iniciativas concretas. Esses projetos e iniciativas, por sua vez, contribuem para a comunicação dos resultados alcançados, possibilitando o acompanhamento contínuo da implementação da estratégia e garantindo maior transparência e efetividade nas ações da Agência.



## Plano de Gestão Anual (PGA)

O Plano de Gestão Anual 2024 (PGA) está alinhado ao Planejamento Estratégico 2024 - 2027 da ANM e se estabelece como instrumento anual de planejamento. Ele define ações e metas voltadas aos processos finalísticos e de gestão, fortalecendo a governança, a transparência e a tomada de decisões, além de contribuir para a missão da ANM de promover o acesso e o uso sustentável dos recursos minerais, gerando riqueza e bem-estar para a sociedade.

O PGA 2024 trouxe aprimoramentos importantes, ampliando o conjunto de metas e indicadores. Além dos 32 indicadores do Plano Estratégico 2024-2027, foram incorporados 15 da Avaliação de Desempenho Institucional 2024, totalizando 47 indicadores. Um dos avanços foi a introdução do monitoramento da evolução das ações previstas nos Planos Executivos das Superintendências da ANM.

## RESULTADO DO AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL 2024

A avaliação de desempenho institucional visa aferir o alcance das metas organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas, conforme determinado pelo Decreto 7133/2010. Em 2024, a ANM atingiu 95,4% do Índice de Desempenho Médio (IDIM). Para mais detalhes: <https://www.gov.br/anm/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/gestao-estrategica/avaliacao-de-desempenho>



## DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA

O Desdobramento da Estratégia da ANM envolve a transformação dos objetivos estratégicos em ações operacionais, garantindo que a missão institucional da Agência seja cumprida com eficiência e eficácia. Esse processo acontece por meio de planos que conectam os níveis estratégico e operacional da gestão, sendo o nível tático o elo entre esses dois, pois traduz os objetivos estratégicos em ações práticas a serem implementadas.

Na ANM, o Desdobramento da Estratégia se materializa por meio da criação de planos organizados para cada nível de gestão. O principal instrumento tático, o Plano de Diretrizes, orienta e direciona as ações da Agência. Esse plano foi inspirado em boas práticas de governança adotadas por instituições como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e é fundamentado nos princípios de governança do Decreto Nº 9.203/2017.

O Plano de Diretrizes é organizado em cinco eixos, que são: (1) Governança e Gestão, (2) Setorial e Regulação, (3) Desenvolvimento Institucional, (4) Relacionamento Institucional, e (5) Gestão de Pessoas. Cada eixo é acompanhado por recomendações de ações, que se baseiam em análises e achados de estudos realizados por organismos como a OCDE, FDC e TCU.

Após a definição do Plano de Diretrizes, cada Superintendência da ANM elaborou seu respectivo Plano Executivo, detalhando as ações necessárias para atender às demandas estabelecidas. Cada Plano Executivo descreve as ações específicas, que podem ser na forma de projetos ou iniciativas, necessárias para alcançar os objetivos, além de estabelecer prazos, responsabilidades e os riscos associados a cada tarefa. Esses planos foram elaborados com base no Guia de Elaboração dos Planos Executivos, garantindo a padronização e a aplicação de uma metodologia consistente em todo o processo. Abaixo segue a figura que demonstra o desdobramento da estratégia da ANM:



Para otimizar a elaboração e o monitoramento, a ANM desenvolveu painéis de BI, que possibilitam a visualização das diretrizes, eixos, ações recomendadas, riscos, prazos e os resultados dos monitoramentos periódicos.

Com a implementação do novo Plano Estratégico 2024-2027 e a introdução do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, a ANM está reestruturando seus instrumentos de nível tático e operacional, os Planos de Diretrizes e Executivos. O objetivo dessa reestruturação é ajustar esses instrumentos à nova estratégia da ANM, assegurando que todos os elementos que compõem o desdobramento da estratégia estejam alinhados de maneira eficiente e coerente, promovendo a o alcance dos objetivos estabelecidos.

## RESULTADOS DOS PLANOS EXECUTIVOS 2024

Os painéis de monitoramento dos Planos Executivos acompanham a execução das atividades pelas áreas de negócio da ANM, conforme previsto em seus respectivos planos. O ciclo dos Planos Executivos é bienal (2023-2024), e seu último monitoramento ocorreu em dezembro de 2024. Como parte da reestruturação dos instrumentos de desdobramento da estratégia, as ações não concluídas nesse período serão transferidas para os Planos de Entrega (PGD) de cada área, assegurando a continuidade das atividades e o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

## PORTFÓLIO DE PROJETOS

Em 2024, o escritório de projetos propôs uma metodologia para ranqueamento de projetos institucionais, cujo produto foi o primeiro portfólio de projetos da ANM. Segue resumo da metodologia no quadro abaixo, considerando os critérios para o ranqueamento.

O processo de construção da metodologia foi com base em observação no procedimento dos outros órgãos sobre o assunto, cursos sobre priorização de projetos e criação de portfólio disponíveis na plataforma da ENAP, bem como outros recursos, tais como artigos e via consultoria, da empresa Gartner. Os critérios tiveram o papel de permitir a comparação de mesmas características entre os projetos, considerando o nível de maturidade em projetos de

forma geral e que fossem de aspecto estratégico. O método utilizado para priorização teve como base a ponderação de fatores e somados ao final para cada projeto (análise multicritérios com ponderação). Os critérios foram descritos em categorias, considerando o objeto avaliado (estratégia, preparo ou custo).

Id	1	2	3	4	5	19	22
CATEGORIA:	ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIA	PREPARO	CUSTO
SIGNIFICADO:	Avalia o impacto caso o projeto não seja implementado. O impacto está intrinsecamente associado ao risco, ou seja, aos danos ou prejuízos no caso de não execução do projeto. Pergunta a ser respondida: "Qual o impacto caso o projeto não seja executado?"	Avalia o tempo disponível até a entrega do produto pelo respectivo projeto, para que surta o efeito esperado. Considera exigências legais e jurídicas que influenciam na necessidade do projeto, além de situações críticas que podem afetar a segurança institucional da ANM ou da sociedade. Pergunta a ser respondida: "Qual o prazo para a entrega do projeto?"	Avalia se o projeto possui indicador estratégico diretamente associado, a fim de estimar o quanto o projeto contribui diretamente para o alcance da estratégia.	Avalia se o projeto foi objeto do acordo de priorização realizado entre os PCOs em junho de 2024 em decorrência de demanda da DIRC.	Avalia se há alguma demanda externa que impõe a execução do projeto (legislação, auditoria, decisão judicial, TAC etc.).	Avalia se a área de negócio já iniciou algum trabalho de mapeamento de riscos na própria unidade organizacional. Mapeamento de riscos pode ser um dos insumos utilizados para a identificação, definição e escolha de projetos a serem propostos.	Avalia se a origem do recurso para o projeto é proveniente do orçamento da ANM ou de ator externo.
ESCALA:	Impacto	Urgência	Indicador estratégico	Priorizado em 2024	Imposição legal	Mapeamento de riscos na UORG	Fonte do recurso
1	Muito baixo. (...) pouco significativas.	Muito baixa. Pode esperar.	sem indicador associado	não	não	sem mapeamento	ANM
2	Muito baixo. (...) pouco significativas.	Muito baixa. Pode esperar.	-	-	-	-	-
3	Baixo. (...) reversíveis em curto e médio prazo com custos pouco significativos.	Baixa. Pouco urgente.	-	-	-	-	-
4	Baixo. (...) reversíveis em curto e médio prazo com custos pouco significativos.	Baixa. Pouco urgente.	-	-	-	-	patrocinador (ACT)
5	Moderado. (...) reversíveis em curto e médio prazo com custos baixos.	Moderada. O mais rápido possível.	-	-	sem prazo definido	-	-
6	Moderado. (...) reversíveis em curto e médio prazo com custos baixos.	Moderada. O mais rápido possível.	-	-	-	-	-
7	Alto. (...) reversíveis em curto e médio prazo com custos altos.	Alta. É urgente.	-	-	-	-	patrocinador (ACT) & fornecedor (?)
8	Alto. (...) reversíveis em curto e médio prazo com custos altos.	Alta. É urgente.	-	-	-	-	-
9	Muito alto. (...) irreversíveis ou com custos inviáveis.	Muito alta. Precisa de ação imediata.	-	-	-	-	-
10	Muito alto. (...) irreversíveis ou com custos inviáveis.	Muito alta. Precisa de ação imediata.	com indicador associado	sim	com prazo definido	com mapeamento	não se aplica
AMPI/MINF	1	1	1	1	1	1	1
10	10	10	10	10	10	10	10

Para processar a metodologia, um inventário de todos os projetos da ANM, com diversos níveis de detalhamento e situações, foi realizado, a partir de oficinas ao longo de 2024, em conjunto com as áreas responsáveis. O portfólio resultou em 62 projetos ativos no âmbito do Plano Estratégico de 2024 a 2027.

Em paralelo, dois documentos foram elaborados: um que trata da governança do portfólio de projetos da ANM e outro que aborda conceitos gerais sobre gerenciamento de projetos.

O inventário, o ranqueamento e os dois guias tiveram como objetivo iniciar a discussão sobre a melhor gestão dos recursos orçamentários e humanos, sabendo que a agência passa por questões de redução recorrente tanto financeira, quanto da força de trabalho e, não menos importante, ser coerente com a estratégia institucional proposta.

O portfólio e os documentos foram submetidos ao ciclo de governança de desdobramento da estratégia. Tal ciclo se iniciou com discussões em um fórum de gestão de caráter técnico, seguindo para apreciação pelo Comitê CGG e encaminhado para a Diretoria Colegiada da ANM, que aprovou por unanimidade.

A Diretoria Colegiada aprovou 10 projetos, denominados “prioritários”, os quais serão objetos de monitoramento e concentração de esforços. Além dos prioritários, 5 projetos relacionados à área de tecnologia da informação foram identificados como “imprescindíveis”, visto que foram considerados como basilares para transformação digital que está em andamento na ANM.

GRAU DE PRIORIDADE	NOME DO PROJETO	ÁREA LÍDER DO NEGÓCIO
Imprescindível	Microsegmentação de redes	STI
Imprescindível	Aquisição de novo firewall	STI
Imprescindível	Serviços de Segurança da Informação	STI
Imprescindível	Cofre de senhas (acesso lógico privilegiado)	STI
Imprescindível	Migração da infraestrutura de TI para o SERPRO	STI
Prioritário	SIG-Áreas 2.0	SOT
Prioritário	FIRMINA	SFI
Prioritário	SINARC	SAR
Prioritário	CONAD	SFI
Prioritário	SIGBM 2.0	SBM
Prioritário	Digitalização e gestão documental	SPE
Prioritário	Atualização para SEI 4.0	SPE
Prioritário	RAL 2.0	SFI
Prioritário	RPM Simplificação	SFI
Prioritário	Simplifica Outorga	SOT

De forma complementar, o programa META II de incentivo financiado pelo Banco Mundial (BM) e intermediado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) junto à ANM encontra-se suspenso, em razão de indisponibilidade orçamentária. Em que pese todo o trabalho dispensado na revisão de escopo no ano de 2023 e na criação dos artefatos de licitação e condução de processo licitatório para a contratação de empresa e execução do Programa houve um corte de gasto logo no início do ano de 2024 que impactou severamente o Programa, obrigando a ANM a suspender suas atividades no âmbito do Projeto META II.

Por fim, para o ano de 2025, a ANM irá direcionar os esforços para solidificar a governança e a gestão do portfólio e de projetos por meio da disseminação da cultura e de boas práticas e monitoramento, na busca da eficiência no desdobramento da estratégia.

## PROJETO DIGITALIZAÇÃO

O Projeto de Digitalização e Gestão Documental foi iniciado em 2019, com a elaboração dos primeiros estudos técnicos. A equipe de Gestão Documental, composta à época por dois arquivistas e uma bibliotecária, analisou experiências de outros órgãos e lições aprendidas em



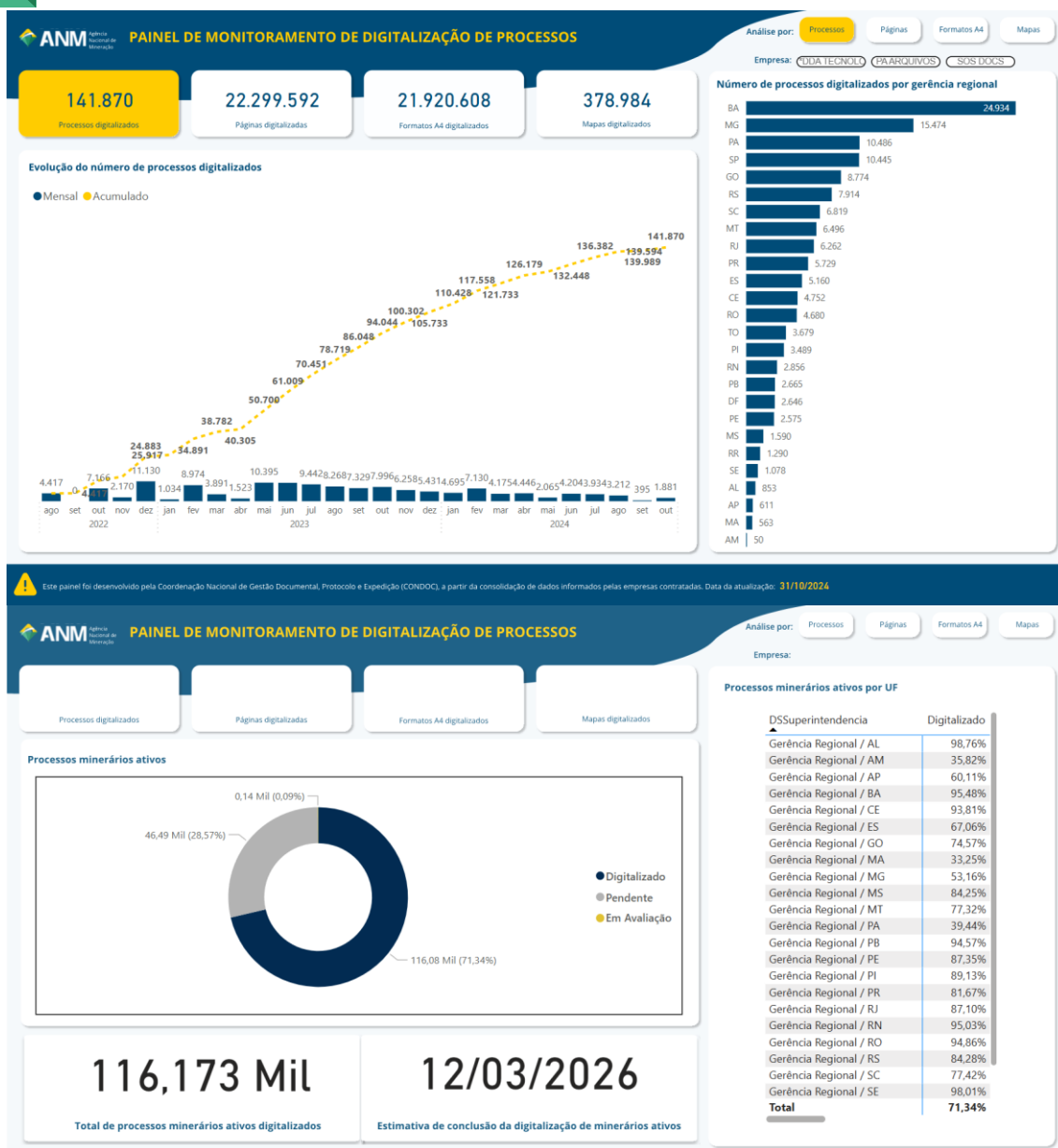
outros projetos. A complexidade do projeto é alta, dada a elevada produção documental de 1934 a 2019, ano de implantação do Protocolo Digital, em que houve o fim do recebimento de documentos em papel, e as particularidades da massa documental da ANM, composta por processos ainda ativos desde 1934, contendo mapas de tamanhos superiores a A3, alguns até mesmo superiores a A0, ou seja, de grandes formatos. Além das características complexas relacionadas aos documentos físicos, há a necessidade legal de a ANM cumprir com a decisão de separar os documentos em públicos e restritos, o que exige digitalização documento a documento.

Ao longo de 2020, foram elaborados os instrumentos de contratação e em dezembro de 2020 foi concluída a etapa licitatória. Em 2021, os contratos foram assinados, e iniciada a etapa de integração do sistema das empresas ao SEI, utilizado pela ANM, para alimentação dos processos diretamente pelas empresas, de forma automatizada. Paralelamente, em virtude da necessidade de reformas e mudanças de algumas unidades regionais, os processos foram sendo transferidos para as empresas contratadas.

Em 2022, uma das empresas contratadas para o projeto, responsável pelos estados de AM, RR, RO, ES e MG solicitou a rescisão contratual, o que impactou nos prazos e atividades inicialmente previstos. Ainda em 2022, entretanto, foi possível convocar as próximas empresas classificadas no certame a assumirem os contratos, com início das atividades ocorrido em março de 2023.

No ano de 2024 foram realizadas renovações contratuais e uma nova licitação para os Grupos 1 e 2, em que não houve interesse da empresa contratada pela renovação. Com a realização de fiscalização efetiva dos contratos para garantir as entregas acordadas pelas empresas e a garantia de disponibilidade orçamentária para honrar os compromissos firmados, foi possível chegar a um percentual de 71% de processos ativos digitalizados em dezembro.

Para o ano de 2025, o desafio é aumentar as entregas da digitalização de processos ativos nas unidades em que houve percalços logísticos, como PA (em que a grande quantidade de processos com envelopes de disponibilidade em papel afetou a remessa dos processos para a empresa responsável pela digitalização) e MG (em virtude da reforma do prédio houve a necessidade de alteração de estratégia). A expectativa é de adiantar as metas e alcançar, ainda em 2025, percentuais de digitalização acima de 90% em todas as unidades da federação.



## MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA CADASTRO MINEIRO



A partir dos resultados trazidos pela ferramenta “Controle de Tráfego de Processos Minerários”, foram identificadas diversas lacunas no relacionamento entre os eventos dos processos. Diversos objetos (entrada e saída de informações nos processos minerários) foram tratados ao longo dos anos a partir da base de eventos existente, sem considerar as evoluções normativas ao longo dos anos.

Com o objetivo de identificar essas lacunas, foi iniciado o projeto de “Modernização do Sistema Cadastro Mineiro” o que, pela necessidade de melhor compreensão dos processos e, por conseguinte, maior controle das demandas, houve necessidade de suspender temporariamente o projeto Gestão por Competências (GESCOM). Para identificar as lacunas foram desenhados todos os fluxos processuais de acordo com os regimes de aproveitamento mineral, indicando as possíveis entradas e saídas de objetos que ocorrem ao longo da vida útil do processo, baseado na estrutura normativa atualmente vigente. A partir dos fluxos, foram alocados os eventos existentes em cada etapa, bem como apontadas as lacunas de eventos que permitam interpretar corretamente as etapas ocorridas no processo.

A partir dos fluxos dos processos minerários e do levantamento dos eventos existentes no Sistema Cadastro Mineiro, realizou-se o enquadramento da etapa com o evento, indicando os pontos de atenção. Esta atividade concluiu pela necessidade inicial de intervenção nos eventos a partir de ajuste em seus atributos (reativar ou inativar evento, alterar atributo para ativar ou inativar processo), bem como adequação de sua redação para obedecer a um padrão que permita identificar diretamente o evento de acordo com sua tipologia (evento de protocolo com o termo PROTOC, e evento de publicação com a terminação PUB).

Para 2025, as lacunas existentes e identificadas de eventos serão encaminhadas às áreas gestoras (de acordo com o regime/fase do processo) para aprofundamento e validação das propostas, o que permitirá que o Sistema Cadastro Mineiro reflita com maior fidelidade possível o retrato do andamento dos processos minerários junto à ANM.

## PARCERIAS ANM- COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

 Firmado em junho/2024	<b>Acordo de Cooperação Técnica</b> • Redução dos estoques processuais e organização de processos com uso de IA • Atualização do arcabouço normativo com vistas a simplificação dos processos regulatórios Início das atividades: 03/12/2024.
<b>Acordo de Cooperação Técnica</b> • Estruturação de dados de economia mineral com foco em informações sobre sustentabilidade na mineração • Capacitação de servidores da ANM Em fase de planejamento para início das atividades.	 Firmado em novembro/2024
 Firmado em maio/2024	<b>Acordo de Cooperação Comercial</b> • Operação da Plataforma de Gestão dos Recursos Minerais • Viabiliza a participação de parceiros para desenvolvimento de produtos e serviços • Hospedagem da infraestrutura de rede da ANM Atividades em andamento.

## ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Auditoria Interna é uma unidade vinculada ao nível estratégico, na ANM, à Diretoria Colegiada, instituída pelo Decreto-Lei nº 3.591/2000. Ela existe para fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle. As auditorias internas submetem-se à orientação normativa e supervisão técnica da CGU e possui as seguintes atribuições principais:

- Executar ações de auditoria interna (avaliações ou consultorias) – previstas em plano anual aprovado pela instância máxima e supervisionado tecnicamente pela CGU; e
- Atuar na articulação, recepção, encaminhamento, facilitação e monitoramento das demandas apresentadas pelos órgãos de controle interno (CGU) e externo (TCU).

Em 2024, a Auditoria executou as seguintes avaliações de auditoria:

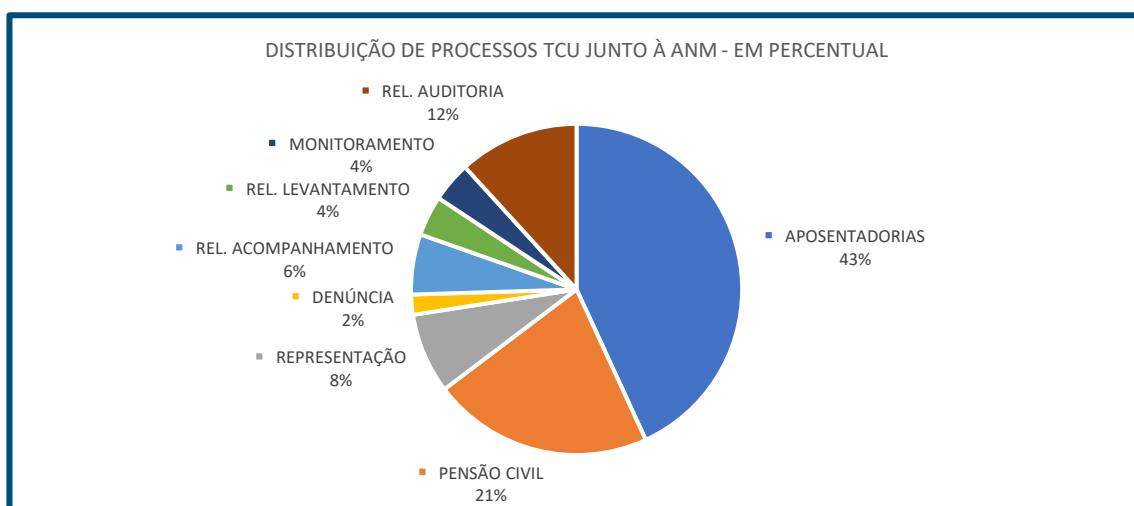
ASSUNTO	ORIGEM DO TRABALHO	UNIDADES ENVOLVIDAS	RECOMENDAÇÕES
Adequação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos instituídos pela entidade para fornecer segurança razoável quanto ao processo de elaboração das informações contábeis e financeiras.	PAINT 2024  Obrigação Normativa - IN CGU nº 05/2021 - Parecer sobre a prestação de contas da ANM (Artigo 16).	SGA SGP  SPE SAR  PFE	7
Adequação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos instituídos pela entidade para fornecer segurança razoável quanto ao atingimento dos objetivos operacionais.	PAINT 2024  Obrigação Normativa - IN CGU nº 05/2021 - Parecer sobre a prestação de contas da ANM (Artigo 16).	SPE	3
Avaliar os controles internos adotados pela SGA cumprimento de atribuições regimentais.	PAINT 2024  Expectativa da alta administração - Artigo 3º, IN CGU nº 05/2021	SGA, SGP e SPE	Nota: 3  Relatorio : 3
Avaliar os controles internos adotados pela STI cumprimento de atribuições regimentais.	PAINT 2024  Expectativa da alta administração - Artigo 3º, IN CGU nº 05/2021	STI, SGA, SFI, SPE	9

### Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Conforme mencionado, a Auditoria é responsável por receber e encaminhar formalmente as demandas do TCU no âmbito das fiscalizações, de modo a responder tempestiva e adequadamente.

O TCU adota uma plataforma de serviços digitais denominada Conecta-TCU por meio da qual centraliza, estrutura e controla informações e serviços integrados relativos às deliberações, processos e recursos relacionados a sua atuação junto às unidades jurisdicionadas, incluindo a ANM.

Conforme informações extraídas dessa plataforma, em 2024, o TCU atuou em 51 processos, direcionados à ANM, nas seguintes temáticas:



### CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

As atividades correcionais no âmbito da ANM, incluem a fiscalização da legalidade das atividades funcionais, a gestão dos processos disciplinares, a orientação ao corpo gerencial sobre a aplicação do Regime Disciplinar, bem como a prestação de subsídio sobre matéria correcional à Diretoria e aos órgãos de controle interno e externos.

A Corregedoria-Geral da União – CRG/CGU, no ano de 2021, elaborou o Modelo de Maturidade Correcional (CRGMM), o qual serviria de instrumento de gestão correcional, com objetivo de estabelecer um novo patamar de atuação das Corregedorias nos órgãos e entidades.

No ano de 2024 a COR/ANM, em resposta ao projeto apresentado, respondeu a autoavaliação. Em resposta a CRG/CGU concluiu que a Corregedoria/ANM se enquadrava no Nível 1 – Inicial – de Maturidade. Ante o resultado apresentado, a Corregedoria estabeleceu como meta trabalhar para atingir o Nível 2 - Padronizado.

### *Projeto de aproximação com as Regionais*

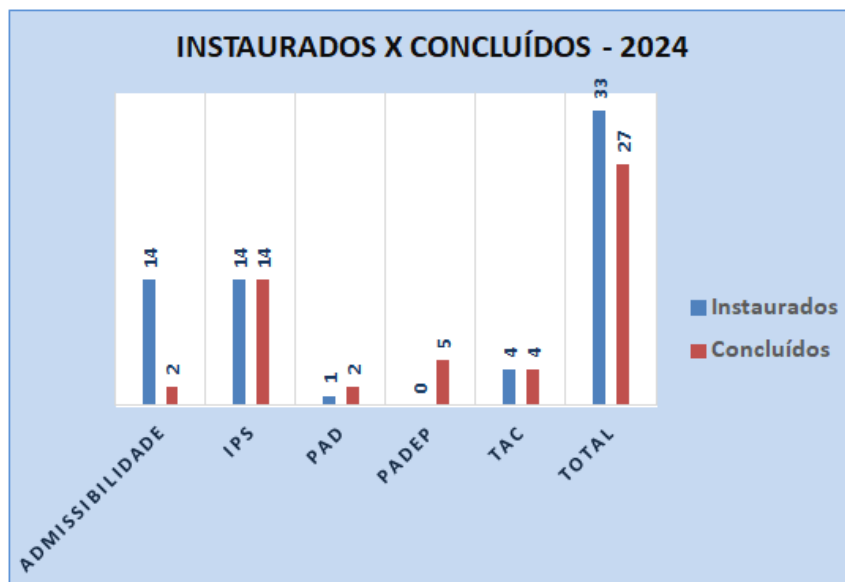
Em continuidade ao projeto de promover uma aproximação/interação entre as unidades da ANM sediadas em Brasília e as Regionais da ANM nos Estados, que tem como objetivo, conhecer as dificuldades dos servidores e divulgar o trabalho da COR/ANM, bem como discutir temas relevantes tanto para os servidores quanto para Administração, em especial os Direitos e Deveres dos Servidores Públicos Federais. No exercício de 2024, a COR/ANM ministrou de forma on-line o curso direitos e deveres dos servidores públicos, responsabilização e processo correcional.

### *Rede de Corregedorias das Agências Reguladoras – CORAGE*

A Rede CORAGE foi instituída em 14 de março de 2023, tendo como objetivo a promoção de ações conjuntas, apoio mútuo e troca de experiências entre as Corregedorias das Agências Signatárias da Rede.

Durante o ano de 2024 o apoio da Rede foi fundamental para que a Corregedoria da ANM pudesse desenvolver seu trabalho, pois, por intermédio dessa parceria, contamos com a colaboração da Agência Nacional de Aviação Civil/ANAC e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis/ANP, que disponibilizaram servidores para composição de comissões de Processos Administrativos de Responsabilização de Pessoa Jurídica-PAR.

Mesmo diante das dificuldades, durante o ano de 2024 a COR/ANM deu tratamento 33 (trinta e três) processos desses, foram concluídos 27 (vinte e sete).



Juizados de Admissibilidade 2 (dois); Investigação Preliminar Sumária/IPS 14 (quatorze), Processo Administrativo Disciplinar para Empregado Público – PADEP 5 (cinco), Processo Administrativo Disciplinar – PAD 2 (dois) e Termo de Ajustamento de Conduta-TAC 4 (quatro).

<b>Passivo Processual</b>				
<b>Ano</b>	<b>Processos Instaurados e/ou recebidos</b>	<b>Processos Concluídos</b>	<b>Passivo*</b>	<b>Evolução Passivo</b>
2019	4	0	4	4
2020	19	0	23	19
2021	85	51	57	34
2022	72	38	91	34
2023	48	52	87	-4
2024	33	27	93	6
<b>Total</b>	<b>261</b>	<b>168</b>		<b>93</b>



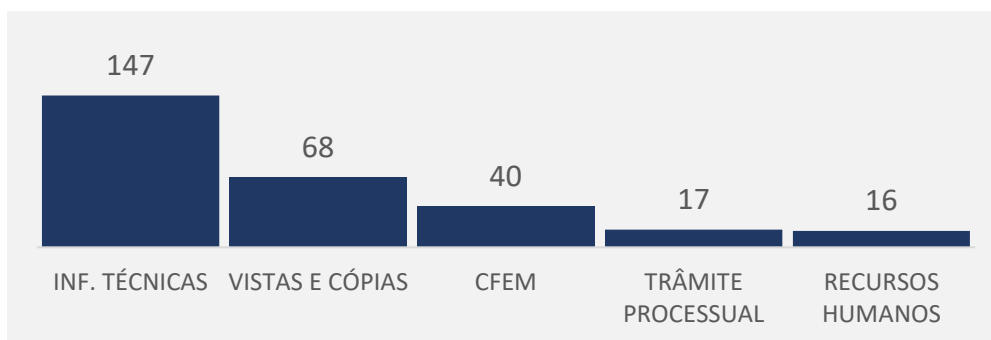
## LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LAI

A Ouvidoria da ANM recebe e responde solicitações, reclamações, denúncias, comunicações, sugestões e elogios dos mais diversos públicos. Esse canal é um importante instrumento de controle social e contato do cidadão com a agência, além de uma ferramenta de gestão que promove a constante melhoria dos processos de trabalho, dos serviços prestados e da comunicação entre a ANM e a sociedade.

As demandas de Ouvidoria são recepcionadas via Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR), via e-mail, de forma presencial, via correspondência e por telefone.

A Ouvidoria da ANM recepcionou um total de 510 (quinhentas e dez) demandas de acesso à informação (via Lei de Acesso à Informação - LAI), com um tempo médio de resposta de 4,91 dias, com um total de 46 (quarenta e seis) recursos impetrados em 1ª instância, 11 (onze) recursos impetrados em 2ª instância, 4 (quatro) recursos impetrados em 3ª instância e nenhum recurso encaminhado à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI).

Foram registrados 79 (sessenta e oito) assuntos diversos, dos quais destacamos os cinco assuntos mais demandados:



A Ouvidoria da ANM respondeu a 100% das demandas via Lei de Acesso à Informação realizadas em 2023 dentro do prazo legal. O índice de satisfação quanto ao atendimento dos pedidos aumentou de 4,27/5,0 para 4,67/5,0 e houve aumento do índice de compreensão das respostas (4,41/5,0 para 4,74/5,0), o que demonstra o compromisso da ANM na prestação de informações claras, objetivas e que atendam plenamente ao que a sociedade solicita à agência.

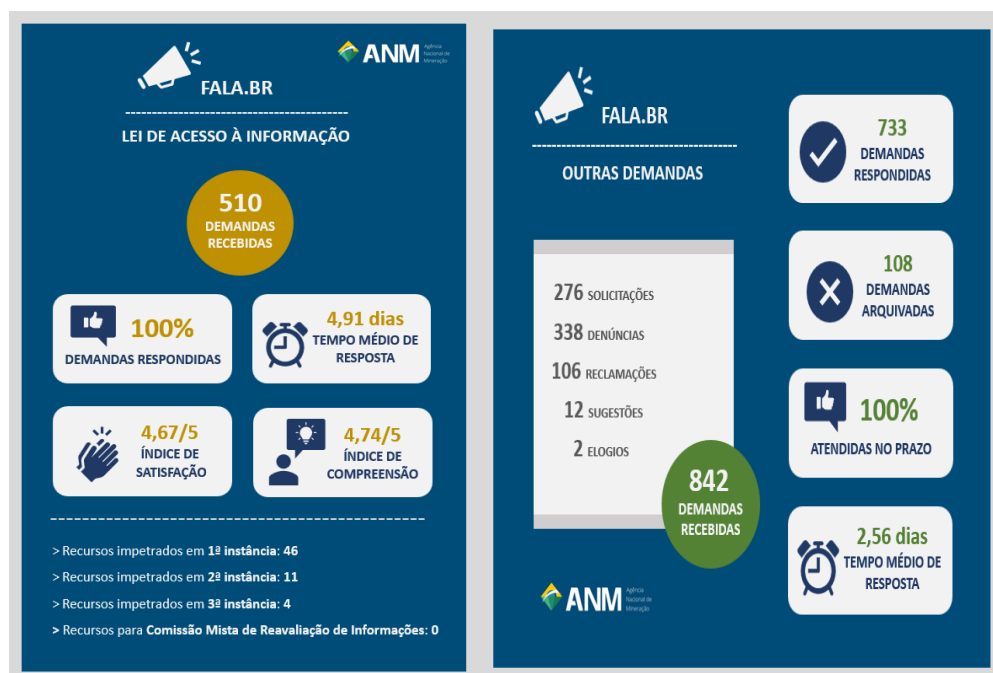
Já em relação às demandas via Fala.br, a Ouvidoria da ANM registrou um total de 842 (oitocentas e quarenta e duas) demandas classificadas entre solicitações, comunicações, denúncias, reclamações, sugestões, elogios e “Simplifique!” (este último com nenhuma contribuição ao longo do ano de 2023).

Foram registradas 1.355 (mil trezentos e cinquenta e cinco) demandas encaminhadas ao e-mail da Ouvidoria da ANM, 2 (dois) atendimentos presenciais e apenas 1 (um) atendimento telefônico que se transformou em demanda às áreas técnicas da ANM, com todas as demandas devidamente atendidas e com total resolutividade dos casos no que compete ao setor de Ouvidoria.

As análises qualitativas das demandas em Ouvidoria, as principais ações realizadas 2024, além das recomendações à Agência Nacional de Mineração e demais detalhes poderão ser consultadas na íntegra junto aos relatórios gerenciais presentes no presente link.

## TRANSPARÊNCIA ATIVA

A ANM encerrou o ano de 2024 com 100% de cumprimento dos itens de transparência ativa monitorados pela CGU.



## CARTA DE SERVIÇO AO USUÁRIO

A Agência Nacional de Mineração (ANM), como órgão do Poder Executivo Federal, disponibiliza seus serviços no Portal Gov.br, uma plataforma digital que centraliza e facilita o acesso a diversos serviços públicos, promovendo a modernização da administração pública e a desburocratização no atendimento ao cidadão.

Com a modernização tecnológica em andamento, a ANM está aprimorando seus serviços para que sejam totalmente digitais. A integração ao Gov.br permite um acesso mais ágil e seguro, garantindo que cidadãos e empresas possam interagir com o Estado de maneira simplificada. No final de 2024, iniciamos a revisão de todos os serviços listados, atualizando suas descrições, canais de comunicação, indicação de acesso via Gov.br e detalhando os passos para a realização dos serviços.

A atualização inicial está prevista para ser concluída em março de 2025. Além de atualizar os serviços existentes, novos serviços serão incluídos, especialmente dados referentes ao setor mineral disponibilizados em forma de painéis interativos. Essas iniciativas visam promover uma melhor comunicação com os administrados e o público em geral, facilitando o acesso às informações e garantindo transparência e eficiência no atendimento ao cidadão. A Carta de Serviço ao Usuário está disponível no site da ANM.

## MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

A ANM dispõe em seu sítio na internet canal para acessibilidade na linguagem LIBRAS; em seu Edifício Sede possui acessibilidade para cadeirantes em prédio moderno no centro da capital.

## COMISSÃO DE ÉTICA

A ética pública é um conjunto de princípios, valores e normas que orientam o comportamento dos agentes públicos no exercício de suas funções e no relacionamento com a sociedade. Ela se baseia em padrões de conduta moralmente aceitáveis e em princípios como

transparência, honestidade, imparcialidade, responsabilidade e respeito pelos direitos dos cidadãos.

Assim, a ética constitui um alicerce essencial para a boa governança e o desenvolvimento sustentável, assegurando que a Agência opere em benefício do interesse coletivo e preserve a confiança e o respeito dos cidadãos.

A função primordial da Comissão de Ética da ANM é promover a ética e a integridade no ambiente de trabalho, bem como por zelar pelo cumprimento do Código de Ética, além de promover ações educativas, orientativas e preventivas relacionadas à conduta ética no exercício das atividades laborais.

Os principais resultados entregues pela Comissão de Ética em 2023 foram:

- Desenvolvimento de guias de prevenção ao assédio sexual e moral;
- Participação no Programa de prevenção e enfrentamento ao Assédio Sexual;
- Eventos internos para sensibilização dos agentes públicos sobre as condutas éticas.

## COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Em se tratando de atividades relacionadas à assessoria de imprensa, a ANM busca atender a todos os veículos de comunicação de forma igualitária, prezando por responder a todos. No entanto, em virtude das condições atuais da Agência, muitas vezes os prazos sinalizados pela imprensa não são atendidos. Em média, são realizados 65 atendimentos de veículos de imprensa por mês, podendo chegar a um quantitativo superior diante de situações de crise ou em temas relacionados a barragens de mineração e CFEM.

A produção de notícias para o site e para a intranet não atendem a uma frequência e quantidade desejadas. Dessa forma, são produzidos materiais com informações de alta relevância e informes no site e na Intranet compatíveis com a estrutura atual da área de comunicação, não sendo possível, por exemplo, identificar pautas que contribuam para a divulgação da mineração e da ANM junto à sociedade e ao público externo.

Dos eventos executados em 2024, destacam-se: o encontro do Processo Kimberley com representantes do governo da África do Sul, da República Democrática do Congo, do Reino Unido e da Rússia, ocorrido no mês de abril, em Salvador. Em maio, representantes da ANM, da

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec) e do Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT) se reuniram na sede da ANM, em Brasília, para discutir projetos e estratégias de operacionalização do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado com o estado do Mato Grosso. Em julho, a ANM recebeu a Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica) para discutir parceria em ações de capacitação. No mesmo mês teve o evento de celebração do ACT com Ibama e ICMBIO em Brasília, e, no final do ano, a inauguração da sede da ANM no Rio de Janeiro.

Além disso, representantes da ANM, incluindo a Diretoria Colegiada, estiveram presentes em diversos eventos nacionais e internacionais, como PDAC, Exposibram, Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias, Lithium Business, Lithium Supply and Battery Raw Materials 2024, XIII Encontro Ordinário da Rede Ibero-Americana e do Caribe de Melhoria Regulatória, 17ª Conferência Internacional de Fechamento de Mina, entre outros.

Um dos grandes destaques foi a apresentação de proposta de Política de Comunicação Institucional para o Comitê Geral de Governança e para a Diretoria Colegiada, possibilitando avançar na estruturação da comunicação institucional da agência. Somado a isso, a perspectiva de cargos para a ASCOM a chegada de novos concursados e o aumento do orçamento de comunicação sinalizam um significativo e positivo horizonte de mudanças para a instituição.

## ACOMPANHAMENTO DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

As ações desempenhadas pela área de assessoria parlamentar no ano de 2024 estão relacionadas a seguir:

1. Reestruturação e Formação de Equipe: Em abril de 2024, a Assessoria Parlamentar da ANM passou por reestruturação, com nova chefia e uma equipe reduzida. Foi firmado contrato com a empresa Ética Relações Institucionais Ltda., que proporcionou apoio crucial.
2. Estabelecimento de Fluxo de Trabalho: Foi criado um fluxo de trabalho, aprovado pela Diretoria Colegiada, para organizar as atividades da Assessoria, incluindo análise legislativa, atendimento a demandas parlamentares e articulação com o Congresso e o Executivo.
3. Suporte à CPI da Braskem: deu apoio político à CPI da Braskem, orientando Diretores e servidores da ANM envolvidos nos trabalhos da comissão.



4. Derrubada do Veto 66/2022: atuou para derrubar o Veto 66/2022, o que impulsionou as discussões legislativas sobre o setor mineral.
5. Acompanhamento Legislativo: monitorou 447 projetos de lei, priorizando 38, e se posicionou tecnicamente em 5 deles, com o objetivo de fortalecer a legislação da mineração.
6. Atuação em Dispositivos Legais Importantes: participou das discussões do PLN nº 03/2025 (LDO) e do PLN nº 26/2024 (LOA), propondo emendas que foram aprovadas, mas aguardam ratificação no Congresso.
7. Atendimento a Demandas Parlamentares: atendeu 150 demandas parlamentares de forma eficiente, com respostas em até 5 dias.
8. Contribuição no Arcabouço Orçamentário de 2025: contribuiu com emendas à LDO/2025 para evitar o contingenciamento dos recursos destinados à ANM e obteve uma emenda parlamentar de comissão, que pode beneficiar a gestão da ANM.

## PRINCIPAIS DESAFIOS E EXPECTATIVAS DA GESTÃO ORGANIZACIONAL

- **Implementação do Novo Plano Estratégico:** Promover um plano estratégico adaptado às necessidades da sociedade e do setor regulado e que se alinhe às políticas públicas, com foco na melhoria dos serviços oferecidos.
- **Elaboração e implementação de novo Instrumento Tático:** Criar e implementar ferramentas táticas que traduzam as diretrizes estratégicas da ANM em ações concretas e mensuráveis, com um foco claro em resultados.
- **Visualização das Informações de Gestão Estratégica em Painéis BI:** Integrar dados dos diferentes instrumentos de gestão da ANM em painéis de BI acessíveis, com informações atualizadas sobre o progresso e a execução dos resultados.
- **Implementação da Metodologia de Projetos:** Estabelecer uma cultura em gestão de projetos eficiente, clara e eficaz que permita o desdobramento da estratégia, contribuindo com cumprimento de prazos, uso responsável de orçamento e a qualidade na entrega dos serviços da ANM para a sociedade ao final.
- **Implementar a gestão de riscos no processo decisório:** Implementar a gestão de riscos no processo decisório é um grande desafio, pois é necessário que todas as unidades de negócio se apropriem do processo de gerenciamento de riscos. Isso exige uma mudança



cultural e estrutural, além da integração de ferramentas e métodos que permitam a análise de riscos de forma contínua. A dificuldade está em equilibrar a tomada de decisões rápidas e a consideração de possíveis riscos, sem comprometer a eficiência ou o sucesso a longo prazo. A gestão de riscos precisa ser vista como uma prática estratégica, não apenas reativa, para garantir melhores resultados em um cenário imprevisível e dinâmico.

- **Implementar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais:** representa um desafio significativo, pois exige a adaptação de processos, sistemas. Além disso, é necessário engajar toda a equipe na conscientização sobre a importância da privacidade e da segurança da informação, o que demanda treinamento contínuo. A complexidade do processo também envolve a adequação de políticas de coleta, armazenamento e tratamento de dados, com o objetivo de evitar riscos jurídicos e financeiros decorrentes de eventuais vazamentos ou uso indevido de informações pessoais.
- **Fortalecer a cultura de integridade:** Fomentar a integridade é um desafio constante, pois exige a construção de uma cultura ética sólida, onde valores como transparência, honestidade e responsabilidade sejam praticados em todos os níveis. Isso envolve não apenas a implementação de políticas e códigos de conduta, mas também o incentivo a comportamentos éticos no dia a dia, com a promoção de canais seguros para denúncias e o compromisso da liderança em servir como exemplo.
- **Implementar a continuidade de negócios:** Implementar a continuidade de negócios é um desafio crucial, pois envolve a criação de estratégias e planos que assegurem a operação ininterrupta da organização diante de crises ou imprevistos. Isso requer uma análise detalhada dos riscos potenciais, a definição de processos críticos e a capacitação de equipes para agir rapidamente em situações adversas. Além disso, é essencial testar e revisar constantemente os planos de contingência, garantindo que a organização esteja preparada para responder de forma eficaz, minimizando impactos financeiros e reputacionais. A complexidade está em equilibrar recursos limitados com a necessidade de estar sempre preparado para o inesperado.





# MACROPROCESSO DE REGULAÇÃO

A ANM atua, entre outras áreas, na regulação econômica e monitoramento de mercado, implementando a Governança Regulatória do setor mineral, baseando-se em um conjunto de práticas e instrumentos que buscam garantir que a criação do arcabouço regulatório seja planejada, fundamentada, transparente e alinhada ao interesse público. O objetivo é promover um ambiente regulatório que incentive a inovação, a concorrência, o desenvolvimento sustentável, o bem-estar social e a segurança jurídica, sempre em conformidade com os objetivos estratégicos do país.

Entre os instrumentos regulatórios utilizados, destacam-se a Agenda Regulatória (AR), a Análise de Impacto Regulatório (AIR), a Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) e os Processos de Participação e Controle Social (PPCS), como audiências e consultas públicas, além de manter parcerias com todas as unidades orgânicas da ANM.

Em 2024, essa competência concluiu a terceira Agenda Regulatória, desenvolveu painéis interativos de dados da economia mineral, avançou em tecnologias de geoprocessamento e trabalhou em colaboração com órgãos de controle e monitoramento fiscalizatório.

## GOVERNANÇA REGULATÓRIA

A Governança Regulatória da ANM, abrange:

- fomentar e coordenar a elaboração, atualização e implementação da Política Regulatória da Agência e sua eficácia;
- coordenar e monitorar as etapas do ciclo regulatório (Análise de Impacto Regulatório – AIR, Processo de Participação e Controle Social – PPCS e Avaliação de Resultado Regulatório – ARR), prestando apoio às unidades internas na sua execução;
- propor, coordenar e implementar projetos voltados às melhores práticas e modernização dos processos regulatórios.

Nesse contexto, diversas atividades são desenvolvidas, com vistas ao cumprimento de sua atribuição institucional, dentre as quais se destacam: a coordenação dos projetos da Agenda Regulatória, a avaliação de propostas normativas com dispensa de AIR, a gestão do estoque regulatório e o apoio nas análises *ex post* de resultado e monitoramento das normas.

Em 2024, houve o lançamento da Estratégia Nacional “REGULA MELHOR”, por meio do Decreto nº 12.150/2024, a qual constitui o principal norteador das políticas regulatórias do Governo Federal para as Agências Reguladoras.

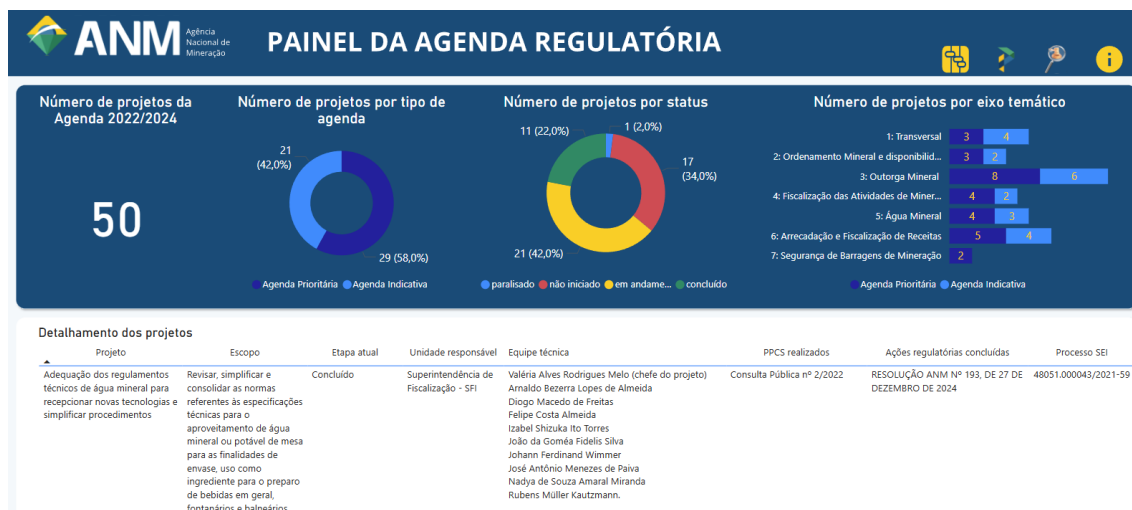
### *Resultados da Agenda Regulatória*

A Agenda Regulatória é um dos pilares da regulação que consolida o processo de planejamento normativo-regulatório das Agências Reguladoras. Sob o viés interno, a Agenda constitui um instrumento de estabelecimento de prioridades e gestão de projetos dessa natureza. Sob o viés externo, confere à sociedade previsibilidade e transparência sobre os temas em desenvolvimento.

A Agenda Regulatória da ANM 2022/2024 (Resolução ANM nº 105, de 20 de abril de 2022) foi organizada em 7 (sete) eixos temáticos estruturados conforme áreas finalísticas da Agência, representados na figura abaixo:



Objetivando conferir maior transparência, facilidade e agilidade no acompanhamento dos projetos, a ANM estruturou um painel interativo, [Painel da Agenda Regulatória](#), com o uso da ferramenta *Business Intelligence* (BI), disponível no sítio eletrônico da ANM, conforme figura a seguir.



No período de janeiro a dezembro de 2024, foram concluídos 3 (três) projetos da Agenda:

- **Declaração de Informações Econômico-Fiscais (DIEF) da CFEM:** DIEF/CFEM - [RESOLUÇÃO ANM Nº 156, DE 8 DE ABRIL DE 2024](#), que dispõe sobre a Declaração de Informações Econômico-Fiscais (DIEF) da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), em substituição à Ficha de Registro de Apuração da CFEM aprovada pela Portaria nº 158, de 15 de junho de 1999.
- **Rotulagem de água mineral e potável de mesa:** [RESOLUÇÃO ANM Nº 157, DE 3 DE MAIO DE 2024](#), que regulamenta a rotulagem de águas minerais e potáveis de mesa envasadas e classifica o risco da atividade de rotulagem com fundamento no Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019.
- **Adequação dos regulamentos técnicos de água mineral para receber novas tecnologias e simplificar procedimentos:** [RESOLUÇÃO ANM Nº 193, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024](#), que consolida as especificações técnicas para o aproveitamento das águas minerais e potáveis de mesa e revoga os atos normativos consolidados.

### *Processos de Participação e Controle Social – PPCS*

Os Processos de Participação e Controle Social constituem meios de diálogo com a sociedade com vistas a obter subsídios e contribuições para tomada de decisão.

As modalidades de PPCS previstas na legislação compreendem Consulta Pública e Audiência Pública. Adicionalmente, o Regimento Interno da ANM prevê as modalidades Tomada de Subsídios e Reunião Participativa como meios complementares para promover um ambiente propício ao debate de ações regulatórias normativas e não normativas.

construir conhecimento e desenvolver propostas

- Tomada de Subsídios
- Reunião Participativa

apresentar proposta final de ação regulatória

- Audiência Pública
- Consulta Pública

Os processos de Participação e Controle Social realizados no ano de 2024, foram:

Endereço do conteúdo na página da ANM	Modalidade de PPCS	Período
<a href="https://www.gov.br/anm/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/audiencias-publicas">https://www.gov.br/anm/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/audiencias-publicas</a>	Audiência Pública nº 1/2024	09/04/2024 a 19/04/2024
	Audiência Pública nº 2/2024	17/04/2024 a 06/05/2024
	Audiência Pública nº 3/2024	02/10/2024
<a href="https://www.gov.br/anm/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/consultas-publicas">https://www.gov.br/anm/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/consultas-publicas</a>	Consulta Pública nº 1/2024	20/03/2024 a 03/05/2024
	Consulta Pública nº 2/2024	10/05/2024 a 27/05/2024
	Consulta Pública nº 3/2024	16/05/2024 a 01/07/2024
	Consulta Pública nº 4/2024	01/07/2024
	Consulta Pública nº 5/2024	04/06/2024 a 19/08/2024
	Consulta Pública nº 6/2024	25/06/2024 a 08/09/2024
<a href="https://www.gov.br/anm/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/reunioes-participativas">https://www.gov.br/anm/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/reunioes-participativas</a>	Reunião Participativa nº 1/2024	25/11/2024 a 22/02/2025
	Tomada de Subsídios nº 1/2024	12/06/2024

Além disso, a Agência aderiu à plataforma “Participa + Brasil” para expandir as formas de divulgação dos eventos de PPCS e adotou estratégias de marketing digital:

- 1) Uso de banners rotativos em destaque no site institucional;
- 2) Divulgação através de cards em redes sociais;
- 3) Publicação de notas informativas detalhadas sobre as minutas em discussão; e
- 4) Envio de informações sobre os eventos de PPCS para listas de partes interessadas (*mailing*).

A Análise de Impacto Regulatório – AIR, de acordo com o Guia Orientativo para elaboração de AIR (Casa Civil, 2018), e pelo regulamento via Decreto nº 10.411, de 30 de julho de 2020, é um instrumento que deve ser elaborado previamente à "edição, alteração ou revogação de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados", ressalvados os casos de inaplicabilidade ou dispensa.

Em 2024, foi concluída e aprovada pela Diretoria Colegiada da ANM (DIRC) 1 (uma) AIR, referente ao projeto “Desistência Total e Parcial de Requerimentos de Outorga Mineral”. Além disso, foi aprovada a abertura de consulta pública.

A AIR do projeto “Garantias financeiras para fins de financiamento” também foi concluída e apresentada à Diretoria Colegiada, sendo aprovada a minuta de resolução para consulta pública.

A Avaliação de Resultado Regulatório – ARR trata de uma etapa importante do ciclo regulatório por ressaltar aspectos da performance de ações implementadas.

A Agenda de ARR 2023/2026 foi aprovada em 2024, em atendimento ao § 2º do art. 13 do Decreto nº 10.411/2020. Seu início está previsto para 2025, com a avaliação da Resolução ANM nº 143, de 21 de novembro de 2023, que trata da distribuição da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) entre o Distrito Federal e municípios afetados pela atividade de mineração.

### *Estoque regulatório*

A gestão do estoque regulatório e a revisão e consolidação normativa constituem ação continuada, sendo destacado os seguintes projetos, em desenvolvimento no ano de 2024 e mantidos para 2025:

Aspectos de revisão:

- Resolução ANM nº 90/2021 sobre garantias para fins de financiamento;
- E modernização da regulamentação do Plano de Fechamento de Mina;
- Processos de outorga do Regime de Permissão de Lavra Garimpeira (PLG);

- Resolução ANM nº 122/2022, sobre o processo sancionador.

Aspectos de simplificação:

- Dos processos de outorga para Registro de Extração;
- Dos processos de outorga para o Regime de Licenciamento;
- Dos processos de outorga para o Regime de Concessão de Lavra;
- De cessão e arrendamento de direitos minerais;
- desistência de requerimentos de outorga mineral e renúncia de títulos minerários;

Demais abordagens:

- Consolidação da regulamentação da Guia de Utilização;
- Relatório Final de Pesquisa Mineral: conteúdo mínimo para agregados, rochas ornamentais e de revestimento;
- Atualização e aperfeiçoamento das Normas Reguladoras de Mineração (NRM);
- Construção de captações e avaliação da capacidade de produção de fontes de água mineral ou potável de mesa; e
- Atualização da Resolução ANM nº 95/2022, para alinhamento à Lei nº 14.514/2022.
- Regulamentação de pilhas de rejeitos e estéril - NRM 19.

Observando a boa prática regulatória e a política pública de revisão normativa estabelecida pelo Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019 (substituído pelo Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024), a ANM implantou em 2020 o portal eletrônico [ANMlegis](#), o qual reúne todos os seus atos normativos, com atualização diária. O relatório de acessos da página do ANMlegis, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro, registrou mais de 3,7 milhões de acessos. A revisão e a consolidação normativas promovidas pela ANM em 2024 contaram com o exame de 17 (dezessete) atos normativos, e constam do [ANMlegis](#).

### *Economia mineral*

O foco da atividade é consolidar as informações do setor mineral fornecidas pelos titulares de direitos minerários e fomentar a concorrência entre os agentes regulados cooperando com os órgãos de defesa da concorrência conforme estabelecido no inciso IX e XXIV do art.2º da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017. O regimento interno da ANM, constante



no art.74 da Resolução ANM nº 181, de 3 de outubro de 2024, traz as seguintes atribuições legais mostradas abaixo:



### *Resultados da economia mineral*

Os resultados da Economia Mineral são medidos pelo indicador "Taxa de Estudos de Economia Mineral", presente no objetivo estratégico "OE03 - Aprimorar a regulação e fomentar a inovação e competitividade do setor", definido no Plano Estratégico 2024-2027 da ANM, e na Avaliação de Desempenho Institucional (ADI) da ANM. No 6º Ciclo da ADI, referente ao ano-base de 2024, obteve-se o seguinte resultado:

#### M 4.2 - TAXA DE PUBLICAÇÃO DE ESTUDOS (TPE)

$$TPE = [\sum(EE \times \text{Peso}) / \sum(EP \times \text{Peso})] \times 100$$

Meta: 80%

#### **Definições:**

TPE: indicador de Taxa de Publicação de Estudos

$\sum(EE \times \text{Peso})$ : somatório do número de Estudos Elaborados/publicados multiplicado pelo peso de cada estudo

$\Sigma(\text{EP} \times \text{Peso})$ : somatório do número de Estudos Planejados para conclusão no ciclo (ano) multiplicada pelo peso de cada estudo, que resulta em 15.

O Indicador de Publicação de Estudos é medido com base no somatório do número de estudos elaborados multiplicado pelo peso de cada estudo ( $\Sigma \text{EE} \times \text{Peso}$ ), dividido pelo número de estudos planejados multiplicado pelo peso para o ciclo da avaliação ( $\Sigma \text{EP} \times \text{Peso}$ ). Os estudos planejados incluem: Informe Mineral: 4 estudos no ciclo (ano) - Peso (2); Anuário Mineral Brasileiro: 1 estudo no ciclo (ano) - Peso (4) e o Sumário Mineral Brasileiro: 1 estudo no ciclo (ano) - Peso (3).

O resultado acumulado de 2024 resultou nas seguintes publicações: 1 (um) anuário mineral brasileiro, 5 (cinco) informe mineral e 4 (quatro) sumário mineral brasileiro. Logo, a TPE ou Taxa de Estudos da Economia Mineral foi de 173,3%. Importante salientar que o resultado de 2024 (173,3%) foram superiores a meta estabelecida para o ano-base 2024 (80%), em virtude de trabalhos já realizados em anos anteriores, mas que tiveram a sua publicação apenas em 2024. Para tal foi realizada força-tarefa para redução do passivo de publicações e atualização delas. Em função da atualização das publicações, nos próximos anos, os resultados tendem a ficar mais próximos das metas estabelecidas.

As publicações de Sumário Mineral, por ano, encontram-se nos seguintes endereços:

- Ano 2019 <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/publicacoes/informe-mineral>
- Ano 2020 <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/publicacoes/sumario-mineral/sumario-mineral-brasileiro-2020>
- Ano 2021 <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/publicacoes/sumario-mineral/sumario-mineral-brasileiro-2021>
- Ano 2022 <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/publicacoes/sumario-mineral/sumario-mineral-brasileiro-2022>

As publicações de Informe Mineral, por trimestre, encontram-se nos seguintes endereços:

- Ano 2023 <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/publicacoes/sumario-mineral/sumario-mineral-brasileiro-2019>;
- Ano 2024 <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/publicacoes/informe-mineral>
- Publicação do Anuário Mineral Brasileiro – Principais Substâncias Metálicas Ano 2023 [https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/publicacoes/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro/amb\\_2023.pdf](https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/publicacoes/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro/amb_2023.pdf)

## *Resultados de projetos e ações*

### **Projeto Substâncias Minerais (SSM):**

Revisão e complementação da matriz de substâncias minerais, com informações tais como: inclusão/alteração de substâncias minerais, uso, minerais, rocha, miscelânea, descrição de produtos, associação a NCM's e CNAE's do 1º elo da cadeia produtiva. Atualização da tabela DE/PARA para tratamento da relação de substâncias minerais com a antiga nomenclatura (564 substâncias) e correspondência com a nova nomenclatura (187 substâncias). Desenvolvimento de banco de dados e API a ser consumida pelos sistemas especialistas da ANM.

Avaliação sobre integração de sistemas. Elaboração de Nota Técnica SEI nº 7426/2024-COEMI/SRG-ANM/DIRC (Processo SEI nº48051.004100/2021-79) visando dar maiores esclarecimentos na integração, principalmente, do SSM com o Sistema de Cadastro Mineiro (SCM). Reuniões semanais e regulares com a equipe da G4F, desenvolvedora do SSM. Homologações e evolutivas do Sistema de Gestão de Substâncias Minerais (SSM): <https://app.anm.gov.br/substancia/#/login>."

### **Plataforma AMB Interativo:**

Atualização dos dados disponíveis no painel contendo informações sobre produção, investimentos, arrecadação, porte e processos minerários e número de empresas por título autorizativo. Tal plataforma pode ser acessada por meio do link: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/plataformas-interativas/ptbr> (versão em português) e <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/plataformas-interativas/en> (versão em inglês).

### **Plataforma Matriz de Relacionamento do Setor Mineral:**

Atualização de metodologia e painel contendo cesta de mercadorias, atividades econômicas e serviços industriais que representam as cadeias produtivas das indústrias extrativa e de transformação mineral. Tal plataforma pode ser acessada por meio do link:

<https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/plataformas-interativas/ptbr>

(versão em português).

#### **Plataforma COMEXMIN (Comércio Exterior do Setor Mineral):**

Atualização dos dados disponíveis no painel com estatísticas atuais e séries históricas sobre a balança comercial do setor mineral brasileiro. Tal plataforma pode ser acessada por meio do link: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/plataformas-interativas/ptbr> (versão em português) e <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/plataformas-interativas/en> (versão em inglês).

#### **Desenvolvimento de Outras Ferramentas de *Business Intelligence*:**

Elaboração de narrativa inteligente para otimizar os trabalhos de pesquisa e elaboração de texto da seção do comércio exterior do Sumário Mineral. Extração e análises de dados de forma detalhada para elaboração da seção do comércio exterior do Informe Mineral. Elaboração de relatório detalhados sobre recursos e reservas, produção bruta, produção beneficiada, produção de água mineral, mercado consumidor, dados de arrecadação de CFEM, investimentos na mineração por meio do estudo, consultas, extração, tratamento e modelo de dados envolvendo diversos bancos de dados da ANM: DBRAL, DBAMB, DIPEM, DBCredito, APOIO e outros. Tais iniciativas, corroboram significativamente para reduzir o passivo de publicações e cobrir uma lacuna ocasionada pelo não funcionamento adequado dos relatórios complementares do sistema AMB que atualmente encontram-se sob análise da prestadora de serviços de TI, G4F.

#### **ProdList-Indústria:**

Visando o desenvolvimento do Painel Interativo da Indústria do Setor Mineral Brasileiro, utilizando as pesquisas PIA-Produto e a PIA-Empresa do IBGE. Neste sentido foram levantados dados da PIA-Produtos (disponível no SIDRA-IBGE). Levantamento das posições de produtos e classes CNAE da ProdList-Indústria referente às versões dos anos 2003, 2006, 2007, 2010, 2013, 2016, 2019 e 2022.

**Dados abertos:**

Divulgação de dados sobre produção mineral referente ao ano-base de 2023. Criação de regras de negócios e API para disponibilização de dados de investimentos em pesquisa mineral. Elaboração de metadados e dicionário de dados referente aos dados de investimentos em pesquisa mineral.

**Governança de dados:**

Projeto iniciado em 2023 com a publicação da Portaria ANM Nº1438, de 21 de agosto de 2023, tem o objetivo de criar e implementar o Projeto de Política de Governança de Dados na Agência Nacional de Mineração - ANM.

*Acordos de cooperação técnica (ACT'S)***Acordo de Cooperação Técnica ANM/IPEA (Processo SEI nº 48051.000168/2023-41):**

Este acordo possui término em 18/05/2025. Reuniões periódicas entre ANM e IPEA para troca de experiências, compartilhamento, tratamento e análise e discussão de dados. Realizados estudos preliminares sobre o comércio internacional do 1º elo da cadeia produtiva de minerais críticos para a transição energética, que resultou na publicação do artigo “O Posicionamento do Brasil no Comércio Internacional de Minerais Críticos para Transição Energética” no RADAR do IPEA que pode ser acessado pelo link: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14678/1/Radar\\_76\\_Book.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14678/1/Radar_76_Book.pdf)

**Acordo de Cooperação Técnica ANM/CADE (Processo SEI nº 48051.002910/2023-52):**

Proposto pelo CADE visto a necessidade de troca de informações entre as instituições em função de alguns casos sigilosos, urgentes e relevantes. Em 07/02/2024 foi publicado no DOU, novo acordo de cooperação nº 15/2023 entre ANM/CADE válido até 07/02/2029. Como produto inicial, foi desenvolvido internamente uma plataforma para análise de concentração de mercado por meio da linguagem de programação R com uso de planilhas estáticas.

Posteriormente, no final de 2024, foi realizado um trabalho interno de construção de um “Painel de Índices de concentração de mercado: aplicação para visualização da concorrência nos mercados minerais” por meio de consulta, carregamento, tratamento e modelos de dados com uso do software Power BI acessando diretamente as tabelas do banco de dados do Sistema AMB, o que contribuirá para a realização de diversos estudos sobre o mercado do setor mineral entre a ANM e CADE.

### Acordo de Adesão ao Novo Processo de Importação do Portal Único de Comércio Exterior (Processo SEI nº 48051.007632/2023-20):

Em 2024, foram feitas reuniões iniciais para atender as exigências firmadas no Acordo de Adesão ao Novo Processo de Importação do Portal Único de Comércio Exterior. Deu-se início a minuta da nota técnica para providenciar as alterações necessárias à Resolução ANM nº 106/2022. Também foram realizadas reuniões de alinhamento dos procedimentos normativos exigidos juntamente ao Comitê Nacional de Facilitação de Comércio (Confac).



### Sistemas anuário mineral brasileiro (AMB) e declaração de investimentos em pesquisa mineral (DIPEM)

#### Sistema de Declaração de Investimentos em Pesquisa Mineral (DIPEM)

Na campanha DIPEM, em 2024, 5.013 pessoas físicas e jurídicas apresentaram a declaração, gerando 11.960 protocolos (recibos da declaração) e 23.815 processos minerários. É um sistema com tecnologia antiga e demandou a abertura de 37 demandas de manutenção

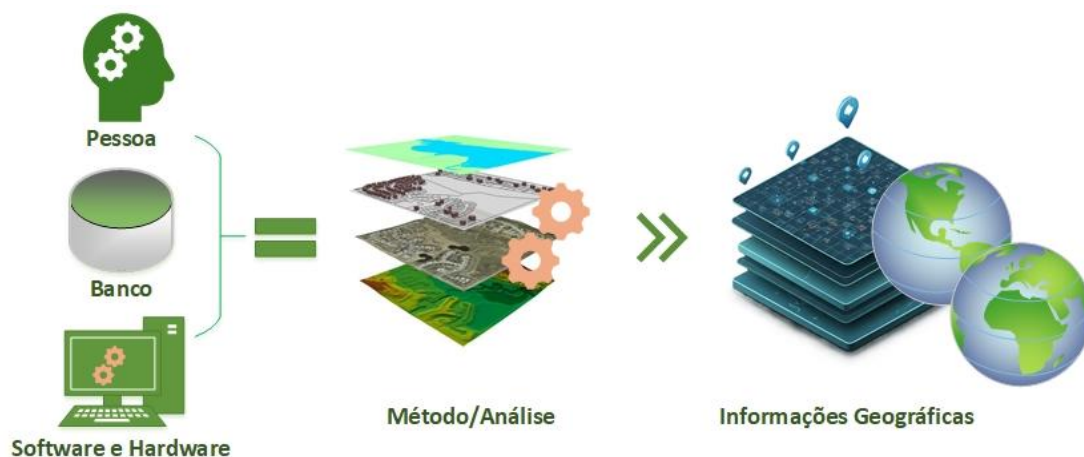
seja de natureza manutenção/corretiva/evolutiva. Uma ação corretiva importante foi sobre o controle de acesso à declaração/entrega de declaração, com a utilização de diferentes sistemas de login (Gov.Br para CNPJ e SDC para CPF), corrigindo a possibilidade de qualquer pessoa fazer uma declaração. Além disso, houve saneamento de inconsistências do relatório da DIPEM. Por fim, foi entregue à área de fiscalização um relatório da campanha DIPEM 2024 (ano-base 2023) para que tomassem as devidas ações e aplicação de sanções no caso de não entrega da declaração.

### Sistema Anuário Mineral Brasileiro (AMB)

Durante o ano de 2024, foram recebidos 14.240 RALs referentes ao ano-base de 2023, resultando em mais de 70.000 processos minerários. Essa base de dados foi migrada do Sistema RAL para o Sistema AMB, para depuração, o que gerou 1.235 ajustes de inconsistências neste último ambiente, devido a erros no lançamento de dados pelos detentores de títulos autorizativos de lavra no Sistema RAL. Demais ações no sistema AMB deve-se à sua manutenção.

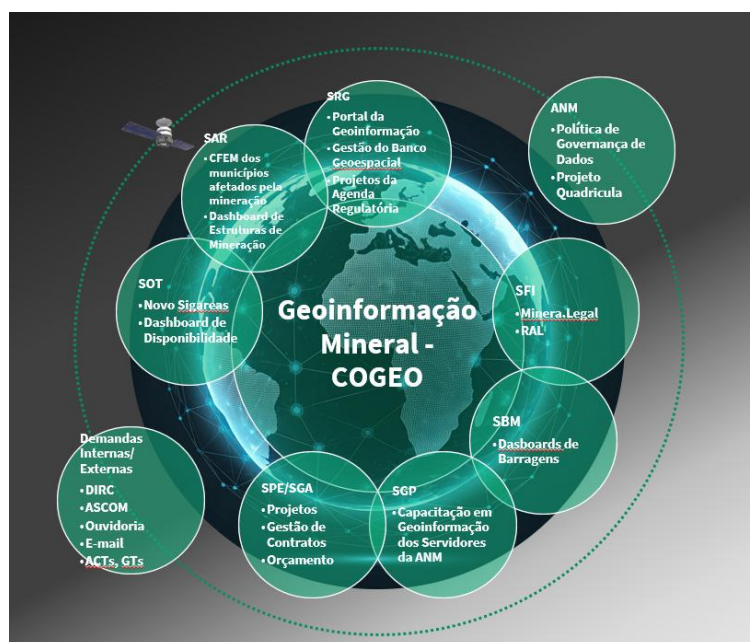
## GEOINFORMAÇÃO MINERAL

A Geoinformação Mineral da ANM tem como atribuições promover a padronização, normatização, geração, armazenamento, integração, acesso, compartilhamento, disseminação e uso dos dados e informações geoespaciais produzidos pela Agência. A Geoinformação é uma área do conhecimento que utiliza métodos matemáticos e computacionais para analisar e representar informações geográficas. Em outras palavras, ela se encarrega de coletar, processar, analisar e visualizar dados geográficos, conforme imagem abaixo:





Compete a área, orientar, organizar e implementar instrumentos de gestão de recursos minerais e realiza estudos utilizando ferramentas de geotecnologia. Em parceria com as unidades da Agência é desenvolvido uma série de projetos e melhorias que incorporam componentes espaciais em sua estrutura, conforme imagem:



### *Projeto de reestruturação, tratamento e divulgação das informações geoespaciais da ANM*

Iniciado em 2020, o projeto focou na estruturação de ambientes de [Geoinformação Mineral](#) e na criação de um banco de dados espacial, incluindo a atualização e aquisição de licenças de softwares especializados. Nesse contexto, em julho de 2024 foi assinado um novo contrato *Enterprise Agreement Program* (EA) com a Empresa Imagem Geosistemas para a aquisição de novas licenças, que serão utilizadas no desenvolvimento de aplicações utilizando imagens de satélite e obtidas por DRONE para auxiliar na fiscalização inteligente de forma remota, bem como na confecção de cadernetas de campo digitais.

Em 2024, com os ambientes reestruturados, novas aplicações foram criadas, como os Painéis de Barragens Públicas com as manchas de inundação e o Sistema de Estruturas de Mineração, entre outras, e apoio ao desenvolvimento do novo SIGAreas e o Minera.Legal.

## Projetos de geoinformação

- Agenda Regulatória - Projeto de Quadricula – iniciativa que visa o estabelecimento de quadriculas (subdivisões regulares do território brasileiro para gestão de requerimentos e outorgas de títulos minerários, conforme padrão cartográfico nacional). Essa abordagem visa otimizar o processo de alocação de áreas para atividades de mineração garantindo uma distribuição mais eficiente e equitativa dos recursos disponíveis. Fase atual: o projeto concluiu a fase de estudos preliminares e entramos na fase de construção do AIR (Análise de Impacto Regulatório) e reuniões com órgão nacional e internacional para tomada de subsídio.
- Projeto Minera.LEGAL - desenvolvido em parceria com a área de Fiscalização, para criação de formulários padronizados de recebimento e tratamento de denúncia de lavra ilegal na ANM, dashboard de gestão para visualização e monitoramento das denúncias recebidas. Fase atual: o projeto está na fase final da primeira fase com a integração com o SEI!
- Projeto Política de Governança de Dados (PGDI) - que visa a gestão eficaz dos dados, reconhecendo seu valor estratégico. Ele estabelece diretrizes claras, definindo objetivos, princípios e responsabilidades para a gestão de dados. O foco é criar um ambiente organizacional transparente, seguro e confiável, promovendo a integridade e qualidade dos dados para apoiar a tomada de decisões. Na fase atual: foi analisado o parecer da PFE sobre a minuta da resolução e aguardando sua apresentação para o Comitê de Geral de Governança. De forma complementar foi criado o Glossário dos termos de atos normativos relacionado a ANM no Datalegis que está em fase de homologação.
- Projeto Novo SIGAreas - sistema utilizado pela ANM é responsável pelo gerenciamento do ordenamento territorial dos títulos minerários, garantindo o direito de prioridade. O principal procedimento é a retirada de interferências, estudando áreas poligonais requeridas e outorgadas. No desenvolvimento do projeto está sendo utilizado um consultor da Empresa Imagem.
- CFEM - Participação na elaboração dos cálculos de área para distribuição de CFEM para municípios afetados pela mineração em colaboração com a Superintendência de Arrecadação e Fiscalização de Receitas (SAR).

*ACT, adesão, participação e capacitação*

- Gestão na ANM do Programa Brasil M.A.I.S (Meio Ambiente Integrado e Seguro) - realizado com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, para utilização de imagens de alta resolução e dashboard de alertas no monitoramento e fiscalização das poligonais de direito minerários. Em 2024 iniciou o desenvolvido em parceria com empresa Santiago & Cintra Consultoria – SCCON, novas ferramentas para detecção automática de mudanças nas áreas de mineração para o monitoramento das atividades mineração utilizando imagens de satélite do Programa Brasil M.A.I.S.
- Subgrupo Planejamento Espacial Marinho no Brasil- promover a governança dos oceanos no Brasil para uso sustentável e racional preservando os interesses estratégico e de segurança Nacional. Fase atual PEM SUL - revisão dos cadernos temáticos - Portaria nº 34/SECIRM, DE 15 DE MAIO DE 2024.
- ACT ANM/IBAMA/ICMBio – termo de cooperação para alinhamento de atendimento sobre às obrigações previstas na legislação vigente, e normas infralegais, que abordem de forma integrada as questões relacionadas à mineração e ao meio ambiente.
- Workshop – GIS DAY - Apresentado pelos servidores da ANM, Inara Barbosa; Sandra Pedrosa; Rodrigo Amaral; Frederico Lopes; Marcos Antonio Monteiro; Angelo dos Santo e Cristiano Alves. Além disso, contou com a participação da empresa Imagem Geosistemas, que apresentou a plataforma ArcGIS, bem como, apresentação dos Superalertas que estão sendo criados no Programa Brasil M.A.I.S. (Meio Ambiente Integrado e Seguro) em parceria com empresa Santiago e Cintra – SCCON.
- Ministrado cursos sobre o Programa Brasil M.A.I.S, e a aplicação com Sistema de Análise Remota da Mineração (SARM), com 3 turmas de forma remota e uma presencial (Rio de Janeiro). Aplicado às atividades de fiscalizações e vistorias da ANM utilizando as imagens de satélite, as funcionalidades do deste Programa e o uso do software QGIS.

*Oficina - parceria da ANM e Serpro para modernização da gestão mineral*

Em março de 2024, a ANM, em parceria com o SERPRO, realizou uma oficina com o objetivo de discutir e desenvolver três projetos interligados para a gestão mineral:

- Visão por Empreendimento: Busca criar um modelo conceitual completo e organizado para visualizar e analisar todas as informações relacionadas a um empreendimento minerário, desde a exploração até a recuperação da área -.
- Cadastro Nacional de Estruturas: Tem como objetivo distribuir de forma mais justa e eficiente a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) aos municípios afetados pela atividade minerária.
- RAL (Relatório Anual de Lavra): solicita informações sobre produção, comercialização, reservas minerais, métodos de lavra, equipamentos, mão de obra, entre outros dados técnicos, sendo uma obrigação legal para os titulares ou arrendatários de títulos de lavra ou guia de utilização no Brasil.

#### Resultados da parceria:

- Desenvolvimento de Protótipos: A oficina resultou na criação de protótipos para os projetos de Visão por Empreendimento e Cadastro Nacional de Estruturas, demonstrando a viabilidade técnica e o potencial das iniciativas.
- Plataforma Integradora: A proposta é desenvolver uma plataforma única que integre os diferentes projetos, permitindo uma gestão mais eficiente e completa dos recursos minerais.
  - Benefícios: Os principais beneficiários dessa iniciativa são:
  - Mineradores: Maior transparência e agilidade nos processos.
  - Sociedade: Distribuição mais justa da CFEM e melhor controle ambiental.
  - ANM: Fortalecimento da fiscalização e otimização dos processos internos.

#### Portal de Geoinformação Mineral

Gestão do [Portal Geoinformação Mineral](#) da ANM, atividade de caráter contínuo em que atua no atendimento aos usuários internos e externos disponibilizando dados através de sistemas, dashboards, dados abertos, conforme apresentados abaixo.

Em 2024, a ANM realizou melhorias no seu [Portal de Geoinformação Mineral](#), disponibilizado no sítio eletrônico da ANM a usuários internos e externos no link, nas seguintes aplicações:

- [Sistema de Informação Geográfica da Mineração \(SIGMINE\)](#): interface com informações atualizadas relativas às áreas dos processos minerários cadastrados na ANM, associadas a informações espaciais. Permite visualizar, pesquisar e gerar relatórios.
- [Estruturas de Mineração/Grupamentos Mineiros](#): Webmap que apresenta as estruturas de mineração informada no RAL 2024, com ano base 2023, para ser utilizado no cálculo da CFEM dos municípios afetados pela mineração. Além disso, inclui o grupamento mineiro dos processos minerários.
- [Dashboard público de Segurança de Barragens de Mineração](#): a adição das manchas de inundação das barragens permite que todo cidadão tenha acesso às informações georreferenciadas via Cadastro Nacional de Barragens de Mineração da ANM. O cidadão também pode consultar a classificação atualizada das barragens de mineração do Brasil e obtenha a localização das estruturas na forma de mapas interativos, o que confere maior transparência e interação com os dados de segurança de barragens de mineração da ANM. As informações disponibilizadas são atualizadas em tempo real para toda sociedade.
- [Portal de Dados Abertos](#): Dados das poligonais dos processos minerários ativos e inativos, arrendamentos, áreas de bloqueio, áreas de reservas garimpeiras e de proteção de fontes, em formatos *shapefile* e KML, atualizados diariamente. Disponibilização de arquivo *filegeodatabase* com os microdados do Cadastro Mineiro nos dados abertos da ANM.

## DESAFIOS E EXPECTATIVAS FUTUROS DO MACROPROCESSO REGULAÇÃO

- Capacitação: oferta continuada de cursos, treinamentos e participação em eventos especializados em regulação aos servidores que realizam o gerenciamento da Agenda Regulatória e às equipes dos projetos da Agenda Regulatória, a exemplo do processo SEI 48051.005300/2024-91 (SEI 14436369).
- Acordo de Cooperação Técnica ANM/ABDI: melhoria de processos para maior agilidade no desenvolvimento das atividades normativas e administrativas da Agência.

- Agenda Regulatória: cumprimento dos cronogramas previstos para os projetos da Agenda Regulatória 2025-2026, entregando soluções que tragam valor ao setor e à sociedade.
- Avaliação de Resultado Regulatório – ARR: acompanhamento e apoio a Agenda de ARR 2023/2026.
- Melhoria regulatória: criar incentivos à participação de servidores em projetos da Agenda Regulatória, promover a maturidade e internalização dos procedimentos de elaboração de AIR e ARR, e demais etapas do devido processo regulatório. Incluindo, preparação de notas técnicas bem embasadas de dispensa de AIR.
- Qualidade regulatória: adoção das melhores práticas nacionais e internacionais, e atendimento às demandas da OCDE, órgãos de controle, MDIC/PRO-REG, dentre outros, para atingir os objetivos da Estratégia Nacional Regula Melhor.
- Estoque Regulatório: contínua revisão, atualização e simplificação do estoque regulatório da ANM, e criação de painel específico de acompanhamento ao público.
- Processos de Participação e Controle Social – PPCS: ampliar realização de consultas internas, reuniões participativas e/ou tomada de subsídios a fim de aprimorar a construção de conhecimento para desenvolvimento das propostas normativas, em estágios iniciais dos projetos da Agenda Regulatória. Promover o debate e a participação social previamente à edição de atos normativos de caráter geral e abstrato, que possam gerar impacto nos agentes regulados.
- Projeto Legal Design: elaboração de guias sobre os normativos vigentes em linguagem simples e aparência amigável, para facilitar o entendimento do conteúdo técnico-jurídico pelos usuários. Iniciado em 2024, pretende-se dar continuidade no projeto e ampliar, caso haja recursos disponíveis.
- Súmulas: existem 13 (treze) propostas de súmulas em análise para uniformizar interpretações da Diretoria Colegiada sobre matérias de arrecadação. O resultado promoverá maior agilidade e segurança jurídica nos processos administrativos. Este trabalho é realizado conforme a Instrução Normativa ANM nº 15/2023.
- Sandbox regulatório e análises custo-benefício: desenvolver essas ferramentas para atender as recomendações do CGU, e promover o uso dessas práticas modernas que apoiam a inovação e melhores alternativas regulatórias.
- Projeto Substâncias Minerais (SSM): Continuidade na interação com as áreas finalísticas e integração do sistema SSM aos sistemas especialista da ANM, visando a padronização de nomenclatura de substâncias minerais de interesse, criação de regras de negócio,

ajustes em bancos de dados e sistemas, realização de reuniões periódicas e melhoria dos sistemas especialistas com dados alinhados ao mercado, tais como a nomenclatura comum do mercosul (NCM) e classificação nacional de atividade econômica (CNAE), permitindo realizar cruzamento de dados com outras bases, tais como Receita Federal, SECEX, IBGE, MTE e outros.

- Plataformas Interativas da Economia Mineral: Atualização dos painéis já lançados e disponibilizados no sítio eletrônico da ANM.
- Portal Dados Abertos: Disponibilização de dados de investimentos em pesquisa mineral (base DIPEM).
- Sistema DIPEM: Elaboração de novo Manual da DIPEM para os usuários finais. Acompanhamento da campanha 2025. Evolutivas de sistema (mudança de regra para que a declaração seja feita por processo minerário individualizado). Construção de um relatório automático dos processos minerários que apresentaram a DIPEM, de modo que possam ser consultados diretamente no sistema. Integração com o Sistema RPM (a depender da SFI).
- Sistema AMB: Migração de dados do Sistema RAL para o Sistema AMB referente a campanha 2025 (ano-base 2024). Reuniões semanais com a equipe da G4F. Depuração de inconsistências de dados. Atualização dos Relatórios Complementares. Habilitação do plugin. Melhoria da lentidão do sistema.
- ACT ANM/IPEA: Atividades relacionadas ao Plano de Trabalho do ACT ANM/IPEA com a divulgação no sítio eletrônico da ANM de um estudo completo sobre os fluxos do comércio internacional de mercadorias do primeiro elo (minérios e seus concentrados) e segundo elo (produtos metalúrgicos e compostos químicos) das cadeias produtivas de minerais críticos para a transição energética e o market share do Brasil no contexto mundial.
- ACT ANM/CADE: Continuidade na construção do “Painel de Índices de Concentração de Mercado: aplicação para visualização da concorrência nos mercados minerais” com a inclusão também da base de dados do mercado consumidor e direitos minerários. Possibilidade de estudos/diagnósticos sobre concentração de mercado (indicadores: HHI e CR4) juntamente com o CADE por meio das variáveis tais como: mercado relevante do produto (substância e/ou produtos), mercado relevante geográfico, série histórica de preços ao consumidor, fusões e aquisições críticas, dentro de um mercado relevante (geográfico e do produto) e açambarcamento de mercado.

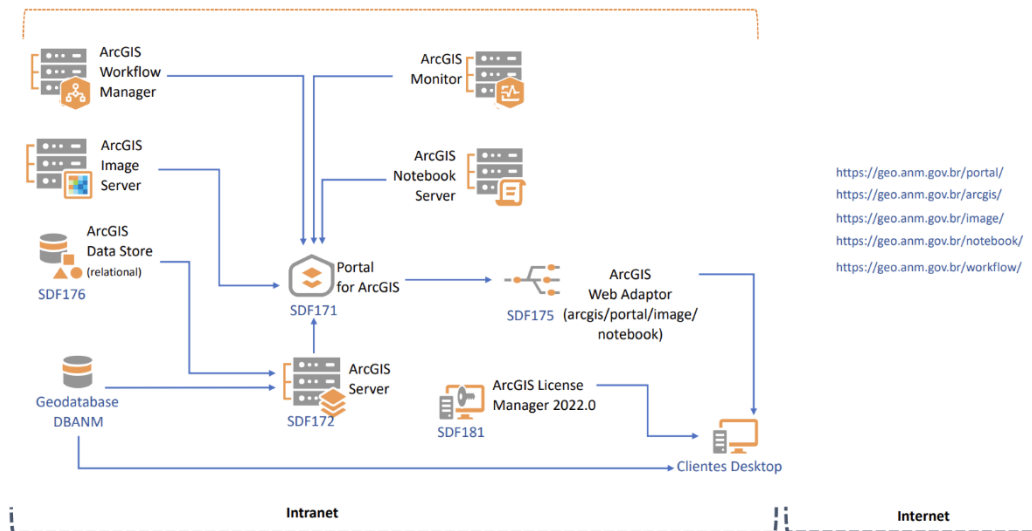


- Acordo de Adesão ANM/SECEX: Continuidade da revisão e atualização da Resolução ANM nº 106/2022. Treinamento dos servidores que realizam a anuência de importação de diamantes brutos sobre o uso de ferramentas do Portal Siscomex.
- Novas plataformas interativas: a) Construção de novo Anuário Mineral Brasileiro Interativo a partir de tabelas do banco de dados, o que tornará as atualizações mais céleres e com mais opções de informações do setor mineral; b) Criação de uma plataforma da Indústria da Mineração Brasileira com dados da PIA-Produto e PIA-Empresa disponibilizadas pelo IBGE; c) Elaboração de Painel do Mercado de Trabalho na Mineração (Novo CAGED/RAIS); d) Criação de uma plataforma sobre minerais críticos de transição energética com dados da ANM, SECEX, WITS, etc. Trabalho similar a este: [https://storymaps.arcgis.com/collections/1e05ebf390554cb8b7cefa80e521afda?utm\\_source=plattsweb&item=6](https://storymaps.arcgis.com/collections/1e05ebf390554cb8b7cefa80e521afda?utm_source=plattsweb&item=6).
- Perspectivas de parceria com o MCTI para estabelecimento de ACT: Desenvolvimento de metodologia de levantamento de cadeias produtivas dos arranjos produtivos (Água Mineral; Rochas Ornamentais; Cerâmicas; Gemas, Jóias e Metais preciosos; Gesso; Sal Marinho; Agregados para a Construção Civil; Cal, Calcário e Cimento; Pegmatitos e Remineralizadores).
- Perspectivas de parceria com o CETEM para estabelecimento de ACT: Desenvolvimento de metodologia de levantamento de cadeias produtivas da mineração urbana no projeto RECUPER 3: Rotas de circularidade e potencial de recuperação de valor a partir da mineração urbana dos resíduos de equipamentos eletroeletrônicos na temática de economia circular.
- Projeto Política de Governança de Dados (PGDI): A implementação de políticas de governança é um instrumento normativo que define objetivos, princípios, diretrizes e responsabilidades. Além disso, a estrutura organizacional, incluindo papéis e competências, é fundamental para avaliar e monitorar a governança.
- Migração do banco geoespacial: migração do banco geoespacial para nova versão da licença para implementação no novo SIGAreas.
- Criação dos super alertas em parceria com a SCON/DPF utilizando dados do RAL, processos minerários e CFEM fazendo análise espacial com alertas gerados na plataforma Brasil MAIS.
- Desenvolvimento de Projetos com o contrato da consultoria especializada: Previsão orçamentária: para uso da consultoria EEAP para desenvolvimento de aplicação ligadas a Geoinformação Mineral.





- Cadastro Nacional de Estruturas de dados vetoriais e raster.
- Catálogo de Imagens de DRONE
- Caderneta Digital.
- Melhoria na infraestrutura dos servidores da ANM: Nova Arquitetura e Atualização do ArcGIS Enterprise para versão 11.3 nos Servidores de Geoinformação na ANM para o desenvolvimento Caderneta Digital - desenvolvimento de formulários georreferenciados para uso em campo, como o FiedsMaps/ ArcGIS, para que a coleta de dados seja realizada de forma direta e estruturada nas ações de fiscalização e outorga. Catálogo e visualização de imagens de satélite e de DRONE para fiscalização inteligente remota na ANM.





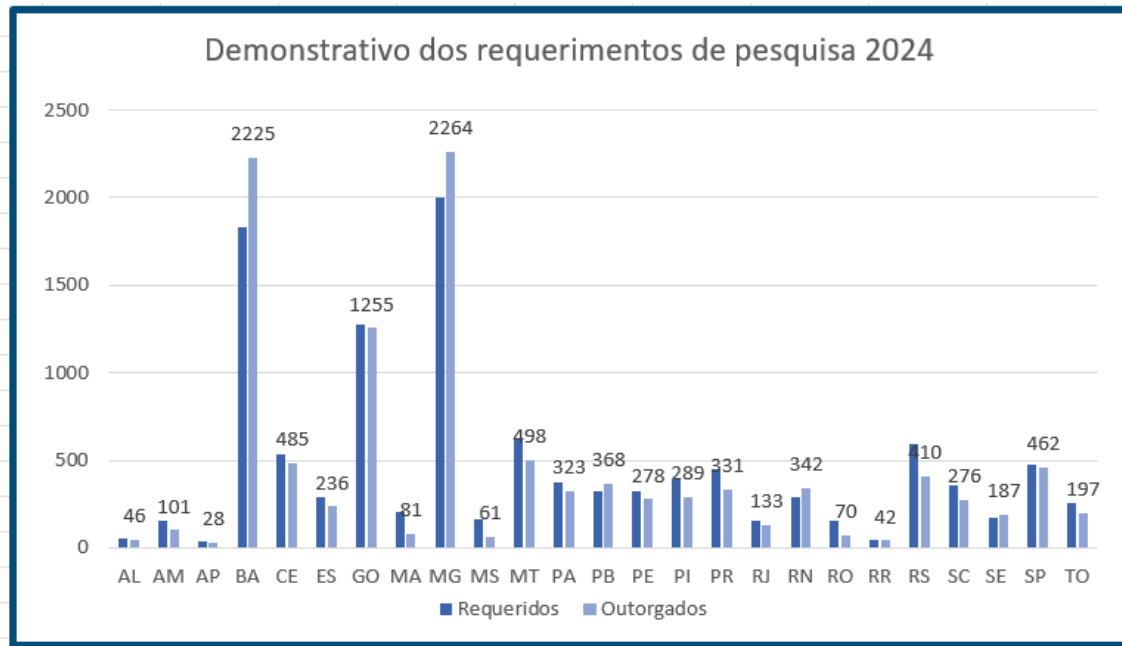
# MACROPROCESSO DE OUTORGA

As atividades de outorga abrangem principalmente os requerimentos de pesquisa e requerimentos títulos de lavra, como requerimentos de lavra, de licenciamento, de permissão de lavra garimpeira e registro de extração, as respectivas desistências e gestão dos títulos minerários e disponibilidade de áreas.

## OUTORGA DE PESQUISA MINERAL

### *Requerimentos e alvarás de autorização de pesquisa*

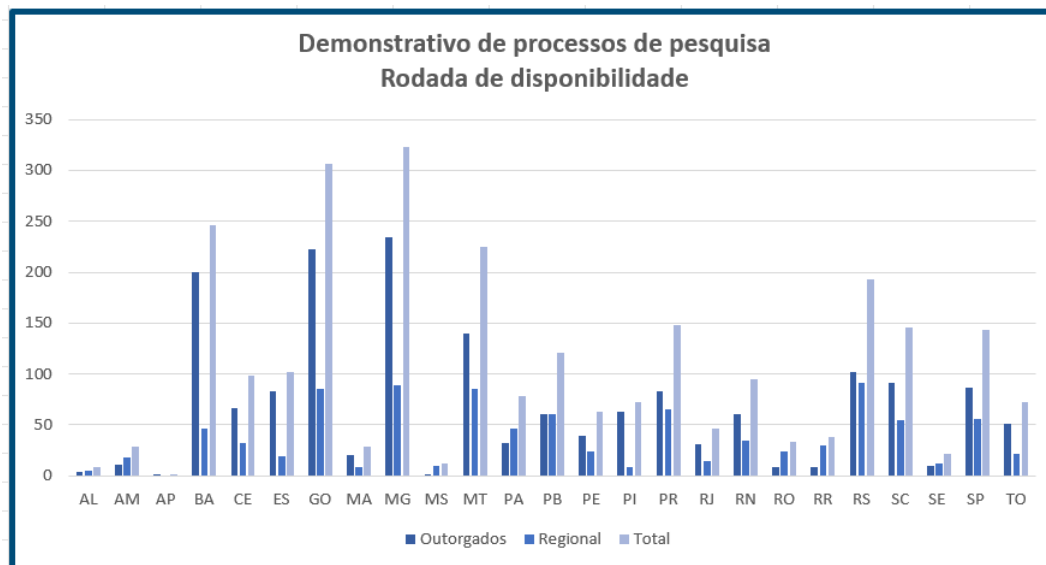
O total de requerimentos de pesquisa protocolizados em 2024, em nível nacional, foi de 11.505, segundo os painéis da outorga. As análises dos requerimentos pesquisa resultaram em 10.948 alvarás de autorização de pesquisa outorgados, no exercício de 2024 e 1.059 requerimentos indeferidos.



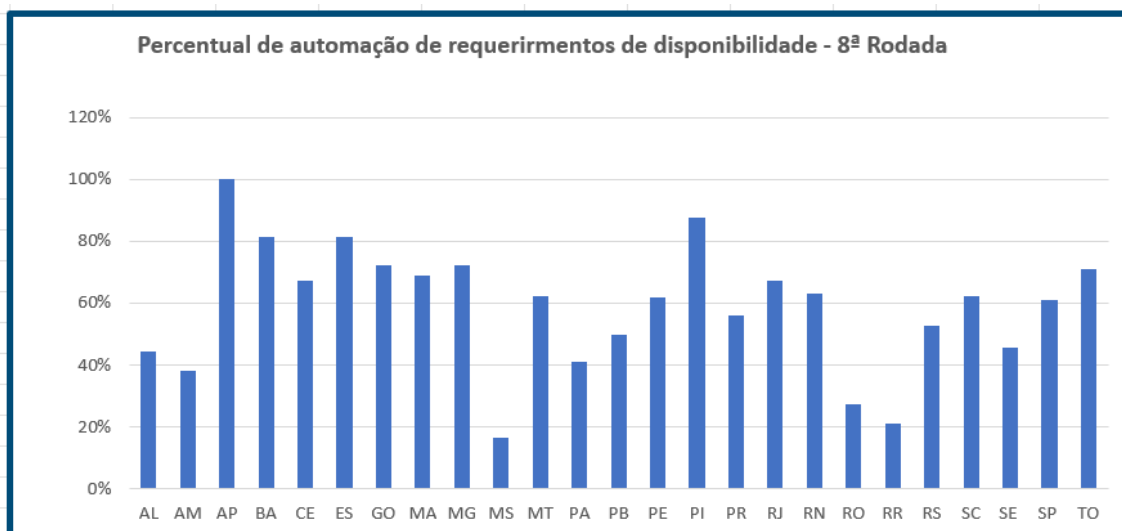
Os alvarás de pesquisa outorgados refletem as outorgas automáticas via sistemas somados aos esforços das unidades regionais da ANM em estudar o direito de prioridade do passivo acumulado. Foram outorgados 10.948 alvarás com destaque para as substâncias Ouro, Terras Raras e Lítio.

Os gráficos acima demonstram o histórico dos requerimentos de pesquisa no ano 2024 e a consequente outorga dos mesmos por estados.

Em 2024, o Sistema de Requerimento Eletrônico de Pesquisa-REPEM foi integrado com o Sistema de Oferta Pública e Leilão de Áreas -SOPLE, totalizando 2.651 requerimentos de pesquisas, oriundos da 8ª rodada de disponibilidade processada automaticamente e distribuídos por unidades regionais, conforme o gráfico abaixo.

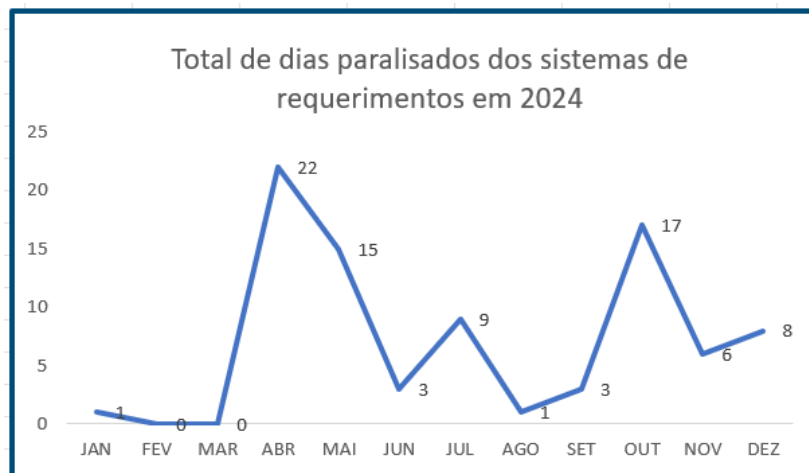


A integração permitiu outorgar de maneira automática uma média de 63% dos requerimentos, sendo outorgados 1.709 alvarás de pesquisa e encaminhados para análise nas unidades regionais outros 942 requerimentos de pesquisa.



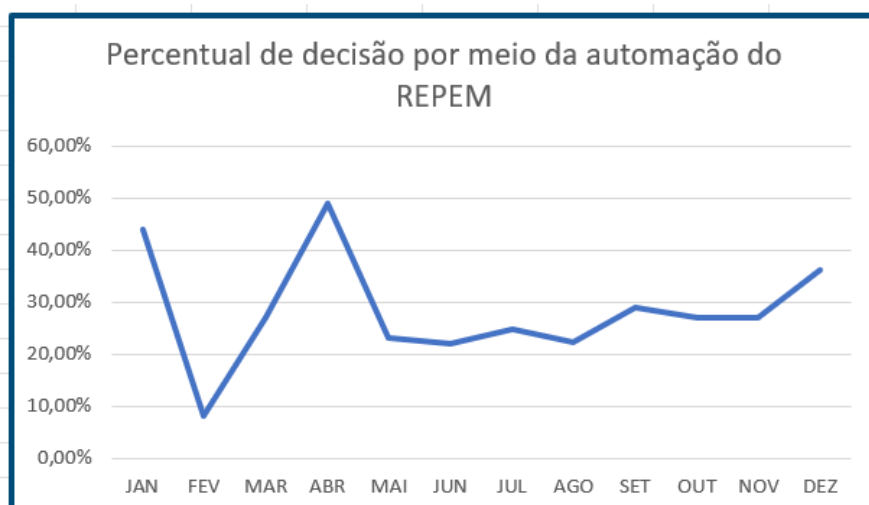
### Sistema de outorga de títulos

No ano de 2024, os sistemas de requerimentos da ANM sofreram instabilidades constantes afetando o Sistema Eletrônico de Requerimento de Pesquisa – REPEM, que ficou inoperante durante 85 dias, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo.



Esta indisponibilidade do sistema afetou todos os requerimentos da ANM tais como os requerimentos de Pesquisa, Lavra Garimpeira, Registro de Extração e Licenciamento.

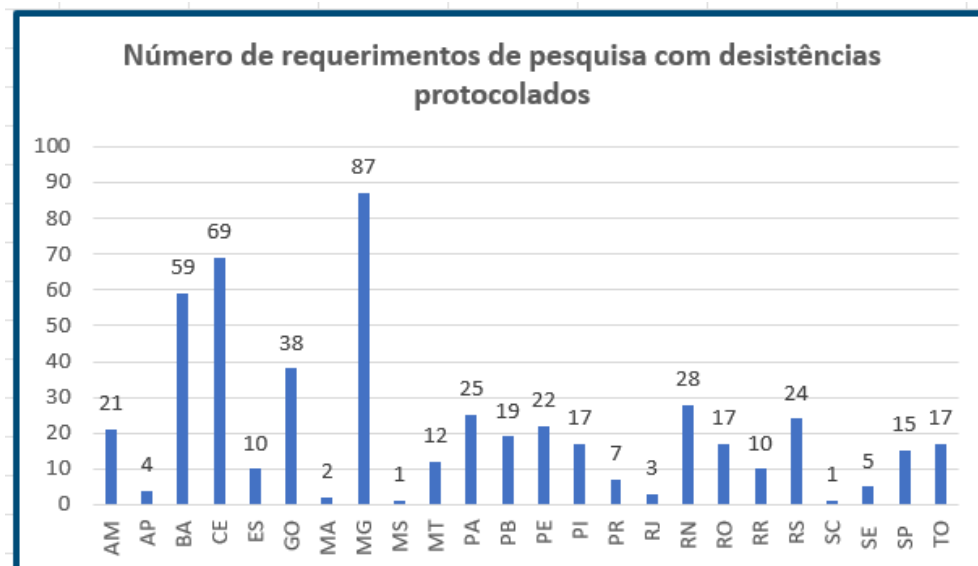
Os requerimentos de pesquisa atualmente são realizados por meio eletrônico – REPEM, atingindo uma média, em 2024, de 26,59% de outorgas de alvarás.



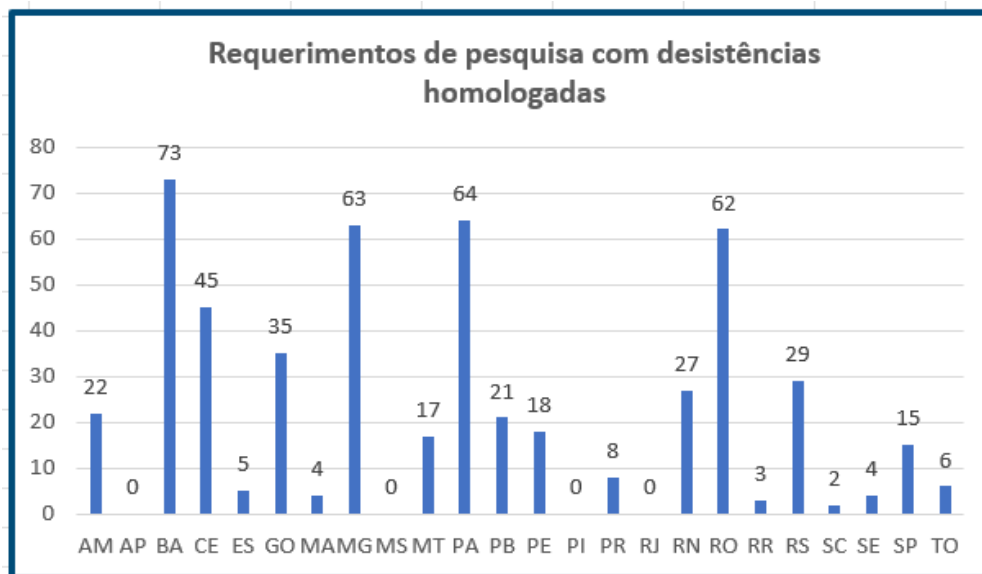
## Desistência

A desistência de direitos minerários ocorre ainda na fase de requerimentos, de maneira que nesta fase, não ocorre a extinção de título minerário, mas tão somente a interrupção de uma expectativa de direitos.

O total de desistências de requerimentos de autorização de pesquisa protocoladas no ano de 2024 totalizou 513, sendo homologadas pelas unidades regionais um quantitativo de 523, que serão incorporadas no banco de dados para a disponibilização no SOPLE para as próximas rodadas.



As desistências homologadas refletem os esforços das unidades regionais da ANM priorizando o aumento de estoque para as disponibilidades de áreas ao público.



### Reconhecimento geológico

Para suprimir o “vácuo normativo” deixado pela revogação do antigo Regulamento do Código de Mineração, em relação ao Reconhecimento Geológico, foi identificada a necessidade de expedição de decreto regulamentar de competência do Presidente da República, não sendo exequível sua aplicação enquanto não for sanado o problema.

### Controle de áreas

As atividades de apoio operacional ligadas ao Controle de Áreas compreendem a realização de análises geográficas das poligonais requeridas e/ou tituladas cadastradas no banco de dados da ANM. Os estudos são realizados por meio do Sistema SIG-Áreas, que é o sistema padrão utilizado na instituição para essa finalidade. A unidade realiza ainda trabalhos de campo para revisão de posicionamento de áreas para avaliar eventuais deslocamentos.

Foram executados aproximadamente 16.830 estudos de áreas em 2024, dos quais 16.078 já tiveram a alteração resultante da análise gravada no banco de dados e 752 ainda aguardam algum tipo de processamento para confirmar a conclusão do estudo:



Tipo de estudo	Concluído	Aguardando conclusão
Cessão Parcial na fase de Autorização de Pesquisa	172	131
Cessão Parcial na fase de Concessão de Lavra	10	17
Cessão Parcial na fase de Licenciamento	5	6
Cessão Parcial na fase de Permissão de Lavra Garimpeira	8	5
Cessão Parcial na fase de Requerimento de Lavra	11	11
Cessão Parcial. Processo cessionário	355	
Correção de Camada	62	5
Criação de Corredor	4	
Desmembramento na fase de Concessão de Lavra	2	2
Desmembramento. Processo cessionário	2	
Englobamento na fase de Concessão de Lavra	1	
Englobamento na fase de Licenciamento	12	5
Englobamento. Processo englobado	17	
Exclusão de Poligonal	9	
Mudança de Regime na fase de Autorização de Pesquisa para Requerimento de Lavra Garimpeira com redução de área	1	3
Mudança de Regime na fase de Autorização de Pesquisa para Requerimento de Licenciamento com redução de área	25	84
Mudança de Regime na fase de Requerimento de Lavra Garimpeira com redução de área. Processo Novo	1	
Mudança de Regime na fase de Requerimento de Licenciamento com redução de área. Processo Novo	25	
Opção de Área na fase de Registro de Extração	1	
Opção de Área na fase de Requerimento de Permissão de Lavra Garimpeira	18	
Opção de Área na fase de Requerimento de Pesquisa	310	15
Opção de Área na fase de Requerimento de Registro de Licença	14	



Reativação de Versão	544	9
Redução de Área na fase de Autorização de Pesquisa	488	123
Redução de Área na fase de Licenciamento	24	10
Redução de Área na fase de Requerimento de Lavra	33	4
Redução de Área. Área descartada	830	
Retirada de Interferência na fase de Requerimento de Lavra	1398	7
Retirada de Interferência na fase de Requerimento de Permissão de Lavra Garimpeira	1137	25
Retirada de Interferência na fase de Requerimento de Pesquisa	8211	250
Retirada de Interferência na fase de Requerimento de Registro de Extração	581	9
Retirada de Interferência na fase de Requerimento de Registro de Licença	1764	19
Substituição de Poligonal	3	
<b>Total Geral</b>	<b>16078</b>	<b>752</b>

### *Extinção de poligonais minerárias em terras indígenas*

Com a aprovação do Parecer nº 469/2015/HP/PROGE/DNPM, em 2018, a ANM estabeleceu diretrizes de caráter normativo para a extinção de requerimentos e direitos minerários incidentes em territórios indígenas.

A tabela, a seguir, apresenta uma estimativa do número de poligonais pendentes de exclusão por sobreposição a Terras Indígenas oficialmente reconhecidas — ou seja, aquelas com status de homologadas ou regularizadas — totalizando 374 numerações, considerando tanto sobreposições totais quanto parciais. A classificação “adjacente”, presente na tabela, refere-se ao número de processos localizados junto à borda externa das poligonais de Terras Indígenas oficialmente reconhecidas.

Fase do processo	Adjacente	Parcial	Total	Total geral
Apto para disponibilidade	139	25	1	165
Autorização de pesquisa	290	70	1	361
Concessão de lavra	5	11	1	17
Direito de requerer a lavra	2	1	1	4
Disponibilidade	20	29		49
Lavra garimpeira	17	3		20
Licenciamento	14	3		17
Requerimento de lavra	21	8	1	30
Requerimento de lavra garimpeira	205	36		241
Requerimento de licenciamento	13	2		15
Requerimento de pesquisa	953	175	6	1134
<b>Total geral</b>	<b>1679</b>	<b>363</b>	<b>11</b>	<b>2053</b>

### Resultados de projetos e ações

Em 2024, o Sistema de Requerimento Eletrônico de Pesquisa (REPEM) foi integrado ao Sistema de Oferta Pública e Leilão de Áreas (SOPLE), automatizando os requerimentos de pesquisa da 8ª Rodada de Disponibilidade de Áreas.

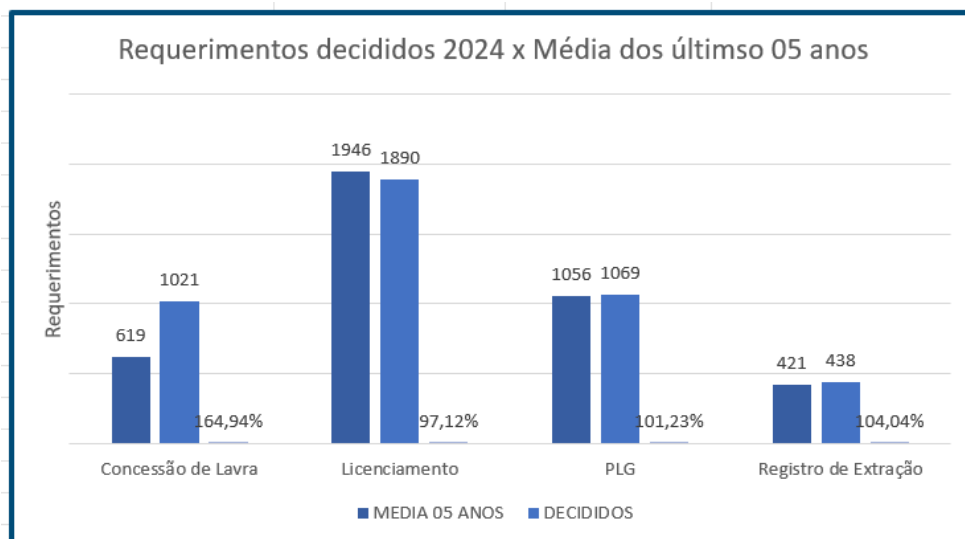
## OUTORGA DE TÍTULOS DE LAVRA

As atividades de Outorga de Títulos de Lavra incluem planejar, gerenciar e padronizar as análises dos requerimentos de títulos de lavra, notadamente o plano de aproveitamento econômico, o qual visa a outorga da Concessão de Lavra.

### Resultados de requerimento de lavra e títulos

## REQUERIMENTOS DE TÍTULOS DE LAVRA DECIDIDOS

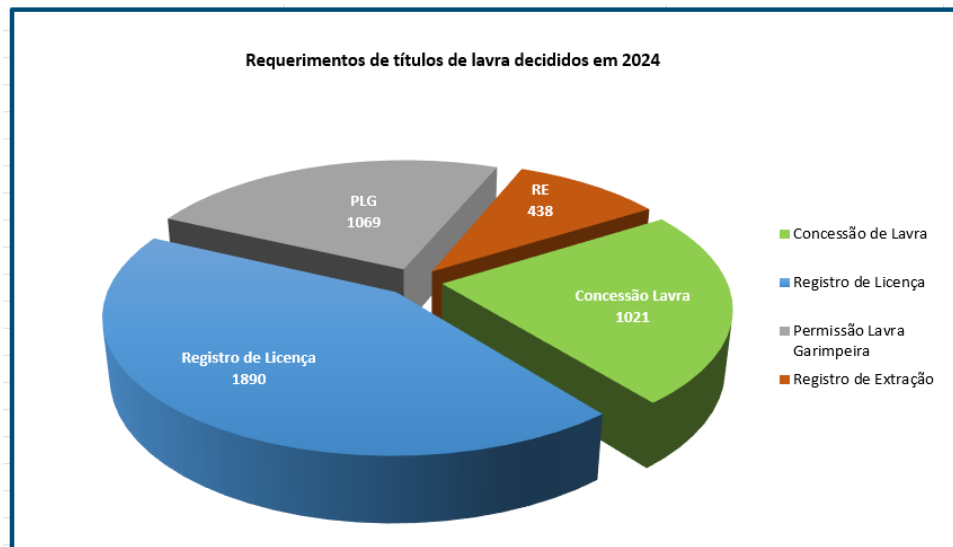
De acordo com as metas estabelecidas anualmente pela ANM, as decisões envolvem tanto os requerimentos deferidos (títulos outorgados) quanto os requerimentos indeferidos (títulos negados). Os dois casos são resultado da análise dos requerimentos ingressados na Autarquia. O quadro abaixo mostra os resultados atinentes às decisões proferidas pela ANM em relação aos requerimentos de títulos de lavra em 2024 em comparação à média deles nos últimos 05 anos.



Em 2024, as concessões de lavra desempenharam um papel de destaque em relação aos demais títulos de lavra, com um peso significativo no cômputo das metas institucionais (45% - considerando a metodologia do cálculo) abaixo:

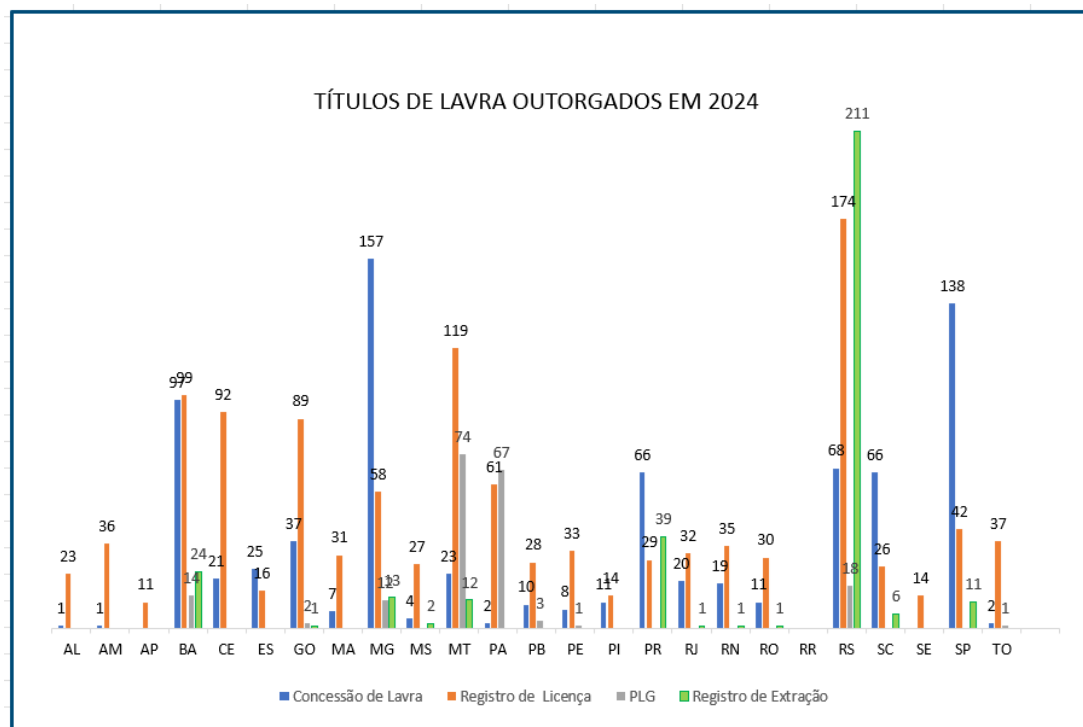
$$TATIL = 0,45 \times CL/M5 + 0,25 \times RL/M5 + 0,25 \times PLG/M5 + 0,05 \times RE/M5$$

O resultado obtido para as Concessões de Lavra (CL) elevou sobremaneira a Taxa de Análise de Outorga dos Títulos de Lavra - TATIL, com meta estabelecida em 80% para 2024 (RESOLUÇÃO ANM Nº 147/2023), alcançando o resultado de 129%.



## TÍTULOS DE LAVRA OUTORGADOS

O gráfico a seguir mostra por unidade administrativa regional e regime de aproveitamento mineral o quantitativo de títulos de lavra outorgados pela ANM no ano de 2024.



### Indicador estratégico

O tempo médio da análise do requerimento de lavra era um dos indicadores estratégicos da ANM estabelecidos pelo Ministério de Minas e Energia para medir os processos internos da Agência, a produtividade, a simplificação, bem como a integração dos processos organizacionais atinentes aos requerimentos de títulos de lavra.

Até o final do Plano Plurianual – PPA 2020-2023 o indicador era obtido pela média aritmética do Tempo Médio – TM de análise do requerimento de Concessão de Lavra - CL com o tempo médio de análise dos requerimentos dos demais títulos de lavra (Registro de Licença - RL; Permissão de Lavra Garimpeira - PLG e Registro de Extração – RE, conforme a metodologia do cálculo a seguir:

$$TM = (TMCL + TM(RL + PLG + RE)) / 2$$

Para o PPA 2024-2027 o Ministério de Minas e Energia por meio do Programa 3102 - Mineração Segura e Sustentável estabeleceu um novo indicador estratégico atinente ao tempo

de análise do requerimento de lavra. Trata-se do Indicador 0685 - Tempo de análise de requerimentos de lavra reduzido, cuja fórmula de cálculo é apresentada abaixo:

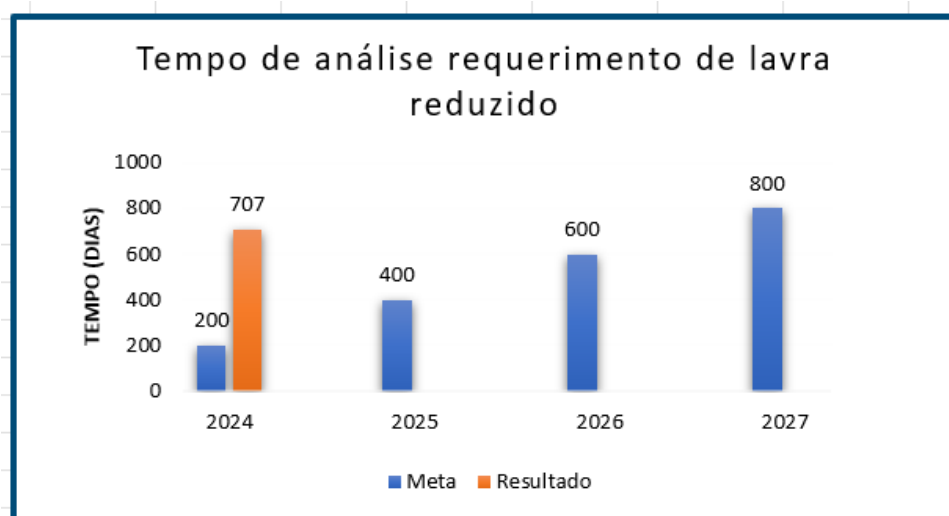
$$R = TM10 - TAn$$

Onde: R = Redução (em dias); TM10= tempo médio de análise de requerimentos de lavra desde a data da apresentação do RFP até a publicação da Portaria de Lavra nos últimos 10 anos (em dias); TAn = tempo médio de análise de requerimentos de lavra desde a data da apresentação do RFP até a publicação da Portaria de Lavra no ano “n” de apuração (em dias).

Para o novo indicador as metas estabelecidas foram as seguintes:

2024: 200      2025: 400      2026: 600      2027: 800

Na inauguração do novo indicador em 2024, o resultado obtido foi de redução de 707 dias, superando em mais de três vezes a meta estabelecida.

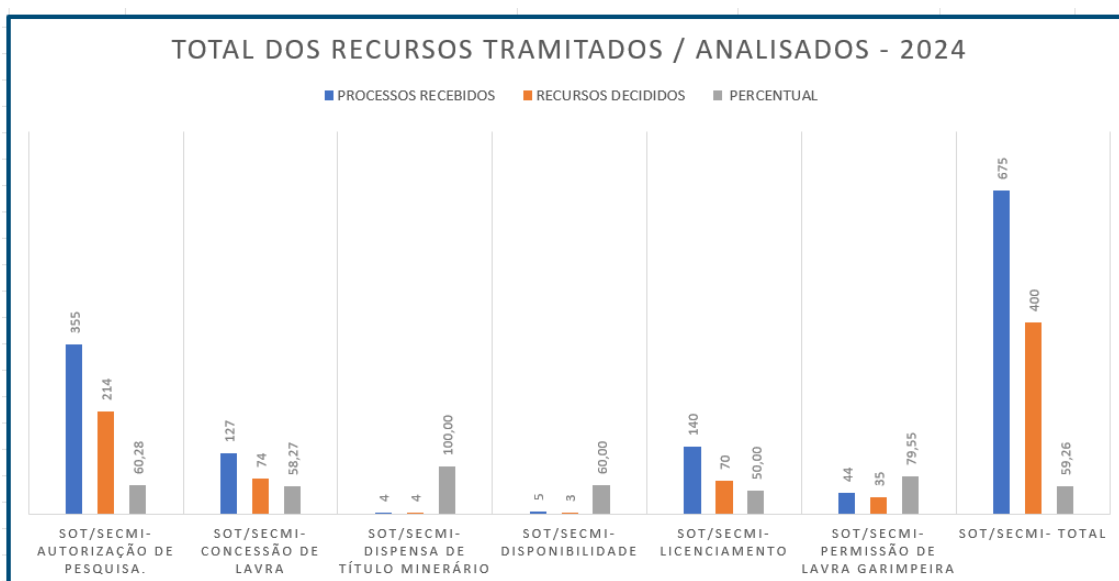


## Recursos

No período, foram recebidos 675 processos para análises e emissão de parecer com a finalidade de tomada de decisão em grau de recurso de segunda instância, resultando o total de 402 processos decididos no exercício ano de 2024.

O gráfico abaixo apresenta a quantidade dos recursos que tramitaram pela por regimes e suas respectivas fases, bem como a quantidade de recursos analisados e decididos no período.

Fases	Processos recebidos	Recursos decididos	Percentual
SOT/SECMI- Autorização de Pesquisa.	355	214	60,28
SOT/SECMI- Concessão de Lavra	127	74	58,27
SOT/SECMI- Dispensa de Título Minerário	4	4	100,00
SOT/SECMI- Disponibilidade	5	3	60,00
SOT/SECMI- Licenciamento	140	70	50,00
SOT/SECMI- Permissão de Lavra garimpeira	44	35	79,55
SOT/SECMI- TOTAL	675	400	59,26



### Gestão de títulos minerários

A gestão de títulos minerários na ANM tem a atribuição de atender às demandas dos detentores desses direitos, além de interagir com outros agentes envolvidos, como o Poder

Judiciário e o Ministério Público. Também cabe a essa área analisar e encaminhar processos para a concessão do ato de assentimento prévio junto ao Conselho de Defesa Nacional.

Além disso, é responsável pelo gerenciamento e supervisão das atividades relacionadas à manutenção dos dados cadastrais de pessoas e processos de outorga, abrangendo desde a solicitação inicial até a conclusão e averbação dos eventos finais. Isso inclui títulos minerários como Autorização de Pesquisa, Concessão de Lavra, Manifesto de Minas, Permissão de Lavra Garimpeira, Direito de Requerer a Lavra, Requerimento de Lavra e Registro de Licença, bem como a oneração desses direitos, incluindo aqueles provenientes de decisões judiciais, além de processos de incorporação, cisão, fusão de empresas e transferências decorrentes de sucessão hereditária.

Também compete a essa área orientar e registrar atos de cessão de direitos minerários, arrendamentos e transferências de titularidade, assegurando a organização, segurança e padronização dos procedimentos de gestão de títulos. Para isso, mantém atualizados os registros de informações e eventos processuais pertinentes e é responsável pela emissão de declarações e certidões de regularidade no âmbito de sua atuação.

No exercício de 2024, foram despachados e autorizados 1.478 atos processuais relacionados a averbações de alterações na titularidade de direitos minerários. Esses atos incluem arrendamentos, incorporações, penhoras autorizadas, processos de indisponibilidade judicial, processos enviados ao Conselho de Defesa Nacional para assentimento prévio, sucessão por causa mortis, liberação de penhora, liberação de indisponibilidade e oneração de direitos minerários efetivados.

A seguir, apresenta-se o quadro resumo dos procedimentos e serviços realizados no que se refere às transferências de cessões, arrendamentos, cisões, incorporações, atos averbados e atendimentos às demandas judiciais, incluindo aquelas relacionadas à faixa de fronteira.

SERVIÇOS	
PENHOR (1926)	12
PENHORA AUTORIZADA (1934)	52
INDISPONIBILIDADE JUDICIAL (1811)	80
INCORPORAÇÃO (1950)	254
CISÃO APROVADA (1938)	124
ARRENDAMENTO (1301)	0
ARRENDAMENTO (449)	0



CESSÃO PARCIAL APROVADA (175)	0
CESSÃO TOTAL APROVADA (451)	15
DISPONIBILIDADE JUDICIAL (1812)	69
PENHORA LIBERAÇÃO APROVADA (1930)	12
SUCESSÃO CAUSA MORTIS (1954)	9
AVERBAÇÃO DA CESSÃO TOTAL (1043)	11
RETIFICAÇÃO ALVARÁ DE PESQUISA (327)	1
ARRENDAMENTO PARCIAL AP. (558)	1
AVERBAÇÃO TOTAL DE DIREITOS (281)	30
CDN ENCAMINHADO /FAIXA DE FRONTEIRA	349
CDN RETORNANDO /FAIXA DE FRONTEIRA	182
OUTROS	32
EXIGENCIA (361)	7
EXIGENCIA (470)	2
EXIGENCIA (250)	14
EXIGENCIA (344)	7
EXIGENCIA (131)	151
EXIGENCIA (133)	5
EXIGENCIA (2081)	5
EXIGENCIA (2224)	1
RETIFICAÇÃO DESPACHO PUBLICADO (1389)	8
EXIGENCIA SEM EVENTO	2
EXIGENCIA (2191)	0
DIR REQ LAV/TRAN DIR-CES T. AP PUB (2259)	1
CESSÃO TOTAL APROVADA (749)	0
DESPACHO PUBLICADO (508)	8
AUT. PESQ. DESPACHO PUBILCADO (256)	1
TRANSF. DIR. DETERMINAÇÃO JUD. (2793)	1
ARREMATAÇÃO (2797)	11
TORNA SEM EFEITO (192)	0
PENHOR LIBERAÇÃO APROVADA (1922)	1
CANCELAMENTO DE ANUÊNCIA PREV. (551)	1
CONC/LAV/TORNA/S/EFEITO/DES.PUB (657)	2
DEVOLUÇÕES GERÊNCIA	17
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1478</b>

Segue o quadro resumo nacional das cessões de direitos aprovadas em 2024, que apresenta as transferências legais de direitos sobre áreas minerárias, realizadas pela ANM. As cessões podem ser totais ou parciais e são processadas conforme as normas estabelecidas, garantindo a regularidade e a transparência das operações no setor mineral.

UF	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	%	Posição
BA	5	20	41	60	46	110	85	21	35	9	37	85	554	17,2	1ª Posição
MG	36	16	85	67	39	33		82	41	64	36	10	509	15,8	2ª Posição
MT	15	11	17	107	26	64	33	33	21	6	21	12	366	11,4	3ª Posição
SP	13	27	24	9	8	26	43	28	21	17	17		233	7,2	4ª Posição
GO/DF	4		34	44	15	24		16	36	10	10	5	198	6,2	5ª Posição
SC	11	9	8	16	28	12	15	8	27	9	18	30	191	5,9	6ª Posição
PA	32	13	4	12	7	15	6	10	11	8	29	10	157	4,9	7ª Posição
PR		9	4	20	17	15	10	19	8	3	28		133	4,1	8ª Posição
CE	10	4	7	8	4	27	8	6	17	12	7	7	117	3,6	9ª Posição
RS	2	9	6	26	7	7	19	7	9	12	4	7	115	3,6	10ª Posição
ES	10	4	13	6	16	4	5	15	9	13	12	3	110	3,4	11ª Posição
PB	8	15	21	4	6	1	15	1	12	10		12	105	3,3	12ª Posição
MS	1	2	5	9	3	3	10	18	7	18	7		83	2,6	13ª Posição
TO	15	7	7	6	3		9	15	3	3		12	80	2,5	14ª Posição
RN	6		1	7	3	9	9	3	11	10	5	5	69	2,1	15ª Posição
PE	2	1	1	13	5	2		4	5	1	5	4	43	1,3	16ª Posição
RJ	4	3	4	6	1	6	3	1	3	3		6	40	1,2	16ª Posição
SE		8			17	1		2				2	30	0,9	18ª Posição
RO/AC			1	3	2		2	3	1	2		7	21	0,7	19ª Posição
PI	2		3	1		6			1	7			20	0,6	20ª Posição
MA							1	1	5	3	6		16	0,5	21ª Posição
AM			1	4	2	1			2	2	1	1	14	0,4	22ª Posição
AL				1		2		1	3			1	8	0,2	23ª Posição
AP	1	1	1			1	1					1	6	0,2	24ª Posição
RR													0	0,0	25ª Posição
Total	177	159	288	429	255	369	274	294	288	222	243	220	3.218	100,0	

## Disponibilidade de área

Disponibilidade de Áreas é um procedimento, conduzido pela Agência Nacional de Mineração (ANM), que objetiva selecionar interessados em dar seguimento a projetos minerários que já haviam sido outorgados a terceiros, mas retornaram à carteira ANM por algum motivo como, por exemplo, indeferimento de requerimento, caducidade de título, abandono da jazida ou mina, desistência e renúncia ao direito minerário.

Até 2018, a escolha dos interessados ocorria de acordo com o melhor projeto técnico. O Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018, introduziu novo modelo de seleção, posteriormente disciplinado pela Resolução nº 24, de 3 de fevereiro de 2020, da Diretoria Colegiada da ANM.

No novo modelo, a disponibilidade passa a ser realizada em rodadas regulares, nas quais são oferecidas simultaneamente inúmeras áreas. Na fase de Oferta Pública são recebidas as manifestações de interesse por cada uma das áreas oferecidas na rodada. As áreas que receberem duas ou mais manifestações de interesse avançam para a fase de leilão eletrônico, a ser decidido de acordo com a maior proposta financeira.

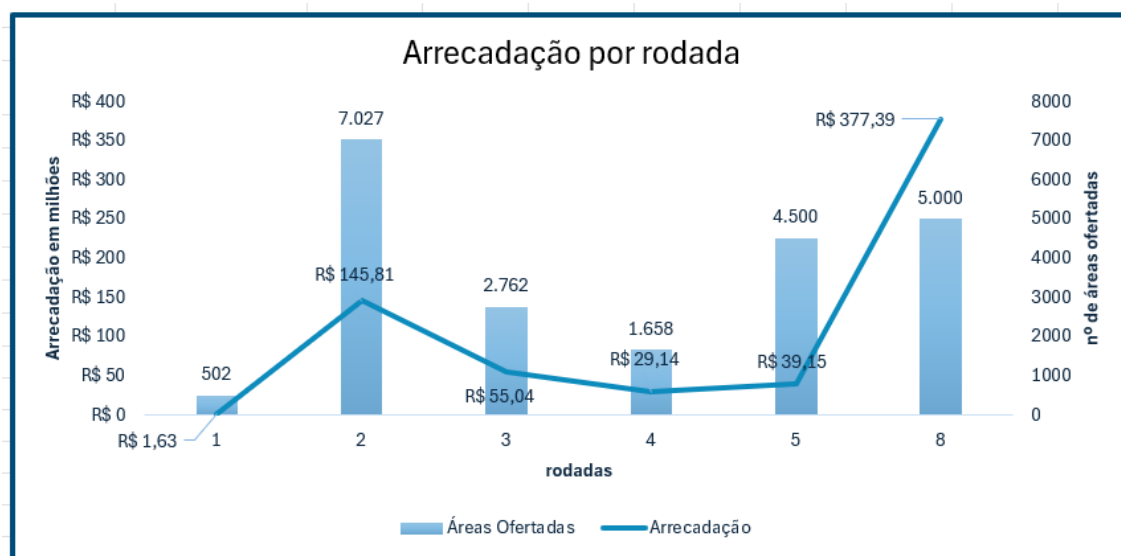
Em 2024, ocorreu a 8ª rodada de disponibilidade de áreas. Os resultados destacam um cenário de sucesso crescente em arrecadação, participação e interesse no setor mineral brasileiro. As inovações implementadas e as estratégias usadas permitiram que essa rodada fosse a mais significativa até o momento, oferecendo insights valiosos para as futuras iniciativas.

Projetos como AreaApta, DataVista e IntegraReq ilustram um compromisso contínuo com a sustentabilidade e a competitividade. Os resultados dos projetos e ações aprimoraram a seleção das áreas e modernizaram o processo, garantindo maior conformidade normativa e eficiência operacional. O acompanhamento via dashboards estratégicos também proporcionou maior base para a tomada de decisões.

A evolução na relação de áreas conquistadas e arrematadas por áreas ofertadas, com um significativo aumento de áreas conquistadas e arrematadas pelos participantes, indica uma otimização na atribuição das áreas conforme as necessidades do mercado, devido às inovações implementadas.

Desafios persistem, como a diminuição da inadimplência e a otimização dos processos, mas estratégias futuras tendem abordar esses pontos com soluções estruturadas e inovadoras.

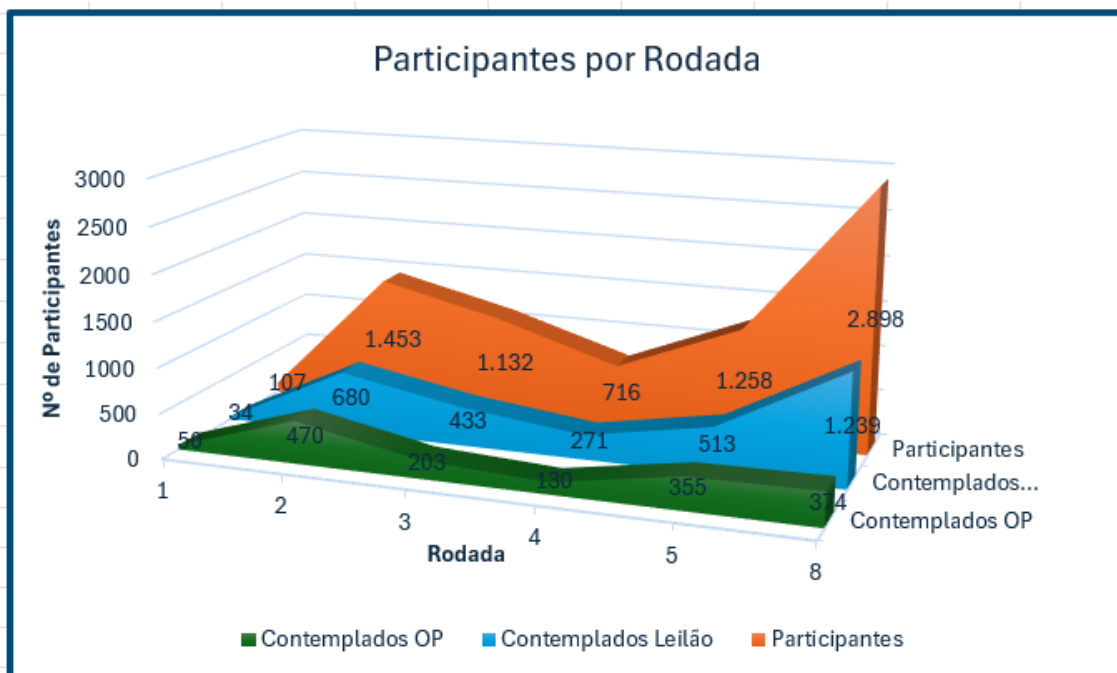
A 8ª rodada gerou, até o momento, uma arrecadação de R\$ 377,3 milhões. Esta arrecadação superou a soma de arrecadação de todas as rodadas anteriores. O gráfico demonstra uma evolução significativa nas rodadas de disponibilidade de áreas, evidenciando um aumento expressivo na arrecadação em relação à quantidade de áreas ofertadas. Observa-se um pico notável na arrecadação da 8ª rodada, que atingiu R\$ 377,3 milhões, apesar de não ter oferecido a maior quantidade de áreas. Essa tendência sugere uma melhoria na eficiência dos processos de leilão e um aumento no valor percebido das áreas, indicando que a estratégia de seleção de áreas pela ANM está alinhada às demandas do mercado, resultando em um incremento na valorização das ofertas.



O gráfico revela uma tendência de crescimento na participação ao longo das rodadas de disponibilidade de áreas de mineração. Desde a 1ª até a 8ª rodada, há um aumento expressivo no número total de participantes, alcançando 2.898 na rodada mais recente. Esse aumento reflete um crescente interesse e confiança do setor mineral nos processos organizados pela Agência Nacional de Mineração, além de sugerir que as áreas ofertadas atendem aos interesses e demandas do mercado.

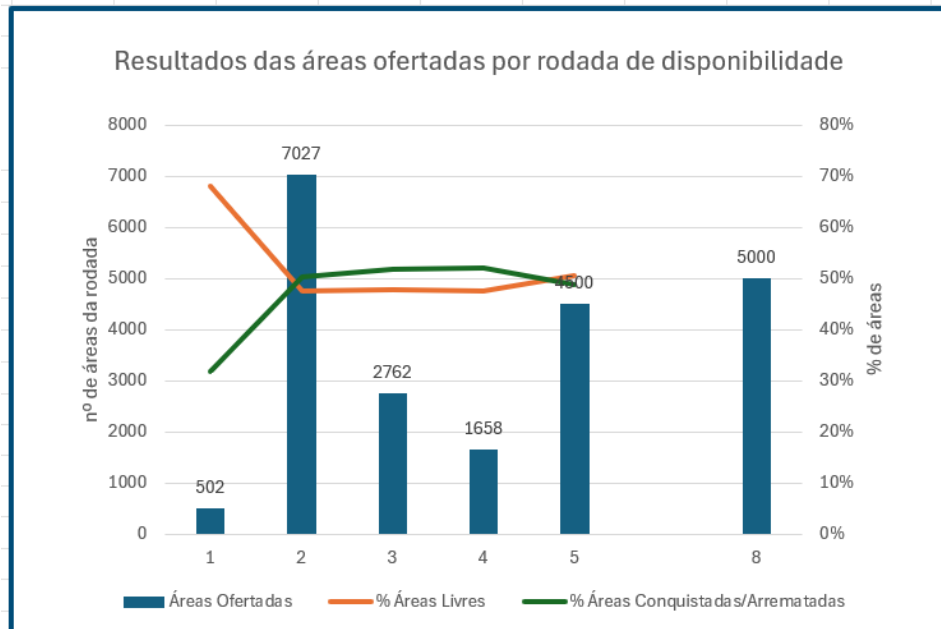
Observa-se também a evolução dos contemplados em oferta pública (OP) e leilão. Apesar das flutuações nos números de contemplados em cada modalidade, nota-se uma estabilidade relativa nos contemplados nos leilões. Isso indica que, embora a quantidade de participantes varie, a eficiência dos leilões em atender aos interessados permanece consistente. Na 8ª rodada, o aumento dos contemplados em leilões, que atingiu 1.239, é significativo, sinalizando maior valorização e interesse competitivo nas áreas ofertadas.

A análise das tendências do gráfico evidencia a importância estratégica das decisões da ANM na disponibilização de áreas. O aumento robusto de participantes na 8ª rodada pode ser atribuído a uma melhor adequação das áreas ofertadas às necessidades do mercado, estratégias de comunicação mais eficazes e um processo de seleção mais afinado, promovendo um ambiente atrativo e dinâmico para o setor mineral. Esse ciclo virtuoso é essencial para incentivar investimentos e fomentar o desenvolvimento sustentável da mineração no Brasil.

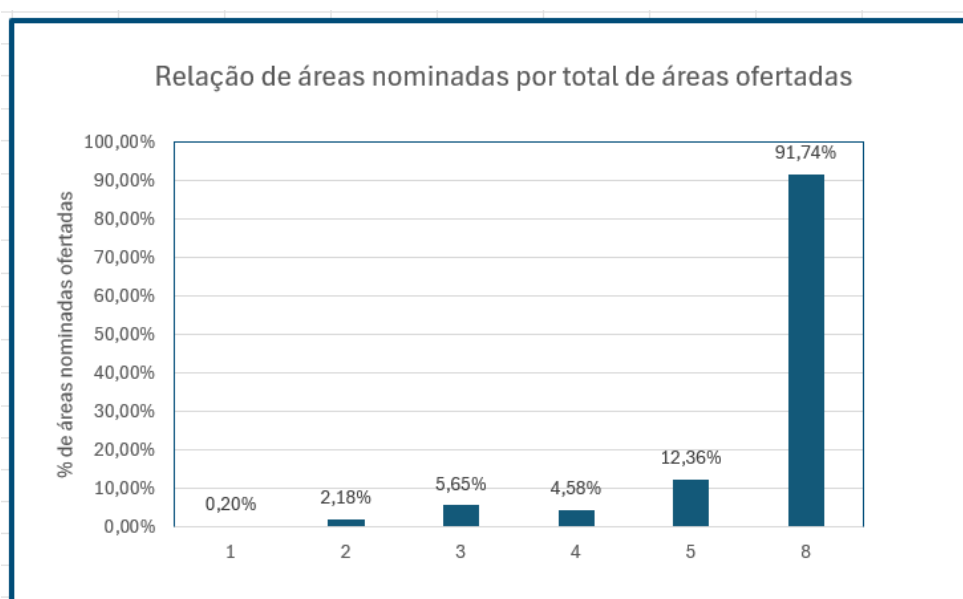


As rodadas de disponibilidade revelam uma evolução significativa no interesse do mercado, evidenciando uma adaptação eficaz da estratégia adotada pela ANM. Na 1ª Rodada, concebida experimentalmente para iniciar o procedimento, após dois anos de investimento na construção do novo procedimento de disponibilidade, observou-se um baixo percentual de áreas conquistadas/arrematadas e um alto percentual de áreas livres, sinalizando um interesse inicial limitado. No entanto, entre a 2ª e a 5ª Rodadas houve uma estabilização desse percentual em cerca de 50%. A mudança mais notável ocorreu na 8ª rodada, quando a porcentagem de áreas conquistadas e arrematadas aumentou para aproximadamente 80%.

Essa mudança não apenas demonstra a eficiência do processo de seleção, mas também evidencia que as áreas incluídas eram de alto interesse e valor para o setor mineral, refletindo uma atratividade das áreas ofertadas.



Indicadores Estratégicos e PPA: O indicador do percentual de áreas nominadas, aptas para a disponibilidade, em relação ao total de áreas no edital no período evidencia o quanto a ANM está atendendo aos interesses do setor mineral dentro do universo de áreas do edital da Nova Disponibilidade. Em termos comparativos, a 8ª Rodada apresentou uma evolução considerável em termos de nominação de áreas quando comparada às rodadas anteriores.



Em relação aos indicadores referentes à promoção de áreas para segurança alimentar, o resultado na 8ª Rodada superou a meta estabelecida para este indicador em 2024 no PPA e ficou próxima a meta prevista no Plano Estratégico ANM.

Enquanto em relação aos indicadores referentes à promoção de áreas para transição energética, o resultado na 8ª Rodada superou a meta estabelecida para este indicador em 2024 no PPA e ficou próxima a meta prevista no Plano Estratégico ANM.

### *Resultados de projetos e ações*

**Projeto ÁreaApta:** Melhorou-se a gestão do estoque de áreas de disponibilidade, revisando cenários de importação e inaptidão de processos, os quais mitigam os riscos de áreas inaptas entrarem em editais de disponibilidade. Além disso, resultou-se no aumento do número de áreas em estoque após a revisão final, aplicou-se critérios uniformes e mais transparência da situação das áreas em estoque para os interessados externos.

**Projeto IntegraReq:** Modernizou-se o processo de requerimentos da disponibilidade (modelo novo) integrando sistemas, simplificando a experiência do usuário e garantindo conformidade normativa. Através da integração dos requerimentos de áreas disponível no SOPLE, com a orquestração de informações entre os vários sistemas da ANM (Repem, Cadastro Mineiro, SigÁreas, Protocolo Digital, etc.), simplificamos o procedimento de requerimentos, o que viabilizou uma grande quantidade de usuários requerendo em um curto espaço de tempo, eliminando a necessidade dos usuários externos de entenderem e navegarem por múltiplos sistemas para requerer áreas obtidas no novo modelo de disponibilidade.

**Projeto DataVista:** Desenvolvido um Dashboard interno de áreas em Estoque e outro Dashboard interno de acompanhamento das Rodadas. Levantamento dos principais indicadores para novos dashboards em 2025. Desse modo, aprimora-se a gestão da Nova Disponibilidade facilitando a tomada de decisões baseadas em dados.

**Projeto GeoPotencial:** Iniciou-se a etapa de consolidação das bases de dados SGB (antiga CPRM). O projeto GeoPotencial tem por objetivo reduzir a informação assimétrica de informações geológicas para todos os participantes das rodadas e capacitar a ANM para

selecionar áreas com base no potencial geológico de determinadas substâncias, especialmente aquelas estratégicas para Segurança Alimentar e Transição Energética.

**Ações/Inovações:** Definição de critérios objetivos de Seleção de áreas do Estoque; Importação de áreas do estoque para o edital com base em critérios objetivos de seleção, com opção de substâncias vinculadas ao Cadastro Mineiro; Controle de Elaboração de Editais – Regras e Datas com automação de todo o processo que o sistema abre e fecha automaticamente cada uma das fases; Novos documentos autenticados pela Plataforma SOPLE (Declarações e Históricos de Manifestação de Interesse e de Proposta Financeira); Publicação automática da Nota Técnica de retirada da área no SOPLE; Módulo de integrações e atualização de eventos da Nova Disponibilidade no Cadastro Mineiro; Substituição da Guia de Recolhimento da União (GRU), utilizados da 1ª a 5ª Rodadas, por Boletos gerados pelo Banco do Brasil através da Integração com o sistema de Arrecadação da ANM; Criação e Publicação de Vídeos Tutoriais com Inteligência Artificial; Funcionalidade de Resultados da Rodada no SOPLE.

### *Desafios e expectativas futuras da outorga*

Projeto Novo SIG-Áreas: estima-se que o lançamento do sistema em ambiente de produção ocorra a partir de 24/02/2025, estando atualmente na fase final de testes e ajustes.

No âmbito da outorga de títulos de lavra para o biênio 2025/2026 a Agenda Regulatória da ANM foi retomada e conta com importantes Grupos de Trabalho em andamento de modo a estabelecer uma proposta de sistematização e padronização para o recebimento e análise de informações dos requerimentos de títulos lavra. Os trabalhos iniciados na Agenda anterior (2022/2024) avançaram em suas discussões e proposta de normativos na expectativa de que resultem em sua implementação até o final de 2026.

Complexidade do Processo: O processo de disponibilização de áreas minerais é complexo, envolvendo múltiplas etapas e dependente da integração com diferentes sistemas da ANM e áreas de atuação. Essa complexidade pode resultar em atrasos e em um fluxo de trabalho ineficiente, incapaz de atender à crescente demanda por áreas minerais.



Garantias Financeiras para o Leilão de Disponibilidade: Há o desafio de uma gestão de garantias financeiras com a finalidade de redução da inadimplência nos lances e a implementação de mecanismos financeiros mais rígidos para assegurar os valores ofertados.

Execução de sanções de rodadas anteriores :A ANM enfrenta dificuldades em aplicar as penalidades aos participantes das rodadas anteriores, comprometendo a confiabilidade do processo e podendo incentivar descumprimentos das regras pelos participantes.

Otimização dos processos: Com o desafio de melhorar o desempenho dos processos e alcançar resultados superiores identificando e eliminando os gargalos ou as ineficiências que atrapalham o fluxo há a expectativa futura de obter alguma assessoria e suporte de maneira a estruturar ainda mais a equipe da ANM para a condução adequada da crescente demanda de colocar mais áreas em disponibilidade, sem comprometer a eficiência.



# MACROPROCESSO DE FISCALIZAÇÃO

As atividades do macroprocesso de fiscalização realizadas pela Agência Nacional de Mineração estão vinculadas à Pesquisa Mineral, à Segurança de Barragem de Mineração, à Receita gerada pela atividade mineral, ao controle das atividades relacionadas à extração de espécimes fósseis, à emissão de Certificado do Processo Kimberley e à resolução de conflitos.

## FISCALIZAÇÃO DA PESQUISA MINERAL E TÍTULOS DE LAVRA

As atividades de fiscalização são essenciais para assegurar que a exploração mineral ocorra dentro dos parâmetros legais, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país, enquanto protege os interesses da União como detentora dos recursos minerais. Em 2024, a ANM atuou para fortalecer sua capacidade de resposta às demandas da sociedade, promovendo maior transparência e eficiência nas ações fiscalizatórias, combatendo a extração

ilegal de minérios e assegurando que os empreendimentos regulares cumpram suas obrigações legais, gerando assim benefícios diretos para a sociedade brasileira.

Em 2024, a fiscalização de pesquisa mineral e títulos de lavra foi reorganizada pela Resolução ANM Nº 181, de 3 de outubro, que aprovou o novo Regimento Interno da Agência Nacional de Mineração. Essa reorganização foi implementada para enfrentar os desafios do setor identificados em anos anteriores, com foco em inovação e maior agilidade na resposta, além de combater de forma mais eficaz a extração mineral ilegal, que gerou 245 denúncias em 2023. A medida também visa garantir a supervisão adequada do fechamento de minas, tema presente no PPA 2024-2027, e fortalecer a capacidade da agência para lidar com situações críticas, como o rompimento de pilhas de estéril e rejeito em Minas Gerais no final de 2024.

As mudanças estruturais permitem que a fiscalização de pesquisa mineral e títulos de lavra atue de forma mais específica nos diferentes aspectos do setor mineral. A especialização das áreas visa melhorar o tratamento dos processos fiscalizatórios, alinhando-se ao conceito de fiscalização responsiva e facilitando o desenvolvimento de competências técnicas específicas. A implementação desta nova estrutura representa um avanço no cumprimento da missão institucional da ANM como gestora dos recursos minerais do país, mesmo diante das limitações de pessoal observadas nos relatórios de anos anteriores.

A fiscalização dos títulos de lavra e pesquisa mineral também abrange o controle das atividades relacionadas à extração de espécimes fósseis, garantindo o cumprimento da legislação por aqueles que possuem títulos ou autorizações de lavra ou pesquisa no Brasil, tanto nas fases de prospecção, exploração quanto no fechamento de minas. Além disso, a fiscalização atua na verificação, apuração e encaminhamento de atividades minerárias ilegais às autoridades competentes, incluindo policiais e judiciais, bem como a apreensão e destinação adequada dos bens relacionados a essas atividades. A capacidade de realizar ações de vistorias vem sendo gradualmente impactada por fatores diversos, dos quais destacam-se a redução no quadro de servidores, contrapondo-se ao aumento da demanda com o incremento dos números de títulos emitidos. Acrescenta-se a dificuldade de atuação em áreas remotas ou até predominadas por extrações irregulares, onde por muitas vezes, eventual intervenção só se faz viável com apoio policial.

Atualmente, sem perspectivas de ações concretas para a mudança do atual quadro em que a agência se encontra, adotou-se como alternativa a implementação de novas

metodologias, desde a revisão dos processos de trabalho até o desenvolvimento de alternativas tecnológicas nas rotinas de atuação.

### *Resultados de Fiscalização da Pesquisa Mineral e Títulos de Lavra*

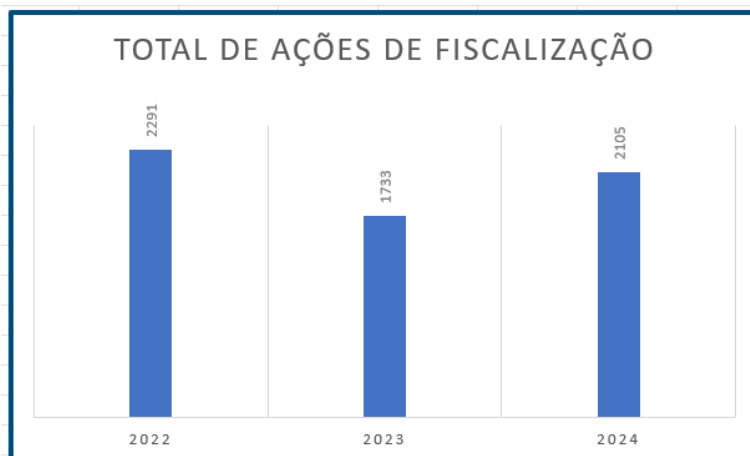
Tratando-se apenas das extrações devidamente tituladas, a agência possui hoje um universo com mais de 36 mil títulos de lavra e 85 mil títulos de autorização de pesquisa mineral em todo território nacional.

Considerando a relevante demanda e as limitações da força de trabalho, faz-se necessária criteriosa análise a fim de concentrar esforços em ações sobre agentes que apresentem maior risco de inconformidade, a fiscalização responsiva. Através de critérios objetivos é criada uma classificação do nível de risco dos empreendimentos mineiros, que após apresentada para as unidades regionais, pode passar por adequações à realidade regional. Por exemplo, em alguns estados a atividade de maior destaque é a lavra garimpeira, enquanto em outras unidades da federação essa atividade tem pouca ou nenhuma importância regional.

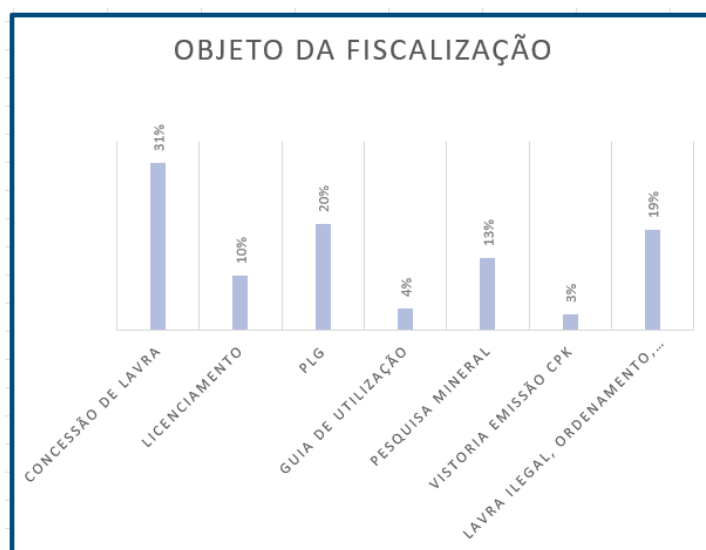
Tendo-se o nível de risco é realizada fiscalização remota do empreendimento, compreendendo regularidade processual, análise do Relatório anual de lavra, fiscalização por imagens de satélite. Quando há indicativos na fiscalização remota, a ação presencial é realizada.

### *Fiscalização em números*

No ano de 2024 foram realizadas 2105 ações de fiscalização, as quais incluem ações remotas e fiscalizações presenciais. Este número representa o retorno ao patamar acima de duas mil ações por ano, atingidos em 2022. Em 2023 os números foram reduzidos em razão da greve realizada no mesmo ano. A Figura abaixo sumariza os números:

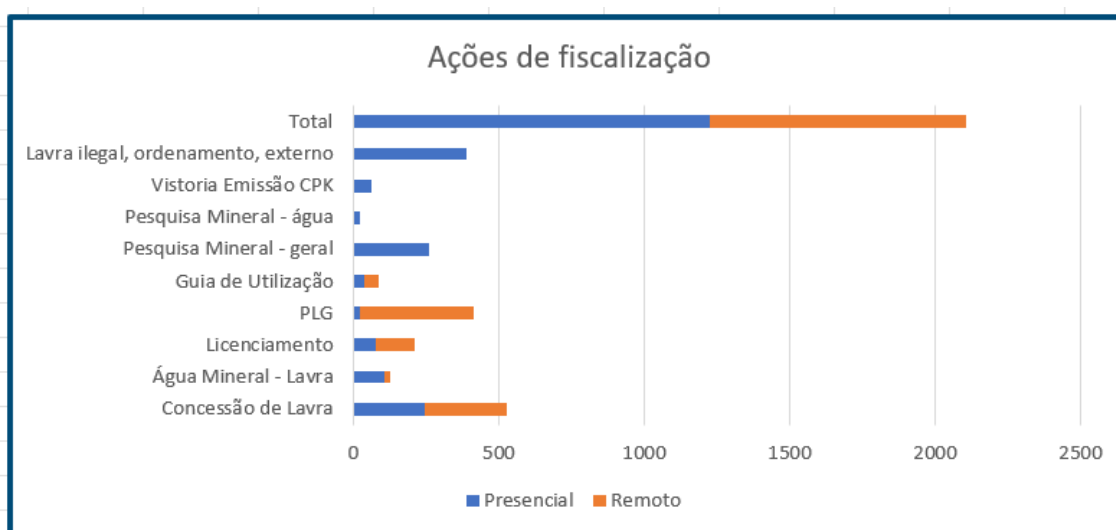


Quanto aos objetivos da fiscalização, verificamos que os alvos das ações foram predominantemente as concessões de lavra, seguidas pelas permissões de lavra garimpeira e fiscalização de lavra ilegal – incluídas as atividades ilegais constatadas pela própria ANM ou informadas por agentes externos, conforme o gráfico abaixo:



Os resultados da fiscalização apresentados estão diretamente alinhados aos objetivos estratégicos da ANM para o ciclo 2024-2027, notadamente ao objetivo "Aumentar a efetividade da fiscalização e regulação mineral". O aumento de 21,5% nas ações fiscalizatórias em relação a

2023 contribui para o indicador de desempenho institucional "Taxa de conformidade do setor mineral", enquanto o incremento de 143,8% nas fiscalizações de lavra não autorizada fortalece o compromisso institucional de "Reduzir a informalidade no setor mineral". Estes dados demonstram o progresso da ANM no cumprimento das metas institucionais, apesar dos desafios contínuos relacionados à limitação de pessoal e recursos operacionais. O detalhamento das ações ao longo de 2024, pode ser visto:

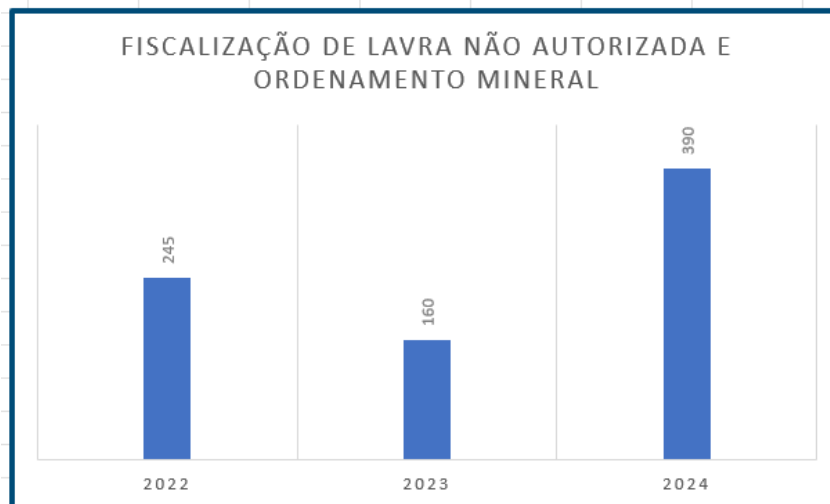


O aumento do número de fiscalizações se deu apesar da redução no quadro de pessoal associada principalmente às aposentadorias; mesmo o concurso a ser realizado no ano de 2025, não deverá recompor a força de trabalho perdida nos últimos anos. Por este motivo ainda permanecem as preocupações sobre a capacidade futura de realização das atividades fiscalizatórias desta Superintendência.

Especificamente na área de águas minerais, foi formada a comissão de classificação de águas minerais, com representantes responsáveis por um conjunto de estados orientados pela ANM, que propicia maior celeridade nas análises e classificação.

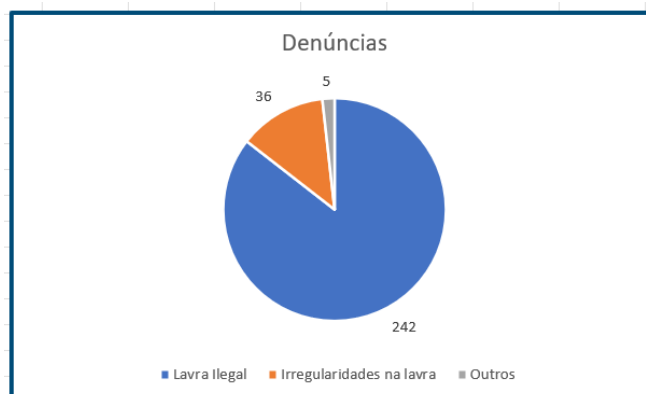
### *Lavra não autorizada e bens minerais apreendidos*

Quanto à lavra não autorizada, em 2024 a quantidade dos trabalhos de fiscalização aumentou. Como dito anteriormente, em relação a 2023, as ações fiscalizatórias mais que dobraram, como verificamos abaixo:



Além do aumento da quantidade, com a internalização das capacitações realizadas em anos anteriores, os trabalhos de fiscalização de lavra ilegal vêm sendo realizados cada vez mais com utilização das ferramentas de sensoriamento remoto e análises temporais em boa resolução disponíveis através de parceria com a Polícia Federal (Brasil MAIS).

As informações captadas sobre lavra ilegal são provenientes de denúncias por vias como Fala.br, ou denúncias feitas dentro de processos, encaminhados para registro da ouvidoria. As denúncias após recepcionadas são encaminhadas para as áreas responsáveis pela apuração.



No ano de 2024 foram recebidas 283 demandas, entre lavra ilegal, irregularidades no funcionamento de empreendimentos e situações regionais específicas.

### *Gestão de riscos nas atividades fiscalizatórias*

A ANM implementa, desde 2022 de forma piloto, um modelo de fiscalização baseado em riscos, priorizando ações conforme critérios objetivos que classificam não conformidades e o nível de risco dos empreendimentos minerários. Esta metodologia, alinhada às recomendações da OCDE, permite que os limitados recursos fiscalizatórios sejam direcionados para os casos de maior potencial de dano ao interesse público. A matriz de riscos considera fatores como histórico de conformidade do titular, porte do empreendimento, substância mineral explorada e denúncias recebidas. Adicionalmente, a introdução de etapas de fiscalização remota preliminar obrigatória prevista para 2025 possibilita a triagem mais eficiente dos casos que demandam fiscalização presencial, otimizando o uso da força de trabalho disponível e aumentando a cobertura da fiscalização, mesmo com as restrições de pessoal enfrentadas pela Agência.

### *Capacitações*

Em relação a capacitações, foi oferecido para os servidores palestra com a temática pilhas, além da confecção de trilha de conhecimento sobre análise de Relatório Anual de Lavra e capacitação sobre testes de bombeamento aplicado à água mineral.

## PROJETOS E INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

### *RAL atual e Analisador do RAL*



Em 2024, foram consumidas mais de 2000 horas de desenvolvimento das ferramentas RAL e ANALISADOR.

No primeiro trimestre do ano foi conduzida a campanha do RAL ano-base 2023, entre 29/01/2024 e 31/03/2024. Ao longo do período de entrega foram recebidos mais de 13,5 mil RALs. Foram também realizados diversos atendimentos aos usuários, conforme abaixo:

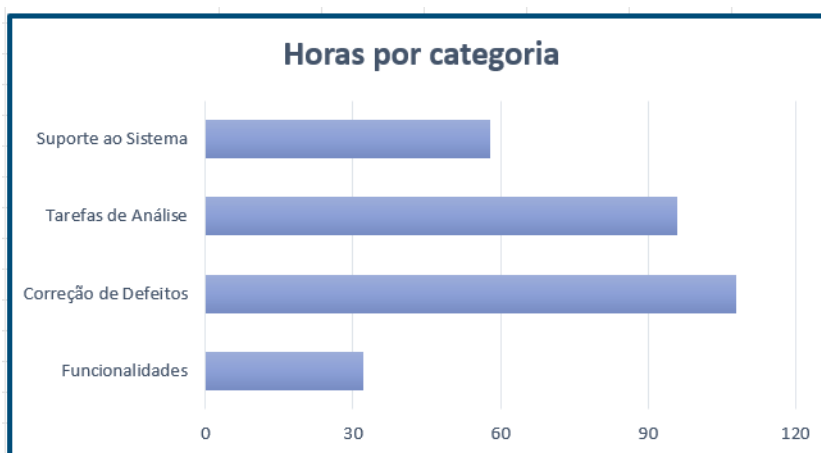
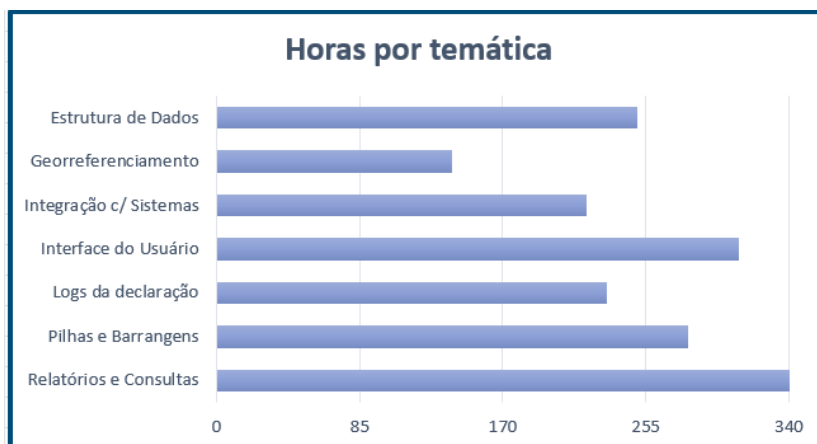
- e-mails: mais de 1mil atendimentos;
- reuniões: duas sessões ao vivo de esclarecimentos, com vídeos postados no Youtube da ANM: Sessão 1, Sessão 2;
- documentos: tutorial explicando as mudanças e como proceder com a importação de arquivo GPX.

A demanda dos usuários para atendimentos do RAL foi acima do comum para o período, o que se deve principalmente pelo fato de que em 2024 o sistema passou a exigir dos regulados o envio de arquivos georreferenciados que delimitassem suas estruturas de mineração, tais como Mina, Usina, Complexo de Água Mineral, Pilhas, Barragens. Esta iniciativa, alinhada à legislação vigente, permitiu um grande avanço no conhecimento da ANM sobre o setor, pois a Agência passou a relacionar a posição espacial dos empreendimentos à sua efetiva produção e comercialização. Foram estas implementações no RAL que viabilizaram a distribuição de CFEM aos municípios impactados por atividades de mineração.

Ainda em 2024, mas como parte da preparação para o RAL 2025, foram implementadas melhorias significativas no sistema RAL, incluindo:

- Aprimoramento dos mecanismos de validação de arquivos georreferenciados;
- Ajustes na interface "front-end" para melhor experiência dos usuários;
- Correção de bugs identificados;
- Adição de novos campos de informação;
- Alteração do status de determinados campos, tornando obrigatórios dados anteriormente opcionais, aumentando a qualidade das informações prestadas.

Além das atividades com o RAL, foram corrigidos problemas e buscados aprimoramentos para o Analisador do RAL, outra ferramenta de legado da ANM, com cerca de 15 anos desde a criação do modo web. As figuras abaixo trazem, respectivamente, o total de horas gastas no desenvolvimento do sistema RAL de acordo com a temática e os dados para o Analisador do RAL de acordo com o tipo de atividade realizada.



### *Novo RAL (RAL 2.0)*

Com relação ao novo RAL (RAL 2.0), foi realizada oficina pela equipe da ANM no início de 2024, com apoio do SERPRO. À época as discussões estavam em fase inicial sobre as possibilidades e os desejos das áreas em relação ao RAL.

A partir de julho de 2024, a escolha foi por se aprofundar no conhecimento do banco e a relação entre as tabelas e as regras de negócio. Nesse sentido, foram desenvolvidos importantes fundamentos conceituais para o novo RAL, com enfoque na arquitetura de dados e ontologia do sistema. Foi estabelecido um mapeamento ontológico entre as 239 tabelas

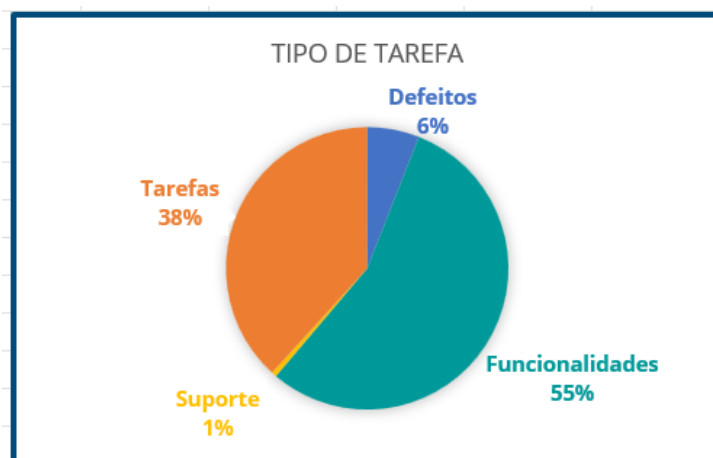
existentes no banco de dados do RAL, desenvolvendo um modelo conceitual integrado que unifica perspectivas operacionais, contábeis, ambientais e fiscais.

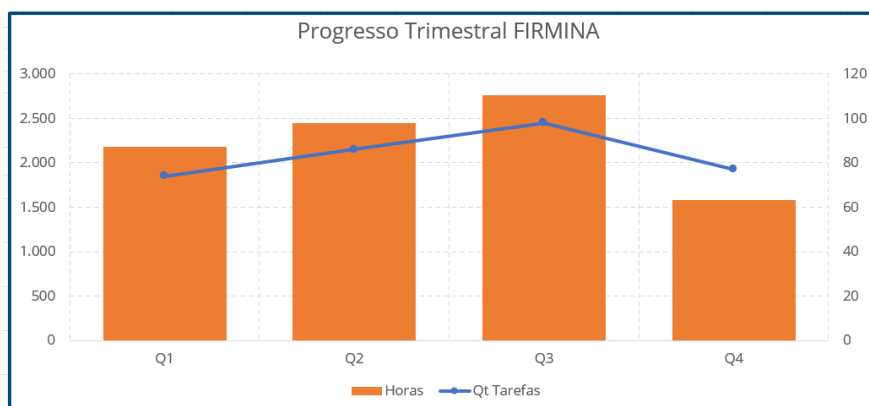
Esta nova forma de compreensão e representação permite estabelecer o novo banco de dados, bem como os procedimentos de migração dos dados do modelo atual para o novo, abrindo espaço para o desenvolvimento do novo RAL e do novo Analisador do RAL, que farão parte das evoluções da plataforma de Fiscalização Responsiva da Mineração.

## FIRMINA

A plataforma FIRMINA avançou significativamente em 2024, com o módulo de sanções entrando em fase final de testes. Este módulo, que permitirá a aplicação eficiente e padronizada das sanções previstas pela legislação mineral, em especial os aspectos previstos na Resolução ANM 122/2022, teve seu desenvolvimento priorizado e está previsto para entrar em produção no primeiro semestre de 2025.

Integrado à FIRMINA, o sistema CONAD (Contencioso Administrativo) também avançou em seu desenvolvimento, complementando o ciclo de gestão de sanções. A implementação conjunta destes sistemas representará um marco na modernização dos processos fiscalizatórios da ANM, permitindo maior eficiência, padronização e transparência na aplicação das sanções. A abaixo mostra a quantidade de horas gasta no desenvolvimento ao longo de cada trimestre de 2024.





### Minera.LEGAL

Em 2024, o projeto Minera.LEGAL atingiu importantes marcos com a finalização das 9 entregas planejadas para o Mínimo Produto Viável (MVP). O sistema foi implementado com sucesso, permitindo um canal único para denúncia de lavra não autorizada em ambiente geográfico virtual.

A integração com o SEI, planejada inicialmente para o primeiro semestre de 2024, precisou ser adiada para 2025 devido às limitações das equipes de desenvolvimento do SEI. Quando estiver completa a integração, ocorrerá a automatização completa do fluxo de abertura de processos de apuração de denúncias, incluindo a geração automática de formulários e relatórios analíticos. Entre as macros ações específicas realizadas podemos citar:

- Finalização da substituição do servidor de rede onde a aplicação está hospedada, migrando a versão de testes para <https://homologacaoappgeo.anm.gov.br>, com o levantamento de aplicações impactadas pelo procedimento (Ordem de Serviço 003/2024);
- Finalização do desenvolvimento do Script de Passagem da Feature para Banco e Enriquecimento de Dados (Ordem de Serviço 011/2023);
- Finalização da criação de uma camada de visualização (view), a partir do banco de dados do Minera.LEGAL, para alimentar o painel do sistema (Ordem de Serviço 004/2024);

- Finalização do desenvolvimento de script para geração dos formulários de denúncia e relatório analítico da denúncia em formato pdf para posterior inserção em processo SEI (Ordem de Serviço 016/2023);
- Início do desenvolvimento da integração do Minera.LEGAL com o SEI (Ordem de Serviço 006/2024).

### *Bens Minerais Apreendidos*

Na gestão de bens minerais apreendidos, a ANM realizou as seguintes ações:

1. Continuação do processo de contratação de leiloeiros oficiais: a ANM iniciou no final de 2023 o Projeto Básico para a contratação de leiloeiros oficiais que ficarão responsáveis pela custódia e leilão de bens minerais apreendidos de grande volume como manganês, cassiteritas, ilmenitas, carros e todos os outros bens oriundos de apreensão - seja pela ANM, seja por outros órgãos. Em novembro de 2024 foi publicado o edital de credenciamento de leiloeiros, que começaram a enviar a documentação para avaliação da Agência. Bens como ouro, diamantes e gemas diversas continuarão sendo custodiados, avaliados e leiloados pela Caixa Econômica Federal.
2. Transferência de bens: o antigo Comitê de Bens Minerais Apreendidos - CBMA realizou algumas transferências de bens minerais apreendidos da CEF-Brasília e CEF-MG para a CEF Praça da Sé em São Paulo. Essa é uma atividade recorrente até que haja a avaliação dos bens pela CEF e leilão.

### *Gerenciamento de Situações Emergenciais*

Criada em novembro de 2024, por meio da entrada em vigor do novo Regimento Interno da ANM, a área de Gerenciamento de Situações Emergenciais teve o intuito de fazer uma gestão mais próxima de ocorrências inesperadas que viessem a acontecer, visando propiciar uma

resposta mais rápida aos anseios da sociedade em geral. Em 2024, as principais linhas de atuação foram as seguintes:

- Análise técnica sobre as condições das pilhas de mineração com base no tratamento dos dados do RAL, ano-base 2023. Como resultado, foi desenvolvido um ranking, nacional e por estados, para direcionar as regionais na priorização da fiscalização de pilhas de mineração;
- Formação de um Grupo de Trabalho para o desenvolvimento de plano emergencial para fiscalização de pilhas de mineração no período chuvoso 2024/2025. Dentre os resultados, foi criado um formulário para direcionamento da fiscalização das pilhas;
- Análise e formalização de contribuições para a minuta apresentada como atualização da NRM-19; e
- Dar suporte à realização de vistorias e acompanhamento das ações em minas em operação, com especial atenção ao acidente ocorrido com a Pilha Satinoco, da Jaguar Mining.

### *Fechamento de Mina*

A Área de Fechamento de Mina, criada pela Resolução ANM nº 181/2024, tem como objetivo supervisionar, planejar, gerenciar, padronizar e orientar análises técnicas relacionadas aos Planos de Fechamento de Minas (PFMs) e Relatórios Finais de Execução dos PFMs (RFE-PFM) conforme a Resolução ANM nº 68/2021, além do cadastro e classificação de minas órfãs, abandonadas e suspensas, dos requerimentos para reaproveitamento de rejeitos e estéreis (Resolução ANM nº 85/2021), dos Planos de Controle Ambiental na Mineração (PCIAM – NRM 01) e da reabilitação de áreas pesquisadas, mineradas e impactadas (NRM 21).

Suas atribuições incluem a proposição e operacionalização de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com órgãos ambientais, o desenvolvimento e gestão de programas e ações para aprimoramento de normas e iniciativas de sustentabilidade e ESG na mineração, além da avaliação de processos de caducidade de títulos minerários sob sua competência (conformidade de PFMs e RFE-PFMs) e do gerenciamento da execução de ações de fiscalização para fechamento de mina e renúncia a títulos autorizativos de lavra.

Apesar de ter seu funcionamento oficialmente iniciado em novembro/2024, diversas das ações citadas acima já vinham sendo desenvolvidas. Dentre as quais destaca-se:

- Levantamento inicial da base de dados sobre PFMS e RFE-PFMs no Cadastro Mineiro para fins de organização e gestão das informações, visando conhecer o universo desses documentos na ANM. Esse trabalho identificou a existência de mais de 24 mil PFMs protocolados na ANM pendentes de análise, além da ausência de mais de 20 mil PFMs em títulos autorizativos de lavra que deveriam ter o PFM mas não constam eventos de protocolo no Cadastro Mineiro.
- A ausência de informações sobre mais de 20 mil PFM deu início a um trabalho em parceria com a área de geoprocessamento, para que seja possível identificar os motivos da ausência dos PFMs nesses processos (como por exemplo se foram protocolados como parte integrante de PAEs). Essa ação encontra-se em andamento, com previsão de conclusão para o 1º semestre de 2025, com a criação de um dashboard para gestão das informações.
- Dos PFMs identificados na base de dados do Cadastro Mineiro, os Planos já foram filtrados por estado e substância, visando subsidiar a Divisão no planejamento para ações futuras como análises prioritárias, bem como na elaboração de formulários padronizados para uso interno pelos técnicos da ANM, bem como um Guia orientativo para subsidiar as análises com critérios mínimos, de modo a padronizar essa ação na casa. O Formulário e o fluxo de análise vêm sendo testados em alguns PFMs por técnicos da DIFEM, e espera-se que seja disponibilizado via Ofício Circular para as regionais da ANM até o final do 1º semestre de 2025;
- Realização de levantamento na base de dados do CM, com o objetivo de obter um panorama sobre evidências de possíveis minas abandonadas, usando-se critérios como pedidos de Renúncia pendentes de análise e Minas em suspensão autorizadas por longos períodos ou pendentes de análises. Como resultado foram identificados 1.024 pedidos de Renúncia pendentes, além de 3.007 Minas em suspensão, com requerimento autorizados ou pendentes de análise, totalizando 4.031 potenciais minas em abandono.
- Coordenação da proposição e assinatura de um ACT entre a ANM, o IBAMA e o ICMBio, cujas atividades tiveram início no segundo semestre de 2024. Esse acordo tem duração de 36 meses, e as ações desenvolvidas no 2º semestre de 2024, conforme Plano de Trabalho foram a discussão para elaboração de minuta conjunta para definição de

empreendimentos de baixo impacto e pequeno porte para fins de simplificação do PFM, bem como definição de roteiro metodológico e padronização para análise de PFMs, que devem ser aprovados tanto pela ANM como pelos órgãos ambientais licenciadores. Como resultado, foram realizadas 5 reuniões de forma remota, com a participação dos membros indicados pela ANM, IBAMA e ICMBio, com a construção de uma planilha prévia para classificação desses empreendimentos cuja simplificação do PFM seja adequada. Essas informações servirão de subsídio para a atualização da Resolução ANM nº 68/2021.

- Tratativas junto a Fundação Estadual do Meio Ambiente do estado de Minas Gerais – FEAM, para a assinatura de outro ACT. O processo encontra-se em fase final de tramitação, com previsão de assinatura do acordo em março/25. O objetivo será desenvolver ações conjuntas de padronização de análises de PFMs, PAFEMs e PRADs, bem como fiscalizações conjuntas.
- Realização de ações relacionadas ao GT-SAL, referente ao Plano de Fechamento de Mina da Braskem S.A. em Maceió, Diversas reuniões do GT-Fechamento, incumbido de atualizar e modernizar a Resolução ANM nº 68/2021, Fiscalização em área com risco de abandono de mina no amapá (ICOMI – Serra do Navio), Participação no Fórum de Iniciativas para Potencializar o Arcabouço Normativo de Fechamento de Mina no Brasil, realizado pelo IBRAM em Belo Horizonte/MG, além de participação em diversas ações em Criciúma/SC (GTA, Ação Mina João Sônego, e Fiscalização de Controle Ambiental).

## PALEONTOLOGIA

Atendimento ao Decreto-Lei nº 4.146/42: No que concerne especificamente ao atendimento do Decreto-Lei nº 4.146/42, no ano de 2024, destacaram-se as seguintes atividades conforme o quadro abaixo:

Assunto	Descrição
Comunicação prévia para extração de fósseis	Recebimento e ciência de <b>80</b> (oitenta) comunicações de extração (coleta) de fósseis por diversos estabelecimentos oficiais congêneres a museus nacionais e estaduais.

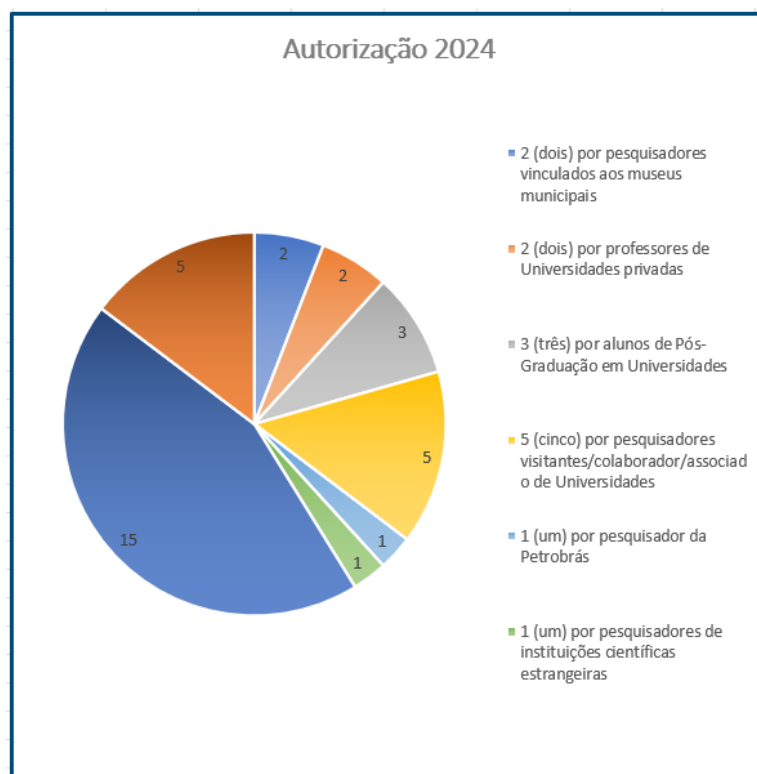


<p>Autorização para extração de fósseis</p>	<p>Análise, parecer e despacho favorável a <b>34</b> (trinta e quatro) autorizações de extração (coleta) de fósseis, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>5</b> (cinco) por pesquisadores vinculados às instituições brasileiras não enquadradas no art. 1º, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 4.146/42;</li> <li>• <b>3</b> (três) por alunos no curso de Pós-Graduação de instituições brasileiras;</li> <li>• <b>5</b> (cinco) por pesquisadores visitante/colaborador/associado de instituições brasileiras;</li> <li>• <b>1</b> (uma) autorização, via ofício, para coleta de fósseis por pesquisadores vinculados a instituições científicas estrangeiras para participar de atividades coordenadas por pesquisador vinculado a instituição brasileira;</li> <li>• <b>20</b> (vinte) autorizações para extração de fósseis emitidas em virtude da aprovação de projetos/programas de salvamento paleontológico de empreendimentos, sendo que 5 (cinco) delas é relativa à prorrogação do prazo de autorização. Segue abaixo os tipos de empreendimentos:</li> <li>• no âmbito de implantação e/ou operação de empreendimentos: Linha de Transmissão de energia elétrica – LT, obras de ferrovia e rodovia, atividades construtivas para contenção de erosões no Monumento Natural, empreendimento imobiliário e empreendimento minerário.</li> </ul>
---	---

O gráfico abaixo apresenta o quantitativo das atividades de coleta de fósseis em 2024, por unidades da Federação, com base nas 80 comunicações recebidas de pesquisadores de diversos estabelecimentos oficiais congêneres a museus nacionais e estaduais. O número acima das barras verticais indica a quantidade de visitas feitas a ocorrências paleontológicas e/ou áreas com potencial paleontológico em cada um dos estados.

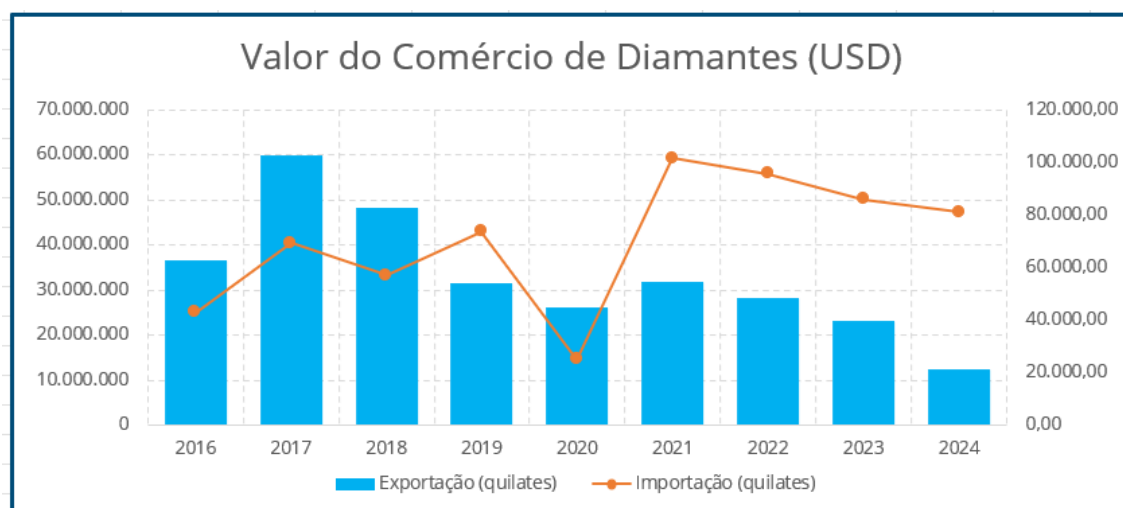
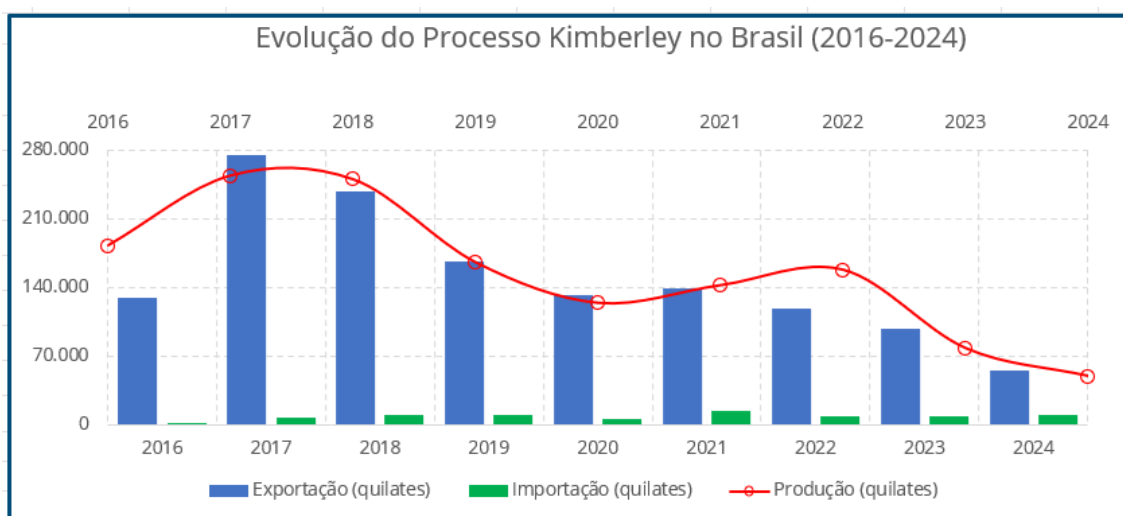


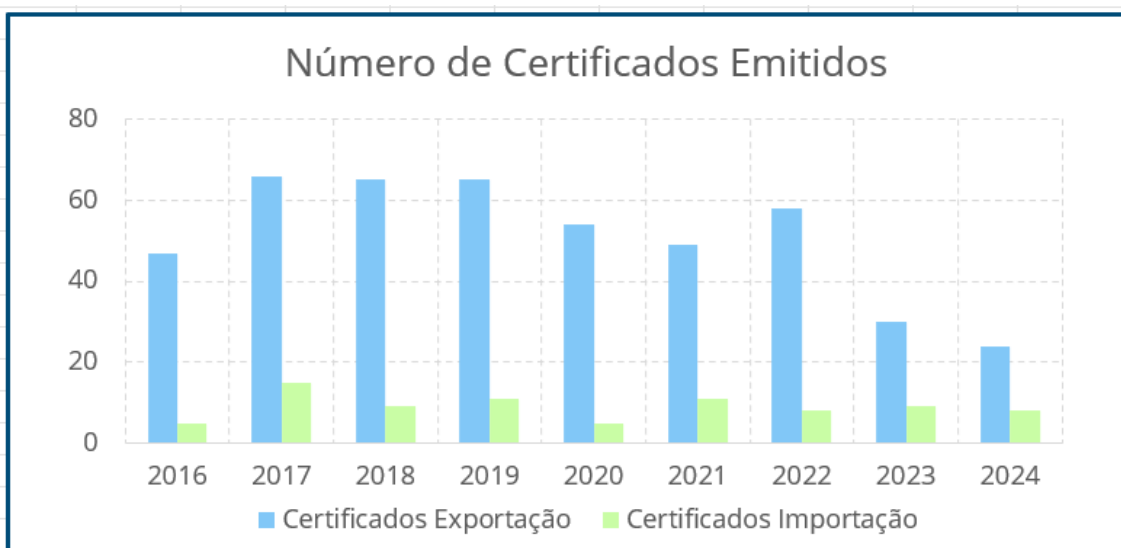
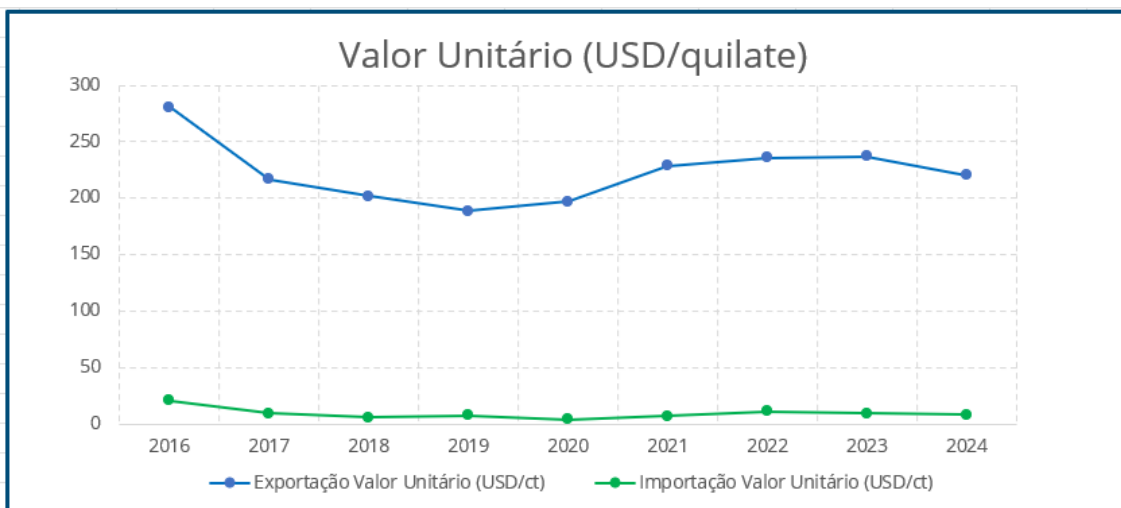
Em 2024, foram emitidas 34 (trinta e quatro) Autorizações para extração (coleta) de fósseis, conforme:



## DIAMANTES - CPK

Durante 2024, o Brasil exportou/emitiu 24 certificados CPK num total de 56.321,14 quilates avaliados em US\$ 12.417.132,28 e importou/recebeu 09 certificados KP num total de 10.124,87 quilates avaliados em US\$ 81.037,91. Também foram 23 autorizados o cadastro de CNCDs em 2024 e 01 indeferido. Os gráficos das Figuras abaixo trazem o cenário do CPK entre 2016 e 2024.





No período de 22 a 26/04/2024, foi realizado a Visita de Revisão do Processo de Certificação do Processo de Kimberley - CPK, em Salvador/BA, onde os Servidores da ANM, apresentaram trabalhos sobre a Evolução do CPK, desde o início quando era em papel moeda até a fase atual, que passou a ser totalmente Digital/Eletrônico, único no mundo. As apresentações, para uma Equipe de Auditores do Internacionais, do SCPK – Sistema de Certificação do Processo de Kimberley, composta por 7 pessoas de países diferentes, África do Sul, República Democrática do Congo – RDC, Reino Unido – UK e Federação Rússia. A segunda parte desse importante evento foi a visita da equipe do SECPK/ANM/SFI, a Mina da Lipari Mineração Ltda, para uma visita técnico do Brasil e dos Auditores do SCPK.

A ANM, no período de 11 a 15/11/2024, participou de outro Evento Internacional, como a Reunião Plenária do SCPK, em Dubai – nos Emirados árabes Unidos – EAU. Um dos objetivos da participação nesse Plenária Anual, foi fazer a defesa do relatório dos auditores do SCPK, que realizaram a Visita de Revisão ao CPK do Brasil, apresentado ao Grupo de Trabalho de Monitoramento – WGM e aprovado. Os demais objetivos da Delegação Brasileira, nesse evento internacional, na participação nos Grupos no SCPK: WGAAP (Grupo de Trabalho de Produção Artesanal e Aluvionar – Garimpos e o WGDE – Grupo de Trabalho de Especialistas, onde foi fornecido informações sobre o CPK digital, por ser o Brasil ser o único CPK eletrônico e ser Membro titular dos referidos grupos.

## FISCALIZAÇÃO DE ÁGUAS MINERAIS

O ano de 2024 para o segmento de águas minerais foi marcado por importantes mudanças normativas, entre as quais destacam-se:

Resolução ANM nº157/2024 de 03/05/2024: que regulamenta a rotulagem de águas minerais e potáveis de mesa envasadas, e classifica o risco da atividade de rotulagem com fundamento no Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019. Em síntese tirou a obrigatoriedade da análise e aprovação de rótulos a serem utilizados em embalagens envasadas com águas minerais e potáveis de mesa. Na nova rotina de trâmite processual a ANM se manifesta tecnicamente a respeito dos resultados compilados nos boletins do LAMIN, apresentados trienalmente, e publica uma Decisão de Classificação com as informações obrigatórias a constar no rótulo. Cujo prazo de adequação é de 180 dias contados da edição do referido ato.

Portaria ANM nº1667 de 13/08/2024: Institui comissão para classificar as águas minerais provenientes de fontes sob concessão da ANM, conforme artigos 35 e 36 do Código de águas minerais. Posteriormente alterada pela Portaria ANM Nº 1743, de 07 de janeiro de 2025. A Comissão de Classificação de Águas Minerais (CCAM) foi instituída para, entre outros objetivos, emitir pareceres de classificação e decisões de classificação padronizadas. Deste o início de seu funcionamento, foram emitidos 309 pareceres técnicos, a grande maioria deles de classificação de águas minerais, e 319 minutas de decisão de classificação que são convertidas em Decisão de Classificação a serem assinadas pelo Gerente Regional da unidade da ANM onde o respectivo processo minerário está circunscrito.

Ordem de Serviço Nº 431, de 12/11/2024: Estabelece procedimento padrão para tratamento de situações de não conformidade de qualidade da água mineral à luz dos padrões definidos Resoluções ANVISA RDC nº 717/2022 e RDC nº 724/2022 e Instrução Normativa IN nº 161/2022. Toda vez que uma concessionária de água mineral está com uma fonte aprovada com composição química fora dos limites de potabilidade ou com contaminação bacteriológica, a água será considerada imprópria para consumo, e é notificada a suspender o envase a partir daquela fonte. A autorização para retomada das atividades de envase e comercialização da água dessa fonte é condicionada à comprovação de sua potabilidade por meio de novas análises oficiais. Quando surgem tais situações a CCAM prioriza as análises de boletins oficiais com resultados fora dos limites de potabilidade e de boletins que os sucederem, com objetivo da breve retomada das operações da empresa.

Resolução ANM nº193 de 27/12/2024: Consolida as especificações técnicas para o aproveitamento das águas minerais e potáveis de mesa e revoga os atos normativos consolidados. Traz significativas mudanças no arcabouço normativo aplicável ao setor de águas minerais, entre as quais destaca-se:

- Abre possibilidade para realização de análises laboratoriais oficiais com frequência quinquenal. O que pode ser revisto, uma vez que o Código de Águas Minerais, instituiu a frequência obrigatória a cada 3 anos.
- Os pedidos de orçamento junto ao laboratório oficial (LAMIN), não são mais intermediados pela ANM. O interessado formaliza seu pedido diretamente ao LAMIN.
- Abre a possibilidade ao LAMIN credenciar ou conveniar outros laboratórios para realização das análises oficiais.
- Revogou o item da Portaria DNPM nº374/2009 que exigia, em caso de envase de embalagens retornáveis, a certificação de fabricação vigente.

## DESAFIOS E EXPECTATIVAS FUTUROS

- Plataforma FIRMINA: Concluir o desenvolvimento e implementação do módulo de sanções, com lançamento previsto para o primeiro trimestre de 2025. Iniciar o desenvolvimento dos módulos de análise de risco integrado (com previsão de entrega para o segundo semestre) e de gestão de fiscalização remota (com previsão para o



terceiro trimestre). Adicionalmente, a integração entre FIRMINA e CONAD será consolidada, permitindo a completa rastreabilidade dos processos sancionatórios.

- RAL 2.0: Avançar na modelagem conceitual e no desenvolvimento do banco de dados para o novo sistema, com as seguintes metas: concluir a migração de dados para a nova estrutura até o segundo trimestre; desenvolver e testar os primeiros módulos da interface no terceiro trimestre; realizar um piloto com um grupo de usuários no quarto trimestre; e, a partir de 2026, construir a primeira versão do novo Analisador do RAL, com foco em análises preditivas. A implementação completa do RAL 2.0, prevista para 2026, trará mudanças na gestão das informações de produção mineral, proporcionando uma visão mais integrada dos empreendimentos, com benefícios para fiscalização, arrecadação e políticas setoriais. Ao mesmo tempo, continuarão as melhorias no RAL atual, ampliando a integração de dados geoespaciais e validações automatizadas, facilitando a transição para o novo sistema.
- Brasil MAIS e Minera.LEGAL: Ampliar a integração entre as ferramentas e os sistemas da ANM, com a finalização da integração com o SEI no primeiro trimestre de 2024, desenvolvimento de algoritmos para detectar atividades minerárias irregulares e implementação de alertas automatizados para áreas com alta probabilidade de extração ilegal. Espera-se reduzir o tempo de resposta às denúncias de semanas para poucos dias e possibilitar operações preventivas baseadas em padrões ilegais. Além disso, a ANM visa expandir seu apoio técnico à tomada de decisões na SFI, por meio de painéis de *Business Intelligence* e modelos preditivos para priorizar fiscalizações.
- Padronizar e estabelecer fluxos de análise de Planos de Fechamento de Mina (PFM), análise de Relatórios Finais de Execução de PFMs – RFE-PFM;
- Criar e organizar a base de dados sobre os PFMs e RFE-PFMs protocolados na ANM e supervisionar sistema informatizado ou cadastro para análise e gestão dos dados, com vistas a orientar as Unidades Regionais na priorização de análise/fiscalização;
- Padronizar análises técnicas processuais de Caducidade, Cancelamento, Cassação e Nulidade de títulos autorizativos de lavra, pedidos de Renúncia/Extinção de títulos autorizativos de lavra
- Criar e organizar base de dados sobre minas em suspensão, com definição de critérios para priorização de análise/fiscalização;
- Definir metodologia para identificação e critérios para classificação de risco de minas abandonadas;



- Definir critérios e padronizar conjunto de procedimentos para vistorias específicas de acompanhamento de PFM e aprovação de RFE-PFM;
- Propor e operacionalizar Acordos de Cooperação Técnica com órgãos ambientais em temas relacionados a Fechamento e Reabilitação de Mina e Minas abandonadas
- Padronizar e estabelecer fluxos de análise de Requerimentos para Reaproveitamento de Rejeitos e Estéril e;
- Finalizar a contratação dos leiloeiros oficiais e fazer a gestão do contrato, que significa realizar o leilão de todos os bens de grande volume atualmente em poder da Agência.
- Transferir bens custodiados em diversas agências da Caixa Econômica Federal (CEF) para a agência da Praça da Sé, em São Paulo.
- Organizar a área definindo seu âmbito de atuação de acordo com a Lei de criação da Agência Nacional de Mineração - ANM.
- Estabelecer contato com outros órgãos da administração pública Federal e Estadual para ações conjuntas de inteligência e ação, mantendo a integridade dos servidores da ANM.



## FISCALIZAÇÃO SEGURANÇA DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO

O ano de 2024 foi marcado por importante reestruturação organizacional, formalizada pela Resolução ANM nº 181, de 3 de outubro de 2024, que teve como objetivos aprimorar a eficiência operacional, fortalecer a gestão de segurança de barragens e garantir uma resposta mais ágil e estratégica às demandas do setor.

### *Regulamentação: Resolução ANM nº 95/2022*

Em 02 de agosto de 2024 foi publicada a Resolução ANM nº 175, alterando a Resolução ANM nº 95/2022, que trata da consolidação normativa de segurança de barragens. A atualização, baseada na experiência dos últimos dois anos, teve como objetivo reduzir burocracias, esclarecer dúvidas frequentes e facilitar o cumprimento das obrigações, sem impor novas exigências ao regulado. A revisão seguiu os critérios do Decreto nº 10.411/2020, dispensando a Análise de Impacto Regulatório (AIR) devido à simplificação administrativa e à correção de imprecisões. As principais alterações foram:

- Empilhamento drenado - Reavaliação periódica conforme definição do projetista e/ou RT (art. 1º);
- Barragens com método construtivo de alteamento “a montante” (art. 2º, XXV) - definição mais clara (art. 2º);
- Descadastramento de barragens por descaracterização - Não é necessária revisão de segunda parte no atestado de descaracterização para remoção total do barramento e reservatório (art. 3º);
- Mancha de Inundação - Envio do arquivo à ANM em formato *shapefile* sempre que houver atualizações (art. 6º);

- Revisão Periódica de Segurança de Barragens (RPSB) - Para o caso de reclassificação do rejeito, a RPSB é obrigatória somente para reclassificação mais restritiva; retirada a obrigatoriedade prévia ao reaproveitamento de rejeitos ou sedimentos (art.18);
- Adequação do extravasor em caso de reclassificação para DPA Alto - Os empreendedores terão dois anos para adequação às condições de PMP, ISR e DCE seguirão o DPA anterior nesse período (art. 24);
- PAEBM - A ausência do plano implicará em embargo e suspensão imediata das atividades. O PAEBM pode ser entregue em formato digital aos órgãos de proteção e defesa civil por solicitação (art. 35);
- Dimensionamento do sistema extravasor (art. 40, I, 'f') - Falhas no dimensionamento passam a ser condição de Nível de alerta (art. 40);
- Avaliação de Conformidade e Operacionalidade do PAEBM (ACO/DCO) - Obrigatória apenas para barragens de DPA Alto ou DPA Médio com pontuação 10 para o item população a jusante (art. 44).

Um grupo de trabalho foi designado para propor ajustes na Resolução ANM nº 95/2022, alinhando-a à Lei nº 14.514/2022 e à Resolução CNRH nº 241/2024. O grupo iniciou as atividades em 2024, sendo planejada a publicação da nova regulamentação até outubro de 2025, data limite estabelecida pelo CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

## Transparência

Quanto ao compromisso com a disseminação de conhecimento e transparência, a agência publicou boletins periódicos de segurança de barragens, que estão disponíveis na página oficial da agência no endereço <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/barragens>. Neste endereço, é possível o acompanhamento das barragens cadastradas, da classificação de categoria de risco, da quantidade de barragens em situação de emergência e das vistorias de barragens realizadas pelas equipes de segurança de barragens da ANM. No site também é possível consultar os relatórios de Descaracterização de Barragens a Montante, resumo das campanhas de entrega de DCE – Declaração de Condição de Estabilidade e DCO- Declaração de Conformidade e Operacionalidade do PAEBM (Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração). Recentemente, a ANM publicou o Relatório Anual, ano base 2024, onde constam

informações mais detalhadas e relato acerca das vistorias extraordinárias e ações emergenciais que envolveram o tema segurança de barragens de mineração.

Foram desenvolvidos Painéis de Segurança de Barragens de Mineração utilizando o Power BI em 2024. Estes painéis estão disponíveis no SIGBM Público e permitem análises estatísticas, de histórico e gerenciamento das informações coletadas pelo Sistema Integrado de Segurança de Barragens de Mineração (SIGBM) <https://app.anm.gov.br/sigbm/publico>. No SIGBM público, além do painel, permanecem disponíveis as informações atualizadas sobre o cadastro nacional de barragens de mineração, e o dashboard com a localização georreferenciada das estruturas.



### *Demandas Externas*

Durante o ano de 2024 foram recebidas pela área de segurança de barragens de mineração 341 demandas externas relacionadas à segurança das barragens de mineração, das quais 307 foram respondidas dentro do mesmo ano. As demais possuíam prazo de resposta findando no ano seguinte. Os maiores demandantes foram o Ministério Público Federal – Procuradoria Regional de Minas Gerais, responsável por 188 consultas, e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, responsável por 42 requisições. Algumas situações exigiram fiscalização in loco, o que demandou ajustes no planejamento preliminar de vistorias. Ao longo do ano, foi necessário incluir barragens que, inicialmente, não haviam sido classificadas como

prioritárias para inspeção in loco, mas cuja fiscalização se tornou essencial para verificar a situação relatada nas demandas recebidas.

### Capacitações

No ano de 2024, a área de segurança de barragens de mineração participou de 12 cursos, sendo disponibilizadas 182 vagas para seus servidores, além de 7 eventos, sendo disponibilizadas mais 72 vagas. A maior parte dos cursos foi viabilizada por meio de parcerias e convênios com isenção de taxa de matrícula ou inscrição, no caso dos eventos. Os temas dos cursos foram: Instrumentação, Método de Elementos Finitos, Liderança, GISTM, HEC HAS, Geotecnia de Barragens, Pilotagem de Drone, Hidrologia, Modelagem Hidrodinâmica, Transporte de Sedimentos e Mudanças Climáticas.

Destacam-se a participação em eventos técnicos em missão no exterior: 10a. Conferência Internacional de Gestão de Rejeitos - Tailings 2024 em Santiago, Chile e *Tailings and Mine Waste Conference* 2024, em Westminster, Colorado, EUA.

### Convênios e Acordos

Encontram-se vigentes acordos e convênios que permitem avanço nos projetos técnicos, intercâmbio de informações e capacitação das equipes. Dentre os dispositivos vigentes, ressaltam-se os seguintes:

Em 2020, a **ANM, Itaipu Binacional e a Fundação Parque Tecnológico Itaipu** firmaram uma cooperação técnica e financeira para o projeto "**Desenvolvimento de soluções de monitoramento de barragens**", iniciado em 2021, com objetivo de aprimorar a fiscalização da ANM por meio de três metas principais. A meta 1 e a 2 foram integradas em um único sistema, chamado de Sistema de Monitoramento e Alertas (SMA).

O SMA foi desenvolvido para integrar dados de sensoriamento remoto e instrumentação automatizada, possibilitando o acompanhamento contínuo das condições do estado de conservação e instrumentação das barragens de mineração. A homologação do SMA foi

concluída em dezembro de 2024, com a migração para o ambiente da ANM e a liberação do acesso interno. Durante o projeto, foram publicados artigos científicos e realizadas apresentações em eventos técnicos, consolidando o SMA como uma ferramenta inovadora para a segurança de barragens de mineração.

A meta 3 deste convênio tem como objetivo a capacitação dos servidores que integram a área de Segurança de Barragem de Mineração. Em 2024, foram realizados 5 cursos de curta duração e iniciado curso de Especialização em Segurança de Barragens com carga horária de 450 horas para 31 servidores da ANM, com conclusão prevista para agosto de 2025. As disciplinas estão sendo oferecidas pelo IPT e possuem módulo específico para barragem de mineração e módulo comum à ANM, Itaipu Parquetec e Itaipu Binacional, envolvendo também barragens de usos múltiplos.

Em março de 2024, foi publicado o extrato do acordo de Cooperação técnica entre **ANM e o Comitê Brasileiro de Barragens – CBDB**, visando o tratamento das informações entre as atividades desenvolvidas, revisão e elaboração de guias, boletins técnicos e vídeos educativos e institucionais, além de outros itens técnicos sobre o tema. Assim, cooperando no desenvolvimento e divulgação das melhores técnicas sobre barragens de mineração com cursos de capacitação e eventos técnicos, fomentando visitas técnicas para disseminação do estado da arte do tema no Brasil e em outros países, além de apoio voluntário em questões relacionadas à legislação, inovação tecnológica, interpretação e organização de dados relativos ao tema. Por meio desse convênio, foram oferecidas vagas em 3 (três) cursos em 2024: Instrumentação para Leituristas e Técnicos, PSB e PAE, Inspeções em Barragens e Mudanças Climáticas, além de possibilitar a participação em eventos com isenção de taxa de inscrição para fiscais da ANM.

Em dezembro de 2023, foi publicado o extrato do termo de cooperação técnica celebrado com o **Gabinete Militar do Governador e a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de Minas Gerais**, com vigência de 5 anos. A cooperação entre os partícipes visa estabelecer um programa de educação e de comunicação sobre segurança de barragem, com o objetivo de conscientizar a sociedade da importância da segurança de barragens e de desenvolver cultura de prevenção a acidentes e desastres. O plano de trabalho envolve o desenvolvimento de técnicas relacionadas à segurança de barragens por meio de cursos de capacitação, eventos técnicos e a realização de visitas técnicas para difundir as práticas mais avançadas, além de oferecer apoio para questões relacionadas à legislação, inovação tecnológica. Em 2024, a ANM realizou vistoria conjunta com a Defesa Civil, em Minas Gerais, por meio de sobrevoo nas barragens da Mina de Fábrica e repassou 6 (seis) vagas em cursos sobre o tema segurança de

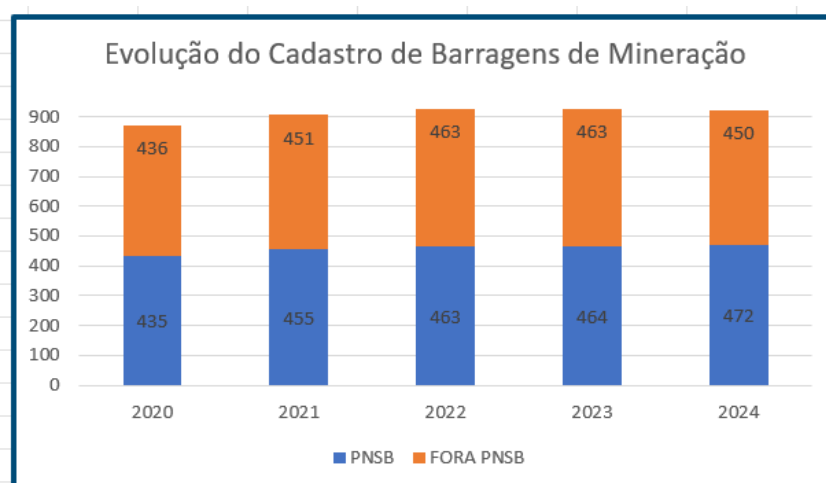
barragens ao corpo técnico dos conveniados. Em junho de 2024, representante da equipe de barragens da ANM apresentou, a convite da Defesa Civil, a palestra: Panorama Atual da Segurança de Barragens em Minas Gerais no Seminário Técnico de Segurança de Barragens 2024, em Belo Horizonte, MG.

### *Cadastro de Barragens de Mineração*

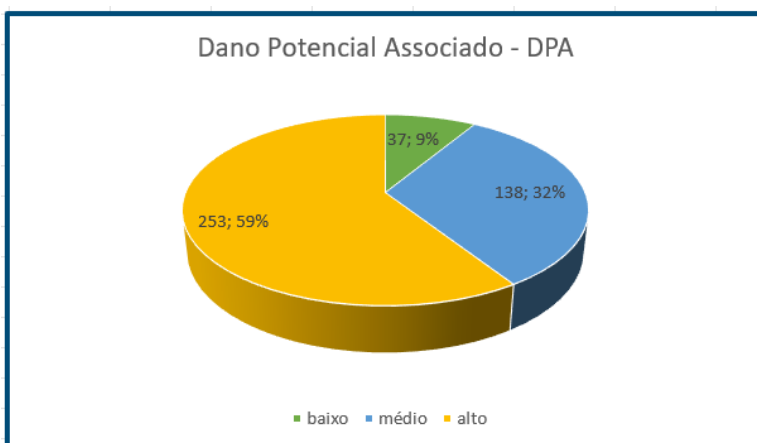
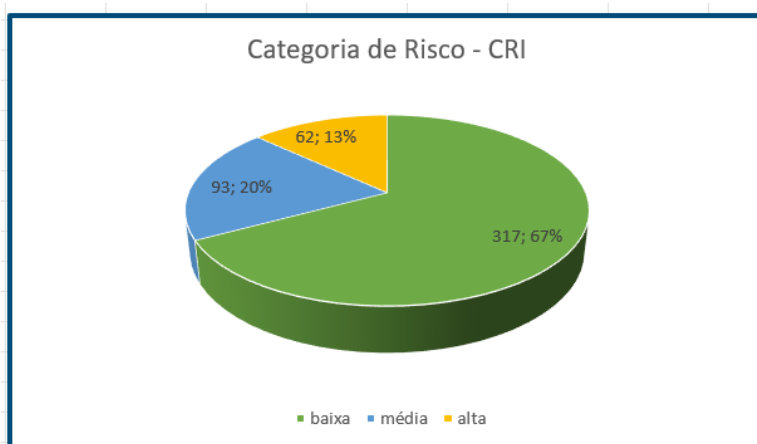
O Cadastro Nacional de Barragens de Mineração – CNBM é gerenciado pela ANM por meio do SIGBM – Sistema Integrado de Gestão de Barragens de Mineração, que permite o acompanhamento remoto das informações que os empreendedores são obrigados a cadastrar e manter atualizadas. O sistema possibilita a obtenção, em tempo real, de um panorama sobre a evolução das estruturas de armazenamento de sedimentos e rejeitos de mineração existentes em todo o país, sendo uma ferramenta fundamental de gestão, facilitando ações fiscalizatórias à distância e orientando a priorização de estruturas em ações presenciais de fiscalização.

No ano de 2024, foram cadastradas 29 barragens de mineração e realizado o descadastramento de 32 estruturas. No início de 2024, o SIGBM contava com 926 barragens de mineração cadastradas, das quais 461 (49,78%) estavam inseridas na PNSB. Já no final do ano, considerando os cadastramentos, descadastramentos e alterações da classificação, o sistema contava com 922 barragens cadastradas, das quais 472 (51,19%) estavam na PNSB.

A evolução do cadastro é mostrada no gráfico a seguir.



De acordo com a Lei nº 12.334/2010, as barragens incluídas na PNSB são classificadas quanto à Categoria de Risco (CRI) e ao Dano Potencial Associado (DPA). Ao final do ano de 2024, o cadastro apresentava os seguintes percentuais de estruturas: CRI Alto (13%), Médio (20%) e Baixo (67%) e DPA Alto (57%), Médio (32%), Baixo (9%).



A tabela a seguir mostra a classificação nos últimos 5 anos:

ano	n° PNSB	CRI			DPA		
		baixa	média	alta	baixo	médio	alto
2020	435	321	57	50	55	180	300
2021	455	350	58	46	39	159	265
2022	463	317	88	58	43	150	271
2023	464	312	85	67	41	160	271
2024	472	317	93	62	37	138	253

### *Classificação quanto ao nível de emergência*

As barragens de mineração que apresentam anomalias capazes de colocar em risco sua segurança, ou que não possuem estabilidade declarada, deverão ter seu nível de emergência acionado, que, a depender da gravidade da situação, são classificados em Nível de Alerta, Nível de Emergência 1, 2 e 3, conforme artigos 40 e 41 da Resolução ANM nº 95/2022. A tabela a seguir demonstra a diminuição dos níveis de emergência 1 e 3 e o aumento em 50% do nível de emergência 2. O aumento expressivo nas barragens em nível de alerta se dá pela alteração realizada esse ano pela Resolução ANM nº 175/2024.

DATA	Nível de Alerta	Nível de Emergência		
		NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3
01/01/2024	25	60	4	3
31/12/2024	47	54	6	2

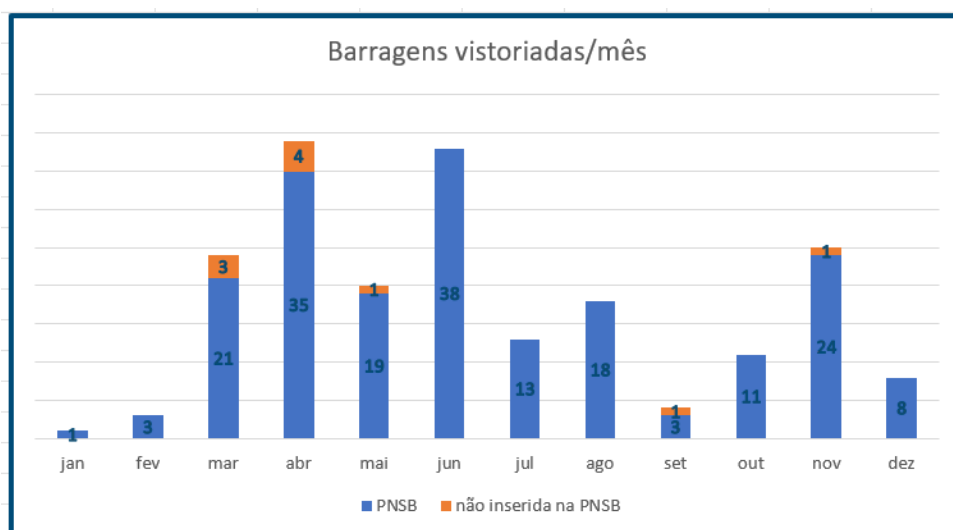
### *Vistorias realizadas*

No ano de 2024 foram realizadas 204 vistorias em 180 estruturas, das quais 167 barragens estavam enquadradas na Política Nacional de Segurança de Barragens de Mineração (PNSB), correspondendo a 35,4% de todas as 472 barragens incluídas na PNSB. Ressalta-se que, com relação às vistorias em barragens inseridas na PNSB, superou-se em 22% a meta estabelecida para 2024.

Cabe destacar que o Manual de Fiscalização de Barragens de Mineração, documento interno que orienta os fiscais, foi revisado em 2024, atendendo a meta estabelecida no plano de integridade e plano executivo da ANM.

Um panorama geral do número de vistorias realizadas e de barragens vistoriadas está apresentado nos gráficos a seguir, com os resultados das ações realizadas estratificados mensalmente e por estado.





Em decorrência direta do processo fiscalizatório, em 2024, foram emitidos 755 ofícios de exigências. Cabe mencionar que cada ofício de exigências enviado pode conter mais de uma exigência e ainda se referir a todas as barragens associadas a determinado processo minerário. Adicionalmente, foram publicados 114 autos de infração, 335 imposições de multas e 78 Autos de Embargo a barragens que apresentaram descumprimentos críticos das normativas de segurança. É importante destacar que algumas barragens receberam mais de um auto de embargo, totalizando 59 estruturas efetivamente embargadas ao longo do ano. No mesmo período, após a comprovação do atendimento das condições exigidas para a regularização, 16 barragens foram desembargadas. Ao final de 2024, 118 barragens permaneciam embargadas,

incluindo barragens dos anos anteriores, aguardando o cumprimento das exigências regulatórias para a retomada de suas operações, quando for o caso.

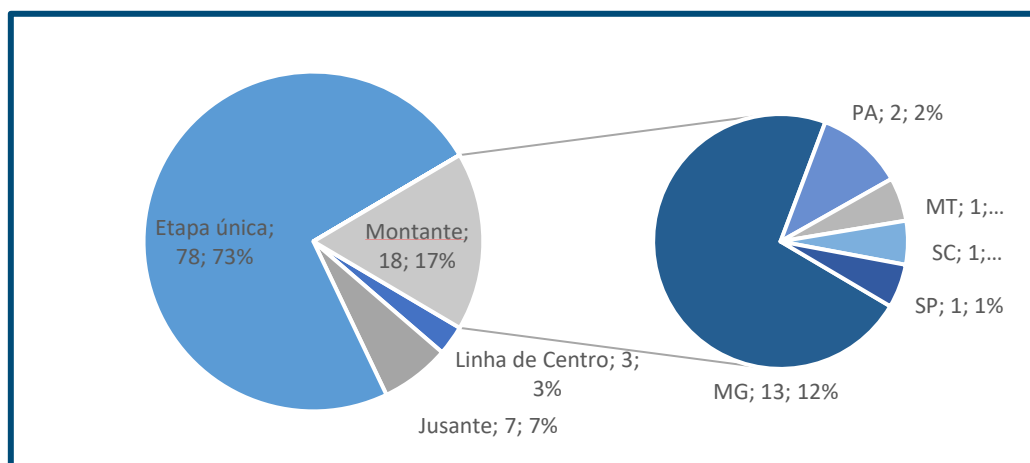
### *Descaracterização de barragens de mineração*

A descaracterização de barragens construídas por alteamento a montante é obrigação imposta aos empreendedores por lei. A ANM acompanha as etapas da descaracterização de tais estruturas, assim como nas barragens em que a descaracterização é facultada ao empreendedor. No site da ANM podem ser consultados relatórios trimestrais que detalham a atividade: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/barragens/boletim-de-barragens-de-mineracao>

Até o final de 2024, 156 barragens estavam em processo de descaracterização, sendo 119 inseridas na PNSB e entre essas últimas estão 52 barragens alteadas a montante.

Em 2024, a ANM realizou 34 vistorias em 26 barragens a montante inseridas na PNSB, sendo que foram 31 vistorias em MG, 2 em RS e 1 em GO.

Cabe ainda esclarecer que 114 barragens foram descadastradas desde a imposição da lei até o final de 2024 por motivo de fechamento/descaracterização. O gráfico a seguir traz o método construtivo dessas barragens e detalha a distribuição geográfica das barragens alteadas a montante que já foram descadastradas por descaracterização.



### *Desafios e expectativas futuros*

Em 28 de agosto de 2024 foi assinado o novo convênio de cooperação técnica e financeira com Itaipu Binacional/Parquetec para desenvolvimento de soluções para o apoio na fiscalização de barragens, com duração de 60 meses. Para esse novo convênio está previsto um investimento de R\$ 9.176.317,03 por parte de Itaipu Binacional/Parquetec para o cumprimento do seguinte escopo:

- SIGBM 2.0 - Desenvolvimento de novo aplicativo de inspeção de barragens com tecnologia moderna, reformulação do layout e inserção de novas ferramentas utilizando Inteligência Artificial (IA);
- Integração do SMA - Sistema de Monitoramento de Alertas - Implementação da funcionalidade no SIGBM com cruzamento de dados e informações enviadas pelos empreendedores;
- Gestão de Riscos - Aplicar metodologias de gestão de risco aos dados no SIGBM, utilizando o risco da estrutura e o impacto de rompimento para ranquear os maiores riscos e priorizar as fiscalizações;
- Cadastro de Pilhas - Desenvolvimento de uma metodologia para classificação e catalogação das pilhas, assim como registro inicial de pilhas no Brasil;
- Capacitação - Desenvolvimento e ofertas de curso de curta duração de acordo com as necessidades técnicas e desafios da equipe.

A experiência adquirida por meio do Convênio 1, denominado "Desenvolvimento de Soluções para Barragens", firmado entre a Itaipu Binacional, a Agência Nacional de Mineração (ANM) e o Itaipu Parquetec, com a colaboração do Centro Avançado em Soluções para Barragens (CEASB), tem gerado avanços significativos na fiscalização de barragens. Essa cooperação, que se estende para o segundo convênio entre as instituições, reafirma a importância do compartilhamento de conhecimentos e tecnologias para o aprimoramento contínuo das práticas de fiscalização. A continuidade desse trabalho conjunto é essencial para garantir maior segurança, eficiência e inovação no setor de barragens de mineração no Brasil.

Em 2025, a ANM enfrentará desafios estratégicos para manter a qualidade das atividades e alcançar metas essenciais, como a conclusão da nova resolução de segurança de barragens. Além disso, a provável publicação do novo regimento interno da ANM trará impactos significativos à estrutura da superintendência, com a incorporação da fiscalização das pilhas de

mineração às suas competências. Essa mudança exigirá a redistribuição da equipe, reduzindo o número de servidores dedicados exclusivamente às barragens, o que demandará realocação de recursos e replanejamento das atividades para garantir a continuidade dos trabalhos com eficiência.

Outro desafio crítico será a implementação do sistema de autuação em toda a ANM, incluindo a aplicação de sanções por descumprimento das normas de segurança de barragens. A área de Segurança de Barragens de mineração já acumula mais de 3.000 autos pendentes, e a ausência de um sistema adequado tem impedido sua emissão. A implantação dessa ferramenta permitirá reduzir o passivo gerado desde a alteração da legislação e a regulamentação estabelecida pela Resolução ANM nº 122/22, garantindo maior efetividade na fiscalização e no cumprimento das normas.

Além das mudanças estruturais, o desenvolvimento do SIGBM 2.0 seguirá como um dos principais projetos da superintendência. Esse sistema, que integra os indicadores de entrega do Plano Plurianual (PPA) e do Plano Estratégico da ANM, teve seu desenvolvimento iniciado em 2024 por meio do convênio com Itaipu Binacional e Itaipu Parquetec. A nova versão proporcionará maior dinamismo, melhor gerenciamento e aprimoramento na usabilidade para os usuários. A aplicação de inteligência artificial permitirá uma fiscalização mais ágil e integrada, reforçando a segurança das barragens de mineração.

Diante dessas transformações, a ANM terá como desafio central não apenas a readequação da equipe e dos processos internos, mas também a estruturação de um modelo de gestão eficiente que contemple tanto a segurança das barragens quanto das pilhas de mineração. Para isso, será essencial realizar um diagnóstico detalhado dessas estruturas e propor planos de ação eficazes, garantindo que a ANM mantenha sua capacidade de fiscalização e mitigação de riscos, assegurando a proteção das comunidades e do meio ambiente.

## FISCALIZAÇÃO DE RECEITAS

Compete à ANM desenvolver todas as atividades relativas à normatização, fiscalização, arrecadação e cobrança de créditos referentes à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), Taxa Anual por Hectare (TAH), Emolumentos, Multas aplicadas e demais receitas, nos termos da Lei nº 13.575, de 27 de dezembro de 2017.

Para o desempenho destes papéis, são necessários inúmeros procedimentos que envolvem também a distribuição da cota parte da CFEM, consolidação dos débitos, análise de impugnações, além de relacionar-se com outras instituições, firmar acordos de cooperação técnica, interagir com a Procuradoria Federal Especializada - PFE junto à ANM, bem como com órgãos de controle interno e externo.

Conforme mencionado anteriormente, a ANM é responsável por arrecadar não apenas CFEM, TAH e Multas, mas também emolumentos e outras receitas. Isso é operacionalizado através dos Convênios firmados com o Banco do Brasil S/A, na modalidade de GRU (Cobrança ou Boleto Registrado) e com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na impressão da Guia de Recolhimento da União – GRU Simples (valores inferiores a R\$ 50,00), os pagamentos na rede bancária totalizaram os seguintes quantitativos de pagamentos e valores:

RECEITAS (DESIGNAÇÃO SIAFI) - 2024	Cód. recolhimento	Qde. boletos	R\$	Part. %
<b>COMPENSAÇÃO FINAN.RECURSOS MINERAIS - CFEM</b>				
recolhimento corrente (não inscrito em dívida)	10004	132.449	7.427.996.469,35	92,80491
inscrito em dívida ativa antes de 04/12/08	10057	1	21.751,31	0,00027
10% encargos (inscrito em dívida, mas não ajuizado)	80128	3.188	23.860.487,63	0,29811
20% encargos (inscrito em dívida e ajuizado)	80026	110	329.811,16	0,00412
<b>OUTORGA DIR.EXPLOR.PESQ.MINERAL</b>				
recolhimento corrente (não inscrito em dívida)	10053	26.278	112.651.287,33	1,40746
inscrito em dívida ativa antes de 04/12/08	10054	5	3.865,67	0,00005
10% encargos (inscrito em dívida, mas não ajuizado)	80129	7.960	5.633.655,07	0,07039
20% encargos (inscrito em dívida e ajuizado)	80055	479	200.212,85	0,00250
<b>MULTAS S/MINERACAO</b>				
recolhimento corrente (não inscrito em dívida)	10015	4.273	5.061.641,43	0,06324
inscrito em dívida ativa antes de 04/12/08	10055	4	33.772,03	0,00042
10% encargos (inscrito em dívida, mas não ajuizado)	80131	13.132	9.013.986,07	0,11262
20% encargos (inscrito em dívida e ajuizado)	80056	448	311.488,73	0,00389
<b>TAXA VISTORIA FISCALIZACAO</b>				
recolhimento corrente (não inscrito em dívida)	10009	1.134	1.092.380,28	0,01365
inscrito em dívida ativa antes de 04/12/08	10056	1	3.800,50	0,00005
10% encargos (inscrito em dívida, mas não ajuizado)	80130	23	12.647,89	0,00016
20% encargos (inscrito em dívida e ajuizado)	80054	1	817,15	0,00001
<b>TAXA CADASTRO ATIVIDADE MINERAL</b>	20076	14.863	15.864.509,17	0,19821
<b>TAXA CERTIF. HOMOL. ATIV. MINERAL</b>	20077	14.245	24.281.467,49	0,30337
<b>VENDA EDITAIS E OUTROS</b>	10017	1.895	90.644,92	0,00113
<b>LEILAO DE AREAS EM DISPONIBILIDADE</b>	10091	2.628	377.418.019,41	4,71544
<b>TOTAL ARRECADADO</b>		223.117,00	8.003.882.715,44	100,00000

### *Fiscalização da taxa anual por hectare (TAH) e multas*

Enquanto 2023 foi o ano de unificar os procedimentos de cobrança, levantamento e atuação em demandas represadas há anos, 2024 foi o ano de redução do passivo, proposta de atualização de manual de cobrança, elaboração de ferramenta para sistematizar análise de prazos de processos de autuação, bem como a elaboração de fila para encaminhamento destes processos para inscrição em dívida ativa, baseada nos prazos prescricionais.

Com o intuito de aumentar a produtividade, uniformizar os trabalhos, integrar a equipe, reduzir o passivo acumulado e recuperar de créditos que estavam em processos físicos, foram realizadas forças-tarefa em Natal, São Paulo, Salvador, Goiânia, Vitória e Manaus.

Em 2024 foram publicadas 2.897 notificações administrativas, geradas 1.989 declarações, 8.129 ofícios e juntados 6.054 avisos de recebimento aos processos.

Estima-se que no início de 2025 entre em operação o Sistema CONAD que objetiva gerir a fluidez dos processos de trabalho vinculados ao Processo Administrativo Sancionador (PAS) e cobrança da TAH não recolhida de forma espontânea, automatizando dentro do possível as atividades de cobrança.

### *Fiscalização da compensação financeira pela exploração de recursos minerais (CFEM)*

No âmbito das ações de fiscalização e cobrança da CFEM, foram abertos 34 processos de cobrança, totalizando um montante notificado de R\$ 390.533.136,70.

Apesar do volume expressivo de notificações, a meta originalmente estabelecida foi de 40 processos, não sendo plenamente atingida devido a diversos fatores que impactaram a execução dos trabalhos.

Dentre eles, os principais que contribuíram para o não alcance da meta, destacamos:

- Redução de Pessoal: A aposentadoria de um servidor resultou na diminuição da capacidade operacional da equipe, impactando diretamente a condução dos processos

de cobrança. Atualmente, dispomos de apenas 4 servidores para fiscalização de todos os empreendimentos minerários do País;

- Desvio de Recursos Humanos para outras demandas estratégicas: Parte da equipe esteve envolvida em projetos essenciais, como Agenda Regulatória (que exige estudos e análises aprofundadas para aprimoramento da regulamentação do setor mineral), desenvolvimento do Sistema DIEF, fundamental para o aprimoramento do controle da arrecadação da CFEM, e implementação do Painel de Notas Fiscais Recepcionadas, ferramenta essencial para a fiscalização das transações comerciais do setor mineral;
- Sobrestamento da Fiscalização na Vale S.A: As fiscalizações em andamento na Vale S.A foram sobrestadas em razão das conclusões da CPI da Assembleia Legislativa do Pará e da Câmara Municipal de Marabá/PA. O avanço dessas fiscalizações depende de manifestação da Procuradoria Federal e da Superintendência de Regulação.

Por outro lado, destacamos avanços significativos que contribuirão para aprimorar os procedimentos de fiscalização e arrecadação, tais como:

- Conclusão de dois módulos do Sistema DIEF (PLG e Arrematação em Hasta Pública), permitindo maior controle sobre os recolhimentos da CFEM;
- Finalização da API de captura de documentos fiscais, viabilizando um acompanhamento mais preciso da comercialização mineral e da arrecadação da CFEM, reduzindo riscos de sonegação.

Dessa forma, embora a meta de processos não tenha sido plenamente alcançada, os avanços tecnológicos e regulatórios promovidos neste período permitirão um controle mais eficiente e estruturado da arrecadação da CFEM, trazendo impactos positivos para os exercícios subsequentes.

### *Transparência na distribuição da CFEM*

Em 2024, a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) atingiu R\$ 7,4 bilhões. No mesmo ano, a ANM distribuiu R\$ 6,7 bilhões entre os beneficiários: R\$ 1,1 bilhão foram destinados aos Estados e R\$ 5,6 bilhões a 5.211 municípios – incluindo os produtores, os afetados pela atividade de mineração e, pela primeira vez, os municípios limítrofes aos produtores.

Os critérios foram aprimorados para identificar os municípios impactados pela presença de estruturas de mineração. Por meio da Resolução ANM 173/2024, que alterou a Resolução ANM nº 143, de 21 de novembro de 2023 – regulamentada pelo Decreto nº 11.659, de 23 de agosto de 2023 –, a parcela da CFEM destinada a esses municípios passou a considerar também a declaração de produção e o recolhimento da compensação, permitindo uma identificação mais precisa das estruturas que efetivamente contribuíram para a exploração dos recursos minerais.

Em cumprimento à Resolução ANM 143/2023, a ANM revisou a lista de municípios afetados pela atividade de mineração, referente à CFEM arrecadada entre maio de 2024 e abril de 2025. Como as listas finais para os municípios afetados pela presença de ferrovias, portos e duto vias já estavam definidas, parte da CFEM devida a esses beneficiários foi antecipada a partir de agosto. Em dezembro, com a conclusão da apuração da lista final, foram efetuados o complemento dos pagamentos e a parcela destinada aos municípios afetados pela presença de estruturas de mineração. Ao final do processo de apuração, foram identificados 1.934 municípios, abrangendo 87 tipos de substâncias.

### *Gestão do contencioso*

Mesmo com um quadro reduzido de servidores, no ano de 2024 foi possível a análise de 89 processos de cobrança (defesa e recurso), os quais totalizaram a cifra de R\$ 767,81 milhões. Da mesma forma, foram encaminhados 261 processos de cobrança para inscrição dos créditos em dívida ativa, totalizando a cifra de R\$ 2,23 bilhões.

No que se refere ao passivo de CFEM, houve significativos avanços em relação à possibilidade de análise de processos mais complexos em menos tempo, fato que se evidencia nos números. Em 2024, o valor médio dos processos analisados foi de R\$ 8,63 milhões, contra R\$ 2,85 milhões em 2023.

Ainda, foram propostas 13 súmulas vinculantes referentes ao regramento para o recolhimento da CFEM, as quais, quando devidamente aprovadas pela ANM, possibilitarão maior agilidade na análise processual do passivo de CFEM e maior transparência para os administrados.



No mesmo sentido, existe grande expectativa quanto à admissão de novos servidores no concurso de 2025, o que aumentará o quadro atual de servidores trabalhando com o passivo da arrecadação e permitirá um aumento, tanto da quantidade de processos analisados, quanto de seus respectivos valores.

### Articulação institucional

Com o propósito de reforçar a capacidade fiscalizatória em relação a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), a ANM firmou cinco novos Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com entes federados no ano de 2024, representando um aumento de quase 167% em relação ao ano anterior.

No total, estão vigentes 54 (cinquenta e quatro) Acordos distribuídos em dez Estados brasileiros.



Em 2024, outros 10 pedidos de Acordo não puderam avançar por não atenderem pré-requisitos obrigatórios. O aspecto comum entre todos foi a equipe técnica incompleta ou desqualificada, conforme exige a Resolução ANM Nº 71/2021.

Inclusive, esta é a principal limitação que impede que mais entes federados de estarem aptos a terem seus Acordos firmados com a ANM. Exatamente por este motivo, no ano de 2023, foi apresentada a proposta de alteração da Resolução para flexibilizar a equipe. A ideia é que o

ente possa desempenhar as atividades de apoio a ANM conforme a qualificação técnica dos seus servidores.

Por conta de limitações orçamentária e de pessoal, em 2024 não foi ofertado treinamento, o qual deve ser realizado no próximo ano, a fim de fortalecer as competências necessárias para uma fiscalização mais eficiente e eficaz no âmbito da CFEM.

Esperamos que estas duas ações: a nova Resolução e o preparo dos signatários contribuirão para aumentar a capacidade fiscalizatória da ANM e, por consequência, a arrecadação de CFEM, beneficiando sociedade brasileira.

A ANM pretende seguir avançando nas parcerias com novos signatários, com foco especial nos Estados.

### *Desafios e expectativas*

Apesar dos esforços para cumprir suas atribuições com eficiência e transparência, a falta de recursos humanos, financeiros e tecnológicos continua sendo um obstáculo significativo. Sem as condições mínimas necessárias, torna-se inviável atender plenamente ao planejamento estratégico, ao Plano Executivo da SAR e às demandas dos órgãos de controle.

Em 2025, a perspectiva da chegada de 41 novos servidores representará um avanço importante na redução do déficit de pessoal, ampliando a capacidade de fiscalização, arrecadação e gestão de créditos. Esse reforço permitirá maior eficiência nos processos e mitigação de gargalos operacionais.

Mesmo diante dos desafios estruturais, a SAR seguirá focada em suas competências regimentais, com prioridade para dois projetos estratégicos:

- Declaração de Informações Econômico-Fiscais da CFEM (DIEF-CFEM): Com a Publicação da Resolução ANM nº 156, de 8 de abril de 2024, espera-se que no ano de 2025 a ANM consiga desenvolver o sistema eletrônico para recepcionar as declarações efetuadas pelos regulados;
- Sistema de Arrecadação (SINARC): A automação das cobranças e gestão de receitas pelo SINARC permitirá a retomada das autuações conforme a Resolução ANM nº 122/2022.

Com o alto volume de créditos da ANM, a gestão manual tornou-se inviável, tornando essencial um sistema informatizado adequado.

Outro fator relevante para 2025 é a parceria entre a ANM e o Serpro para o desenvolvimento dos painéis de inteligência fiscalizatória e a Dief-CFEM, ferramentas fundamentais para aprimorar os processos de fiscalização e arrecadação da CFEM.

O desempenho satisfatório em 2025 dependerá do alinhamento de ações governamentais que viabilizem condições de trabalho adequadas à complexidade das atividades desempenhadas pela ANM. Sem esse suporte, a atuação seguirá limitada, restando-lhe operar dentro das possibilidades e seguir reivindicando os recursos necessários para cumprir sua missão de forma plena.

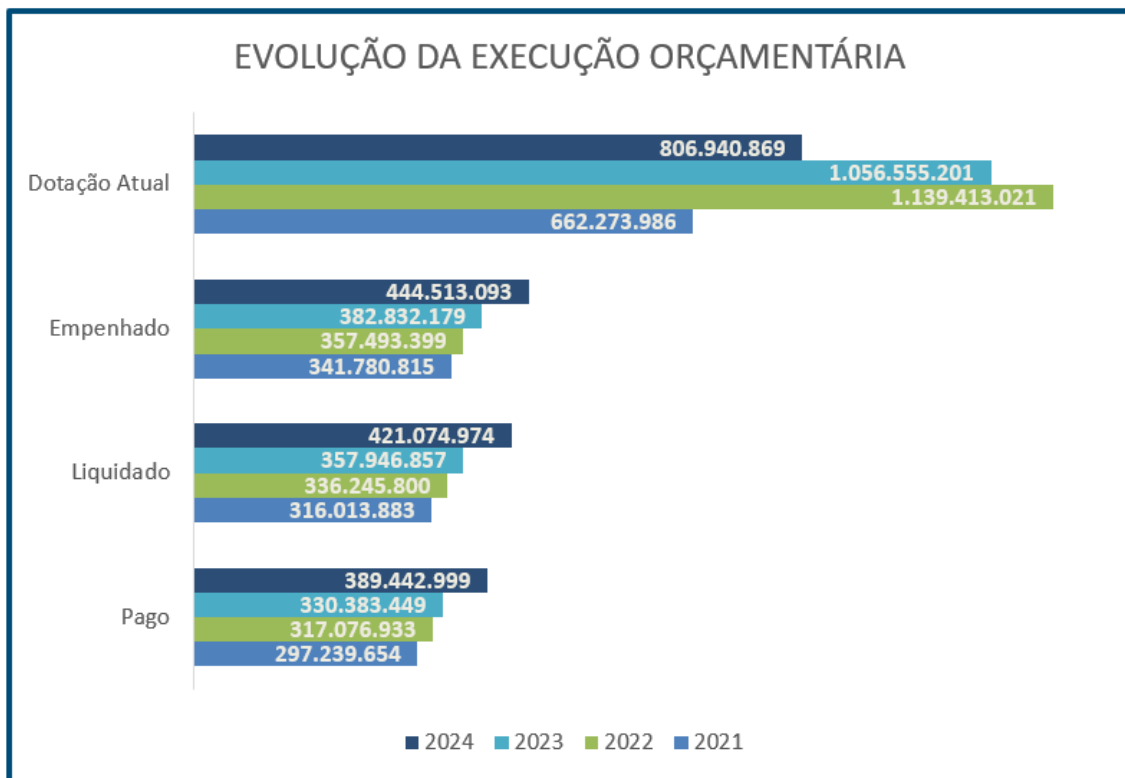


# MACROPROCESSO DE ADMINISTRAÇÃO

## GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA ANM

O valor orçamentário fixado à ANM na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024 totalizou R\$ 776.067.828,00. Posteriormente, o valor atualizado do orçamento fixou-se em R\$ 806.940.869,00.





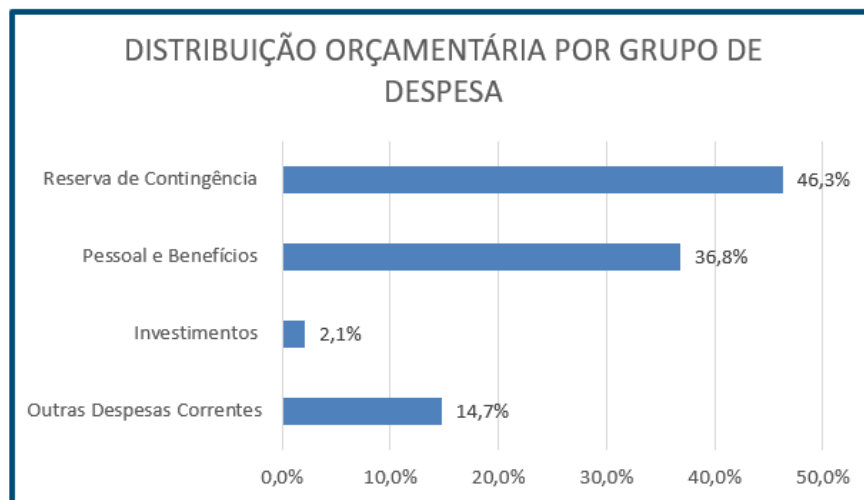
### *Alocação Orçamentária Finalidade dos Recursos*

A distribuição por grupo de despesas está representada conforme a seguinte tabela:

Descrição	Valor Dotação Inicial (R\$)	Distribuição %
Outras Despesas Correntes	114.438.863	14,7%
Investimentos	16.412.779	2,1%
Pessoal e Benefícios	285.903.101	36,8%
Reserva de Contingência	359.313.085	46,3%
<b>TOTAL</b>	<b>776.067.828</b>	<b>100%</b>

Apesar de não executada, o volume da Reserva de Contingência permanece sendo o valor de maior relevância dentro da totalidade orçamentária do exercício, representando 46,3% do total, seguido por Pessoal e Benefícios com 36,8%:





### Execução Orçamentária

A execução orçamentária por ação de governo deu-se conforme apresentado a seguir:

Ano	Ação	Dotação inicial	Dotação atual	Empenhado	% executado
2024	00S6 - Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012	13.000	13.000	-	0%
2024	0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	85.451.431	99.021.977	98.406.659	99%
2024	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	27.352.507	32.832.071	32.514.865	99%
2024	15YU - Revisão e Automação dos Processos de Outorga e Fiscalização de Pesquisa e Lavra Mineral da ANM	13.010.055	15.052.408	14.171.019	94%
2024	2000 - Administração da Unidade	59.853.250	53.875.573	53.320.983	99%

2024	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	2.906.842	4.230.382	4.178.131	99%
2024	20TP - Ativos Civis da União	173.086.163	191.716.421	191.638.926	100%
2024	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	12.029.805	14.723.801	14.359.568	98%
2024	215Z - Regulação, Outorga e Fiscalização da Mineração	27.329.060	18.662.150	18.501.222	99%
2024	216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	580.000	500.000	500.000	100%
2024	21F6 - Modernização e Gestão dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação	15.142.630	17.000.001	16.921.718	100%
2024	OZ00 - Reserva de Contingência - Financeira	359.313.085	359.313.085	-	0%
TOTAL		776.067.828	806.940.869	444.513.093	55%

A execução das despesas discricionárias superou 98% da dotação atualizada. O fator determinante que impediu a execução integral do orçamento foram as limitações de empenho e os bloqueios orçamentários.

Apresenta-se a seguir a evolução das despesas discricionárias dos últimos quatro anos. Ela variou entre 86,6%, 96,4%, 97,1% e 98,4%:

ANO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	% EXECUÇÃO
2021	68.885.773	71.590.099	62.022.903	38.523.048	38.284.229	86,6%
2022	79.207.555	79.207.555	76.395.659	60.080.454	59.018.099	96,4%
2023	94.207.555	94.461.654	91.716.035	70.475.632	69.843.915	97,1%
2024	115.914.995	105.090.132	103.414.943	83.748.861	82.735.760	98,4%

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
15YU - Revisão e Automação dos Processos de Outorga e Fiscalização de Pesquisa e Lavra Mineral da ANM	13.010.055	15.052.408	14.171.019	10.444.511	10.194.726
2000 - Administração da Unidade	59.853.250	53.875.573	53.320.983	40.637.676	40.050.656
215Z - Regulação, Outorga e Fiscalização da Mineração	27.329.060	18.662.150	18.501.222	15.745.393	15.660.745
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	580.000	500.000	500.000	464.062	416.833
21F6 - Modernização e Gestão dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação	15.142.630	17.000.001	16.921.718	16.457.219	16.412.801
Total Executado	115.914.995	105.090.132	103.414.943	83.748.861	82.735.760
% DE EXECUÇÃO			98,4%	79,7%	78,7%

Os empenhos efetuados pela ANM em 2024 estão detalhados por tipo de despesa na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	VALORES EMPENHADOS
APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	19.978.795
DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	6.575.008
LOCACAO DE SOFTWARES	6.494.983
MANUTENCAO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTACAO SOFTWARES	6.468.033
LOCACAO DE IMOVEIS	6.239.950
VIGILANCIA OSTENSIVA	5.896.114
DIARIAS NO PAIS	5.096.177





OBRAS EM ANDAMENTO	4.327.894
PASSAGENS PARA O PAIS	3.952.919
LIMPEZA E CONSERVACAO	3.632.286
MOBILIARIO EM GERAL	2.925.501
MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	2.585.000
SUORTE DE INFRAESTRUTURA DE TIC	2.522.851
CONDOMINIOS	2.260.420
DIGITALIZACAO/INDEXACAO DE DOCUMENTOS	2.214.472
ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA OU JURIDICA	1.898.986
SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	1.810.303
SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	1.674.282
MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	1.269.887
TAXA DE ADMINISTRACAO	1.227.807
SUORTE A USUARIOS DE TIC	958.246
CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	909.177
FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	863.495
DIARIAS NO EXTERIOR	805.418
COMUNICACAO DE DADOS E REDES EM GERAL	795.473
PASSAGENS PARA O EXTERIOR	769.301
RESSARCIMENTO CUSTOS-UTILIZACAO DEPENDENCIAS	741.750
ESTAGIARIOS	705.000
LOCACAO DE IMOVEIS	553.598
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	492.866
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	473.985
INDENIZACAO DE MORADIA - PESSOAL CIVIL	461.839
INDENIZACOES	404.257
LIMPEZA E CONSERVACAO	395.678





LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	370.695
SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	340.833
SERVICOS DE COPA E COZINHA	313.834
SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	285.653
GRATIFICACAO POR ENCARGO DE CURSO E CONCURSO - GECC	273.971
OUTSOURCING DE IMPRESSAO	228.959
TRIBUTOS A CONTA DO LOCATARIO OU CESSONARIO	207.765
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	198.277
PATROCINIOS	180.000
AJUDA DE CUSTO - PESSOAL CIVIL	162.497
VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA/RASTREAMENTO	157.460
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	154.321
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE EQUIPAMENTOS DE TIC	150.044
SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	132.036
PERICIAS TECNICAS JUSTICA GRATUITA	123.100
CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE ILUMINACAO PUBLICA	122.940
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	110.612
LIMPEZA E CONSERVACAO	87.555
GENEROS DE ALIMENTACAO	84.899
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE TIC	79.000
EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	74.820
AUXILIO-TRANSPORTE ESTAGIARIOS	70.000
LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	69.600
TREINAMENTO/CAPACITACAO EM TIC	67.100
EMISSAO DE CERTIFICADOS DIGITAIS	65.311
COMPUTACAO EM NUVEM - PLATAFORMA COMO SERVICO (PAAS)	63.985
TAXAS	62.153





SEGUROS EM GERAL	41.193
AUXILIO-MORADIA (ACORDAO TCU 1690/2002)	38.161
SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	37.182
MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	35.509
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	34.650
MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO	34.217
SERVICOS DE ESTACIONAMENTO DE VEICULOS	33.420
COMPUTACAO EM NUVEM - INFRAESTRUTURA COMO SERVICO(IAAS)	32.081
JUROS E MULTA DE MORA	31.433
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	31.348
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	29.884
ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSE	29.500
RESTITUICOES	24.778
AQUISICAO DE SOFTWARE PRONTO	24.640
ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	23.744
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	23.040
MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	22.612
SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	22.432
OUTROS SERV.DE TERCEIROS PJ- PAGTO ANTECIPADO	20.863
HOSPEDAGENS DE SISTEMAS	16.800
MANUT.E CONS.DE B.MOVEIS DE OUTRAS NATUREZAS	15.174
SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	15.126
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	12.883
COMPUTACAO EM NUVEM - SOFTWARE COMO SERVICO (SAAS)	11.976
MATERIAL DE EXPEDIENTE	11.946
SERVICOS DE OUTSOURCING - ALMOX VIRTUAL (IN 51/2021)	11.867
IMPOSTO S/ PROP. PREDIAL E TERRIT.URBANA-IPTU	11.058





TRANSPORTE DE SERVIDORES	10.500
EQUIPAMENTOS DE TIC - TELEFONIA	10.049
GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	9.775
MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	8.902
SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS	8.057
INDENIZACOES E RESTITUICOES	7.789
MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO	7.661
MATERIAL DE COPA E COZINHA	7.447
SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	6.586
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	5.927
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	5.534
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	4.083
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	3.916
MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	3.686
RESSARCIMENTO DE PRESTACAO DE SERVICOS	2.353
LOCOMOCAO URBANA	2.000
SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	1.944
MATERIAL DE SINALIZACAO VISUAL E OUTROS	1.858
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	1.157
SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	1.152
RESSARCIMENTO DE PASSAGENS E DESP.C/LOCOMOCAO	1.145
SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	1.106
FERRAMENTAS	1.031
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	868
INDENIZACOES E RESTITUICOES	850
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	843
DIARIAS - CIVIL	827



MULTAS POR INFRAÇÃO	391
MATERIAL P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	345
PEDAGIOS	246
SERVICOS DOMESTICOS	123
COMBUSTIVEIS E LUBRIF. P/ OUTRAS FINALIDADES	99
JUROS E MULTA DE MORA	9
<b>TOTAL</b>	<b>103.414.943</b>

### *Principais desafios e incertezas da gestão orçamentária e financeira*

Os principais desafios e incertezas apurados pela ANM ao longo de 2024 e que são passíveis de ocorrerem nos próximos anos são:

1. Orçamento insuficiente para uma Agência Reguladora com abrangência e estrutura nacional: Em dezembro do ano de 2018 o Departamento Nacional de Mineração foi extinto. No seu lugar foi criada a Agência Nacional de Mineração. Entretanto, o orçamento da ANM mantém-se equivalente ao orçamento que era destinado à antiga estrutura departamental. O atual orçamento da ANM, quando comparado aos demais orçamentos de outras agências reguladoras, com abrangência igualmente nacional, mostra-se significativamente inferior.
2. Cancelamento de dotações: A dotação inicial da ANM na LOA 2024 foi de R\$ 115.914.995,00 (cento e quinze milhões novecentos e quatorze mil novecentos e noventa e cinco reais). Em março de 2024, mediante a Portaria GM/MPO Nº 63, ocorreu cancelamento orçamentário no montante de R\$ 18.549.402,00 (dezoito milhões quinhentos e quarenta e nove mil quatrocentos e dois reais).
3. Contingenciamento de despesas: O primeiro Decreto de Programação Orçamentária e Financeira nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024, definiu em R\$ 115.914.995,00 (cento e quinze milhões novecentos e quatorze mil novecentos

e noventa e cinco reais) o limite de movimentação e empenho das dotações orçamentárias discricionárias da ANM. O segundo Decreto nº 12.037, de 29 de maio de 2024, contingenciou o orçamento da agência em R\$ 18.549.402,00, ficando o limite de movimentação e empenho da ANM fixado em R\$ 97.365.593,00 (noventa e sete milhões trezentos e sessenta e cinco mil quinhentos e noventa e três reais). Os decretos posteriores ampliaram esse limite para R\$ 103.510.060,00 (Decreto nº 12.204, de 30 de julho de 2024) e para R\$ 105.210.060,00 (Decreto 12.279, de 29 de novembro de 2024).

4. Bloqueios orçamentários: Além do cancelamento de dotações e os decretos de limitação de movimentação e empenho, ocorreram dois bloqueios orçamentários no exercício de 2024. Muito embora os valores terem sido desbloqueados, o último desbloqueio, no montante de R\$ 1.485.538,00 (um milhão quatrocentos e oitenta e cinco mil quinhentos e trinta e oito reais) ocorreu em 30/12/2024, inviabilizando a execução integral da dotação disponibilizada para a ANM no exercício.

## GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Licitações e contratos são procedimentos administrativos que envolvem a compra e venda de bens e serviços pela Administração Pública e a formação de vínculos com particulares.

A licitação é um processo de competição entre empresas que desejam oferecer seus serviços a organizações públicas.

O contrato é o acordo entre a Administração Pública e os particulares para a formação de um vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas.

A Lei nº 14.133/2021, conhecida como Nova Lei de Licitações e Contratos, estabelece as modalidades de licitação e as regras para a contratação pública.

Atualmente, a ANM possui as seguintes normas internas, no que tange a licitações e contratos, as quais buscam complementar o entendimento da Lei 14.133/2021, e das demais

normas federais, buscando direcionar os fluxos operacionais internos, mediante os eixos temáticos de licitações e contratos.

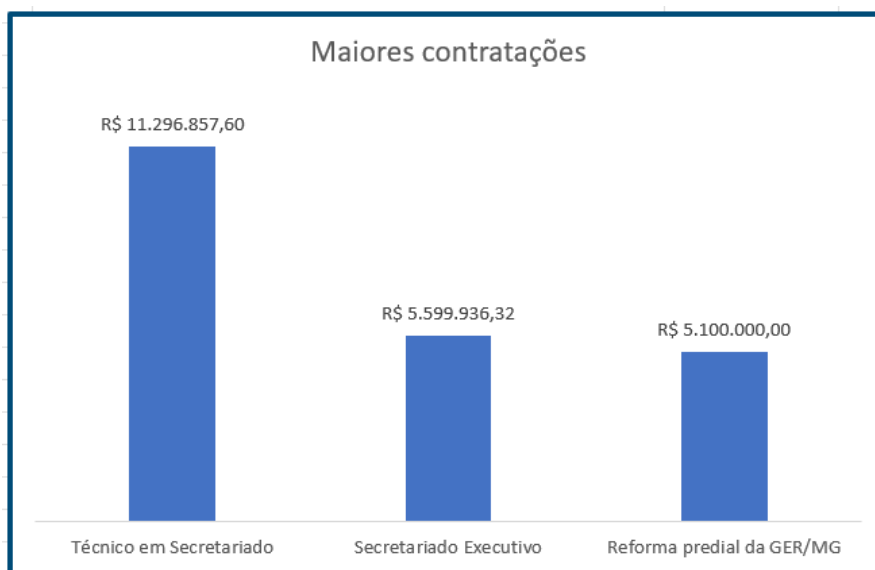
A Lei 14.133/2021, de forma complementar, cita pela necessidade de adequações dos procedimentos licitações a Governança, acrescentando-se os seguintes objetivos:

1. Alinhar as contratações ao planejamento estratégico;
2. Promover a integridade e a confiança dos procedimentos.

No ano de 2024, foi instituído o Comitê Geral de Governança (CGG), que dentre os vários fóruns temáticos abrange a Gestão Orçamentária, Contratos e Licitações.

Por fim, cabe ressaltar que o processo de construção de Governança e interligação do Planejamento Estratégico da ANM com Licitações e Contratos, ainda se encontra em fase de construção.

Resumo dos valores de contratações classificadas pelos principais tipos de serviço ou bens, bem como com a indicação das áreas da organização favorecidas com a aquisição.



Há, atualmente, 233 contratos vigentes em âmbito nacional, para diversas áreas beneficiadas e estados da ANM.

Tendo em vista o objetivo da sucintez do relatório, sob a ótica do maior valor de contrato, houve a terceirização de 70 postos de Técnico em Secretariado, para diversos setores da ANM, em Brasília, cujo valor de R\$ 11.296.857,60 para 24 meses de execução.

Em segundo lugar, houve a contratação de serviços para Secretariado Executivo, para a sede em Brasília, da mesma forma para 24 meses de execução.

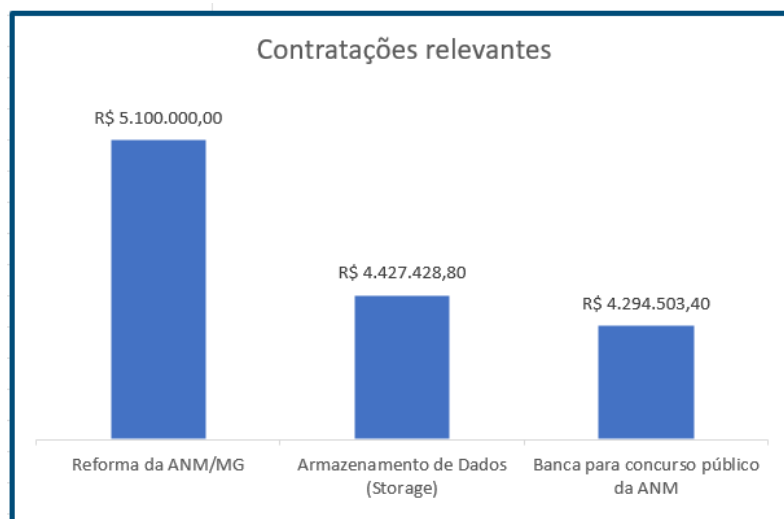
Em terceiro lugar, foi contratada empresa de engenharia para execução de serviços de reforma na regional de Belo Horizonte, com vigência contratual de 01 ano.

### *Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações*

Pela relevância dos objetos, a reforma predial do prédio localizado em Belo Horizonte, de modo a garantir presença adequada da ANM no Estado de Minas Gerais, por sinal o maior estado minerador do Brasil.

Além da presença regional, não menos importante é garantir o perfeito funcionamento das soluções tecnológicas da ANM, mediante a aquisição de equipamentos para aumento do armazenamento de dados.

Por fim, com infraestrutura adequada e com capacidade tecnológica, a ANM contratou Banca para a realização de concurso público, para suprir o quadro carente de servidores da ANM.



\*Custo de R\$ 4.294.503,40 refere-se meramente aos serviços de seleção, mediante concurso público.

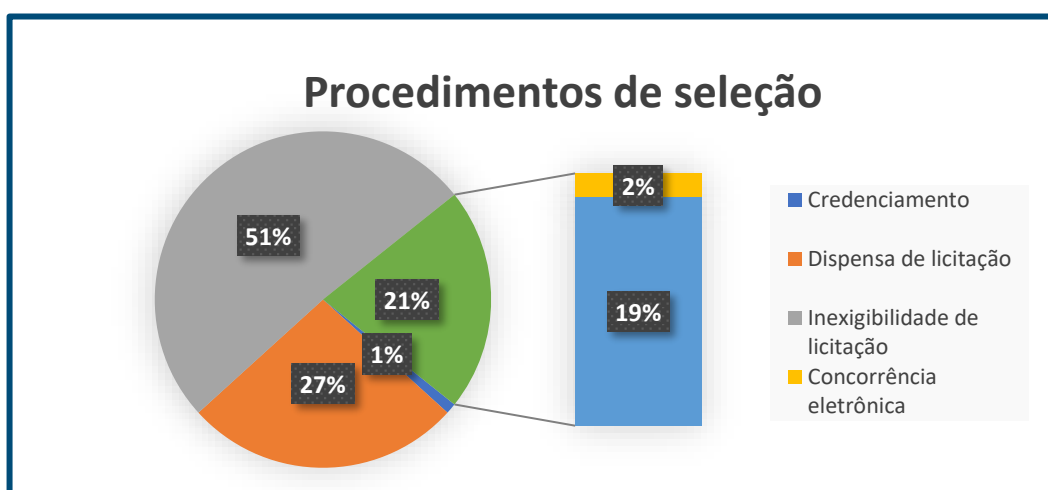


### *Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização*

Os principais tipos para a realização de inexigibilidades de licitação, foram simples contratações para fornecimento de energia elétrica e água/esgoto, para todos os estados das federações, a título de regularização contratual em conformidade com a Lei 14.133/2021.

Cabe destacar, em caráter de relevância, as seguintes contratações diretas:

- 1) Inexigibilidade de licitação: Contratação de serviços empresa especializada para o fornecimento de subscrição de licenças da plataforma *ArcGIS* de geoprocessamento na modalidade *Enterprise Agreement Program* (EA) e Serviço de Suporte Especializado *Enterprise Advantage Program* (EAP), incluindo atualização tecnológica e treinamento, no valor de R\$ R\$ 4.427.428,80; referente a três anos de contrato; cuja justificativa de contratação foi por manter os serviços essenciais de geoprocessamento da ANM.
- 2) Dispensa de licitação: Banca para a realização de concurso público, no valor total de R\$ 4.294.503,40; a fim de garantir a seleção imparcial de servidores para o quadro efetivo da ANM;
- 3) Credenciamento: Cadastro de leiloeiros oficiais, mediante pagamento de comissão padronizada de 5% diretamente pelos arrematantes, para desfazimento de bens minerais apreendidos, cuja justificativa é pela execução de serviços com pessoal especializado, dada a carência de depósitos próprios da ANM e do quadro de pessoa. Importante citar que não haverá custo de execução dos serviços pela ANM.



*Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios*

Quanto as metas não alcançadas, no âmbito de licitações e contratos, para o ano de 2024, foram:

- a) recomposição de quadro, mediante concurso público na área meio;
- b) previsibilidade orçamentária, evitando-se contingenciamentos;
- c) evolução dos sistemas estruturantes do governo federal, de modo a abarcar ferramentas gerenciais;
- d) finalização do Plano de Logística Sustentável de acordo com a Lei 14.133/2021.

Cabe destacar a contratação de banca para realização de concurso público, com processo de seleção de futuros servidores ainda em andamento.

Sobre a recomposição do quadro, como de praxe, o quantitativo autorizado pelo Ministérios de Gestão e Inovação ficou insuficiente, perante as necessidades da ANM.

Permaneceu a imprevisibilidade orçamentária, por parte do Governo Federal, prejudicando o andamento de novas contratações e a gestão dos contratos vigentes.

Os sistemas estruturantes do Governo Federal, permanecem incompletos, obrigando os gestores da ANM a elaborarem ferramentas próprias de controle.

A elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS), por meio do processo 48051.005820/2023-13, foi retomada em outubro/2024, mediante a instituição formal de equipe, por meio de Ordem de Serviço.

O ano de 2023 foi o primeiro período, com 12 meses, na nova estrutura centralizada, adotando-se de forma plena a Lei 14.133/2021.

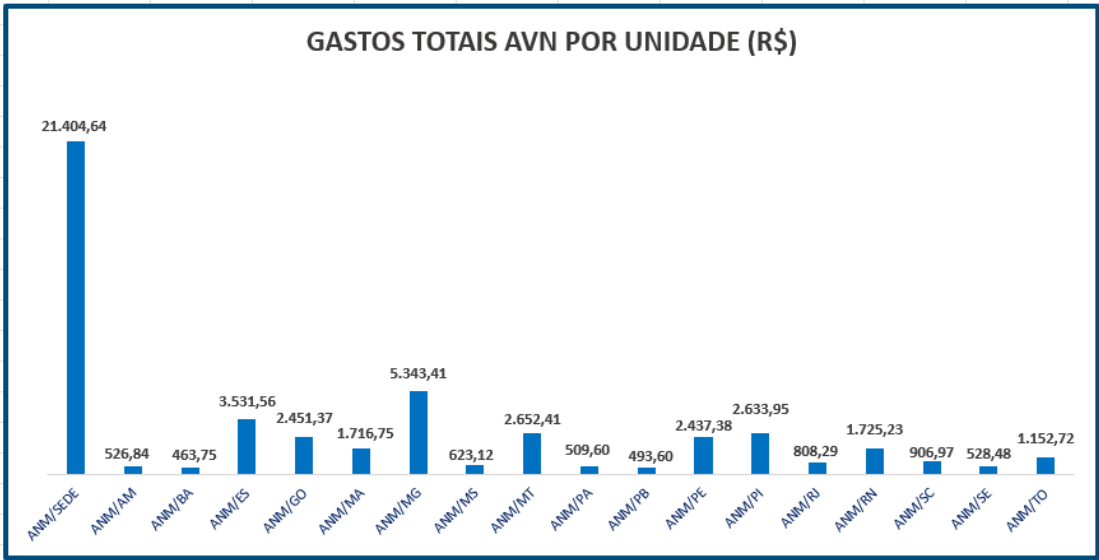
As ações e perspectivas para o exercício de 2025 são:

- a) treinamento dos novos servidores efetivos para a área de licitações e contratos;
- b) sensibilizar o governo federal, quanto aos prejuízos da imprevisibilidade orçamentária;
- c) uso de ferramentas tecnológicas disponíveis, para melhora gerencial;
- d) finalização do Plano de Logística Sustentável de acordo com a Lei 14.133/2021.

GESTÃO LOGÍSTICA

Almoxarifado e patrimônio

Gasto Anual do Exercício de 2024 – Almoxarifado Virtual Nacional (AVN), por Unidade Regional:



AÇÕES DE DESFAZIMENTO DE ATIVOS PATRIMONIAIS REALIZADAS EM 2024

	GER-AM	SEDE - (Prédio Antigo)	GER-MA
GER-RO	GER-RJ	GER-TO	GER-MG
GER-PE	GER-PI	GER-SP	UAPM

## Outras Ações de Melhoria na Gestão de Almoxarifado e Patrimônio:

✓	Continuidade do projeto "limpeza e arrumação da casa": identificação de bens e materiais inservíveis e sua destinação a outras unidades ou para desfazimento. Em 2024 foram contempladas as unidades RO (2ª Etapa), PE, PI (2ª Etapa), RJ SP, MA, MG, UAM e SEDE ANM Brasília (Prédio antigo),
Prática Sustentável	↩ Proporcionou-se mais espaço e melhor qualidade aos ambientes de trabalho. Procedeu-se à destinação de materiais inservíveis, de maneira ambientalmente correta.
✓	Utilização de ambos os contratos de Almoxarifado Virtual Nacional (AVN), atendendo todas as unidades da ANM com suprimento de material de
Prática Sustentável	↩ Redução de recursos na manutenção de estoques, como espaços, pessoas e materiais para armazenamento e controle físico.
✓	Realização de treinamento de Gestão Patrimonial com os Apoios Logísticos Regionais, com ênfase no SIADS Patrimônio, ampliando conhecimento e autonomia para os servidores responsáveis pela Gestão Patrimonial da ANM.
Prática Sustentável	↩ Com a automação de procedimentos, dispensa-se o controle manual, reduz-se a quantidade de impressões, o uso de papéis, toner e outros materiais de

## Diárias e passagens

PASSAGENS	
PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS	
Quantidade anual de passagens aéreas nacionais	1431
Valor médio das passagens aéreas nacionais	R\$ 2.669,65
VALOR TOTAL PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS	R\$3.863.201,46
PASSAGENS AÉREAS INTERNACIONAIS	
Quantidade anual de passagens aéreas internacionais	54
Valor médio das passagens aéreas internacionais	R\$ 13.820,06
VALOR TOTAL PASSAGENS AÉREAS INTERNACIONAIS	R\$ 746.283,47
VALOR TOTAL PASSAGENS	R\$ 4.609.484,93
DIÁRIAS	
DIARIAS NACIONAIS *	
VALOR TOTAL DIÁRIAS NACIONAIS	R\$ 5.014.586,18
DIARIAS INTERNACIONAIS	
VALOR TOTAL DIÁRIAS INTERNACIONAIS	R\$ 759.944,84

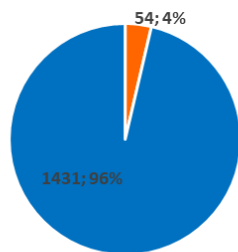
VALOR TOTAL DIÁRIAS	R\$ 5.774.531,02
VALOR TOTAL DIÁRIAS E PASSAGENS	R\$ 10.384.015,95
Serviços Correlatos **	R\$ 40.968,65
Restituição ***	R\$ 5.005,61
<b>DESPESAS TOTAIS</b>	<b>R\$ 10.429.990,21</b>

\* Em Diárias Nacionais estão consideradas, além das viagens com passagens aéreas, viagens sem passagens aéreas.

\*\* Seguro viagem.

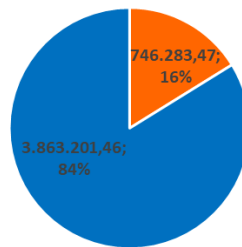
\*\*\* Reembolsos dos gastos autorizados que são realizados fora do SCDP (pedágio, bagagem, remarcação de bilhete, testagem Covid19 e outros).

QTDE ANUAL DE VIAGENS COM PASSAGENS AÉREAS



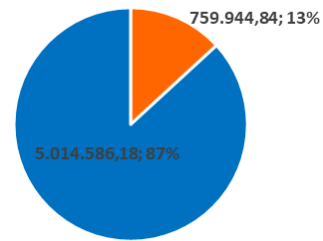
■ Internacionais ■ Nacionais

GASTOS ANUAIS COM PASSAGENS AÉREAS (R\$)



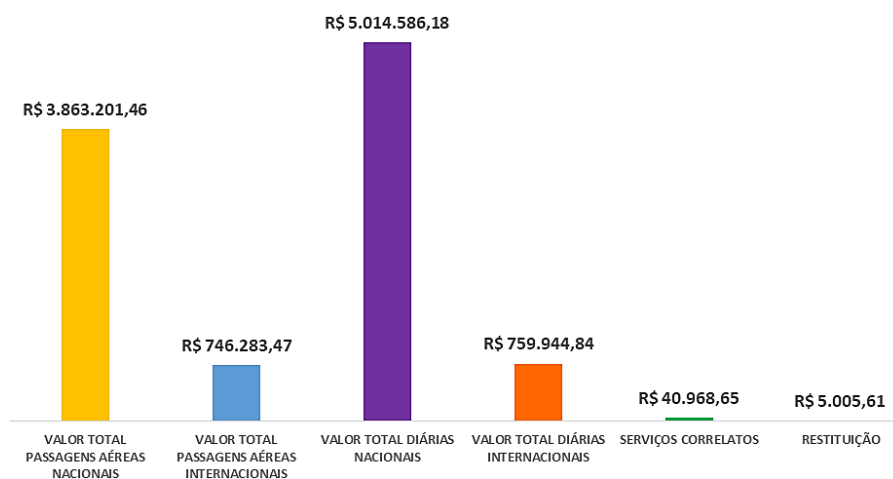
■ Internacionais ■ Nacionais

GASTOS ANUAIS COM DIÁRIAS (R\$)



■ Internacionais ■ Nacionais

### DIÁRIAS E PASSAGENS - 2024



## Outras Ações de Melhoria na Gestão de Diárias e Passagens:



Conscientização aos servidores quanto ao planejamento das viagens.

Prática  
Sustentável

Evitaram-se gastos desnecessários aos cofres públicos, com a redução dos custos com viagens, na ordem de 300mil em relação ao ano anterior - ainda que no ano 2024 tenha ocorrido aumento considerável dos valores de passagens aéreas. A redução e otimização de deslocamentos promovem a racionalização de gastos com combustíveis e outros recursos, bem com minimiza impactos ambientais.



Parametrização do sistema de emissão, com adequação dos perfis de usuários, garantindo a gestão da autorização de viagens, emissão bilhetes e o gasto racional de recursos públicos.



Formação de Grupo de Trabalho para atualização da Portaria 748/2019, melhor adaptada à nova realidade da ANM, com segurança e transparência.



Levantamentos periódicos e acompanhamento sistemático de pendências, com a redução do prazo de Prestações de Contas.

## GESTÃO DE FROTA

Frota e Gastos Globais por Unidade - 2024					
Unidade	Veículos Novos *	Total de Veículos **	Combustível R\$	Manutenção R\$	Gastos Totais Frota R\$
UAM-PA		2	23.147,96	12.449,54	35.597,50
ANM BA	2	8	17.353,06	14.285,88	31.638,94
ANM AL		1	6.054,85	2.884,90	8.939,75
ANM CE		3	9.702,03	10.006,63	19.708,66
ANM GO	2	4	26.013,39	12.474,63	38.488,02

ANM MA	1	3	4.445,55	20.162,69	24.608,24
ANM MG	2	15	71.818,68	35.192,57	107.011,25
ANM MS		3	5.364,60	5.853,92	11.218,52
ANM MT	2	4	19.424,31	13.231,30	32.655,61
ANM PA	1	6	15.555,88	34.865,00	50.420,88
ANM PB		2	7.140,23	23.500,05	30.640,28
ANM PE	1	3	5.911,85	9.767,59	15.679,44
ANM PI		1	5.138,96	9.159,49	14.298,45
ANM PR		2	3.365,76	15.611,65	18.977,41
ANM RJ		4	6.789,10		6.789,10
ANM RN		2	13.141,19	7.724,09	20.865,28
ANM RO		3	20.400,87	15.019,76	35.420,63
ANM RR		2	1.495,82		1.495,82
ANM RS		2	7.478,82	1.707,14	9.185,96
ANM SC	2	8	20.944,64	23.979,72	44.924,36
ANM SE		2	2.577,99	7.676,15	10.254,14
ANM SP	1	4	16.932,23	7.851,07	24.783,30
ANM TO		2	2.291,93	2.153,69	4.445,62
ANM AM		2	2.096,07	13.487,23	15.583,30
ANM ES		3	5.519,78	13.840,75	19.360,53
SEDE	1	10	27.968,40	35.815,92	63.784,32
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>101</b>	<b>348.073,95</b>	<b>348.701,36</b>	<b>696.775,31</b>

\* Adquiridos em 2023, e recebidos em 2024.

\*\* Desconsiderados os veículos sem funcionamento ou aguardando desfazimento.

### Outras Ações de Melhoria na Gestão de Frotas



Sistema eletrônico de gestão de frota com controle de abastecimento e manutenção, com níveis de autorização, cotas, limites de utilização.



Revisão de ordens de serviço, antes da aprovação pelos apoios logísticos, eliminando despesas desnecessárias. Houve a redução das despesas totais com manutenção, apesar do aumento de veículos da frota nacional no mesmo período.

Prática  
Sustentável



Além de reduzir procedimentos manuais, uso de papéis e impressoras, o sistema eletrônico possibilita otimização, controle e adequação ao uso racional e sustentável dos recursos materiais.

Prática  
Sustentável



Veículos adquiridos em conformidade com normas ambientais, como o PROCONVE - Programa Brasileiro de Etiquetagem do INMETRO (classificação A); Programa Brasileiro de Etiqueta de PNEUS; Sistema Nota Verde (IBAMA).

## PLANEJAMENTOS DA CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÕES DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Unidade Atendida	Aquisição de Mobiliário e Eletrodoméstico R\$	Serviços de Apoio Administrativo R\$	Serviços de Limpeza R\$	Serviços de Vigilância R\$	Adequação para a Lei 14.133/2021	
					Energia R\$	Água e esgoto R\$
ANM - Sede	331.384,94	21.172.720,56				
GER-AL					9.736,07	
GER-AP	97.204,00	568.999,20				
GER-AM	108.980,00	364.876,86	454.711,68	453.832,32		16.310,16
GER-BA	253.051,00					
GER-CE	63.560,00				57.585,00	9.771,72
GER-ES	16.150,00					
GER-GO	96.695,00	199.421,04	307.516,80			
GER-MA	59.418,00					
GER-MT	69.930,00					
GER-MS	59.739,09	240.385,92				
GER-MG	595.571,00		1.117.193,00	1.426.993,23		
GER-PA	35.700,00	139.900,00			201.562,80	36.349,12
GER-PB	88.661,00					
GER-PR	19.040,00					
GER-PE	58.080,00					
GER-PI	62.761,00		197.364,48		26.789,76	16.295,69
GER-RN					36.870,48	3.776,28
GER-RS*						
Unidade Atendida	Aquisição de Mobiliário e Eletrodoméstico R\$	Serviços de Apoio Administrativo R\$	Serviços de Limpeza R\$	Serviços de Vigilância R\$	Adequação para a Lei 14.133/2021	
					Energia R\$	Água e esgoto R\$
GER-RJ	491.657,93	330.536,16				
GER-RO/AC	285.954,16	1.089.668,70			87.318,96	
GER-RR	78.878,00				11.081,88	7.594,56
GER-SC	47.600,00	496.089,60	376.111,20			
GER-SP	126.630,00					
GER-SE	1.920,00		100.581,12		13.923,00	9.000,00
GER-TO	21.228,00					
<b>Total Parcial</b>	<b>3.069.793,12</b>	<b>24.602.598,00</b>	<b>2.553.478,32</b>	<b>1.880.825,55</b>	<b>444.867,95</b>	<b>99.097,53</b>
<b>Valor Total Planejado e Contratado em 2024:</b>				<b>32.650.660,51</b>		

\* Unidade interdita em decorrência das enchentes que atingiram no RS.



### Outras Ações de Melhoria no Planejamento da Contratação de Aquisições de Bens e Prestação de Serviços:



Adequação e aperfeiçoamento dos processos de Planejamento de Contratações, com baixo retorno da PFE para revisão, assim como baixo índice de contestação do mercado (impugnações, questionamentos ou pedidos de suspensão de licitações).

Prática  
Sustentável



As contratações são planejadas de forma orientada pela sustentabilidade, nas especificações do objeto e obrigações contratuais. Exige-se dos fornecedores e prestadores de serviço o atendimento às normas ambientais e de sustentabilidade, em todo o cabível, como: Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, Selo Verde, Normas e Certificações NBR e ABNT ambiental, FSC ou CERFLOR, além de atendimento a Lei nº 12.305, de 2010; Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94; Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010; e Decreto nº 10.936, de 2022.

## GESTÃO DA INFRAESTRUTURA PREDIAL

Com o objetivo de consolidar os trabalhos realizados em 2024, a ANM abordou neste tópico as principais atividades desenvolvidas bem como seus respectivos impactos no âmbito da ANM.

Desde a criação da ANM, a área de infraestrutura busca implantar modelos de padrões de edificações, seguindo os ditames trazidos pelos normativos de engenharia, ergonomia, acessibilidade e segurança do trabalho.

Com a publicação da Portaria Conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020 foi instituído o padrão de ocupação e parâmetros para o dimensionamento de imóveis utilizados por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional de uso administrativo. O referido manual permitiu que os órgãos do Poder Executivo Federal implementem os padrões de ocupação, sem que ocorra má utilização de espaços públicos.

## *Dos imóveis*

De acordo com as atividades previstas no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2024 a ANM enfrentou desafios para implantar mudanças significativas na infraestrutura predial. O campo de atuação da agência tem como meta realizar a gestão predial de 40 (quarenta) edificações.

### **Ações de compartilhamento predial**

No escopo de melhorias, a ANM logrou êxito atuando de forma coordenada na execução de mudanças nas seguintes unidades regionais:



- **Mudança de sede em Boa Vista/RR:** Considerando diversos problemas existentes na edificação utilizada pela ANM-RR, optou-se por ocupar imóvel compartilhado pela Receita Federal do Brasil, garantindo assim, um melhor conforto ergonômico para os servidores e cidadãos que demandam a regulação.



- **Ocupação da nova sede em Porto Velho/RO:** A antiga sede da ANM-RO ocupava imóvel com grande área, o que ocasionava alto custo de manutenção e conservação. Depois da realização do chamamento público em 2023, a ANM conseguiu obter êxito na busca de imóvel compartilhado, sendo a entrega do

novo espaço efetivada em 2024, o que garantiu um ambiente ergonomicamente adequado para os servidores e cidadãos que utilizam as dependências da ANM-RO.



despesas de vigilância, manutenção e conservação, permitiu disponibilizar um espaço com ergonomia e cumprimento das normas trabalhistas.

- **Mudança de sede em Recife/PE:** Após a assinatura do termo de compartilhamento com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) em 2023, foi iniciado o processo de adequação do espaço para recepção da nova sede da ANM-PE. Com a entrega, foi verificado que o espaço disponibilizado, além de garantir o rateio de



custos com vigilância, limpeza e manutenção predial.

- **Mudança de sede em Palmas/TO:** Em 2024 a ANM identificou que a regional ocupava um imóvel com dimensões fora do padrão de ocupação. Buscando melhorar a efetividade dos gastos públicos, a unidade saiu de um imóvel locado para ocupar espaço compartilhado com a Advocacia-Geral da União (AGU), permitindo assim, a redução de



- **Mudança de sede em Teresina/PI:** Após realização de chamamento público em 2023 e 2024, a equipe da SGA conseguiu encontrar imóvel que atendesse as necessidades da ANM-PI. Gerou-se um grande salto na gestão da ANM-PI, saindo de um imóvel de ocupação exclusiva, com altos gastos de gestão predial, para migração para uma edificação compartilhada com otimização de gastos e com ergonomia adequada para os servidores da ANM-PI.





- **Mudança de sede em Patos de Minas/MG:**

Durante o exercício de 2024, a gestão da ANM buscou empenho em realizar chamamento público para encontrar imóvel para transferir a sede da unidade avançada localizada em Patos de Minas. A antiga sede locada não tinha mais condições de abrigar a equipe devido sua grande área. Logrou-se êxito no processo ao encontrar salas comerciais compartilhadas, as quais permitiram redução de custos com vigilância e

limpeza na nova sede.

- **Realização de Chamamento público em São Luis/MA:** Após realização de busca de imóveis para atender a regional da ANM-MA, foi obtido êxito na realização de chamamento público. No final do exercício de 2024 a ANM assinou contrato locação para ocupação de imóvel com características de melhorias significativas no ambiente interno de escritório. O projeto tem como meta realizar a entrega do espaço no exercício de 2025.
- **Assinatura de termo de compartilhamento ANM/AM:** Na trilha de eficiência na utilização de espaços públicos, foi gerenciado o processo de compartilhamento do prédio da ANM em Manaus/AM com a Superintendência do Patrimônio da União. Como resultado, foi assinado o termo de compartilhamento entre a ANM e a SPU. A meta é que a instalação da SPU seja efetiva em 2025, ocasionando assim, redução de custos de contratos.

## Realização de projetos e reformas prediais

No quesito de reformas e readequações prediais, o ano de 2024 foi marcado com o início de grandes projetos de reforma e a execução de ações de intervenções:

- **Licitação da reforma geral do edifício sede da ANM-MG:** Em 2024 foi publicado o edital de licitação da reforma da fachada da sede da ANM-MG. Foi logrado



êxito na contratação, e dado início ao processo de execução de reforma da fachada. A previsão é que a obra seja concluída em 2025.



- **Reforma da nova sede da ANM-RJ** No início de 2024 foi realizada a licitação para contratação de empresa para execução de reforma da nova sede da ANM-RJ compartilhada com o Banco Central do Brasil. Após execução do contrato, o serviço foi concluído com êxito, ocasionando a mudança de

endereço para um ambiente devidamente adequado, sob os aspectos de engenharia e segurança do trabalho.

- **Readequação da rede de climatização da ANM-SP:** Com o objetivo de reduzir os gastos com consumo de energia da regional, foi elaborado projeto executivo para refazer toda a infraestrutura elétrica de climatização da unidade. Após a implantação do novo sistema de climatização, a regional teve uma redução substancial com gasto de energia – 65% de economia de consumo.



- **Readequação do layout da sede da ANM-DF:** Para melhorar organizar o ambiente de trabalho da ANM-DF, foi realizada mudança de layout, buscando criar pontos de *coworking* para atender os servidores que atuam em teletrabalho parcial.

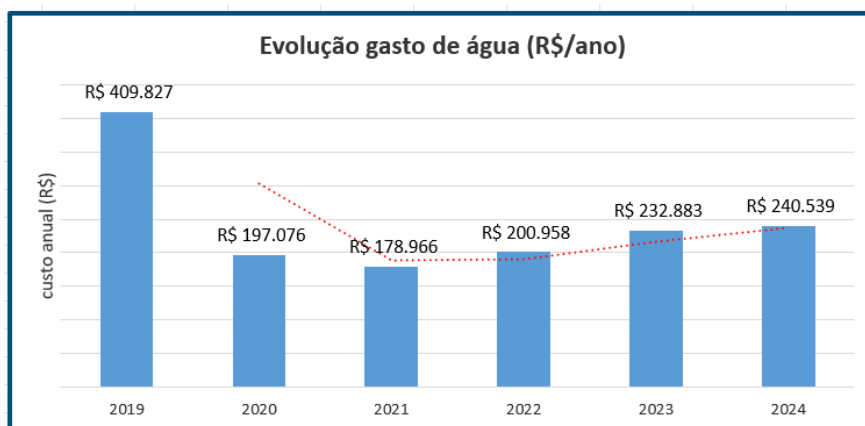
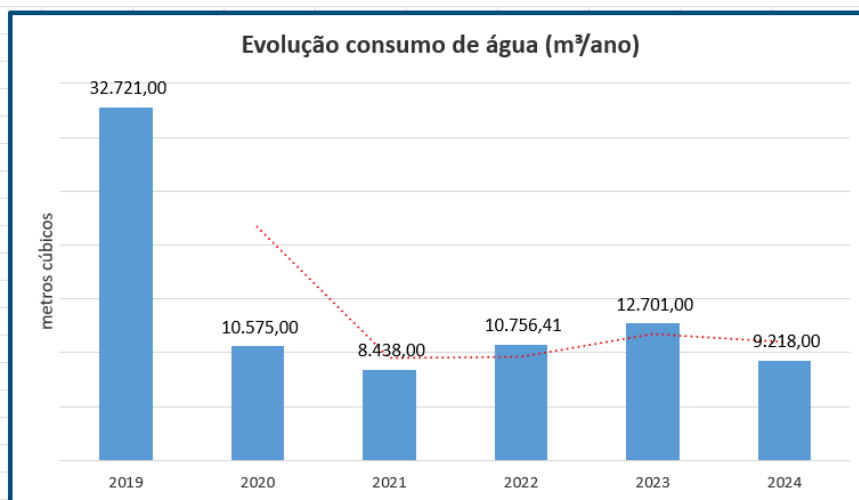


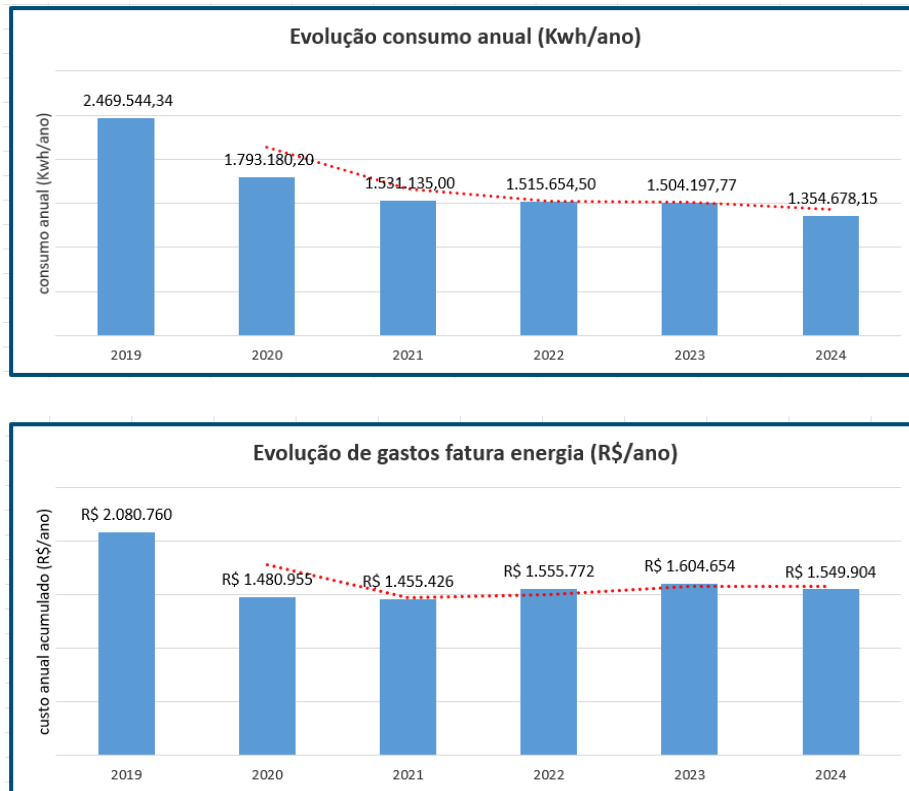


## GESTÃO DO MEIO AMBIENTE

Com o objetivo de dar continuidade na premissa em utilizar recursos públicos de forma eficiente em conjunto com boas práticas de sustentabilidade do consumo de água e energia, desde 2019 a ANM implementa o sistema de auditoria independente nas faturas de consumo de água e energia.

Em paralelo as ações de controle, iniciou-se os procedimentos de troca de equipamentos elétricos por sistemas mais eficientes, bem como implementação de sistemas de controle de vazão de água. Como resultado, a ANM conseguiu obter um histórico positivo na redução de consumo de água e energia, conforme descrito nas tabelas abaixo.





Observa-se que, considerando a média nacional de consumo de água, a ANM teve uma redução de 72% comparando o período de 2019 a 2024. Com relação ao consumo de energia, a média anual de consumo das edificações na ANM obteve uma redução de 45%, comparando o ciclo de 2019 com o ciclo de 2024.

### *Desafios e expectativas futuros*

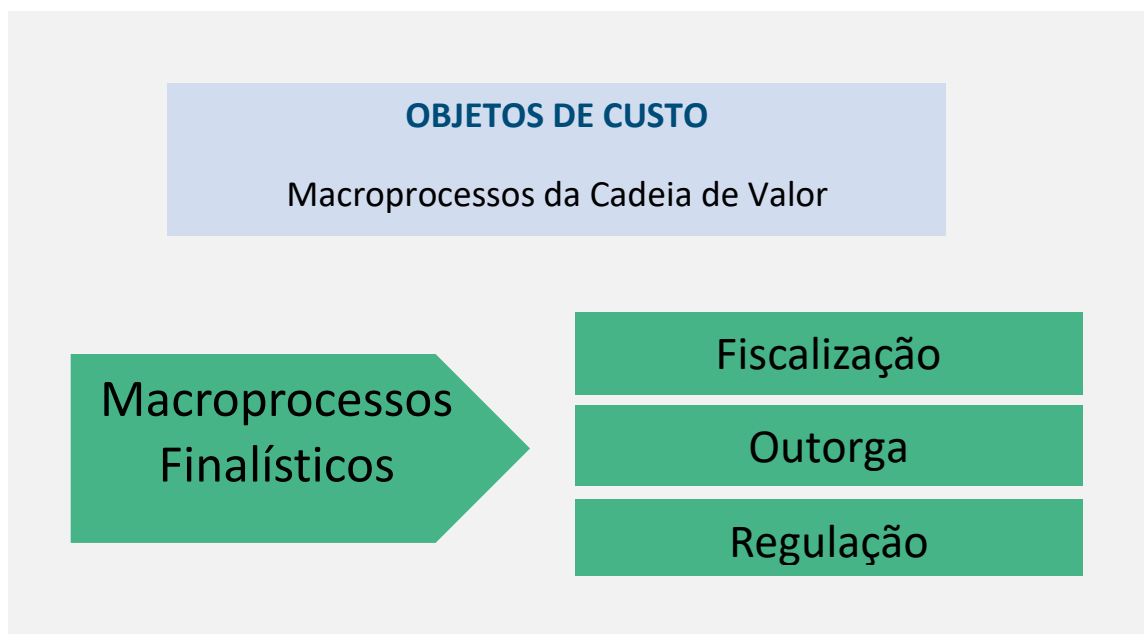
Com o objetivo de trazer agilidade e inovação ao serviço público, a ANM deu continuidade aos projetos estratégicos, os quais os planos de estudo iniciaram em 2024 e tem como meta a execução em 2025, a saber:

- **Fornecimento nacional de equipamentos de climatização:** Com o sucesso do processo de aquisição e instalação de splits nacional e finalização do contrato, foi iniciado estudos para realização do segundo ciclo de aquisição nacional de equipamentos de climatização eficientes. A meta é que o procedimento licitatório seja executado em 2025.

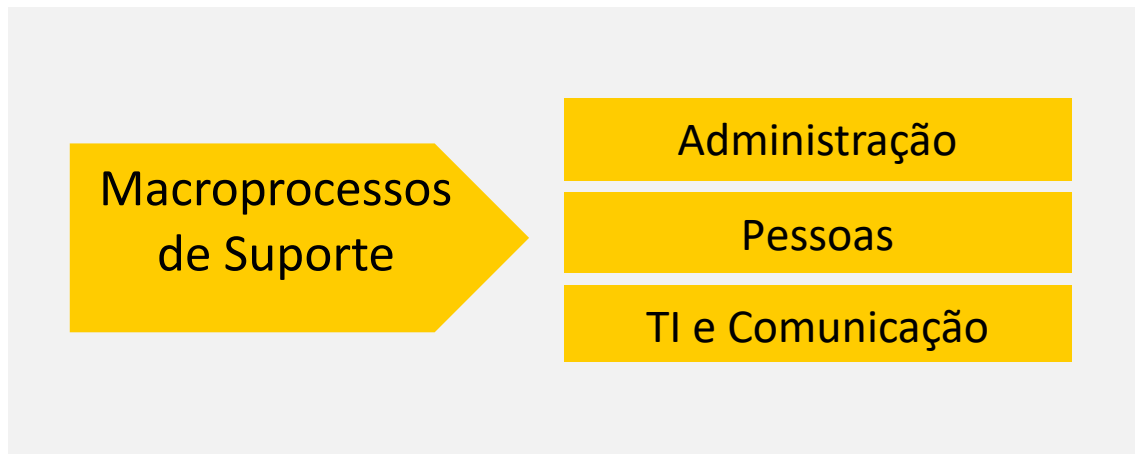
- **Manutenção Predial sob demanda:** Os estudos para contratação de empresas para prestação de serviços de manutenção predial sob demanda foram finalizados em 2024. A meta é realizar a contratação de 12 empresas para prestar serviços em âmbito nacional para as unidades com maiores demandas.
- **Certificação de Edificações:** Com o projeto inovador, a ANM tem como proposta realizar o diagnóstico nacional sobre o projeto de certificações. A concepção para 2025 é criar grupo de trabalho para colocar em execução o Plano Nacional de Certificações o qual irá avaliar, de forma qualitativa, o cumprimento de normas aplicáveis ao serviço público federal.

## GESTÃO DE CUSTOS

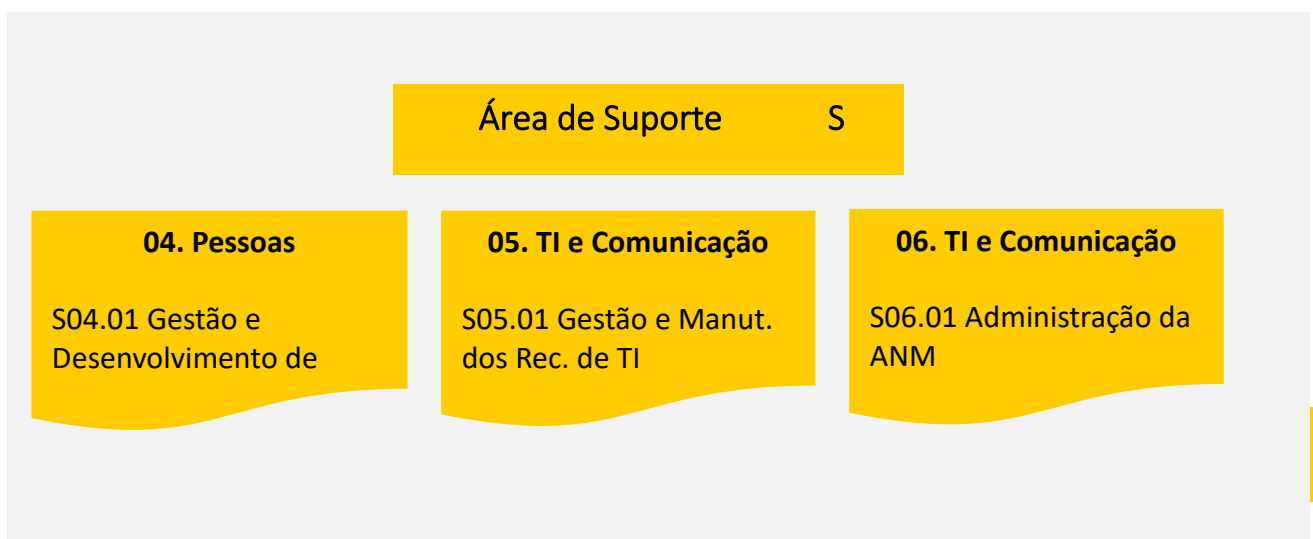
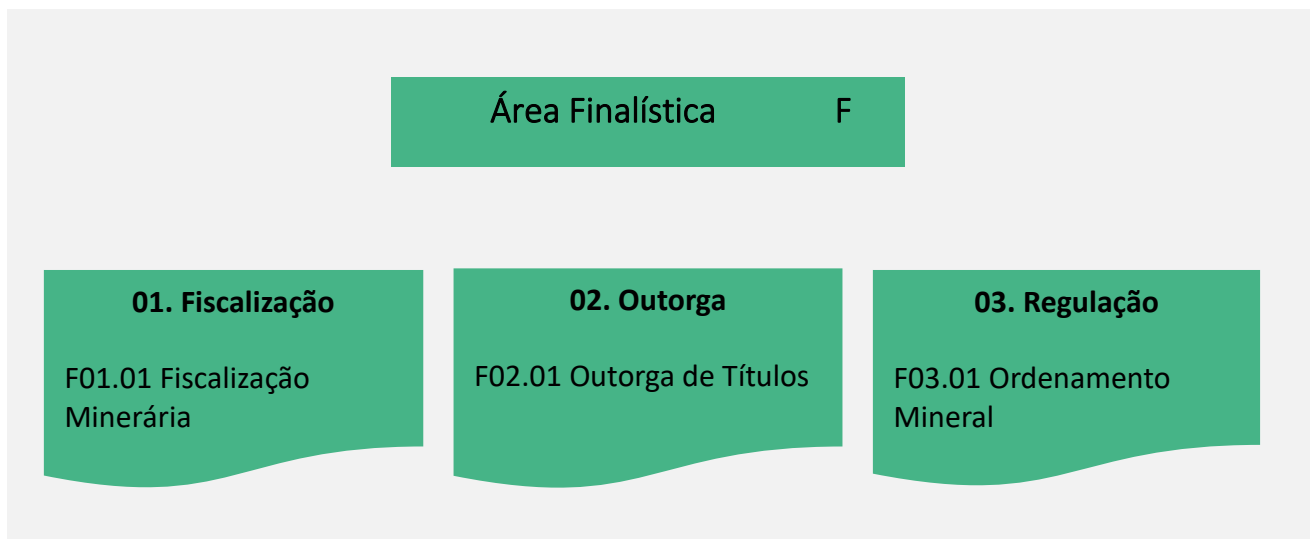
A Agência Nacional de Mineração, de acordo com a NBC TSP 34 – CFC, de 18 de novembro de 2021, e ainda em consonância com a Portaria Nº 1.470 - STN, de 29 de junho de 2022, vem elaborando planejamento para apuração de custos, tendo como objeto de custos seus macroprocessos da Cadeia de Valor estabelecidos no Planejamento Estratégico da Autarquia, como segue:







Para vinculação dos elementos de custos consumidos ao objeto de custo, serão utilizados códigos alfanuméricos que definem a área de atuação vinculadas aos macroprocessos, abaixo descritos:



Com a estruturação destes centros de custo alfanuméricos, será possível alocar os custos dos elementos consumidos, oriundos das contratações às unidades de consumo, e respectivamente, ao objeto de custo. Além de ressaltar que a ANM possui unidades administrativas com subscrições em todas as Unidades da Federação do país.

Com a estruturação organizacional da ANM, por meio da Resolução Nº 2, de 12 de dezembro de 2018, e sua alteração vigente, Resolução ANM nº 181, de 03 de outubro de 2024, a execução orçamentária passou a ser centralizada na Sede da Autarquia (UG 323102 / SIORG 222120).

Desta forma, foi necessário orientar as unidades de execução orçamentária, de gestão de Material de Consumo e de Bens Móveis, acerca da necessidade da exata identificação do código de Unidade Gestora (UG), do código SIORG e do período de competência, na aba Centro de Custo dos documentos hábeis emitidos, a fim de identificar a unidade administrativa da ANM que consumiu os elementos de custos, sendo emitida a Informação nº 3002/SENICC/ANM/2023.

Posteriormente, observou-se a necessidade de adotar o mesmo procedimento de identificação de código UG e código SIORG da unidade demandante de Diárias nos documentos relacionados a estes custos, sendo então emitido Ofício nº 50008/2024/SGA-ANM/ANM, com orientações.

Para o exercício 2024, será possível a apuração de custos por Unidade Administrativa da ANM, no que se refere as despesas discricionárias, excetuando-se, os valores referentes a folha de pagamento de servidores.

Para o exercício 2025, a ANM planeja iniciar Projeto Piloto para apuração de custos por Objeto de Custos na Gerência Regional da ANM, no Estado do Ceará, a partir da aprovação de Instrução Normativa que prevê fluxos operacionais padrões para essas rotinas.



## MACROPROCESSO GESTÃO DE PESSOAS

2024 foi um ano muito relevante para a ANM no que se refere à estruturação de seus quadros de pessoal. Por meio da PORTARIA MGI Nº 4.595, DE 15 DE JULHO DE 2024, a Agência teve autorização realizar concurso público, visando ao provimento de 220 (duzentos e vinte) cargos do seu quadro de pessoal, sendo 180 (cento e oitenta) Especialistas em Recursos Minerais e 40 (quarenta) Analistas Administrativos.

Além disso, com a publicação da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, foi antecipada a conclusão da equiparação das carreiras da ANM às demais Agências Reguladoras para 1/1/2025 (a data inicial era 1/1/2026), o que constitui um importante marco – material e simbólico – do reconhecimento da instituição no cenário regulatório brasileiro.

### CONFORMIDADE LEGAL

No exercício de suas funções, no que se refere à gestão de seus quadros de pessoal, a ANM segue a legislação federal, bem como o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo



Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil – Sipec, ao qual compete, nos termos do Decreto nº 67.326, de 5 de outubro de 1970, “o estudo, formulação de diretrizes, orientação normativa, coordenação, supervisão, controle e fiscalização específica de assuntos concernentes à Administração Federal”.

As principais normas internas que regulamentam os normativos federais, são:

- RESOLUÇÃO ANM Nº 176, DE 7 DE AGOSTO DE 2024: Aprova o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Agência Nacional de Mineração - ANM para o exercício de 2025.
- RESOLUÇÃO ANM Nº 75, DE 11 DE JUNHO DE 2021: Dispõe sobre a progressão e promoção e os procedimentos para avaliação de desempenho dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo da Agência Nacional de Mineração - ANM, de que trata a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004.
- RESOLUÇÃO ANM Nº 75, DE 11 DE JUNHO DE 2021: Dispõe sobre a progressão e promoção e os procedimentos para avaliação de desempenho dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo da Agência Nacional de Mineração - ANM, de que trata a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004.
- RESOLUÇÃO ANM Nº 183, DE 10 DE OUTUBRO DE 2024: Autoriza, institui e regulamenta o Programa de Gestão do Desempenho - PGD, no âmbito da Agência Nacional de Mineração - ANM.

Destaca-se que a RESOLUÇÃO ANM Nº 183 foi publicada no ano de 2024, promovendo o alinhamento do Programa de Gestão do Desempenho – PGD da ANM à INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SEGES-SGPRT /MGI Nº 24, DE 28 DE JULHO DE 2023 e suas alterações, de modo a proporcionar a conformidade desse importante programa institucional às diretrizes federais.

Em caso de dúvidas quanto à aplicação da legislação de pessoal, a área de gestão de pessoas vale-se de consultas ao Órgão Central e à Procuradoria Federal Especializada que atua junto à Agência.

As ações de controle interno e externo também contribuem para a maior conformidade dos atos de pessoal. Entre essas ações, destaca-se que os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria são registrados no Sistema e-Pessoal do Tribunal de Contas da União - TCU, conforme Instrução Normativa TCU 78-2018.

No que se refere à folha de pagamento, sistematicamente, a ANM é submetida à Auditoria de Folha de Pagamento do MGI, atendendo a todos os apontamentos realizados.

## AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

No pedido de concurso encaminhado no ano de 2024, a ANM apresentou, de forma detalhada, sua grave situação de déficit de pessoal. Na Nota Técnica SEI nº 1908/2024-SGP-ANM/DIRC, a Agência aponta uma necessidade de mais de 2.934 servidores para conseguir atender à demanda entrante e o passivo processual existente na instituição.

No entanto, dada a capacidade de recepção de novos servidores, em razão da estrutura atualmente instalada, a ANM apresentou pedido de 1.072 vagas, sendo 814 para a área finalística e 258 para a área de suporte e gestão.

No momento de apresentação do pedido de concurso de 2024, a ANM dispunha de um total de 695 servidores ativos, estando 660 em exercício na Agência, distribuídos nas seguintes unidades:



Unidade	Quadro efetivo	Cargos em comissão sem vínculo	Cedidos p/ ANM	Exercício Descntralizado / Exercício Externo
DIRETORIA	11	5	0	1
GAB-DG	0	1	0	0
APAR	0	1	0	0
ASCOM	4	1	0	0
AIG	2	0	1	0
OUV	1	0	0	0
COR	4	0	1	0
SG	4	2	0	0
PFE	6	1	1	26
SAR	44	0	2	2
SGP	22	0	2	4
SFI	19	0	0	1
SGA	144	0	1	6
SOD	10	0	0	0
SOT	16	0	0	0
SRG	21	0	1	1
SBM	71	0	0	3
STI	8	0	1	1
SPE	10	0	0	1
GER/AL	2	0	0	0
GER/AM	6	0	0	0
GER/BA	17	0	0	1
GER/CE	9	0	2	0
GER/ES	10	0	0	0
GER/GO	11	1	0	0
GER/MA	2	0	0	0
GER/MG	44	0	0	2
GER/MS	8	0	0	0
GER/MT	13	0	1	1
GER/PA	21	0	0	0
GER/PB	5	0	0	0
GER/PE	13	0	0	0
GER/PI	3	0	0	0
GER/PR	12	0	0	2
GER/RJ	12	0	0	1
GER/RN	7	0	0	0
GER/RO	6	0	0	0
GER/RR	5	0	0	0
GER/RS	11	0	0	0
GER/SC	19	0	0	1
GER/SE	3	0	0	0
GER/SP	18	0	0	0
GER/AP	2	0	0	0
GER/TO	4	0	0	0
TOTAL	660	12	13	54

Vale ressaltar que, no momento, apenas 26% das vagas criadas em lei encontram-se ocupadas, conforme quadro abaixo:

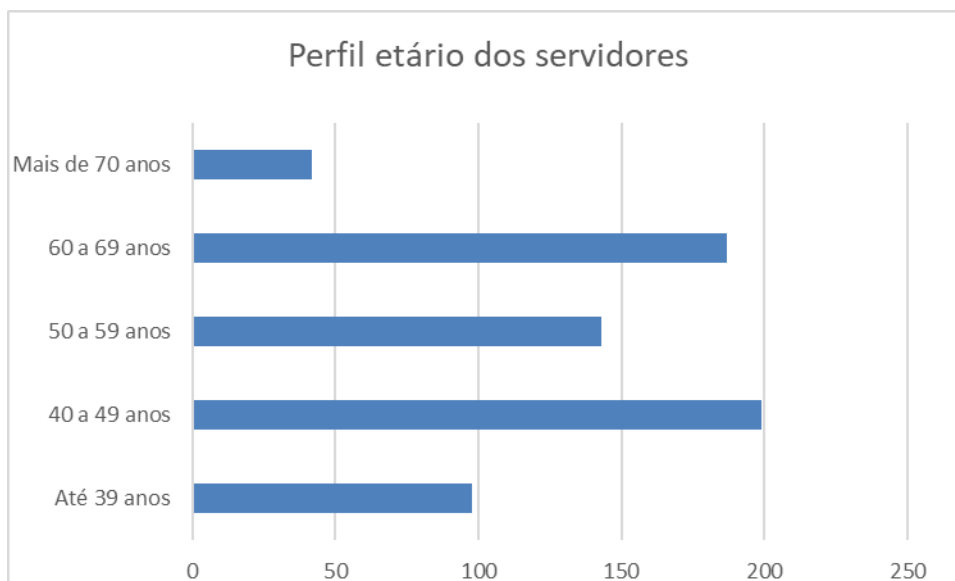


CARREIRA			
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR	CARGOS CRIADOS EM LEI	CARGOS OCUPADOS	CARGOS VAGOS
ESPECIALISTA EM RECURSOS MINERAIS	895	295	600
ANALISTA ADMINISTRATIVO	200	75	125
TOTAL	1095	370	725
CARGOS DE NÍVEL MÉDIO	CARGOS CRIADOS EM LEI	CARGOS OCUPADOS	CARGOS VAGOS
TÉCNICO EM ATIVIDADE DE MINERAÇÃO	514	37	477
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	200	63	137
TOTAL	714	100	614
<b>TOTAL GERAL CARREIRA ATIVO</b>	<b>1.809</b>	<b>470</b>	<b>1339</b>

Passando-se a uma análise mais qualitativa da força de trabalho, registra-se que, na área finalística, há um predomínio de ocupantes do cargo de Especialista em Recursos Minerais (nível superior) e, na área administrativa, de servidores do Plano Especial de Cargos – PEC de nível intermediário:

QUADRO RESUMO PESSOAL ATIVO 2023	
CARGO	QUANTITATIVO
ESPECIALISTA EM RECURSOS MINERAIS	295
ANALISTA ADMINISTRATIVO	75
TECNICO EM ATIV DE MINERACAO	37
TECNICO ADMINISTRATIVO	63
PEC SUPERIOR FINALÍSTICO	53
PEC SUPERIOR ADMINISTRATIVO	4
PEC INTERMEDIÁRIO FINALÍSTICO	21
PEC INTERMEDIÁRIO ADMINISTRATIVO	120
PEC AUXILIAR	1
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>669</b>

Importante, na avaliação da força de trabalho da ANM, observar a distribuição etária de seus servidores:



Como será apresentado a seguir, a ANM possui um alto percentual de sua força de trabalho em abono de permanência, o que é decorrência desse perfil etário.

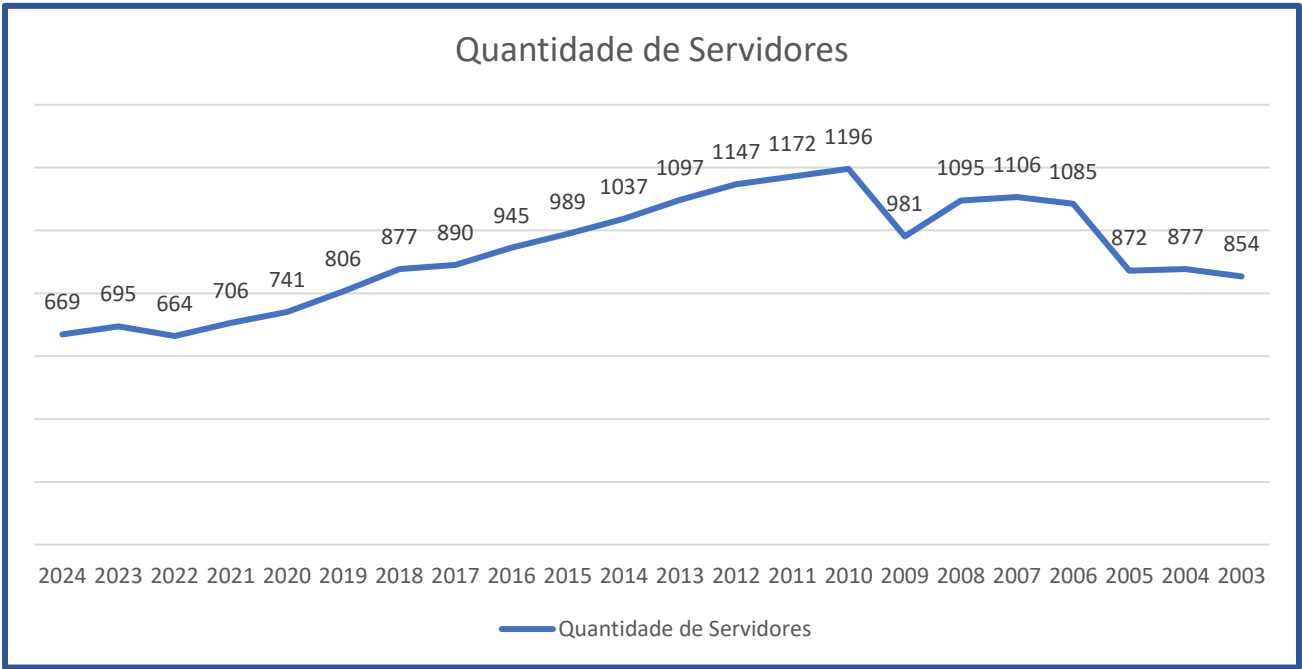
Por fim, registra-se, ainda, que a Agência é responsável pela gestão do vínculo de 503 empregados públicos, anistiados civis pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994. Desse efetivo, 196 colaboradores encontram-se em exercício na Agência e o restante exerce suas atividades em outros órgãos.

## ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

Um dos maiores desafios da ANM é o seu quadro cada vez mais reduzido de pessoal, que contrasta com o significativo ganho de competências que a instituição precisou absorver diante de sua transformação em Agência Reguladora.

Conforme tabela abaixo, a ANM, de 2014 a 2022, sofreu perdas significativas em sua força de trabalho (quase 40%). No ano de 2023, o ganho de pessoal observado foi exclusivo para o setor de Segurança de Barragens de Mineração, por força do Termo de Acordo, firmado na Ação Judicial de autos nº 1005310-84.2019.4.01.3800, da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, em razão das tragédias de Mariana e Brumadinho.





Nesse sentido, o concurso público aprovado no ano de 2024 se mostra de fundamental importância para a ANM, sendo necessária, ainda, uma atuação institucional no sentido de se buscar provimento adicional de vagas, após a conclusão do certame, uma vez que o quantitativo aprovado ainda se mostra bastante inferior à necessidade da Agência.

Vale ressaltar, ainda, que, no momento, 29% dos servidores efetivos da ANM encontram-se em abono de permanência, podendo se aposentar a qualquer tempo, o que constitui forte fator de risco institucional.

### DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

Em 2024, a ANM teve um gasto total com pessoal de R\$ 262.698.631,21, conforme discriminação mensal a seguir:

2024					
MÊS	ATIVOS	APOSENTADOS	SERVIDORES (ATIVOS E APOSENTADOS)	PENSIONISTAS	TOTAL DESPESAS COM PESSOAL
JAN	16.856.388,61	5.657.335,98	22.513.724,59	1.360.001,65	23.873.726,24
FEV	15.557.774,16	5.644.245,61	21.202.019,77	1.327.767,57	22.529.787,34
MAR	15.366.268,69	5.702.916,93	21.069.185,62	1.337.598,43	22.406.784,05
ABR	16.221.425,99	5.735.841,21	21.957.267,20	1.321.097,16	23.278.364,36
MAI	16.315.141,10	5.848.144,62	22.163.285,72	1.310.548,65	23.473.834,37
JUN	22.268.659,38	5.814.778,78	28.083.438,16	1.967.601,39	30.051.039,55
JUL	15.212.385,14	5.821.653,01	21.034.038,15	1.407.328,53	22.441.366,68
AGO	15.060.030,62	5.792.640,17	20.852.670,79	1.341.148,14	22.193.818,93
SET	15.028.314,43	5.878.155,55	20.906.469,98	1.419.337,79	22.325.807,77
OUT	15.921.229,45	5.877.492,88	21.798.722,33	1.380.800,38	23.179.522,71
NOV	34.816.540,97	5.869.750,12	40.686.291,09	2.712.989,68	43.399.280,77
DEZ	18.684.992,08	5.852.957,72	24.537.949,80	1.370.436,22	25.908.386,02
TOTAL					305.061.718,79

Em comparação com o ano de 2023, o gasto total com pessoal teve um aumento na ordem de 16%, decorrente, precipuamente, do início da equiparação das carreiras da ANM às demais Agências Reguladoras e, também do ganho de servidores na área de Segurança de Barragens, citado no item anterior.

## ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO POR DESEMPENHO

As carreiras da ANM são regidas pela Lei nº 11.046, de 2004, a qual prevê que a remuneração dos servidores é composta por uma parcela fixa e uma gratificação de desempenho.

O valor da gratificação é variável, sendo resultado de um processo de avaliação de desempenho institucional e avaliação de desempenho individual. A primeira representa 80% do total da gratificação; a segunda, 20%.

A sistemática de avaliação prevê ciclos anuais, que, em 2021, passaram a coincidir com o ano civil, promovendo um maior alinhamento entre os instrumentos de gestão da ANM. Em cada ciclo, são estabelecidas metas institucionais, alinhadas às prioridades do Planejamento Estratégico. No final do ciclo, há mensuração dos resultados obtidos para que seja definido o resultado das avaliações.

Destaca-se que, no ano de 2024, a ANM alcançou um resultado de 95,4% no seu Índice de Desempenho Médio Institucional – IDIM, o que foi um resultado avaliado como muito positivo pela instituição.

### *Programa de Gestão Orientada para Resultados*

No que se refere à gestão do desempenho e à busca por melhores resultados institucionais, merece destaque, no ano de 2024, a transição do modelo de gestão do Programa de Gestão do Desempenho – PGD da ANM, que permite aos servidores a atuação na modalidade de teletrabalho.

Com a publicação da INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SEGES-SGPRT /MGI Nº 24, DE 28 DE JULHO DE 2023, a ANM iniciou a transição do modelo de gestão, cuja primeira etapa foi concluída em 1/11/2024, conforme prazos estabelecidos pelo MGI.

No novo modelo, a governança do PGD passa a contar com um importante instrumento, que é o plano de entregas de cada unidade participante do programa. Esse plano de entregas tem o papel de definir os principais resultados esperados das unidades no ano, em alinhamento com os demais instrumentos de gestão já utilizados pela Agência (Planejamento Estratégico, Plano de Integridade, Dados Abertos, entre outros).

Os planos de trabalho dos servidores foram reformulados, estando menos focados em tarefas e mais alinhados às entregas das unidades, de modo que o desempenho do servidor passa a estar mais claramente vinculado aos resultados da unidade e da ANM como um todo, fortalecendo, portanto, o papel do PGD como um instrumento de gestão de pessoas e também do desempenho organizacional.

Um aspecto importante da transição que será concluído em 2025 diz respeito à implantação do sistema para gestão do programa. A ANM já aderiu ao uso do sistema, por meio de contrato com a Dataprev, e contratou programa de capacitação para viabilizar seu uso pelos diferentes perfis de usuários da Agência.

## *Desenvolvimento de Pessoas*

Desde a criação da ANM, 2024 foi o ano mais desafiador na temática desenvolvimento de pessoas, em razão de severos cortes orçamentários sofridos no orçamento destinado a esse fim.

Os cortes comprometeram, de forma estrutural, a execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas de 2024, de modo que ele foi, em sua grande maioria, reproduzido para o ano de 2025.

A fim de contornar os danos decorrentes dos cortes, a ANM adotou uma importante estratégia: permitir que os servidores que participaram de movimentos grevistas nos anos de 2023 e 2024 compensassem as horas devidas também por meio de ações de capacitação.

Para isso, a ANM elaborou um portfólio de ações de capacitação on line e gratuitas oferecidas por escolas de governo, com temas prioritários para a Agência, e permitiu que a participação nessas ações, comprovada por meio de certificado, fosse um dos meios de compensação das horas devidas.

Nesse sentido, apesar das dificuldades conjunturais, no ano de 2024, a ANM conseguiu capacitar 221 servidores – cerca de 30% do quadro.

## *Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho*

### **SERVIÇO DE ACOLHIMENTO E ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL**

Entre os avanços significativos na área de gestão de pessoas destaca-se a implementação, em âmbito nacional, do serviço de atendimento psicossocial, na modalidade remota ou presencial, realizado por profissionais da psicologia e do serviço social, com a finalidade de executar ações de promoção da saúde física e mental, mediação de conflitos socioprofissionais, prevenção do assédio, da discriminação e agravamento de danos ao desempenho laboral, bem como a promoção de relações saudáveis e respeitosas no trabalho.

Nesse sentido, os atendimentos priorizaram a detecção precoce do processo de adoecimento, o acolhimento e o monitoramento do tratamento do servidor em sofrimento psíquico.

Em termos quantitativos, em 2024, 274 servidores, empregados públicos e/ou colaboradores da ANM foram atendidos pelo serviço psicossocial, o que resultou em 887 atendimentos e 37 encaminhamentos para serviços externos, como tratamento psiquiátrico, terapêutico ou internação.

## REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS

Priorizando a saúde do servidor, a partir da avaliação médica e da detecção precoce dos agravos, relacionados ou não ao trabalho, em 2024, foram oferecidos os Exames Médicos Periódicos, em cumprimento ao disposto no art. 206-A da Lei no 8.112/1990.

A iniciativa integra um conjunto de avaliações necessárias à promoção de ambientes e relações saudáveis de trabalho.

Destaca-se que foi a primeira vez que a Agência ofereceu o Programa de Exames Médicos periódicos, em âmbito nacional, incluindo servidores e empregados públicos. As consultas tiveram início em maio de 2024 e foram concluídas em novembro de 2024.

Dos 677 servidores que aceitaram participar, 504 realizaram pelo menos um dos exames oferecidos e 465 concluíram todas as fases, recebendo o Atestado de Saúde Ocupacional, emitido pelo médico do trabalho.

Posteriormente, em 2025, a área de saúde e qualidade de vida disponibilizará o Relatório Epidemiológico - Exames Periódicos/2024, com o objetivo de identificar as patologias com maior incidência nas avaliações médicas. As informações servirão, portanto, para subsidiar o desenvolvimento de ações de saúde com vistas à melhoria dos indicadores e definição de metas para o biênio seguinte relativas às condições, relações e organização do trabalho na ANM.

## PRINCIPAIS METAS E DESAFIOS

Em matéria de pessoal, a ANM tem um desafio premente que se refere à recomposição da sua força de trabalho. A Agência tem um déficit de pessoal notável, destacado inclusive em relatórios de órgãos externos, como o Tribunal de Contas da União – TCU, a Controladoria-Geral da União – CGU e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

Mesmo com a aprovação do concurso que se encontra em curso, tal desafio permanece, porque o total de vagas aprovadas é inferior à demanda institucional e também porque a quantidade de servidores em abono de permanência é um risco iminente de perda de aproximadamente um terço do efetivo da Agência.

Nesse sentido, a ANM precisará investir esforços na articulação para conseguir provimento adicional das vagas do concurso, inclusive acima do percentual de 25% previsto na legislação.

Outro desafio importante que permanece, apesar dos esforços institucionais dedicados a esse tema, é a condição de saúde dos servidores. Chama atenção a quantidade de servidores acometidos por doenças físicas e mentais e a tendência é que a ANM precise ampliar seu quadro de profissionais contratados para acompanhar esse quadro, fornecendo o suporte institucional cabível.

Registra-se que, em 2024, foi contratada uma pesquisa para avaliar as condições de saúde mental dos servidores (aplicação no primeiro semestre de 2025), a qual, juntamente com os resultados dos exames médicos periódicos, permitirá um diagnóstico da situação da força de trabalho da ANM, orientando, assim, outras ações de prevenção e cuidado da saúde dos servidores.

Uma meta não alcançada no ano de 2024 foi a realização do Dimensionamento da Força de Trabalho da ANM. A equipe da SGP realizou treinamento na metodologia e ferramenta preconizada pelo Poder Executivo Federal; no entanto, o déficit de pessoal da Agência comprometeu a execução do projeto, que deve ser retomado com a chegada dos novos servidores, oriundos do concurso em andamento.

Uma importante perspectiva para o ano de 2025 diz respeito à retomada dos programas de capacitação, o que é condicionado à manutenção do orçamento destinado a esse fim. Além

disso, espera-se, nesse exercício, avançar no projeto de gestão por competências, com o mapeamento dos requisitos para ocupação de cargos em comissão.



## MACROPROCESSO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O ano de 2024 trouxe o desafio de cumprir objetivos e projetos críticos para a disponibilidade e segurança do ambiente tecnológico e dos sistemas da Agência, indispensáveis à prestação do serviço público, contando diante de um quadro de pessoal e estrutura bastante enxutos.

Ao mesmo tempo, foi um ano que houve a oportuna evolução na estrutura da área de Tecnologia da informação (TI) do órgão, com a publicação da Resolução ANM nº 181/2024. Foram agregadas duas novas áreas – Segurança da Informação e Governança e Contratos de TIC –, essenciais ao atendimento das diretrizes estratégicas governamentais e das normas exigidas da ANM, bem como à imprescindível manutenção da integridade do funcionamento da Agência.

### CONFORMIDADE LEGAL

No exercício de suas funções, no que se refere à gestão da tecnologia da informação, a ANM segue a legislação federal, as diretrizes definidas na Estratégia de Governo Digital (EGD)





2024-2027 e as demais regras regulamentadas em decretos, instruções normativas e portarias emitidos pelo Governo Federal, pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SGD/MGI), pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) e pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), além dos normativos da ANM que disciplinam e regulamentam a tecnologia da informação na agência e das exigências emanadas pelos órgãos de controle (notadamente TCU e CGU).

A atividade de TI da ANM deve estar em conformidade com o arcabouço legal e normativo abaixo elencado (mas não se restringindo a):

- **Governo Digital:** base legal disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/legislacao/governanca-digital>.
- **Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP):** informações e base legal em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategias-e-governanca-digital/sisp>
- **Segurança da Informação e Privacidade de Dados**
- **Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) do Governo Federal:** informações e base legal disponíveis em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/privacidade-e-seguranca>
- **Gabinete de Segurança Institucional (GSI/PR):** informações e base legal disponíveis em <https://www.gov.br/gsi/pt-br>.
- **Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo (CTIR Gov):** informações e base normativa disponíveis em <https://www.gov.br/ctir/pt-br>.
- **Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos (ReGIC) do Governo Federal:** informações e base normativa disponíveis em <https://www.gov.br/ctir/pt-br/assuntos/rede-federal-de-gestao-de-incidentes-ciberneticos-regic>.
- **Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC) da ANM:**
- **Resolução ANM nº 53, de 13 de janeiro de 2021:** Instituiu a POSIC da ANM;
- **Resolução ANM nº 54, de 13 de janeiro de 2021:** Estabeleceu as regras e procedimentos específicos para a POSIC da ANM.
- **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD):** Lei nº 13.709, de 13 de agosto de 2018. Informações em <https://www.gov.br/esporte/pt-br/acesso-a-informacao/lgpd>.





- **Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019:** Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.
- **Política de Proteção de Dados Pessoais da ANM:** informações e base legal disponível em <https://www.gov.br/anm/pt-br/aceso-a-informacao/tratamento-de-dados-pessoais>.
- **Instrumentos Estratégicos e de Governança**
- **Estratégia de Governo Digital 2024-2027:** informações e base legal disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategias-e-governanca-digital/EFGD>.
- **Plano Estratégico da ANM para 2024 a 2027:** Disponível em <https://www.gov.br/anm/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/planejamento-estrategico/plano-estrategico/plano-estrategico-2/plano-estrategico-6-1.pdf>.
- **Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) ANM 2023-2025:** Disponível em [https://www.gov.br/anm/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/pdtic\\_2023\\_2025\\_final.pdf](https://www.gov.br/anm/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/pdtic_2023_2025_final.pdf), o PDTIC da ANM é o principal documento estratégico que serve de diretriz para os investimentos e para as iniciativas de TI na ANM ao longo do triênio.
- **Plano de Contratações Anual (PCA):** informações e base legal disponível em <https://www.gov.br/senappen/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/pca>.
- **Contratações de TIC:** informações e base legal disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes-de-tic>.

## MODELO DE GOVERNANÇA DE TI

Em razão de a ANM ser um Órgão Seccional do SISP, (<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategias-e-governanca-digital/sisp/sobre-o-sisp/orgaos-do-sisp>), o modelo de governança de TI da ANM baseia-se no cumprimento da legislação federal, dos normativos e das regulamentações emitidas pelo Governo Federal e dos normativos internos, além das diretrizes e boas práticas instruídas pelos órgãos de controle para a governança e a gestão da TI, nas seguintes frentes:





- **Alinhamento Estratégico com a Política de Governo Digital:** Cumprir a Estratégia de Governo Digital (EGD) vigente, o Plano Estratégico Institucional e as políticas públicas digitais.
- **Planejamento e Gestão de TIC:** Elaborar e manter atualizado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), gerenciar riscos de TIC, em conformidade com as recomendações da SGD/MGI e do Tribunal de Contas da União (TCU), e elaborar e executar o Plano de Transformação Digital (PTD).
- **Governança e Conformidade:** Atender às Instruções Normativas da SGD/MGI, adotar as recomendações e boas práticas do TCU e implementar controles internos.
- **Segurança da Informação e Proteção de Dados:** Implementar e manter uma Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC), aplicar medidas de proteção de dados pessoais, em conformidade a LGPD (Lei nº 13.709/2018) e garantir a gestão de acessos e identidade digital dos usuários dos sistemas da ANM.
- **Participação no Comitê do SISP e Interação com a SGD/ME:** Participar das dos fóruns do SISP e responder às demandas da SGD/MGI, incluindo relatórios sobre a governança e execução dos planos de TIC.
- **Contratações de TI e Gestão de Recursos:** Seguir a IN SGD/ME nº 94/2022, que regulamenta a contratação de bens e serviços de TIC na Administração Pública, utilizando metodologias padronizadas, como o Modelo de Contratações de TI do Governo Federal, e atender às diretrizes de racionalização de custos e priorização de soluções compartilhadas entre órgãos do SISP.
- **Interoperabilidade e Uso de Infraestrutura Comum:** Adotar padrões e diretrizes de interoperabilidade definidos pela Plataforma de Governo Digital e utilizar serviços e infraestruturas compartilhadas do governo, como nuvem pública federal, Gov.br, API.Gov e barramento de interoperabilidade.
- **Prestação de Contas:** Prestar contas sobre a execução da estratégia de TIC, responder a auditorias da Controladoria-Geral da União (CGU) e do TCU sobre a governança e gestão de TIC
- **Monitoramento e Diagnóstico:** Monitorar o desempenho da TI da ANM, com fundamento no Objetivo Estratégico “Garantir a evolução tecnológica contribuindo para gestão eficiente” do Plano Estratégico 2024-2027 da ANM, pelo índice de Maturidade em Governança de Tecnologia da Informação (iGovTI), baseado no resultado da Plataforma de Autodiagnóstico do iGOVSISP.



## MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

Em 2024, na área de TI da ANM, foram investidos cerca de R\$ 28 milhões, entre contratos continuados e investimento em equipamentos.

## CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

As contratações mais relevantes de recursos de TI na agência efetivadas em 2024, que envolveram tanto planejamentos de contratações elaborados no âmbito TI quanto de contratações de soluções de TIC requisitadas por outros, foram:

Nº Contrato/ Empenho	Modalidad e	Empresa contratada	Objeto	Finalidade	Valor (R\$)	Prazo
46/2024	Inexigibilida de	IMAGEM GEOSISTEM AS COMERCIO LTDA.	Subscrição de licenças da plataforma ArcGIS, da fabricante ESRI.	Continuidade, manutenção e expansão dos diversos Sistemas de Informações Geográficas da ANM.	4.427.428,80	36 (trinta e seis) meses
23/2024	Registro de Preços (Adesão)	JAMC CONSULTORIA E REPRESENTAÇÃO DE SOFTWARE LTDA	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de Armazenament o de Dados (Storage), incluindo serviços de implantação, suporte e garantia por 60 meses.	Substituição do antigo Storage, que se encontrava em fim de vida útil, sem suporte e com falhas, a fim de garantir a segurança e integridade dos dados e alta disponibilidade dos sistemas da ANM.	2.049.900,00	12 (doze) meses (automaticam ente prorrogado, independente mente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima)
50/2024	Dispensa de Licitação	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAM ENTO DE DADOS (SERPRO)	Hospedagem na modalidade co-location, para os equipamentos de datacenter da Agência Nacional de Mineração.	Descomissionar a sala-cofre do edifício-sede da ANM e aumentar disponibilidade, segurança, e eficiência do	882.032,42	12 (doze) meses, prorrogável para até 10 anos

				data center da ANM.		
25/2024	Registro de Preços (Adesão)	WISEPATH TECNOLOGIA LTDA	Dois equipamentos de comutação de Rede de Armazenamento de Dados (Switches SAN), compreendendo a implantação, treinamento e suporte por 60 meses	Comunicação eficiente e confiável do Storage da ANM a fim de garantir a segurança e integridade dos dados e alta disponibilidade dos sistemas da ANM.	668.000,00	12 (doze) meses (automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima)
72/2024	Registro de Preços (Adesão)	ALLTECH - SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA	Subscrições de licenças da plataforma de orquestradores de contêineres Openshift serviços de suporte remoto	Aprimorar o fluxo de entrega de aplicações e sistemas finalísticos ANM.	808.800,00	36 (trinta e seis) meses
2024NE000754	Dispensa de Licitação	LUANDA COMERCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA	100 cartuchos de fita backup LTO-6 RW 2.5/6.25TB	Segurança, integridade e recuperação dos dados institucionais da Agência.	17.000,00	-

## PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR CADEIA DE VALOR

### Infraestrutura de TI

- Migração do datacenter da sala-cofre própria para nova estrutura (*Moving*) e hospedagem dos equipamentos de TIC em um datacenter seguro e de alta disponibilidade (*Co-location*) – ambiente SERPRO;
- Aquisição e implantação de uma nova solução de armazenamento de dados (*Storage*);
- Aumento das velocidades dos enlaces de redes entre as unidades da ANM (Sede, MG, BA, GO, RO);

- Aquisição de 100 fitas de backup;
- Implantação de nova solução de orquestração (Openshift);
- Recebimento, distribuição e instalação de mais de 600 computadores novos.

**Entrega de valor:** as iniciativas em infraestrutura de TI em 2024 promoveram a continuidade e disponibilidade dos serviços digitais prestados pela agência, a eliminação de gargalos que restringiam desempenho (e, conseqüentemente, de produtividade e resultados), uma maior segurança e integridade dos dados da agência e o aumento do fluxo de entrega de aplicações e sistemas finalísticos ANM, proporcionando maior produtividade e incremento dos resultados da agência, melhorando os serviços prestados ao setor regulado e à sociedade civil.

### *Entrada em produção do Sistema Nacional de Arrecadação, Receita e Cobrança (SINARC)*

O SINARC é um produto que tem como principal finalidade uma reformulação tecnológica dos procedimentos arrecadatários da Agência em substituição ao legado "Sistema de Arrecadação".

O projeto teve como marco, em maio de 2024, a entrada em produção a 1ª versão do SINARC, abarcando, além do serviço de gestão de crédito reformulado, a geração e cobrança da Taxa Anual por Hectare – TAH, tendo resultado satisfatório e trazendo grande valor à Agência. Para o 2º ciclo de cobrança da TAH de 2024, mostrou-se ainda mais satisfatório, demonstrando o processo contínuo de maturação do produto, alcançando o resultado de mais de R\$ 105 milhões arrecadados.

Dentro do processo de avanço na entrega do SINARC, foi disponibilizado, em 21/10/2024, o pagamento dos Emolumentos por meio do SINAR. Esta importante entrega, além de agregar maior valor à Agência, possibilita uma melhor experiência aos requerentes, mais intuitiva e fornecendo mais formas de pagamentos aos seus requerimentos.

Para o último trimestre de 2024, além da entrega das funcionalidades de parcelamento de créditos através do SINARC, os esforços concentraram-se na entrega do produto CONAD (Contencioso Administrativo), que é o produto responsável por toda gestão do rito do PAS

(Processo Administrativo Sancionador) e trabalhará em conjunto com o SINARC na gestão e cobrança das multas.

### *Segurança da informação*

No primeiro semestre do exercício 2024, o objetivo foi o de manter e aprimorar, incrementalmente, a segurança em sistemas, operações e equipamentos dentro da arquitetura tecnológica, do modelo tático e de governança já existentes.

A partir do quarto trimestre de 2024, passando a ANM a contar regimentalmente com área especializada e dedicada à segurança da informação, pode-se iniciar um conjunto de inovações em toda a arquitetura e tática de segurança a partir de lições aprendidas e conhecimentos obtidos a partir de incidentes e invasões ocorridos em outros órgãos públicos.

As seguintes iniciativas foram iniciadas ao final do exercício 2024, visando implantar boas práticas preconizadas de cibersegurança, executar os normativos e legislação em segurança e privacidade de dados, além de restringir brechas, possibilidades de invasão ou de movimentação lateral nas redes físicas e lógicas da ANM:

- Auditoria e Diagnóstico de Segurança nos Ativos de Rede;
- Nova Política de Senhas;
- Restrição do Acesso VPN;
- Revisão e Controle de Contas Administrativas e Privilegiadas;
- Gestão e Desativação de Contas Inativas;
- Autenticação Multifator (MFA) para Contas Sensíveis;
- Higienização da Base de Controle de Acessos;
- Implementação da Segmentação da Rede de Dados;
- Revisão de Acessos Privilegiados em Ativos Críticos;
- Implementação de Medidas para proteção contra-ataques cibernéticos (*Anti-Exploit*, *Anti-Spoofing* e *Anti-Phishing*);
- Reforço na Segurança do Firewall Institucional: Inspeção avançada de tráfego e controle granular de aplicações – NGFW (Next Generation Firewall), ferramenta de acesso privilegiado (PAM); ferramenta de microsegmentação, solução de proteção para aplicações web – Web Application Firewall (WAF) do GovShield.

Foi também, ao final de 2024, concluído o processo seletivo de uma vaga para Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (GSISP), destinada a servidor público, para a especialidade de Segurança da Informação. O servidor assumiu a função no início de fevereiro de 2025.

## PRINCIPAIS METAS E DESAFIOS

Contratos planejados e não formalizados em 2024, cuja execução foi postergada para 2025:

Contratação	Área	Etapa atual
Acesso Lógico Privilegiado (Cofre de Senhas)	Segurança da Informação	Interna (Planejamento da contratação – artefatos em elaboração)
Outsourcing de Impressão Nacional	Infraestrutura de TI	Externa (Licitação – pregão – fase de recursos)
Renovação do Firewall	Segurança da Informação	Interna (Planejamento da contratação – artefatos em elaboração)
Nova rede de dados corporativa para interligar as unidades da ANM	Infraestrutura de TI	Interna (Planejamento da contratação concluído – encaminhado para contratação direta – preferência empresa pública)
Microsssegmentação de rede	Segurança da Informação	Interna (Planejamento da contratação – artefatos em elaboração)
Contratação de Serviços de Apoio à Gestão de TI	Gestão de TI	Interna (Planejamento da contratação – artefatos em elaboração)
Portal web para publicação da base de dados da Legislação Federal, inclusa a pertinente à atividade de mineração e à ANM	Institucional	Concluído (Contrato Administrativo nº 06/2025 firmado no exercício seguinte, em 21/01/2025, no valor total de e R\$ 1.393.984,84 para 24 meses)

A maioria das contratações acima descritas não pode ser efetivada em 2024 principalmente em razão da equipe de TI reduzida, das necessárias priorizações de demais contratações e ações urgentes de TI e, principalmente, devido às restrições orçamentárias impostas à ANM em 2024. Em alguns casos, alterações na legislação ou nos normativos no





decurso do planejamento teve um papel decisivo também na mudança de rumos de alguns planejamentos. A expectativa é que todas as contratações elencadas em 8.1.1 sejam efetivadas no exercício de 2025.

#### CONTRATAÇÕES CANCELADAS:

Contratação	Etapa	Motivo do cancelamento
Projeto META II – TdR4	Externa (Licitação concluída)	Falta de recursos orçamentários e financeiros (Projeto META II)
Projeto META II – TdR4 – Consultores Individuais	Interna – 6 processos administrativos (Planejamentos das contratações concluídos)	falta de recursos orçamentários e financeiros (Projeto META II)
Hiperautomação de Fluxos dos Processos Minerários	Externa (Pregão publicado/suspensão)	Questionamentos da Auditoria de TI do TCU, suspensão do certame, revogação do pregão e encerramento definitivo do processo

#### Desafios e expectativas para o exercício 2025:

##### INFRAESTRUTURA DE TI

Realizar aquisições e dimensionar o ambiente de TI da ANM para recebimento dos novos servidores empossados no Concurso ANM 2025: aquisição de novos computadores e periféricos, dispositivos móveis, ativos de rede e dimensionamento da rede.

Concluir a contratação da nova rede WAN nacional e concluir a migração para SD-WAN, até julho/2025, efetivando a transição contratual até o fim da vigência do Contrato MPLS.

Efetivar a contratação e implantação do outsourcing de impressão nacional até o final da vigência do contrato de impressão da Sede (abril/2025).





Reforçar ações de segurança envolvidas na infraestrutura de TI, tais como atualização do parque, de sistemas operacionais e do *software* instalado em geral.

#### **DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS: APRIMORAMENTOS PARA A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO MINERAL (CFEM)**

Reconhecendo a necessidade de fortalecer ainda mais a gestão dos recursos minerais e ampliar a eficiência dos processos de arrecadação, a ANM estabeleceu um acordo de cooperação com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), com o objetivo de implementar uma plataforma integrada de gestão de recursos minerais que complementar e potencializará as funcionalidades já disponíveis no SINARC. Esta nova plataforma contempla importantes avanços tecnológicos e operacionais, destacando-se:

- Integração com sistemas da Receita Federal do Brasil (RFB);
- Implementação de um *data lake*, possibilitando que sejam realizadas análises avançadas de dados, visando o aprimoramento da tomada de decisão baseada em evidências;
- Modernização dos processos de arrecadação, proporcionando maior assertividade na cobrança.

#### **PESSOAL: INCREMENTO DA EQUIPE DE TI**

- Seleção para recrutamento e concessão de 4 (quatro) Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – GSISP;
- Treinamento e ambientação dos novos servidores de TI empossados do concurso ANM 2025.





# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## NORMAS LEGAIS E TÉCNICAS ADOTADAS

As Demonstrações Contábeis (DCON) e notas explicativas da Agência Nacional de Mineração (ANM) têm como objetivo a evidência da situação e o desempenho orçamentário, financeiro e patrimonial do exercício de 2024. As informações para a elaboração das DCON foram coletadas a partir dos dados extraídos do Sistema Integrado Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das Unidades Gestoras Executoras (UGE) da Agência, cadastradas no SIAFI como Órgão 32396, mesmo código atribuído à identificação do código de Gestão e Unidade Orçamentária (UO), e mantêm 28 (UGE), sendo 25 em cada UF exceto DF, que contém 03, e mais 05 Unidades Avançadas.

As DCON da ANM estão de acordo com o padrão da Contabilidade Aplicada ao Setor Público Brasileiro, em consonância com os dispositivos da Lei n.º 4.320/1964, Decreto-Lei n.º 200/1967, Decreto n.º 93.872/1986, Lei n.º 10.180/2001 e a Lei Complementar n.º 101/2000. E em conformidade, também, com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas do

Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 10.ª Edição e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras do setor público, as NBCT - SP e o MCASP, e são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC);
- Notas Explicativas.

As Demonstrações Contábeis da ANM podem ser acessadas na página principal <https://www.gov.br/anm/pt-br> em Menu → Acesso à Informação → na Opção “Transparência e Prestação de Contas” no item “Demonstração Contábil” ou diretamente pelo link <https://www.gov.br/anm/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/demonstracoes-contabeis/fechamento-exercicio-nota-explicativa-anm-2024-final-assinado.pdf>

Com relação ao exercício 2024, foi emitida a Declaração de Contador com restrição, considerando que as DCON estão de acordo com a Lei nº 4.320/1964, e todos os demais normativos legais, exceto quanto às restrições contábeis pontuadas.

A Setorial Contábil da ANM acompanha a execução orçamentária, financeira e patrimonial do órgão por meio da Unidade Gestora 323101/32396.

Cumprе ressaltar que no exercício 2024 não houve apontamentos efetuados por órgão de controle público que tenham sido encaminhados à Setorial Contábil da ANM para adoção de medidas saneadoras.

## Desempenho Orçamentário e Financeiro

## Receitas Orçamentárias

Para o ano de 2024, a ANM fez uma previsão de receita no montante de R\$ 6.684 bi, tendo arrecadado no exercício o equivalente a R\$ 7.750 bi, apresentando um **superávit de 15,94%** de realização de receita acima do previsto. Os destaques foram as receitas com CFEM e Outorga de Direito de Exploração e Pesquisa Mineral, que arrecadaram **9,55%** e **741,04%**, respectivamente, acima do previsto, sendo que estas receitas correspondem a **93,08%** e **6,38%** da arrecadação total da ANM.

Cabe ressaltar que o valor referente a previsão atualizada da CFEM corresponde apenas a cota parte da ANM, todavia, os valores das receitas se referem à totalidade da arrecadação, incluindo os valores das transferências constitucionais.

### Previsão de Receita x Arrecadação de Receita

DESDOBRAMENTO	Saldo - R\$ Previsão Inicial	Saldo - R\$ Previsão Atualizada	Saldo - R\$ Receitas Realizadas	R\$ VARIAÇÃO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>				
<b>Receitas Tributárias:</b>				
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	22.105.841,00	22.105.841,00	28.598.617,59	6.492.776,59
<b>Receita Patrimonial:</b>				
Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	6.585.303.408,00	6.585.303.408,00	7.213.885.788,38	628.582.380,38
Outorga de Direito de Exploração e Pesquisa Mineral	58.756.400,00	58.756.400,00	494.167.691,13	435.411.291,13
<b>Receita de Serviços:</b>				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	76.469,00	76.469,00	90.644,92	14.175,92
Inscrição em Concursos e Processos Seletivos			999.840,06	999.840,06
Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização			3.800,50	3.800,50
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>				
<b>Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais:</b>				
Multas previstas em Legislação Específica	18.723.145,00	18.723.145,00	12.495.530,42	(6.227.614,58)
<b>Indenizações, Restituições e Ressarcimentos:</b>				
Indenização por Danos Causados ao Patrimônio Público			183.667,69	183.667,69
Ressarcimento de Danos Causados por Usurpação de Recursos Minerais - Lavra Ilegal			46.061,01	46.061,01
<b>Total</b>	<b>6.684.965.263,00</b>	<b>6.684.965.263,00</b>	<b>7.750.471.641,70</b>	<b>1.065.506.378,70</b>



As receitas arrecadadas em 2024 tiveram um acréscimo de 13,99% em relação a 2023.

A variação positiva ocorrida na Arrecadação da Receita da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, foi impactada pelas seguintes razões:

- 1) A arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) alcançou R\$ 7,2 bilhões em 2024, representando um crescimento de 8,31% em relação aos R\$ 6,6 bilhões arrecadados em 2023. Esse aumento reflete a expansão de operações e o desempenho das principais empresas mineradoras, com destaque para os estados de Minas Gerais e Pará, que juntos foram responsáveis por 86,19% da arrecadação total.
- 2) A Vale S.A., maior arrecadadora nacional, contribuiu com R\$ 4,07 bilhões em 2024, o equivalente a 54,79% do total arrecadado, um aumento de 11,8% em relação aos R\$ 3,64 bilhões de 2023. A Anglo American arrecadou R\$ 394,4 milhões, apresentando um leve crescimento de 3,2% em relação aos R\$ 382,1 milhões do ano anterior. Já a CSN Mineração registrou uma redução de 3,2%, arrecadando R\$ 368 milhões em 2024 frente aos R\$ 380,2 milhões de 2023.
- 3) Entre as substâncias, o minério de ferro manteve sua liderança, com arrecadação de R\$ 5,58 bilhões em 2024, um crescimento de 8,8% em relação aos R\$ 5,13 bilhões arrecadados em 2023. O cobre também apresentou crescimento expressivo, com arrecadação de R\$ 406,7 milhões em 2024, um aumento de 25,5% em relação aos R\$ 324,2 milhões de 2023. Já o ouro arrecadou R\$ 358,1 milhões, um aumento de 13,1% em relação aos R\$ 316,5 milhões de 2023, destacando-se como uma das substâncias com maior estabilidade no mercado.
- 4) Minas Gerais se manteve como o estado líder na arrecadação da CFEM, com R\$ 3,31 bilhões em 2024, representando 44,64% do total nacional, um aumento de 4,4% em relação aos R\$ 3,18 bilhões de 2023. Os municípios mineiros de maior destaque incluem Conceição do Mato Dentro, que arrecadou R\$ 394,4 milhões, e Itabira, com R\$ 323,3 milhões. Já o Pará registrou um crescimento mais expressivo, arrecadando R\$ 3,08 bilhões em 2024, o equivalente a 41,55% do total nacional, um aumento de 14,5% em relação aos R\$ 2,69 bilhões de 2023. Parauapebas e Canaã dos Carajás se destacaram como os maiores municípios arrecadadores do país, somando mais de R\$ 2,56 bilhões, com crescimento de 8,6% e 22%, respectivamente.

- 5) Os dados refletem a relevância dos estados de Minas Gerais e Pará no cenário mineral brasileiro e demonstram que a CFEM continua sendo um instrumento importante para a redistribuição das riquezas geradas pela mineração. Informações detalhadas sobre a arrecadação estão disponíveis no Observatório da CFEM, desenvolvido pela Agência Nacional de Mineração (ANM). A plataforma, acessível pelo link Observatório da CFEM, permite acompanhar em detalhes a arrecadação por estado, município, substância e empresa, promovendo a transparência e o controle social.

A variação positiva ocorrida na arrecadação de Outorga de Direito de Exploração e Pesquisa Mineral, é consequência do:

- 6) Aumento significativo na receita proveniente da outorga de direitos de exploração mineral registrado no presente exercício deve-se, principalmente, à realização do leilão de áreas para exploração mineral conduzido pela ANM. Este leilão atraiu grande interesse do setor mineral, resultando em um volume expressivo de outorgas formalizadas e uma arrecadação de R\$ 377.418.019,41.
- 7) O leilão de áreas representa uma importante estratégia de gestão para estimular investimentos no setor mineral e promover a ocupação ordenada e transparente do espaço mineral brasileiro. O sucesso em 2024 deste processo licitatório impulsionou a arrecadação, refletindo a atratividade das áreas disponibilizadas e a confiança do mercado nas políticas públicas de fomento à mineração.

Comparativo da Arrecadação da Receita

ESPECIFICAÇÕES	Saldo - R\$	Saldo - R\$	AH
	DEZ/2024	DEZ/2023	
	Receitas Realizadas	Receitas Realizadas	
TAXAS DE INSPECAO, CONTROLE E FISCALIZACAO	28.598.617,59	23.925.714,27	19,53%
OUTORGA DE DIR.DE EXPLOR.E PESQUISA MINERAL	494.167.691,13	97.181.883,81	408,50%
COMPENS.FINANC.PELA EXPLOR.RECURSOS MINERAIS	7.213.885.788,38	6.660.471.052,36	8,31%
SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	90.644,92	76.531,15	18,44%
INSCRICAO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	999.840,06	-	100,00%
SERVICOS REGISTRO,CERTIFICACAO E FISCALIZACAO	3.800,50	1.244,92	205,28%
MULTAS PREVISTAS EM LEGISLACAO ESPECIFICA	12.495.530,42	13.294.029,44	-6,01%
INDENIZ.POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUB.	183.667,69	4.402.244,62	-95,83%
RESSARC.DANOS CAUS.USURP.REC.MIN.LAVRA ILEGAL	46.061,01	-	100,00%
SERVICOS ADMINIST.E COMERCIAIS GERAIS-INTRA	-	123.000,00	-100,00%
TOTAL	7.750.471.641,70	6.799.475.700,57	13,99%

### Despesas Orçamentárias

Em 2024, ocorreram suplementações orçamentárias na ANM, conforme exposto abaixo:

1. Informa-se que a dotação inicial para **despesas discricionárias da ANM foi de R\$ 115.914.995,00** (cento e quinze milhões novecentos e quatorze mil novecentos e noventa e cinco reais). Em março de 2024, mediante a Portaria GM/MPO Nº 63, ocorreu **cancelamento orçamentário no montante de R\$ 18.549.402,00** (dezoito milhões quinhentos e quarenta e nove mil quatrocentos e dois reais). Além do cancelamento citado e os decretos de limitação de movimentação de empenho, ocorreram dois bloqueios orçamentários no exercício de 2024, conforme tabela a seguir:

Bloqueios Orçamentários ANM/2024	Valor R\$
Em 31/07/2024 - Solicitação da Secretaria do Orçamento Federal para o bloqueio de recursos Pedidos SIOP nº 483235 e 483236.	6.344.111,00
Em 11/12/2024 - Bloqueio de Recursos Pedidos SIOP nº 497669, 496760 e 496587.	5.768.704,00

2. Os valores foram desbloqueados, contudo, o último desbloqueio, no montante de R\$ 1.485.538,00 (um milhão quatrocentos e oitenta e cinco mil quinhentos e trinta e oito reais) ocorreu em 30/12/2024, inviabilizando a execução integral da dotação disponibilizada para a ANM no exercício.

#### DEMAIS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

- Remanejamento de dotações orçamentárias das despesas com pessoal e encargos sociais, no âmbito de diversas unidades do Poder Executivo, para atender a projeção de despesas até dezembro, compatibilizadas com a execução orçamentária realizada.



- Suplementação orçamentária, no montante de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), destinada ao atendimento das seguintes despesas:

Ação	Plano Orçamentário	Valor - Custeio	Valor - Investimento	Justificativa
15YU - Revisão e Automação dos Processos de Outorga e Fiscalização de Pesquisa e Lavra Mineral da ANM	0001 - Revisão e Automação dos Processos de Outorga de Pesquisa e Lavra Mineral da ANM	750.000,00	312.281,00	Atender as despesas previstas com digitalização de processos minerários, bem como com fábrica de software.
215Z - Regulação, Outorga e Fiscalização da Mineração	0004 - Gestão das Receitas	200.000,00	0,00	Atender despesas com pagamento de diárias e passagens aéreas.
2000 - Administração da Unidade	000W - Administração da ANM	0,00	437.719,00	Atender as despesas previstas com digitalização de processos minerários, bem como com fábrica de software.
	<b>TOTAL</b>	<b>950.000,00</b>	<b>750.000,00</b>	

- Remanejamentos entre ações, planos orçamentários e grupos de despesa 3 e 4, sendo para pagamento de diárias e passagens, capacitação, digitalização de processos minerários, fábrica de software, contratos continuados, aquisição de uma solução de armazenamento de dados (*Storage*), contratação do programa *Esri Enterprise Agreement Program* - EA, execução de obra de reforma do espelho d'água do prédio antigo da Sede da ANM, reforço de empenho relativo à obra de reforma do prédio ANM/MG e aquisição de mobiliário.

Em complemento no que diz respeito às Outras Despesas Correntes, a maior parte dos recursos está alocada em transferência de cotas-partes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.

Ano	Unidade Orçamentária/Ação Orçamentária	Grupo de Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atual
2024	32396 - Agência Nacional de Mineração - ANM	3 - Outras Despesas Correntes	114.438.863	106.933.100
2024	0547 - Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.2º)	3 - Outras Despesas Correntes	6.110.075.328	7.110.443.603
TOTAL R\$			6.224.514.191	7.217.376.703

NATURA DA DESPESA	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ATUALIZADA	DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA
	Saldo - R\$	Saldo - R\$	Saldo - R\$	Saldo - R\$
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	285.903.101,00	52.104.593,00	323.583.469,00	-14.424.225,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.224.514.191,00	1.016.598.848,00	7.217.376.703,00	-23.736.336,00
INVESTIMENTOS	16.412.779,00	4.192.588,00	17.111.215,00	-3.494.152,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	359.313.085,00	-	359.313.085,00	-
TOTAL	6.886.143.156,00	1.072.896.029,00	7.917.384.472,00	(41.654.713,00)

O grupo de despesas Pessoal e Encargos são despesas vinculadas referentes ao efetivo serviço exercido de cargo/emprego ou função no setor público, ativo ou inativo, bem como as obrigações de responsabilidade do empregador, 89,75% das despesas provisionadas foram pagas no exercício.

O grupo de despesas Outras Despesas Correntes tiveram suas execuções/pagamentos realizadas em 85,35% e o de Investimentos 65,51%, essas são despesas discricionárias que são aplicadas na ANM de acordo com os projetos previstos no planejamento estratégico aprovado, e constitui ainda as despesas de funcionamento da estrutura do Órgão.

Os créditos orçamentários referentes a Reserva de Contingente não são gerenciados pela ANM.

\*As transferências de Cotas Partes da CFEM não integram a dotação orçamentária da ANM.

DETALHAMENTO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	AH
	2024	2024	2024	2024	
	Saldo - R\$	Saldo - R\$	Saldo - R\$	Saldo - R\$	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	323.583.469,00	322.560.450,37	319.354.291,21	290.418.345,88	89,75%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.217.376.703,00	7.215.889.849,88	6.162.242.247,05	6.159.714.301,86	85,35%
INVESTIMENTOS	17.111.215,00	16.506.396,14	11.377.941,26	11.209.857,45	65,51%
RESERVA DE CONTINGENCIA	359.313.085,00				0,00%
<b>Total</b>	<b>7.917.384.472,00</b>	<b>7.554.956.696,39</b>	<b>6.492.974.479,52</b>	<b>6.461.342.505,19</b>	<b>81,61%</b>

### Desempenho Financeiro

Os valores são recebidos e geridos pela UGE 323100, que também exerce a função de Setorial Orçamentária e Financeira do Órgão, com prerrogativas de promover sua aplicação, bem como efetuar a descentralização interna pelo sub-repasse às demais 26 UGE Filiais.

### CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O grupo Caixa e Equivalentes de Caixa são recursos liberados pelo Tesouro, na conta única do Tesouro Nacional para fazer frente a programação financeira da ANM. Recursos são geridos pela Setorial Financeira da Autarquia. Tem pequena representatividade em relação ao Ativo da Instituição, 1,584%.

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	AV
ATIVO CIRCULANTE	61.073.660,42	2,062%
Caixa e Equivalentes de Caixa	46.925.481,81	1,584%
Créditos a Curto Prazo	13.676.457,12	0,462%
Demais Créditos e Valores	13.676.457,12	0,462%
Estoques	471.721,49	0,016%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.900.583.064,55	97,938%

<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>2.735.284.358,17</b>	<b>92,357%</b>
Créditos a Longo Prazo	2.735.284.358,17	92,357%
Créditos Tributários a Receber	2.735.234.674,66	92,355%
Demais Créditos e Valores	49.683,51	0,002%
<b>Imobilizado</b>	<b>143.194.717,64</b>	<b>4,835%</b>
Bens Móveis	56.472.419,64	1,907%
Bens Móveis	70.779.009,11	2,390%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-13.514.857,18	-0,456%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-791.732,29	-0,027%
Bens Imóveis	86.722.298,00	2,928%
Bens Imóveis	87.694.730,71	2,961%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-972.432,71	-0,033%
<b>Intangível</b>	<b>22.103.988,74</b>	<b>0,746%</b>
Softwares	22.103.568,74	0,746%
Softwares	22.103.568,74	0,746%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	420,00	0,00001%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	420,00	0,00001%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.961.656.724,97</b>	<b>100,000%</b>

## CRÉDITOS E VALORES A RECEBER

Verifica-se no item Créditos e Valores a Receber relativas a Adiantamentos Concedidos, com destaque para os de folha de pagamento dos servidores, adiantamento de salário, que representam 5,30% dos valores registrados.

Os Créditos a Receber por Danos ao Patrimônio estão mapeados e sendo monitorados pelo Órgão e pela PFE-ANM, e se mantiveram em 2024 com relação ao valor nominal, correspondem a 0,27%.

O item Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo correspondem a 94,39% da rubrica, e se referem a transferências constitucionais em trânsito, ou seja, distribuição da CFEM (royalties da mineração) que ficaram pendentes de regularização no final do exercício financeiro de 2024.



## ESTOQUE

A conta Estoque é composta por materiais utilizados para suprir as unidades nas suas prestações de serviços, conforme o gráfico acima e a planilha abaixo, o item mais representativo é de material de expediente, que corresponde a 47,71%.

Cabe ressaltar neste item que a gestão do almoxarifado é realizada por meio do SIADS módulo Almoxarifado.

CONTA CORRENTE	2024	AV
	Saldo - R\$	
GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	0,00	0,00%
GENEROS DE ALIMENTACAO	40.727,12	8,63%
MATERIAL DE EXPEDIENTE	225.045,59	47,71%
MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO	29.526,71	6,26%
MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	2.491,67	0,53%
MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	0,00	0,00%
MATERIAL DE COPA E COZINHA	35.495,67	7,52%
MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	26.405,97	5,60%
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	31.814,65	6,74%
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	9.220,71	1,95%
MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	25.801,68	5,47%
MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	15.362,26	3,26%
MATERIAL PARA COMUNICACOES	4.296,83	0,91%
MATERIAL LABORATORIAL	1.379,00	0,29%
MATERIAL HOSPITALAR	918,23	0,19%
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	3.627,60	0,77%
MATERIAL P/ UTILIZACAO EM GRAFICA	877,51	0,19%
FERRAMENTAS	724,31	0,15%
MATERIAL DE SINALIZACAO VISUAL E OUTROS	15.325,18	3,25%
BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	2.680,80	0,57%
<b>Total</b>	<b>471.721,49</b>	

## CRÉDITOS A LONGO PRAZO

Em 2020, foi iniciada a rotina do Procedimento Contábil Patrimonial PCP 4 Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas. Como resultado, foi realizado o registro dos créditos a receber tributários referentes ao estoque da Dívida Ativa de 2019, todavia, por problemas sistêmicos, não foi possível o lançamento dos valores referentes a 2020, 2021 e 2022. Quanto à falta de atualização dos créditos a receber tributários e não-tributários, tanto de curto prazo quanto os de longo prazo da dívida ativa e da arrecadação da ANM, sem a correspondente contrapartida no direito a receber e a falta de registro/atualização de ajuste de perdas prováveis ativo não-circulante nas contas contábeis, a ANM vem buscando soluções para resolver a questão. Com isso, foi desenvolvido o software SINARC, com alguns módulos ainda em evolução, pois não está abrangendo todas as receitas da Instituição. Nele, já estão implementados os módulos de emissão e arrecadação da Taxa Anual por Hectare – TAH e Emolumentos. Para o controle da CFEM, está em desenvolvimento a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da CFEM – DIEF/CFEM, que constitui uma obrigação acessória a ser entregue pelos titulares e arrendatários do direito minerário que se encontram na fase de exploração mineral. Esta declaração está vinculada à obrigação de informar o CNPJ da ANM na emissão dos documentos fiscais, conforme Resolução ANM n.º 156/2024 artigo 7º. A Lei n.º 8.001/90, alterada pela Lei n.º 14.514/2022, instituiu com força de instrumento de confissão de dívida, e a exigência proporcionará à ANM a cobrança de créditos declarados reduzindo a sonegação da CFEM. Quanto ao controle do estoque da dívida ativa no Sistema Dívida Ativa, ainda está na fase de resolução de busca de adequações das informações.

Importante destacar que no momento do registro contábil, as informações foram repassadas à área Contábil de forma consolidada, não sendo destacado a qual tipo de receita os registros se referiam. Com isto, foram realizados registros na conta contábil de receita tributária, sendo que parte da receita se trata de CFEM, que é receita patrimonial, mas que pela ausência de um controle efetivo dos setores responsáveis ainda não foi possível realizar a regularização dos valores corretos quanto a classificação contábil.

Consta ainda registrado em créditos a receber de longo prazo depósitos judiciais, com previsão de realização superior a 12 meses à data das Demonstrações Contábeis.

		DEZ/2024	DEZ/2023
CONTA CONTÁBIL		R\$	R\$
12111.01.01	CREDITO TRIBUTÁRIO NÃO PREVIDENCIÁRIO - NÃO PARCELADO	2.389.926.060,10	2.389.926.060,10
12111.01.02	CRÉDITO TRIBUTÁRIO NÃO PREVIDENCIÁRIO -PARCELADO	345.308.614,56	345.308.614,56
12121.06.03	DEPÓSITOS JUDICIAIS EFETUADOS	49.683,51	49.683,51
<b>TOTAL</b>		<b>2.735.284.358,17</b>	<b>2.735.284.358,17</b>

### IMOBILIZADO - BENS MÓVEIS

O saldo de Bens Móveis encerrou o período com uma variação positiva de 23,58%, em relação ao exercício de 2023. Isso ocorreu, basicamente, em virtude de aquisição de veículos para algumas Unidades Gestoras da ANM, compra de novos notebooks e mobiliários para a Sede e novas unidades das gerências regionais da ANM. No item Depreciação/Amortização Acumulada ocorreu uma pequena variação negativa em 2,50%.

Cerca de 89,20% das UGEs do Órgão não estão realizando a depreciação dos bens móveis em virtude da ausência de suporte/sistema tecnológico e de servidores. Os colaboradores responsáveis por estas atividades, na sua grande maioria, foram realocados em outras áreas após as alterações regimentais ocorridas no ano de 2022 na Agência, e as atividades ficaram paralisadas. Os registros existentes foram calculados manualmente, e a Autarquia ainda não conseguiu implantar o SIADS - módulo permanente, mas o processo de implantação se encontra na fase de inventário físico.

ESPECIFICAÇÃO	2024	AV	2023	AH
	Saldo - R\$		Saldo - R\$	
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	4.119.178,94	7,29%	4.258.413,60	-3,27%
Bens de Informática	34.485.259,37	61,07%	30.246.294,97	14,01%
Móveis e Utensílios	10.378.766,04	18,38%	8.889.216,65	16,76%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	1.810.805,91	3,21%	1.815.904,41	-0,28%
Veículos	19.180.115,36	33,96%	14.691.685,38	30,55%
Bens Móveis em Andamento	11.725,60	0,02%	11.725,60	0,00%
Armamentos	150,01	0,00%	150,01	0,00%
Demais Bens Móveis	793.007,88	1,40%	436.964,24	81,48%
Depreciação / Amortização Acumulada	(13.514.857,18)	-23,93%	(13.862.036,51)	-2,50%
Redução ao Valor Recuperável	(791.732,29)	-1,40%	(791.732,29)	0,00%
<b>Total</b>	<b>56.472.419,64</b>		<b>45.696.586,06</b>	<b>23,58%</b>

**IMOBILIZADO – BENS IMÓVEIS**

Os bens imóveis da ANM se referem a propriedades da União cedidas à ANM pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e são cadastrados e controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União (SPIUNet), com interface direta ao SIAFI, gerando as contabilizações automaticamente neste sistema, refletindo nas demonstrações financeiras da Agência.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Observa-se uma variação significativa na conta **Obras em Andamento** de **768,99%**, que corresponde a saldo de incremento em 2024, decorrente aos valores pagos de medição da obra da ANM em Belo Horizonte/MG (processo sei n. 48051.006554/2023-46), e que serão incorporadas *a posteriori* por reavaliação de valores de Bens em Uso Especial via SPIUNet. E o item Instalações corresponde, em grande parte, ao valor da sala cofre da ANM situada no Edifício SEDE em Brasília/DF.

Quanto a variação negativa na rubrica **Bens de Uso Especial**, **-2,36%**, refere-se à devolução do imóvel da Gerência Regional da ANM do Espírito Santo à SPU em 2024.

ESPECIFICAÇÃO	014/2024	014/2023	AH
	Saldo - R\$	Saldo - R\$	
Bens de Uso Especial	83.966.331,79	85.995.995,16	-2,36%
Bens Imóveis em Andamento	1.035.563,92	119.168,23	768,99%
Instalações	2.692.835,00	2.692.835,00	0,00%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(972.432,71)	(754.381,83)	28,90%
<b>TOTAL</b>	<b>86.722.298,00</b>	<b>88.053.616,56</b>	<b>-1,51%</b>

**INTANGÍVEL**

Verifica-se um incremento de investimento em Tecnologia da Informação - Software com Vida Útil Definida, num percentual de 49,86% em relação ao exercício anterior. Esses



investimentos se alinham com as ações de desenvolvimento de novos sistemas que estão sendo desenvolvidos pela ANM, em consonância com o planejamento estratégico do órgão e com a política de governo de transformação digital.

Cabe ressaltar que existem, nesse montante, softwares já finalizados. Entretanto, devido a mudança regimental e sua reestruturação das atividades na ANM, em âmbito nacional no ano de 2022, este desmembramento ainda não foi realizado pela equipe responsável. Ou seja, a transferência dos saldos registrados na conta contábil Software em fase de desenvolvimento para a conta Software está pendente de realização.

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	AH
	Saldo - R\$	Saldo - R\$	
Software com Vida Útil Definida	22.103.568,74	14.749.193,55	49,86%
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	420,00	420,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>22.103.988,74</b>	<b>14.749.613,55</b>	<b>49,86%</b>

#### CONTAS A PAGAR COM CREDORES NACIONAIS

No fechamento do ano de 2024, a Agência apresentou em Fornecedores e Contas a Pagar, um saldo de R\$ 238.492,79, todos classificados a curto prazo, apresentando uma redução de 11,88% em relação a 2023. Tal fato se deve à padronização de procedimentos nos processos administrativos (IN ANM nº 07/2023), e com isso, resultou em um controle mais efetivo das contas a pagar. A liquidação da despesa é realizada após atestado os documentos fiscais, regime de competência, e os pagamentos são efetuados em pouco espaço de tempo após a apropriação da despesa, de acordo com a disponibilidade financeira da Autarquia.

UG Executora		2024	2023	AH
		Saldo - R\$	Saldo - R\$	
323102	ANM - DF - SEDE	105.854,65	142.474,00	-25,70%
323104	ANM - MG	70.824,03	70.824,03	0,00%
323105	ANM - BA	31,05	31,05	0,00%
323106	ANM - GO	1.616,93	1.616,93	0,00%
323107	ANM - MT	76,06	76,06	0,00%
323109	ANM - SC	3.199,95	3.199,95	0,00%

323110	ANM - SP	4.474,68	0,00	100,00%
323112	ANM - PR	661,61	661,61	0,00%
323113	ANM - RJ	864,44	864,44	0,00%
323119	ANM - PE	27.740,63	27.740,63	0,00%
323121	ANM - RO	175,32	175,32	0,00%
323122	ANM - TO	1.234,57	1.234,57	0,00%
323123	ANM - AL	651,58	651,58	0,00%
323124	ANM - AP	11.677,56	11.677,56	0,00%
323126	ANM - PI	4.773,80	4.773,80	0,00%
323127	ANM - RR	2.505,95	2.505,95	0,00%
323128	ANM - SE	2.129,98	2.129,98	0,00%
<b>Total</b>		<b>238.492,79</b>	<b>270.637,46</b>	<b>-11,88%</b>

## RESULTADO ACUMULADO

Patrimônio Líquido: Mutações e Resultados Acumulados se referem ao saldo remanescente dos superávits ou déficits acumulados. O órgão manteve no período analisado um superávit acumulado no montante de R\$ 2,901 bi.

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	AH
Resultados Acumulados	2.901.028.152,16	2.895.058.900,63	0,21%
Resultado do Exercício	28.310.808,77	2.082.482,49	1259,47%
Resultados de Exercícios Anteriores	2.895.058.900,63	2.891.976.027,62	0,11%
Ajustes de Exercícios Anteriores	-22.341.557,24	1.000.390,52	-2333,28%
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.901.028.152,16</b>	<b>2.895.058.900,63</b>	<b>0,21%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.961.656.724,97</b>	<b>2.924.234.902,06</b>	<b>1,28%</b>

